



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LOURIVAL DA SILVA BURLAMAQUI NETO

**UM NOVO EXEMPLO DE AMOR DOS PÁTRIOS FEITOS VALEROSOS, EM
VERSOS DEVULGADO NUMEROSOS: A dimensão exemplar do canto III de *Os
Lusíadas* e a formação de D. Sebastião**

Recife

2021

LOURIVAL DA SILVA BURLAMAQUI NETO

**UM NOVO EXEMPLO DE AMOR DOS PÁTRIOS FEITOS VALEROSOS, EM
VERSOS DEVULGADO NUMEROSOS: A dimensão exemplar do canto III de *Os
Lusíadas* e a formação de D. Sebastião**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Teoria da Literatura

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza

Coorientador: Prof. Dr. Antony Cardoso Bezerra

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

B961n Burlamaqui Neto, Lourival da Silva
Um novo exemplo de amor dos pátrios feitos valerosos, em versos divulgados numerosos: a dimensão exemplar do canto III de *Os Lusíadas* e a formação de D. Sebastião / Lourival da Silva Burlamaqui Neto. – Recife, 2021.
202p.

Orientador: José Alberto Miranda Poza.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

Inclui referências.

1. Os Lusíadas. 2. D. Sebastião. 3. Imaginário. 4. Exemplo. 5. Mito. I. Miranda Poza, José Alberto (Orientador). II. Título.

809 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-125)

LOURIVAL DA SILVA BURLAMAQUI NETO

**UM NOVO EXEMPLO DE AMOR DOS PÁTRIOS FEITOS VALEROSOS, EM
VERSOS DEVULGADO NUMEROSOS: A dimensão exemplar do canto III de *Os
Lusíadas* e a formação de D. Sebastião**

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial à
obtenção do Título de Doutor em Letras.

Aprovada em: 05/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ermelinda Maria Araújo Ferreira (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Eduardo Melo França (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ester Abreu Vieira de Oliveira (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Espírito Santo

Prof. Dr. Pedro Emanuel Rosa Grincho Serra (Examinador Externo)

Universidade de Salamanca

Dedico esta tese à Rita de Cássia Burlamaqui Ferreira, minha mãe.

Mãe... São três letras apenas

As desse nome bendito:

Também o céu tem três letras...

E nelas cabe o infinito.

(Mário Quintana)

AGRADECIMENTOS

“Se partires um dia rumo a Ítaca faz votos de que a viagem seja longa...” Assim inicia o poema de Kavafis que fala das viagens e da experiência. Embora mais breves e menos esplendorosas do que o itinerário de Odisseu, cursar uma pós-graduação e escrever uma tese também são jornadas com desafios que afligem e descobertas que fascinam. Por mais que exista um roteiro de viagem, parte-se sempre ao desconhecido, uma vez que, a cada momento, os pontos de referência podem mudar. De repente, aquilo que já fora calculado desfaz-se em possibilidades e a imagem reduz-se à miragem. Resta-nos, então, sabedoria, para o reconhecimento de nossa fragilidade diante das circunstâncias da vida, e entusiasmo, para o desfrute dos incidentes imprevistos. Ao longo desse percurso sinuoso, contei com o auxílio de muitos. Alguns foram preciosos companheiros de jornada, outros foram faróis que iluminaram o meu percurso e permitiram-me ter alguma consciência das rotas que escolhi percorrer. Sou grato:

A Deus, pelo ontem que foi, pelo hoje que é e pelo amanhã que será;

À minha mãe, Rita de Cássia Burlamaqui Ferreira, por insistir para que eu fizesse as provas do PPGL-UFPE no final de 2016, por me amar incondicionalmente e por nunca ter desistido de mim;

À Joyce Araújo Borges, minha noiva e companheira de viagem, com quem compartilhei tantos instantes preciosos, ao longo desses 04 anos que passaram: “Pelos teus ombros medi o mundo/ E na balança pura dos teus ombros/ Pesei o ouro do sol e a palidez da lua.” (Sophia de Mello Breyner Andresen);

Aos meus avós, Lourival da Silva Burlamaqui (*in memoriam*), Maria de Oliveira Burlamaqui (*in memoriam*) e Luzia Honorina da Rocha Ferreira (*in memoriam*), pois, com suas presenças espirituais, intercederam por mim nos momentos de medo e desalento;

Ao meu pai, Francisco das Chagas Ferreira, que sempre investiu nos meus estudos e, em 2016, sugeriu que eu cursasse um doutorado;

Aos meus irmãos, Leonardo Burlamaqui Ferreira e Elisa Burlamaqui Ferreira, por me apoiarem;

Agradeço ao professor Antony Cardoso Bezerra, que aceitou orientar esta tese, embora estivesse prestes a deixar o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, quando ingressei. Sou muito grato aos debates, às orientações e à sua disponibilidade, professor;

Deixo aqui minha nota de reconhecimento ao professor José Alberto Miranda Poza, que compartilhando a orientação desta tese com Antony, auxiliou-me com a organização da

pesquisa, com a escrita do texto e com os trâmites burocráticos da pós-graduação. Além de sempre me dar ânimo para o desenvolvimento do trabalho;

Cumprimento o professor Doutor Eduardo Melo França, as professoras Doutoras Ermelinda Ferreira e Ester Abreu de Oliveira e o professor Doutor Pedro Serra, por aceitarem ler e avaliar esta tese;

Expresso ainda meu agradecimento ao professor Alfredo Adolfo Cordiviola, pela participação no exame de qualificação desta tese e pela estimulante disciplina “Literatura e memória sociocultural”, ministrada em 2017.02;

Agradeço ao professor Lourival Holanda, pelas lições proferidas na disciplina “A política da literatura”, ministrada em 2017. 01. Recordo-me, com carinho, daquelas manhãs repletas de Montaigne, Michel Serres e Cervantes. Também agradeço a boa bibliografia debatida na cadeira “Lances e limites da linguagem”, cursada em 2018. 01;

Saúdo o professor José Rodrigues de Paiva, por me estimular a prosseguir com os estudos sobre Camões e por participar da qualificação do projeto de tese, ocasião em que, dentre outros conselhos, sugeriu-me a leitura de *Mitologia da Saudade* de Eduardo Lourenço, obra que muito me auxiliou;

Sou grato aos demais professores com quem cursei disciplinas. Cito-os: Anco Márcio, Dario Sanchez, Fábio Andrade, Oussama Naouar e Rodrigo Alves Ribeiro. Com todos, aprendi algo;

Inês Bandeira e Lailson Bandeira acolheram-me nas idas ao Recife em 2016, auxiliaram-me na aclimação à cidade e estiveram sempre dispostos a me ajudar com o que fosse necessário. Envio-lhes o meu abraço;

Deixo aqui o meu reconhecimento aos amigos Osvaldo César, Raul Colaço e Walter Cavalcanti, pelo desfrute de suas inteligências, pelos debates acalorados e pelos bons passeios nos bairros da Boa Vista, São José e Santo Antônio;

Agradeço ao Camilo Henrique Cavalcanti França e à Anupama Gosh, que atenuaram, com suas ligações, a minha solidão;

A Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca Nacional de Espanha e a Torre do Tombo disponibilizam, em seus arquivos digitais, manuscritos referentes à vida e à administração de D. Sebastião, o que viabilizou o desenvolvimento desta pesquisa. Sou grato a essas instituições;

Hoje, ao fim do percurso, admiro-me da trajetória percorrida: uma sucessão de encontros e desencontros, de novas leituras e releituras. Surpreendo-me também com os muitos que fui: alguns ficaram pelo caminho, outros, prosseguindo viagem, desaguaram neste que hoje sou. “Somos algo cambiante e algo permanente. Somos algo essencialmente misterioso.” dizia

Borges (2011, p. 77) em uma de suas palestras. Neste instante, distinguindo no horizonte o término e criticando-me por não ter feito mais, torno a Kavafis: “Uma bela viagem deu-te Ítaca./ Sem ela não te porias a caminho./ Mais do que isso não lhe cumpre dar-te./ Ítaca não te iludiu, se a achas pobre./ Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,/ e agora sabes o que significam Ítacas.”

O poema é tempo arquetípico; e, por sê-lo, é tempo que se encarna na experiência concreta de um povo, um grupo ou uma seita. Essa possibilidade de se encarnar entre os homens faz dele manancial, fonte: o poema dá de beber a água de um presente perpétuo que é, também, o mais remoto passado e o futuro mais imediato. (PAZ, 2013, p. 194)

RESUMO

Esta tese articula o canto III do poema épico *Os Lusíadas* (2003) a um impasse da corte portuguesa no século XVI: a formação do imaginário de D. Sebastião. Esse Rei, alçado ao cargo régio quando possuía apenas 14 anos, foi educado por jesuítas e cultuado como o líder português que passaria à África, conquistando-a e expandindo os limites do império lusitano. Nessa ambiência, o épico de Camões reforçava a imagem messiânica de D. Sebastião, pois, além de lhe ser dedicado, apresentava as façanhas militares e os feitos náuticos do passado português, incitando seu destinatário a renová-los. O canto III de *Os Lusíadas* (2003), especificamente, retratava os reis da primeira dinastia de Portugal, a casa de Borgonha. Ao retratá-los, apontava as virtudes e os vícios de cada um dos nove dirigentes dessa linhagem. Parte-se, então, da seguinte hipótese: os exemplos desses antigos regentes tinham como meta delinear, no imaginário de D. Sebastião, a função e as obrigações de um rei, assim como as precauções que um regente devia tomar para conservar a monarquia. Em suma, tais exemplos buscavam familiarizá-lo com traços que o tornariam um monarca notável. Inicialmente, a partir de uma pesquisa na produção letrada e em documentos da segunda metade do século XVI, expõem-se as peculiaridades do processo formativo de D. Sebastião, a saber, a ostensiva influência jesuítica e o culto à sua personalidade. Ainda nesta primeira seção, faz-se uma reflexão sobre o papel fundamental do exemplo na formação desse Rei, estabelecendo-se um vínculo com a importância dos *exempla* para a retórica deliberativa. Fecha-se esta primeira parte da tese com a apresentação da projeção ficcional de D. Sebastião n' *Os Lusíadas* (2003): o Rei de Melinde. Propõe-se que essa personagem, à proporção que escutava a narração de Vasco da Gama, cumpria, no universo fictício, um papel de ouvinte, correspondente àquele exercido por D. Sebastião no mundo empírico. Nesta seção, a biografia *D. Sebastião* (2009) de Maria Augusta Lima Cruz, as crônicas de Frei Bernardo da Cruz (1903) e Frei Amador Rebello (1616?), e o tratado *Da Ensinança e Educação do Rei* de D. Jerônimo Osório (2005) são essenciais para a compreensão das especificidades da formação sebástica. O segundo capítulo aborda os poemas épicos, mais especificamente *Os Lusíadas* (2003), como um catálogo de exemplos históricos e de mitos, os quais reforçavam os vínculos entre os leitores coevos e as culturas em que esses estavam inseridos. Aqui, recorre-se aos estudos de Clifford Geertz (2017) e de Mircea Eliade (2017) no plano antropológico, e à crítica literária de Hélio Alves (1999), André Jolles (1976) e João Adolfo Hansen (2008), para que a função integradora dos épicos fique compreensível. Na terceira seção desta tese, expõe-se a imagem que o Portugal do século XVI possuía dos nove reis da dinastia de Borgonha, a partir da leitura das crônicas de Duarte Galvão (1906), Fernão

Lopes (1895-1896; 1932) e Rui de Pina (1906a; 1906b; 1906c; 1907a; 1907b). Neste processo, faz-se uma reflexão sobre a crônica histórica – gênero em que os retratos dos dirigentes de Borgonha foram fixados – e sobre suas peculiaridades estilísticas. No quarto capítulo, investiga-se como Camões retratou tais reis no canto III de *Os Lusíadas* (2003), buscando-se compreender de que maneira a imagem proposta pelo poeta para cada um desses dirigentes ligava-se ao processo formativo de D. Sebastião. Conclui-se, então, que as preocupações com a formação de D. Sebastião repercutiram na composição do canto III de *Os Lusíadas*, uma vez que Camões fez uma escolha de quais características dos dirigentes da dinastia de Borgonha ele iria veicular ao jovem Rei, endossando alguns traços já presentes nas crônicas históricas e refutando outros. O poeta, assim, delineava, a partir dos exemplos do passado, o regente que o jovem Rei deveria ser no futuro.

Palavras-chave: Os Lusíadas; D. Sebastião; Imaginário; Exemplo; Mito.

ABSTRACT

This thesis articulates canto III of the epic poem *Os Lusíadas* (2003) to a Portuguese court impasse in the 16th century: the formation of D. Sebastião's imaginary. This king, raised to the royal position when he was only 14 years old, was educated by Jesuits and worshiped as the Portuguese leader who would pass to African territory, conquering it and expanding the limits of the Lusitanian empire. In that ambience, the Camões epic reinforced the messianic image of D. Sebastião, because, in addition to being dedicated to him, he presented the Portuguese past military exploits and nautical achievements, encouraging him to renew them. The canto III of *Os Lusíadas*, specifically, portrayed the kings of Portugal's first dynasty, the house of Burgundy. In portraying them, he pointed out the triumphs, virtues and vices of each of the nine leaders of that lineage. It starts, then, from the following hypothesis: the examples of these former regents had as their goal to outline, in the imaginary of D. Sebastião, what the function and obligations of a king are, as well as the precautions that a regent should take to preserve the monarchy, in short, these examples sought to familiarize him with traits that would make him a notable monarch. Initially, based on a research on literary production and documents from the second half of the 16th century, the peculiarities of D. Sebastião's formative process are exposed, namely, the ostensible Jesuit influence and the cult of his personality. Still in this first section, a reflection is made on the fundamental role of example in the formation of this king, establishing a link with the importance of example for deliberative rhetoric. The thesis first part ends with the presentation of the D. Sebastião fictional projection in *Os Lusíadas* (2003): the Melinde King. It is proposed that this character, as he listened to Vasco da Gama's narration, fulfilled, in the fictional universe, a role of listener, analogous to that exercised by D. Sebastião in the empirical world. In this section, the biography *D. Sebastião* (2009) by Maria Augusta Lima Cruz, Frei Bernardo da Cruz (1903) and Frei Amador Rebello (1616?) chronicles, and D. Jerônimo Osório (2005) treatise "*Da Ensino e Educação do Rei*" are essential for understanding the specificities of sebastianic formation. The second chapter deals with epic poems, more specifically *Os Lusíadas* (2003), as a catalog of historical examples and myths, which reinforced the links between contemporary readers and the cultures in which they were inserted. Here, we use the studies of Geertz (2017) and Eliade (2017) in the anthropological plane, and the literary criticism of Alves (1999), Jolles (1976) and Hansen (2008), so that the integrating function of the epics remains understandable. In this thesis third section, the image that Portugal of the 16th century had of the nine kings of the Burgundy dynasty is exposed, from the reading of the chronicles of Duarte Galvão (1906), Fernão Lopes

(1895-1896; 1932) and Rui de Pina (1906a; 1906b; 1906c; 1907a; 1907b). In this process, a reflection is made about the historical chronicle - a genre in which the leaders portraits of Burgundy were fixed - and about their stylistic peculiarities. In the fourth chapter, we investigate how Camões portrayed such kings in *Os Lusíadas* canto III, seeking to understand how the image proposed by the poet for each of these leaders was linked to the formation process of D. Sebastião. It is concluded, then, that the concerns with the formation of D. Sebastião had repercussions in the composition of *Os Lusíadas* canto III, since Camões choose of which characteristics of the Burgundy dynasty leaders he would transmit to the young king, endorsing some traits already present in historical chronicles and refuting others. The poet thus outlined, from the past examples, the regent that the young King should be in the future.

Keywords: *Os Lusíadas*; D. Sebastião; Imaginary; Example; Myth.

RESUMEN

Esta tesis articula el canto III del poema épico *Os Lusíadas* (2003) a un punto muerto de la corte portuguesa en el siglo XVI: la formación del imaginario de D. Sebastião. Este rey, elevado al cargo de realeza cuando solo tenía 14 años, fue educado por jesuitas y adorado como el líder portugués que pasaría a territorio africano, conquistándolo y ampliando los límites del imperio lusitano. Así, la epopeya de Camões reforzaba la imagen mesiánica de D. Sebastião, pues, además de estar dedicada a él, presentaba las hazañas militares y los logros náuticos del pasado portugués, incitándolo a renovarlos. El canto III de *Os Lusíadas* (2003), específicamente, retrataba a los reyes de la primera dinastía de Portugal, la casa de Borgoña. Al retratarlos, apuntaba los triunfos, virtudes y vicios de cada uno de los nueve dirigentes de ese linaje. Se parte, entonces, de la siguiente hipótesis: los ejemplos de esos antiguos regentes tenían como objetivo delinear, en el imaginario de D. Sebastião, cuáles eran las funciones y las obligaciones de un rey, así como las precauciones que un regente debería tener para preservar la monarquía. En síntesis, estos ejemplos buscaban familiarizarlo con rasgos que lo convertirían en un monarca notable. Inicialmente, a partir de una investigación en la producción literaria y en los documentos de la segunda mitad del siglo XVI, se exponen las peculiaridades del proceso formativo de D. Sebastião, es decir, la ostensible influencia jesuita y el culto a su personalidad. Aún en esta primera sección, se hace una reflexión sobre el papel fundamental del ejemplo en la formación de este rey, estableciéndose un vínculo con la importancia de los exempla para la retórica deliberativa. Se finaliza esta primera parte de la tesis con la presentación de la proyección ficticia de D. Sebastião en *Os Lusíadas*: el Rey de Malindi. Se propone que este personaje, mientras escuchaba la narración de Vasco da Gama, cumplía, en el universo ficticio, un papel de oyente, análogo al que ejercía D. Sebastião en el mundo empírico. En esta sección, la biografía de D. Sebastião (2009), de Maria Augusta Lima Cruz, las crónicas de Frei Bernardo da Cruz (1903) y Frei Amador Rebelo (¿1616?) y el tratado *Da Ensinança e Educação do Rei* [Sobre la Enseñanza y Educación del Rey], de D. Jerônimo Osório (2005), son esenciales para la comprensión de las especificidades de la formación sebastiana. El segundo capítulo abarca los poemas épicos, más específicamente *Os Lusíadas* (1572), como un catálogo de ejemplos históricos y mitos que reforzaban los vínculos entre los lectores coetáneos y las culturas en que ellos se insertaron. Aquí se recurre a los estudios de Geertz (2017) y Eliade (2017) en el plan antropológico, y a la crítica literaria de Alves (1999), Jolles (1976) y Hansen (2008), de manera que la función integradora de las epopeyas sea comprensible. En la tercera sección de esta tesis, se expone la imagen que el Portugal del siglo XVI tenía de los nueve reyes de la dinastía de

Borgoña, a partir de la lectura de las crónicas de Duarte Galvão (1906), Fernão Lopes (1895-1896; 1932) y Rui de Pina (1906a; 1906b; 1906c; 1907a; 1907b). En ese proceso, se hace una reflexión sobre la crónica histórica (género en que se fijaron los retratos de los dirigentes de Borgoña) y sus peculiaridades estilísticas. En el cuarto capítulo, se investiga como Camões retrató a tales reyes en el canto III de *Os Lusíadas* (1572), buscando comprender de qué manera la imagen propuesta por el poeta para cada uno de estos dirigentes se vinculaba al proceso de formación de D. Sebastião. Se concluye, entonces, que las preocupaciones con la formación de D. Sebastião repercutieron en la composición del canto III de *Os Lusíadas* (1572), ya que Camões hizo una elección de cuales eran las características de los dirigentes de la dinastía de Borgoña que transmitiría al joven rey, reforzando algunos rasgos ya presentes en las crónicas históricas y refutando otros. El poeta delineaba, así, a partir de los ejemplos del pasado, el regente que el joven rey debería ser en el futuro.

Palabras-clave: Os Lusíadas; D. Sebastião; Imaginario; Ejemplo; Mito.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Algumas ressalvas.....	23
2	CAMÕES E A FORMAÇÃO DE D. SEBASTIÃO.....	26
2.1	...Segundo António Sérgio.....	26
2.2	...Segundo António José Saraiva.....	34
2.2.1	Um cruzado em pleno Renascimento.....	39
2.2.2	A formação pelo exemplo.....	50
2.2.3	Camões e D. Sebastião.....	59
2.2.4	As projeções ficcionais de D. Sebastião em <i>Os Lusíadas</i> (1572).....	63
3	OS EXEMPLOS, OS MITOS E A MANUTENÇÃO DA CULTURA.....	73
3.1	A cultura monárquica e os aspectos estruturantes de sua visão de mundo.....	77
3.2	A dimensão mítica do exemplo.....	89
3.3	A dimensão exemplar do mito.....	93
3.4	A epopeia: um compêndio de exemplos e mitos.....	102
4	AS CRÔNICAS E A IMAGEM QUINHENTISTA DA DINASTIA DE BORGONHA.....	115
4.1	A exemplaridade e a etiologia das crônicas.....	116
4.2	As crônicas e o tempo.....	120
4.3	Os traços estilísticos das crônicas.....	124
4.4	As imagens quinhentistas da dinastia de Borgonha.....	132
4.4.1	D. Afonso Henriques.....	135
4.4.2	D. Sancho I.....	139
4.4.3	D. Afonso II.....	141
4.4.4	D. Sancho II.....	143
4.4.5	D. Afonso III.....	145
4.4.6	D. Dinis.....	147
4.4.7	D. Afonso IV.....	150
4.4.8	D. Pedro.....	154
4.4.9	D. Fernando.....	156
5	AS LIÇÕES NECESSÁRIAS.....	160
5.1	O lustre da história.....	160
5.2	Os episódios esquecidos.....	175

5.3	O fiel e o mandado.....	179
5.4	As políticas de casamento e as tiranias do Amor.....	184
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
	REFERÊNCIAS.....	193

1 INTRODUÇÃO

A ideia inicial que deu origem a esta tese foi-me sugerida na leitura de António José Saraiva (1972b), em um ensaio no qual caracterizava *Os Lusíadas* (1572) como uma aula de história e geografia a D. Sebastião. Embora num primeiro momento não tenha reunido condições de aprofundar-me nessa intuição, permaneci com a proposta do crítico leiriense na memória, martelando-a por alguns meses. Naquele período, a fase final de escrita da minha dissertação, associei a ideia de Saraiva a um conceito de Wolfgang Iser (1996), o de *leitor implícito*, que, em linhas gerais, é uma estrutura textual construída a partir dos conhecimentos imprescindíveis para a compreensão de um texto literário, ou seja, um autor, ao escrever determinada obra, projeta, nesse texto, conteúdos e conhecimentos que, necessariamente, precisam ser dominados para que a obra seja compreendida. Por exemplo, o leitor quinhentista de *Os Lusíadas* (1572) precisava entender algo da mitologia antiga para reconhecer Vênus, a personagem invisível aos nautas, mas que os auxiliava com frequência. Precisava também saber os seus diversos epítetos (citereia, ericina, deusa cípria). A mitologia greco-latina, portanto, era uma das diretrizes constituintes do *leitor implícito* no épico camoniano.

Ao associar o conceito de Wolfgang Iser à proposta de Saraiva, ocorreu-me o seguinte questionamento: se *Os Lusíadas* (1572) são uma lição a D. Sebastião, quais indicações textuais profundas comprovam esse direcionamento ao jovem rei? Além da dedicatória e do epílogo do texto, claramente direcionados ao dirigente português, também enxerguei na figura do Rei de Melinde uma projeção ficcional do leitor que era D. Sebastião – *ficções do leitor*, para usarmos outra definição de Wolfgang Iser (1996). Como poderia o dirigente de um longínquo reino, reino conhecido por ser ponto de apoio para as naus portuguesas nas viagens à Índia, compreender um relato histórico repleto de circunlóquios herméticos, referências mitológicas e metáforas obscuras, ou seja, compreender os componentes do *leitor implícito*, sem fazer uma pergunta sequer? Logo vi que o Rei de Melinde era uma projeção textual de um leitor d’*Os Lusíadas*. Uma projeção, diga-se de passagem, não de qualquer leitor. Nem todos no Portugal quinhentista compreendiam tanta erudição. Influenciado pela leitura de Hansen (2008, p. 23), adquiri consciência de que, entre os séculos XV e XVIII, a poesia épica destinava-se, majoritariamente, às classes altas, aos fidalgos, aos cortesãos e à própria família real, possuidores de uma formação adequada à compreensão do texto. Associei, então, a dedicatória e o epílogo do poema aos cantos III e IV, seções que narram a história portuguesa, observando que aquela narrativa histórica se destinava, como já havia dito Saraiva (1972b), a D. Sebastião. Uma vez que o poema era dedicado a ele, já que, no epílogo do texto, ele era instado a prosseguir

com os grandes feitos portugueses e como o Rei de Melinde era a construção ficcional de um leitor das classes altas lusitanas, compreendi que essa personagem era uma carapuça correspondente ao monarca português.

Algum tempo depois, chegou, às minhas mãos, um volume de António Sérgio (1972), contendo um ensaio com subtítulo *Camões e D. Sebastião*. Li-o com interesse e vi que o crítico lisboeta associava determinadas passagens obscuras de *Os Lusíadas* (1572) ao jovem rei português. Segundo Sérgio, quando Camões mencionava o mito de Actéon, o caçador da Beócia que fora devorado pelos próprios cães, ele estava referindo-se a D. Sebastião, que, fanático pela caça, descuidava das obrigações de rei e, mais cedo ou mais tarde, seria devorado pelos fidalgos que o cercavam. Quando o poeta falava de alguns tipos que não cantaria no seu texto, ele se referia a personagens da corte sebástica, conhecidíssimos por suas ações inescrupulosas. António Sérgio (1972), então, apresentou-me uma novidade: algumas passagens de *Os Lusíadas* (1572) só poderiam ser devidamente compreendidas com o conhecimento de aspectos da corte portuguesa quinhentista. A ideia que perpassava o ensaio de Sérgio, assim, somava-se à intuição de Saraiva. Saraiva levou-me a pensar o rei de Melinde como uma *persona* fictícia de D. Sebastião e António Sérgio apontava-me que outras passagens do texto tinham vínculos com a regência sebástica.

Mas como amadurecer essa ideia? Como dar a ela uma consistência teórica? A princípio, recorri ao *new historicism* de Stephen Greenblatt. Esse autor norte-americano propunha que, se um texto antigo fosse posto lado a lado com um documento coevo, significados ocultos, ou pouco legíveis, viriam à tona. O discurso histórico, por exemplo poderia ajudar a iluminar as reentrâncias da obra. Não se tratava, como entendia alguma sociologia da literatura, de ancorar o texto literário na realidade, nos fenômenos empíricos e, a partir daí, decodificar correspondências entre o texto e o contexto. Tratava-se de uma comparação discursiva. O poema *Os Lusíadas* (1572) era um discurso épico, uma obra moldada em um gênero específico. Por sua vez, o conhecimento da vida de D. Sebastião adviria de outras modalidades discursivas (a crônica histórica, o tratado de príncipes, atas de reuniões, dentre outros) que também possuíam regras próprias. Caso fosse possível vincular o épico com alguns desses gêneros textuais, convergências entre *Os Lusíadas* (1572) de Camões e o D. Sebastião das crônicas e dos tratados poderiam ser discernidas. A rigor, D. Sebastião e a corte sebástica findaram em 1578, naquele ano, o monarca de 24 anos, juntamente com nobres e soldados, oriundos de Portugal e de outras partes da Europa, foram derrotados pelo exército marroquino. O que restou daquele jovem rei foi a sua imagem projetada em crônicas, memórias, poemas e espelhos de príncipes. Profundamente desejado pelos portugueses, D. Sebastião, desde meados de 1554 até

a sua morte, havia sido louvado, comentado e reprovado por seus conterrâneos nos mais diversos gêneros textuais, inclusive, na correspondência privada de nobres e embaixadores. Após seu sumiço, porém, a percepção popular mudou, o rei enaltecido passou a ser, num primeiro momento, criticado: como tantas vidas foram perdidas por mero idealismo de um rapazola inconsequente? Alguns relatos históricos escritos logo após Alcácer-Quibir pintavam um D. Sebastião benquisto, porém, insensato. Duas décadas mais tarde, surgiria o sebastianismo: a crença no retorno de um D. Sebastião redentor, o qual reestabeleceria a liberdade portuguesa diante do jugo castelhano.¹ Nesse sentido, a análise criteriosa das fontes, marca da historiografia moderna, chegaria muito tarde a D. Sebastião: um século e meio após seu desaparecimento. Antes dos trabalhos de historiadores setecentistas², D. Sebastião já havia sido o desejado, o criticado e o redentor da nação portuguesa. Diante de tanta heterogeneidade de perspectivas, logo dei-me conta: D. Sebastião era um tema que, dependendo do período em que tinha sido estudado, era abordado de forma diferente. Retornando a António Sérgio e a António José Saraiva, percebi que esses autores, para estabelecerem os vínculos entre *Os Lusíadas* (1572) e o jovem Rei, haviam recorrido a discursos coevos, isto é, a discursos produzidos durante a vida do monarca. Já que o poema fora escrito na segunda metade do século XVI, somente o cotejo com material daquela época poderia clarear a ideia de que a composição do canto III possuía vínculos com D. Sebastião.

Veio-me, então, uma primeira ideia mais sólida: associar o poema épico aos espelhos de príncipes, ou seja, àqueles textos que buscavam educar o príncipe, instruindo-o sobre as virtudes que deveria ter e as disciplinas que precisava dominar, em suma, textos que buscavam formar a sua personalidade. Se o canto III era uma narrativa histórica destinada a D. Sebastião e, como foi observado por António José Saraiva (1972a) e Jorge de Sena (1970), episódios históricos recebiam um tratamento diverso, alguns sendo devidamente rememorados, outros, nem tanto, veio-me a pergunta: Que parâmetros teria Camões elencado para construir sua história de Portugal? Que história de Portugal ele queria transmitir a D. Sebastião e por quê? Imaginei que a associação do canto III com espelhos de príncipes poderia dar-me essa resposta, ou seja, uma vez que Camões propunha uma visão da história portuguesa e já que os espelhos de príncipe buscavam educar D. Sebastião, caso eu vinculasse os dois, seria possível ler o canto

¹ O *Discurso da Vida do Rey Dom Sebastiam* de D. João de Castro, publicado em 1602, é considerado o marco inicial do sebastianismo.

² A *História Sebastica* (1735) de Frei Manuel dos Santos. O *Portugal Cuidadoso e Lastimado [...]* de José Pereira Baião, saído em 1737, e as *Memórias para a História de Portugal que comprehendem o Governo DelRey Dom Sebastião* (1736-1751) compostas por Diogo Barbosa Machado.

III como uma narrativa exemplar, como um relato que dramatizava os valores que tais tratados apresentavam como ideais ao jovem rei.

Minha ideia, porém, encontrou alguns percalços. Camões, um homem do século XVI, endossava valores daquele período, porém, ele era poeta, e não tratadista. Sua aula a D. Sebastião era *Os Lusíadas* (1572), e não outro texto. Se havia pontos de convergência entre Camões e os tratadistas que lhe foram contemporâneos também havia divergências. D. Afonso IV, rei guerreiro e filho desobediente de D. Dinis, no épico, recebia mais atenção do que seu pai. Por que isso? Logo, dei-me conta de que a associação entre *Os Lusíadas* (1572) e os espelhos de príncipe não seria suficiente. Recorrer aos segundos para iluminar aspectos do primeiro era viável, mas não abrangia as exuberâncias e os desvios da narrativa camoniana.

Ocorreu-me, então, um ajuste. Os épicos, como é sabido, desde os tempos remotos, possuem uma dimensão integradora, ou seja, são textos que estabelecem vínculos entre os comportamentos modelares para uma cultura e os seus integrantes. Hansen escreve a respeito das epopeias compostas entre os séculos XVI e XVIII que:

Como outros gêneros desse tempo, a poesia épica reproduz ficcionalmente aquilo que cada membro do “corpo místico” *já é*, prescrevendo que *deve ser e permanecer como o que já é*. Assim, figurando o espaço público como totalidade mística do “bem comum”, a epopeia é uma teatralização corporativista dos valores elevados dos “melhores” do “corpo místico” do Estado. (HANSEN, 2008, p. 24, grifo do autor).

O que é endossado por Paz:

[...] na épica, o povo é visto como origem e como futuro, quer dizer, como um destino unitário, ao qual a ação heroica dotou de um sentido particular (ser digno dos heróis é continuá-los, prolongá-los, assegurar um futuro a esse passado que sempre se apresenta aos nossos olhos como um modelo); (PAZ, 2013, p. 201)

Os épicos, portanto, são panteões nos quais os heróis de um determinado povo estão expostos. Aquiles era o modelo de guerreiro para a Grécia arcaica, Eneias reunia as virtudes estimadas na Roma de Augusto, Vasco da Gama era o paradigma do vassalo português. Passei, então, a ver o canto III como um compêndio de exemplos históricos, um catálogo de personagens modelares, um inventário dos Reis que deveriam integrar D. Sebastião não apenas à sua cultura, mas também à sua função, ao seu cargo régio. Essa ideia era mais interessante do que a anterior porque não enrijecia a apresentação camoniana da história portuguesa, não a tornava refém das virtudes almejadas e presentes nos espelhos de príncipes. *Os Lusíadas* (1572), como qualquer outro épico, apresentava exemplos. No seu caso específico, exemplos destinados a D. Sebastião. Contudo, as peculiaridades da apresentação camoniana – do inventário de reis apresentado no

poema – provinham do próprio poeta que, embora tenha recorrido às crônicas, não se limitou a reproduzi-las em verso.

Quais as razões da manutenção de algumas informações históricas presentes nas crônicas régias e quais os motivos da supressão de outras? Neste instante, a pesquisa sobre a formação de D. Sebastião veio à tona. Descobri, através dela, que, no século XVI, a educação do jovem rei havia sido um assunto complexo. Grupos diversos, presentes na corte portuguesa, possuíam interesses distintos sobre D. Sebastião. Logo, buscavam formá-lo sob a alçada de seus valores, sob a influência de sua visão de mundo. Esses grupos, mesmo após a ascensão do monarca ao cargo real, continuaram digladiando-se, buscando a todo custo estender seus ideais a ele. Assim, em vez de vincular o canto III de *Os Lusíadas* (1572) aos espelhos de príncipes, percebi ser mais fecundo associá-lo com tal questão da corte portuguesa. Esse impasse estava expresso em gêneros diversos: crônicas, cartas, memórias, atas de reuniões, poemas, dentre outros. Cada gênero registrava, a partir de suas especificidades textuais, a volatilidade daquela ambiência política. Ao passo que os tratados pedagógicos diziam o que o rei devia ser e como seria a corte ideal, esses outros textos haviam cartografado aquilo que efetivamente tinha sido a corte sebastiana.

Assim, a ideia inicial converteu-se nesta tese. Recapitulo e sintetizo as proposições: a educação de D. Sebastião ocorreu em meio a uma disputa acirrada para ver quem o educaria, quem influiria decisivamente na constituição de seu imaginário. Nesse período, Camões compôs um épico que continha muitos exemplos régios. A partir das especificidades da ambiência cortesã e das próprias demandas formativas do jovem Rei, o poeta foi adequando as imagens desses Reis, endossando, ou reformulando, exemplos reais que estavam bem difundidos no ambiente lusitano.

Dessa forma, o primeiro capítulo desta tese apresenta a ambiência da corte portuguesa na segunda metade do século XVI, período em que dois integrantes da família real, D. Catarina e D. Henrique, batalhavam, juntamente com seus partidários, pela regência durante a menoridade de D. Sebastião e pela chance de influenciarem a formação do Rei. O partido de D. Catarina estava alinhado com os interesses castelhanos na Península Ibérica, defendendo uma aproximação cada vez maior com os Habsburgo espanhóis. Já os partidários de D. Henrique, descritos como nacionalistas, preferiam a autonomia de Portugal em face dos vizinhos castelhanos. Ambos tentaram influenciar a educação de D. Sebastião, oferecendo-lhe exemplos, ou de Carlos V – a grande referência da política espanhola –, ou dos antigos monarcas portugueses. Tendo seu imaginário moldado por essas referências, D. Sebastião se tornaria um regente próximo de algum desses paradigmas e, conseqüentemente, ou se alinharia com Castela,

ou seria um defensor da independência portuguesa para administrar seus próprios negócios. Além desse dualismo político, havia o fato de os jesuítas fornecerem-lhe uma educação caracterizada por alguma intransigência religiosa e o agravante da nobreza cultuá-lo como um renovador da expansão portuguesa na África. O jovem Sebastião, portanto, era a confluência de interesses diversos. Para reconstituir, parcialmente, esse ambiente da corte, recorreu-se a fontes quinhentistas e a investigações modernas do período, dentre as quais pode-se destacar, a biografia *D. Sebastião* (2009) de Maria Augusta Lima Cruz, as crônicas de Frei Bernardo da Cruz (1903) e Frei Amador Rebello (1616?), e o tratado *Da Ensinança e Educação do Rei* de D. Jerônimo Osório (2005). Ainda neste capítulo, para complementar a reflexão sobre a formação de D. Sebastião, apresenta-se a importância do exemplo para a educação quinhentista, mais especificamente, em Portugal. Nesta primeira seção, o Rei de Melinde, presente nos cantos III, IV e V, é analisado como uma projeção ficcional de D. Sebastião. Durante essa análise, recorre-se aos conceitos de *ficção de leitor e leitor implícito* de Wolfgang Iser (1996), vinculando-os com a dedicatória, o epílogo e certas passagens herméticas do canto III.

O segundo capítulo apresenta alguns conceitos fundamentais para a mentalidade monárquica do Portugal quinhentista. Dentre esses conceitos estão a definição de *fortuna*, o conceito de *bem comum* e a ideia do rei como o correspondente terreno de uma divindade. Tais características enformam a cultura e a política monárquica portuguesa. Na sequência, mostra-se que os exemplos e mitos são capazes de reforçar os vínculos entre um indivíduo e a cultura da qual ele faz parte. Um mito como a aparição do Cristo para Afonso Henriques, na véspera da batalha de Ourique, integrava os portugueses do século XVI à ideia de Portugal como reino escolhido por Cristo, além de reforçar a antinomia com os muçulmanos. O tópico final deste capítulo mostra que o poema épico era um inventário de mitos e exemplos, logo, tais obras vinculavam o indivíduo às culturas nas quais estavam inseridos. Para tal exposição, empregam-se as reflexões de Geertz (2017), Eliade (2017), Jolles (1976), Hansen (2008), dentre outros. Recorre-se também a textos que indicam a repercussão de *Os Lusíadas* na audiência quinhentista.

A terceira seção da tese reflete sobre a crônica histórica. É importante abordar esse gênero porque através dele os retratos dos dirigentes da dinastia de Borgonha foram popularizados na passagem do século XV para o século XVI. Assim, serão apresentadas as funções exemplar e mítica que as crônicas possuíam. À proporção que elas apresentavam determinada regência de Portugal, tais obras fixavam uma imagem, um retrato daquele monarca e daquele período no imaginário dos leitores. Para a caracterização da crônica histórica e de sua funcionalidade, recorre-se a Reinhart Koselleck (2015) e a Susani França (2006). No curso do

capítulo, são delineadas as imagens da dinastia de Borgonha que os textos de Duarte Galvão (1906), Fernão Lopes (1895-1896; 1932) e Rui de Pina (1906a; 1906b; 1906c; 1907a; 1907b) popularizaram entre os portugueses do século XVI.

Por fim, no último capítulo, se apresenta como Camões retratou os dirigentes da primeira dinastia portuguesa no canto III. Nesta apresentação se vincula a reprodução de episódios relevantes da casa de Borgonha, assim como a ausência de eventos pertinentes dessa mesma dinastia, às demandas políticas da corte sebástica e às especificidades da formação de D. Sebastião. Ou seja, no canto III, a reprodução, ou a omissão, de passagens expressivas dessa linhagem estavam ligadas às questões da corte. Questões essas que, conforme mencionado anteriormente, foram rastreadas em discursos coevos.

1.1 Algumas ressalvas

Ao longo da pesquisa, deparei-me com documentos, crônicas e poemas escritos com ortografias que iam do português quinhentista ao português setecentista. Quando tais textos possuíam edições modernas, recorri a elas. Quando não possuíam, optei por manter o texto conforme o registro consultado. Tentar modernizar o idioma, para mim, seria um risco, uma vez que não possuo formação filológica adequada para tal. Ressalto que a *Relação da vida d'El-Rei D. Sebastião*, escrita pelo padre Amador Rebello, possui uma edição novecentista. Após longas buscas em sebos e bibliotecas brasileiras, não a encontrei. Decidi, então, recorrer ao manuscrito de 1616, disponível na *Biblioteca Nacional Digital de Portugal*. O *Leal Conselheiro* de D. Duarte também possui edições que vieram à tona durante o século XX, uma, inclusive, bastante conhecida publicada pela *Imprensa Nacional – Casa da Moeda*. Contudo, após procuras exaustivas e frustrantes em sebos e livrarias, não utilizei edições modernas, nem o manuscrito, mas o texto que veio à tona em Paris, no ano de 1842. Para as crônicas de Duarte Galvão e Rui de Pina, recorri aos volumes da *Escriptorio*, publicados no início do século XX. Esses livros, entretanto, são reimpressões das edições preparadas por Miguel Lopes Ferreira na primeira metade do século XVIII. Dessa forma, li e citei os dois cronistas em livros publicados no século XX, mas que mantinham o português dos anos 1700. O mesmo procedimento ocorre com a *Chronica d'el-Rei D. Sebastião* de Frei Bernardo da Cruz. O volume da *Escriptorio* é a edição preparada por Alexandre Herculano no século XIX. Os demais arcaísmos são provenientes, ou de *fac-símiles*, ou de edições diplomáticas.

Por que escolher apenas o canto III como objeto de estudo desta tese? Já que tanto o canto III quanto o canto IV são apresentações da história portuguesa, por que estudar apenas

um deles? O motivo da escolha é que, durante o século XVI, já havia uma imagem bem definida da dinastia de Borgonha, linhagem cuja história é narrada no canto III. Tratava-se de um passado distante. Cronistas como Fernão Lopes, Duarte Galvão e Rui de Pina já tinham estudado diversas fontes para propor um retrato dessa primeira linhagem portuguesa em seus textos e tais retratos foram, efetivamente, popularizados a partir de finais do século XV. Assim, era mais fácil averiguar o modo como Camões manuseou tais imagens. Por sua vez, a dinastia de Avis, apresentada no canto IV, ainda reinava no século XVI – D. Sebastião e D. Henrique seriam seus últimos representantes. Além disso, por ser um passado bem mais recente, os cronistas que a retrataram nem sempre se limitaram à análise documental, recorrendo também à observação direta e às próprias memórias.

Uma ressalva deve ser feita em relação ao termo *sujeito ilocutório*, que empreguei diversas vezes na tese. Há, na crítica camoniana, inumeráveis maneiras de se referir ao “eu” que se expressa na dedicatória, nos excursos e no epílogo do poema. Obviamente, aquele que narra a viagem às Índias é a *persona* fictícia intitulada narrador. Os demais personagens que relatam são narradores-personagens (Vasco da Gama, o marinheiro Veloso, dentre outros). Mas quanto àquelas passagens? Como intitular o eu que fala na dedicatória, nos excursos e no epílogo?

António José Saraiva (1972b) diz ser o próprio autor que, dirigindo-se a D. Sebastião, dedica-lhe o poema, queixa-se nos excursos e conclui o texto no epílogo. Saraiva (1984), porém, admite que entre o início e o final do texto, o tempo não passa nem para o eu que fala, nem para o D. Sebastião que escuta, tratando-se, portanto, de uma ficção do emissor e do receptor. Vítor Aguiar e Silva (2011) na entrada *Camões e D. Sebastião* também vê o “eu” que se expressa nessas passagens como o poeta. Utilizo a expressão *sujeito ilocutório*. Tomo emprestado esse termo de Luís de Oliveira e Silva (2011a), que a empregou na entrada *Autor e narrador n’Os Lusíadas*, presente no *Dicionário de Luís de Camões* (2011). Este crítico questiona a frequente identificação da voz que se expressa na dedicatória, no epílogo e nos excursos com o homem empírico Luís de Camões. Embora exista uma grande similaridade entre esse ente fictício e o poeta, o crítico observa que a identificação é problemática. Trata-se de uma ser fictício, mesmo que construído sobre um flagrante realismo: “A pessoa nem sempre se revela na *persona*. A *persona* nem sempre se revê na pessoa. O *eu* que confeciona o artefacto, encarregado de vocalizar o processo poético, nunca é exatamente o eu (self) do sujeito empírico, embora, por vezes, não seja fácil destrinchá-los, já que um se insinua imperceptivelmente no outro.” (SILVA, 2011, p. 54). Dessa forma, penso que o homem Luís Vaz de Camões morreu em 1580. O sujeito de linguagem, no entanto, a entidade mediadora entre quem escreveu o poema e seus prováveis

leitores renasce sempre que os versos são relidos. Trata-se de um ser de palavras, construído com a matéria histórica do autor empírico, mas que permanece vivo. Esse parecer – e a expressão utilizada – não contradizem a ideia de um diálogo entre Camões e D. Sebastião. A dimensão retórica do texto e sua dimensão áulica não permitiriam enxergar esse “eu” como alguém totalmente dissociado da ambiência quinhentista. Simplesmente pondero que o Camões presente no poema é um ser textual e que o D. Sebastião implícito na dedicatória, nos excursos e no epílogo, também. No século XVI, contudo, ao ler, ou escutar, a obra, o jovem rei exercia esse papel retórico, equivalendo de modo isomórfico ao seu correlato fictício.

Ressalto ainda que, quando uma passagem d’*Os Lusíadas* (1572) for citada nesta tese, o número à esquerda do primeiro verso da citação será o da estrofe. Logo abaixo, juntamente com a indicação de referência bibliográfica, estará o canto.

Finalmente, gostaria de expressar minha gratidão a duas obras que muito contribuíram para o desenvolvimento das intuições deste trabalho. Refiro-me à *Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII* de João Adolfo Hansen e a *O sistema da poesia épica quinhentista: Camões, Corte-Real e os contemporâneos* de Hélio Alves. A primeira, escrita como tese de doutorado em 1987 e publicada dois anos depois, renovou os estudos sobre o “boca do inferno”. A segunda, escrita em 1999 e publicada em 2001, embora possa ser reconhecida como um clássico dos estudos camonianos, teve a desdita de vir à tona numa época em que cada vez menos gente lê *Os Lusíadas* (1572). Ressalto que, embora tenham aberto, para mim, muitas possibilidades de reflexão sobre a literatura antiga nos seus contextos de produção, não procurei imitá-las, nem seguir seus métodos. A reflexão sobre o mito e sobre o imaginário distancia esta tese de tais textos. A escrita desta tese, para mim, teve ainda uma estranha ironia. Numa época em que os estudos sobre Camões escasseiam na universidade brasileira. Numa época em que, para muitos, já não há mais o que falar sobre os textos antigos, vejo Olavo de Carvalho e Steve Bannon cumprirem um papel de verdadeiros conselheiros de príncipes, propondo narrativas do passado e moldando o imaginário de seus pupilos e seguidores.

2 CAMÕES E A FORMAÇÃO DE D. SEBASTIÃO

Este capítulo aborda as relações entre D. Sebastião e Camões. De modo mais específico, trata dos vínculos entre o jovem regente português e *Os Lusíadas* (1572). Pode-se dividir esta seção em dois grandes blocos. No primeiro, são apresentadas interpretações que vincularam o poema camoniano a esse rei. Tais leituras punham luz sobre o endereçamento da obra a D. Sebastião e, principalmente, sobre as repercussões textuais desse direcionamento, dito de outro modo, tais críticos buscavam responder a seguinte pergunta: que consequências temáticas e estilísticas, a interlocução estabelecida entre o poeta e D. Sebastião originou no texto? Serão comentadas as respostas de António Sérgio (1972) e António José Saraiva (1972a, 1972b, 1980, 1996).

Na segunda parte do capítulo, é feita uma exposição das questões referentes à educação de D. Sebastião. Jovem monarca que já nascera sem o pai e, nos primeiros dias de vida, fora separado da mãe, o rei cresceria cercado de expectativas messiânicas e à sombra de dois regentes – D. Catarina de Habsburgo e D. Henrique – que travavam um duelo silencioso para influenciá-lo, representando uma cisão na própria família real e na nobreza de Portugal. Após a apresentação dos problemas concernentes à educação do rei, será abordada a importância do exemplo na sua formação. Averiguar-se-á que D. Sebastião, mirando algumas condutas que considerava modelares, quer de seus antecessores, quer de seus contemporâneos, moldou sua visão de mundo. Por fim, será observado como Camões tomou parte nesta discussão, projetando, n' *Os Lusíadas* (1572), um diálogo – às vezes, velado, às vezes manifesto – com o monarca. Nesta interlocução ficcional, o sujeito ilocutório demonstra a intenção de lhe fornecer exemplos. Exemplos esses que deveriam encaminhá-lo para um tipo específico de administração.

2.1 ...Segundo António Sérgio

António Sérgio, em 1924, publicou uma antologia de textos escritos por contemporâneos de D. Sebastião. O objetivo da publicação era demonstrar que, durante seu reinado, aquele rei não possuía o prestígio e o respeito que iria adquirir após seu desaparecimento em Alcácer-Quibir. Os textos presentes na publicação eram obras – ou trechos de obras – que retratavam a ambiência da corte sebástica, informavam a opinião do povo sobre o monarca e narravam a fracassada jornada em Marrocos. Alguns escritos, inclusive, haviam sido compostos por privados do próprio rei.

A publicação de *O desejado* (1924), título dessa reunião de escritos, acirrou os ânimos daqueles que advogavam a memória do mítico rei português e, no ano seguinte, António Sérgio publicou o ensaio *Camões Panfletário* (1925, 1972)³, uma resposta aos que, retorquindo-o, mencionavam Luís de Camões como um adepto do expansionismo sebastianista. Segundo esses opositores de António Sérgio, o poeta português em *Os Lusíadas* (1572) incitou o jovem monarca a prosseguir a expansão portuguesa pelo Marrocos e pela Ásia, sendo a própria matéria do poema – a viagem às Índias – um indício desse estímulo. O ensaio de António Sérgio, portanto, inseria-se em um debate mais amplo sobre a regência sebástica, no qual o autor tentava discernir, entre as quimeras do sebastianismo, as impressões dos quinhentistas sobre aquele reinado.

Dessa forma, o ensaísta português, ao propor uma leitura de *Os Lusíadas* (1572) em *Camões Panfletário* (1925), estava interessado em ver como da obra partiam estímulos à ação régia e que tipo de atitude e decisões eram incentivadas pelo poema. Discernindo-as, ele poderia ter uma imagem mais fidedigna da ambiência política em que o texto fora composto.

A tese central do ensaio dizia respeito à natureza das advertências presentes em *Os Lusíadas* (1572). Para António Sérgio, o tom predominante em tais trechos era o de crítica. Nas passagens onde ocorria um aparente entusiasmo com o projeto africano de D. Sebastião, ou havia convencionalismo épico, gênero em que a menção às batalhas era imprescindível, ou se tratava de um incentivo à defesa da religião cristã. Assim, o crítico afirmava:

[...] o verdadeiro pensamento do nosso poeta, a sua atitude perante o rei, não parece difícil de determinar: [é] a da severa admoestação. [...].
 Pode-se dizer, sem exagero, que nunca as queixas contra a governança foram em Portugal de tanta energia como quando reinou o Desejado; e que nos *Lusíadas* se reflectem elas de maneira incisiva e contumaz. (SÉRGIO, 1972, p. 104-105, grifo do autor)

António Sérgio, para exemplificar sua tese, citou uma série de trechos do poema em que há reprimendas a aspectos do exercício régio e cotejou-os com documentos e fragmentos de autores coevos ao reinado sebástico nos quais as críticas à regência eram explícitas. Esse confronto buscava descerrar os significados velados e os juízos obscuros de tais estrofes d'*Os Lusíadas* (1572). Por exemplo, no canto VIII do épico, o deus Baco metamorfoseia-se em Maomé e aparece em sonhos a um sacerdote muçulmano que residia na Índia. Durante a aparição, o deus do vinho diz ao islamita que os portugueses eram corsários:

³ Citei esse ensaio na edição das *Obras Completas* de António Sérgio.

47. Em forma do Profeta falso e noto
 Que do filho da escrava Agar procede,
 Baco odioso em sonhos lhe aparece,
 Que de seus ódios inda não dece.

48. E diz-lhe assi: «Guardai-vos, gente minha,
 Do mal que se aparelha pelo immigo
 Que pelas águas húmidas caminha,
 Antes que esteis mais perto do perigo.»
 (CAMÕES, 2003, c. VIII, p. 278-279)

Ao acordar, o sacerdote narra o sonho a outros mouros e juntos decidem persuadir as autoridades locais a aceitarem essa opinião. A estratégia utilizada pelos muçulmanos para convencer os líderes indianos foi o suborno:

53. Com peitas, ouro e dádiva secretas
 Conciliam da terra os principais;
 E com razões notáveis e discretas
 Mostram ser perdição dos naturais,
 Dizendo que são gentes inquietas,
 Que, os mares discorrendo, Ocidentais,
 Vivem só de piráticas rapinas,
 Sem Rei, sem Leis humanas ou divinas.
 (CAMÕES, 2003, c. VIII, p. 280)

Nesse trecho, o narrador interrompe o relato e faz menção à importância de bons conselheiros, pois aqueles confidentes que põem os próprios interesses em primeiro plano são passíveis de serem corrompidos:

54. Oh! Quanto deve o Rei que bem governa
 De olhar que os conselheiros ou privados
 De consciência e de virtude interna
 E de sincero amor sejam dotados!
 Porque, como este posto na superna
 Cadeira, pode mal dos apartados
 Negócios ter notícia mais inteira
 Do que lhe der a língua conselheira.
 (CAMÕES, 2003, c. VIII, p. 280, grifo nosso)

Segundo António Sérgio, essa estrofe – aparentemente objetiva – possuía mais de uma significação. O sentido explícito vinculava-se à matéria narrada, tratando-se de uma reflexão sobre o suborno de alguns líderes indianos pelos muçulmanos. Contudo, o sentido implícito dizia respeito à relação entre D. Sebastião e os privados viciosos, ou seja, aqueles cortesãos que punham os próprios benefícios antes do *bem comum* do reino. Para tornar sua hipótese verossímil, António Sérgio cotejou tais estrofes com um discurso feito a D. Sebastião por Aleixo de Meneses, seu preceptor:

«[...] de onde se seguirá que, *apartados de vós aqueles que com verdadeiro amor vos podem desenganar das faltas que há no governo, e cercado de quem por se sustentar na privança aprova por justos os erros do vosso gosto*, padeça o Reino grandes trabalhos, e o ânimo de vossos Vassallos não seja para com V. Alteza o que soía ser para com os Reis vossos antepassados.» (SANTOS, 1735, p. 109 apud SÉRGIO, 1972, p. 101, grifo nosso)

Na comparação entre a estrofe do poema e a sentença do preceptor, os líderes indianos coniventes com o suborno correspondem aos privados tolerantes com as más atitudes régias. Enquanto uns vendem-se por prêmios, os outros deixam de cumprir sua função de bem aconselhar para adquirirem prestígio com o jovem rei, o que lhes garantia privilégios.

Um dos méritos desse método de António Sérgio era discernir significações veladas em passagens que, aparentemente, eram apenas trechos da matéria épica. Assim, o ensaísta português ampliou consideravelmente o *corpus* textual no qual o sujeito ilocutório mantinha diálogo com D. Sebastião. Para António Sérgio, a interlocução não ficava restrita à dedicatória, aos excursos e ao epílogo, estando presente em inúmeras passagens da narrativa. Segundo o crítico, outras estrofes nas quais se estabelecia tal vínculo eram aquelas que mencionavam a narrativa greco-latina de Actéon. Nesta passagem do poema, localizada no canto IX, o deus cupido prepara uma expedição. Contudo, a campanha não possui natureza militar, mas erótica, uma vez que ele, juntamente com um pequeno séquito, prepara-se para flechar ninfas e navegantes portugueses, tornando-os apaixonados. O narrador observa que a pulsão erótica das flechadas de cupido, é capaz de corrigir o mundo, instância onde os homens apegam-se àquilo que é transitório e supérfluo. Logo em seguida, apresenta Actéon, os dirigentes egoístas e os bajuladores como exemplos de apreço pelas superficialidades enganosas:

25. Já sobre os Idálios montes pende,
Onde o filho frecheiro estava então,
Ajuntando outros muitos, que pretende
Fazer hũa famosa expedição
Contra o mundo revelde, por que emende
Erros grandes, que há dias nele estão,
Amando cousas que nos foram dadas
Não pera ser amadas, mas usadas.

26. Via Actéon na caça tão austero,
De cego na alegria bruta, insana,
Que, por seguir um feio animal fero,
Foge da gente e bela forma humana;
E por castigo quer, doce e severo,
Mostrar-lhe a fermosura de Diana;
(E guarde-se não seja inda comido
Desses cães que agora ama, e consumido).

27. E vê do mundo todos os principais,
 Que nenhum no bem púbrico imagina;
 Vê neles que não tem amor a mais
 Que a si somente, e a quem Filáucia insina;
 Vê que esses que freqüentam os reais
 Paços, por verdadeira e sã doutrina
 Vendem adulação, que mal consente
 Mondar-se o novo trigo florecente.
 (CAMÕES, 2003, c. IX, p. 299)

Actéon na mitologia greco-latina era um ávido caçador da Beócia. Em determinada ocasião, vagando pelos montes daquela região, ele deparou-se com Diana, deusa da caça, que banhava em uma fonte de águas cristalinas. Envergonhada com a presença do intruso, a divindade aspergiu-o com água, transformando-o em cervo. Pouco depois, entrevistado – mas não reconhecido – por seus cães, Actéon foi perseguido e dilacerado pela própria matilha que o acompanhava nas caças. António Sérgio cotejou a estrofe 26 com a *Chronica d’El-Rei D. Sebastião* (1586) de Frei Bernardo da Cruz. Na crônica, o ensaísta encontrou menções aos longos períodos que o jovem Rei dedicava à caça:

[...] ajuntou também o gosto de todo o género de caça e montaria, no qual se ocupava e gastava a mor parte do tempo nas suas coutadas de Almeirim e Salvaterra em inverno, e Sintra no verão, nos quais era tão curioso e fragueiro, que comumente se lhe reputava por vicio tão continua ocupação, [...] (CRUZ, 1903 apud SÉRGIO, 1972, p. 98)

O crítico, ao comparar os fragmentos, levantou uma hipótese sobre a identidade do Actéon presente n’*Os Lusíadas* (1572), identificando-o com D. Sebastião. Desta forma, no épico, a personagem mitológica seria uma alegoria do jovem rei e a fuga da *bela forma humana* corresponderia a sua antipatia pelas mulheres: “[...] a pureza de castidade, que elle guardou até a morte, com limpeza virginal, em cuja guarda foi sempre tão zeloso e acautelado de toda a comunicação, e ainda da vista ou falla de mulheres, que vieram os menos honestos a dizer d’elle, que não amava as mulheres [...]” (CRUZ, 1903, v. 2 p. 107). Após apontar essa correspondência, António Sérgio interpretou os individualistas e os adutores, mencionados na estrofe 27, como os cortesãos da corte sebástica e enxergou, na imagem do ramo que não floresce, uma referência às potencialidades não desenvolvidas do jovem rei. Para endossar sua interpretação dessa passagem, António Sérgio recorreu a Manuel de Faria e Sousa, um comentarista que, vivendo e pesquisando em um horizonte histórico mais próximo de Camões, também decifrou a alusão. O letrado seiscentista, nos seus comentários ao épico camoniano, propôs a mesma identificação entre D. Sebastião e Actéon e apontou o trecho como uma censura ao rei:

[...] Aguda, disimulada e osadamente reprehende en la cara al Rey Don Sebastian, que entonces, por darse mucho a la montería, faltava en la corte i a algunas obligaciones de Príncipe, que ha de mirar por la conservación de su estado; i uma dellas era la sucesión, no atendiendo a casarse ni a tener afición a damas, que es cosa natural; sino a andar siempre entre fieras [...] (FARIA E SOUSA, 1639 apud SÉRGIO, 1972, p. 97)

Faria e Sousa, estudando *Os Lusíadas* (1572) de Camões algumas décadas após sua publicação e escrevendo em um período no qual as convenções retóricas ainda eram familiares, reconstituiu significados evidentes na leitura quinhentista de Camões, mas abstrusos para os leitores pós-românticos do texto. António Sérgio, por sua vez, debatendo o texto quando outros valores estéticos vigoravam, recorreu ao cotejo com outras produções quinhentistas para reestabelecer tais sentidos.

Stephen Greenblatt (1991, p. 250) nomeou *ressonância* este potencial de uma obra de arte para despertar – no espectador de outras épocas – um panorama das forças culturais que convergiram no seu processo de produção. Segundo o crítico norte-americano, o texto literário retém os mais diversos aspectos culturais da ambiência em que foi produzido. Esse ambiente de produção é sempre um tecido de forças sociais em constante interação. O leitor de outras épocas, porém, ao apreciar o texto, nem sempre consegue vislumbrá-lo. O crítico, pondo a obra lado a lado com outros discursos coevos, – como fez António Sérgio – pode recompor, em parte, o horizonte simbólico no qual ela foi produzida. Portanto, ao cotejar trechos de *Os Lusíadas* (1572) com o discurso do preceptor Aleixo de Meneses e com a crônica de Frei Bernardo da Cruz, António Sérgio observou que ressoavam, no poema, ecos das querelas políticas vigentes na corte de D. Sebastião. Esse expediente não se tratava de procurar um referente externo para a obra, mas de uma tentativa – sempre parcial – de reconstrução do tecido social e do arranjo cultural no qual ela foi composta:

A idéia não é encontrar fora da obra de arte uma rocha para nela amarrar com segurança a interpretação literária, mas sim situar a obra em relação a outras práticas representacionais operativas na cultura, em um determinado momento tanto de sua história como da nossa. [...] ela exige uma tentativa de reduzir o isolamento das “obras-primas” individuais, de iluminar as condições de sua feitura, de revelar a história de sua apropriação e as circunstâncias em que chegaram a ser exibidas, de restaurar a tangibilidade, a abertura, a permeabilidade de fronteiras que possibilitaram aos objetos, antes de mais nada, ganhar existência. (GREENBLATT, 1991, p. 251)

A adoção de tal estratégia permitiu a António Sérgio identificar, n’*Os Lusíadas* (1572), as críticas aos cortesãos lisonjeiros, as referências ao vício da caça, e à misoginia de D. Sebastião.

Um tópico inovador da abordagem do crítico português foi a hipótese de que reverberava no poema uma insatisfação popular com D. Sebastião. Se a hipótese de um tom crítico⁴, perpassando muitas passagens do texto, não era usual nos estudos camonianos, sugerir que esse aborrecimento tinha feição popular era ainda mais estranho, visto que o sebastianismo, surgido duas décadas após o desaparecimento do rei, viria a ser um movimento desse cariz. Para embasar tal conjectura, António Sérgio fez um levantamento das controvérsias ocorridas – e documentadas – na regência em questão e averiguou se havia menções, mesmo que veladas, a elas no texto. Dois eventos despertaram a curiosidade do crítico. O primeiro foi uma desvalorização proposital das moedas de cobre em 1568. O segundo, a má recepção ao rei, ocorrida na universidade de Coimbra em 1570.

As moedas de cobre foram postas em circulação durante a regência de D. João III, avô de D. Sebastião, e eram usadas para a compra de produtos com custo baixo, já que pouco valiam. D. Sebastião, para acabar com a grande circulação de suas falsificações, que transitavam pelo reino, diminuiu consideravelmente o seu valor na quarta-feira santa de 1568. De um dia para o outro, o dinheiro que o povo dispunha para suas necessidades primárias desvalorizou-se e muitos se tornaram miseráveis.

António Sérgio, apoiado em uma memória⁵ do período, observou que os membros dos conselhos reais, conhecendo previamente a decisão régia, tiraram proveito da situação, aproveitando para pagar dívidas com as tais moedas de cobre que, logo desvalorizadas, não lhes fizeram muita falta. O manuscrito coevo menciona ainda que principalmente oficiais e soldados tiveram essa espécie de prejuízo. O crítico português, respaldado pelas informações dessa memória, concedeu novas interpretações a algumas estâncias do poema, enxergando nelas, em vez de generalizações sobre o ofício de governar, referências claras ao episódio da quebra da moeda:

85. Nem, Camenas, também cuideis que cante
Quem, com hábito honesto e grave, veio,
Por contentar o Rei, no ofício novo,
A despir e roubar o pobre povo!

86. Nem quem acha que é justo e que é direito
Guardar-se a lei do Rei severamente,
E não acha que é justo e bom respeito
Que se pague o suor da servil gente;
Nem quem sempre, com pouco experto peito,
Razões aprende, e cuida que é prudente,
Pera taxar, com mão rapace e escassa,

⁴ Entenda-se: Um tom crítico *com D. Sebastião*.

⁵ Texto manuscrito curto e de natureza memorialística.

Os trabalhos alheios que não passa.
(CAMÕES, 2003, c. VII p. 266, grifo nosso)

Na estrofe 86, *a lei do rei* seria uma referência à determinação sobre as moedas de cobre. Já *o suor da servil gente*, uma alusão aos serviços (não) pagos com tais vinténs. Logo, para o ensaísta português, havia no poema camoniano indícios de uma insatisfação com o rei, que não estava vinculada apenas a uma postura pessoal do poeta, possuindo origem nas diversas decisões impopulares que o regente tomara.

O crítico ainda recorreu a uma antiga narrativa que circulava entre os quinhentistas. Segundo tal estória, nos dias que o rei passou em Coimbra, no ano de 1570, dois homens a cavalo foram vistos próximo ao paço, gritando-lhe impropérios. Os populares acreditavam tratar-se de D. Afonso Henriques e D. Sancho I – os dois primeiros reis de Portugal – que haviam retornado para protestar contra a regência sebástica. Mesmo que essa narrativa fosse fruto da imaginação popular e suas fontes fossem imprecisas, António Sérgio observou que ela ilustrava bem, sob os moldes do imaginário quinhentista, o sentimento do povo em relação ao monarca: “Mais significativo que tudo isto, no entanto, para avaliarmos o sentir comum, me parece o facto de acreditar o vulgo que era o fundador da monarquia, D. Afonso Henriques, e seu filho, quem ressurgia diante dos paços a repreender o desvairado rei” (SÉRGIO, 1972, p. 106). É importante observar a originalidade dessa abordagem. O que aparentemente era apenas um caso popularizado entre os coimbrãos, nas mãos de António Sérgio, tornou-se um forte indício da percepção política dos portugueses. Uma anedota, uma estória, embora carecessem de fonte segura e de comprovação factual – já que provinham da fantasia da arraia miúda – ilustravam um estado de espírito e, por isso, não podiam ser negligenciadas. O crítico enxergou na historieta o desdobramento espontâneo da cosmovisão de um povo, desdobramento que engendrava sentidos e enriquecia o catálogo de narrativas desse grupo social. Essa atenção dada por António Sérgio ao episódio constituía um ponto de convergência com o *new historicism*, que surgiria décadas mais tarde. Segundo Stephen Greenblatt (1991), estórias como essas, quando postas lado a lado com textos canônicos, poderiam mostrar ao crítico que as potencialidades imaginativas de um autor muitas vezes eram aspectos compartilhados pelos outros homens de uma cultura ou de uma época, ou seja, o que aparentava ser singular era recorrente nas construções simbólicas daquele período:

Os críticos ligados ao novo historicismo se interessam por expressões culturais como acusações de bruxaria, manuais médicos ou vestimentas não enquanto matéria-prima, mas enquanto matéria “cozida” – complexas articulações simbólicas e materiais das estruturas imaginativas e ideológicas da sociedade que as produz. Consequentemente,

ao menos em alguns de seus trabalhos (com toda a certeza, nos meus) existe uma tendência a deslocar parcialmente o foco da obra de arte, que é seu objeto formal, para práticas correlatas aduzidas ostensivamente com o fito de iluminar aquela obra. (GREENBLATT, 1991, p. 250)

Assim, no caso específico d’*Os Lusíadas* (1572), António Sérgio demonstrou que o desalento do sujeito ilocutório com cortesãos, com fidalgos e até com D. Sebastião era um sentimento coletivo. Frequentemente definido como consequência da observação camoniana do império português no oriente, o crítico inseriu essa amargura em um quadro de desânimo geral com a regência sebástica.

Esta tese compartilha com o ensaio de António Sérgio a ideia de uma repercussão textual oriunda do endereçamento d’*Os Lusíadas* (1572) a D. Sebastião. Entretanto, enquanto o ensaísta lusitano observou que as consequências textuais deste encaminhamento eram de natureza crítica e doutrinária, ou seja, alguns trechos do poema tinham a função de censurar e aconselhar – quer de modo claro, quer de modo velado – D. Sebastião, este trabalho apresenta a hipótese de uma proposição do passado português com o intuito de orientar o jovem monarca. Isto é, o rei imaturo podia aprender com os exemplos dos antigos.

2.2 ...Segundo António José Saraiva

António José Saraiva propôs pela primeira vez a hipótese de *Os Lusíadas* (1572) serem uma espécie de tratado didático na obra *Lúis de Camões* (1959, 1972a)⁶. Naquele volume, o pensador observava que, no poema, Camões endossava valores da nobreza. O apoio a esses traços nobiliárquicos ocorria principalmente nos excursos do épico, sob a forma de censuras e elogios. Censuravam-se, dentre outros aspectos, o apego ao dinheiro e o ócio proveniente da riqueza herdada, características burguesas. Elogiavam-se a iniciativa própria e o empenho na difusão do cristianismo. Segundo Saraiva, essas passagens estabeleciam uma interlocução entre o poeta e a nobreza. O diálogo buscava conscientizar os nobres de seu papel no reino português, pois – uma vez que D. Sebastião ainda era muito jovem – cabia-lhes assumir responsabilidades na condução de Portugal e, se possível, orientá-lo na administração. Expondo seu raciocínio, Saraiva observava: “Certamente a juvenildade do rei D. Sebastião, a sua dependência em relação aos tutores, consente esta atitude e fortifica o sentimento de uma responsabilidade colectiva da nobreza pelo destino do País.” (SARAIVA, 1972a, p. 167). No curso dessa explanação, o crítico chamava atenção para a relação estabelecida entre o poeta e o rei. Tratava-

⁶ Empregarei a 2ª edição, publicada em 1972, nas citações.

se de uma relação professoral, Camões fazia o papel do mestre que orientava seu aluno: “[...] o tom em que o Poeta se dirige ou alude ao jovem rei é o de um velho e experimentado fidalgo em funções de aio que pretende prevenir e doutrinar o pupilo [...]” (SARAIVA, 1972a, p. 167). Essa breve observação foi a primeira referência do crítico leiriense à ideia de um teor instrutivo, formativo que atravessava *Os Lusíadas* (1572) e tinha D. Sebastião como alvo.

Alguns anos mais tarde, Saraiva novamente daria destaque à ideia em um ensaio publicado no oitavo número da revista *Colóquio/Letras*. O texto *Os tempos verbais e a estrutura d’Os Lusíadas* (1972b) estudava a construção da temporalidade no interior do épico. A recorrência do tempo presente e do pretérito imperfeito criava o efeito que Saraiva intitulou *emergência do presente*, ou seja, quando se lê o texto, tem-se a impressão de que todos os eventos (a viagem, a narrativa histórica, as profecias) estão ocorrendo no mesmo instante. Esse efeito, segundo o crítico, estava associado à natureza didática do poema: “Camões está mostrando a D. Sebastião o que se vê numa esfera em que tudo está igualmente visível, o passado, como o presente e o futuro” (SARAIVA, 1972b, p. 42). O endereçamento do poema a D. Sebastião, dessa forma, tinha consequências na própria articulação estilística do texto, além de ser crucial para a escolha dos valores difundidos. O vínculo entre o poeta e o jovem rei era tão relevante que o crítico abria o ensaio propondo que o poema fora estruturado em torno dele: “*Os Lusíadas* estão concebidos como uma mensagem do Poeta ao rei.” (SARAIVA, 1972b, p. 32). A relação repercutiria até na própria trama do épico, já que, segundo Saraiva, a fidelidade demonstrada pelos integrantes da frota portuguesa buscava dar mostras, a D. Sebastião, da lealdade dos vassallos lusitanos. O crítico assinalava ainda que o teor instrutivo de *Os Lusíadas* (1572) tinha como meta estimular o rei a tomar ações semelhantes àquelas apresentadas no texto: “Na conclusão do Poema, o Autor volta a dirigir-se ao seu real ouvinte, tirando a moral da história e incitando-o a novos feitos.” (SARAIVA, 1972b, p. 33). Pode-se observar, então, que, neste segundo ensaio, Saraiva propunha um objetivo para a lição camoniana: incentivar o rei a feitos análogos àqueles que eram narrados. Enquanto na obra anterior, Saraiva mencionava a natureza instrutiva do épico, mas não especificava uma finalidade prática para ela – determinando-a apenas para a nobreza – em *Os tempos verbais e a estrutura d’os Lusíadas*, o pensador português apresentava o impulso, a motivação para ações similares como o propósito da preleção.

Nove anos mais tarde, em artigo saído nos *Arquivos do Centro Cultural Português* – periódico publicado em Paris pela *Fundação Calouste Gulbenkian* – Saraiva mais uma vez retornaria ao tema. Assim como no ensaio de 1972, o direcionamento de *Os Lusíadas* ao rei D. Sebastião era o eixo central do artigo *A «fábrica» d’Os Lusíadas*, isto é, partia-se dessa

constatação para se retirar conclusões de ordem vocabular e estilística. Uma das inovações desse texto em relação aos anteriores era a ideia de que a voz intratextual que se dirigia a D. Sebastião não devia ser confundida com o eu empírico do poeta. Ainda que houvesse semelhanças entre o Camões empírico e seu análogo ficcional, o último tratava-se de uma projeção fictícia, engenhosamente construída. A hipótese de uma personagem camoniana – a dialogar com D. Sebastião – esclarecia uma incongruência já notada em *Os Lusíadas*: durante tal diálogo, o tempo não passa para Camões nem para D. Sebastião. Segundo Saraiva, se realmente o Camões empírico expressasse suas opiniões ao regente, seria natural que, no curso da composição do texto, ele fosse adaptando seus conselhos ao rei, conforme esse fosse amadurecendo, ou seja, o tom da dedicatória não poderia ser o mesmo do epílogo. Caso o poeta tivesse composto as duas passagens somente no final da escrita do épico, ainda haveria uma incoerência, pois, em 1570⁷, D. Sebastião já havia assumido o reino, não sendo mais uma criança:

Na dedicatória, D. Sebastião é ainda apresentado como um menino, cujo reinado é ainda esperado pelos povos. Ora em 1572, quando o Poema foi publicado, ele já era rei havia quatro anos. Se Camões começou a escrever *Os Lusíadas* antes de 1568 (data da posse do governo por D. Sebastião), por que não corrigiu em 1572 um texto que se tornara anacrônico? A resposta pode estar precisamente na ficção em que assenta o Poema, a da Prelecção ao rei-criança. Para manter esta ficção convinha ao Autor conservar as estrofes iniciais (redigidas ainda na menoridade do rei), em que ele se apresentava como um mestre falando a um futuro rei. Com o tempo, a situação real alterou-se, mas a Camões convinha manter a lamiré com que começara a música. Na conclusão do Poema ainda Camões não perdeu o tom pedagógico, que só a ficção inicial justificava. (SARAIVA, 1996, p. 73)

Para o pensador português, então, vigorava em *Os Lusíadas* uma ficção mestre-pupilo na qual o Camões que se dirige a D. Sebastião “[...] ainda faz parte do espetáculo, ainda é personagem.” (SARAIVA, 1996, p. 66). Outro aspecto mencionado no ensaio que merece destaque é o reconhecimento, pelo crítico, de que algumas censuras presentes no épico tinham os jesuítas como alvo. Certos integrantes dessa ordem ocupavam cargos de relevo na corte de D. Sebastião e na administração de Portugal, sendo corresponsáveis pela formação religiosa, que afastava o rei de uma visão mais prática da regência. Luís Gonçalves da Câmara, como se verá nos tópicos subsequentes desta tese, possuía grande intimidade junto ao regente e – tendo sido escolhido para o cargo de mestre de D. Sebastião – foi um dos responsáveis pelo imaginário

⁷ 1570: ano em que Camões retorna a Portugal, após 16 anos no oriente. *Os Lusíadas* serão entregues para publicação no ano seguinte e sairão em 1572. Parte da crítica observa que Camões tomou consciência das minúcias políticas do reino somente após este retorno, em abril. Logo, é aceito que as últimas alterações no texto foram feitas no 2º semestre de 1570. Vítor Aguiar e Silva na entrada *Camões e D. Sebastião* (2011, p. 130) cita críticos que defendem esta hipótese.

cavaleiresco do rei. Já seu irmão Martim Gonçalves da Câmara ocupou o cargo de escrivão da puridade – um equivalente ao moderno primeiro-ministro. Algumas decisões polêmicas tomadas pelo rei, como a desvalorização das moedas e a reestruturação da organização militar do reino, foram consideradas autoritárias e prejudiciais a grupos sociais diversos. Tais medidas foram interpretadas como consequências da influência dos irmãos jesuítas. Assim, Saraiva observa que Camões, em trechos do poema, reprova veementemente esses religiosos, assumindo um tom de tutor oficial: “Camões exerce aqui a função de conselheiro que a si próprio se atribuiu, prevenindo o rei contra os maus ministros [...]” (SARAIVA, 1996, p. 60). E prossegue: “Camões tinha em vista os Jesuítas, de quem era inimigo figadal, a ponto de não mencionar n’*Os Lusíadas* a obra missionária de São Francisco Xavier, falecido em 1558, no auge da sua glória, quando Camões se encontrava em Goa, onde se realizaram as exéquias solenes.” (SARAIVA, 1996, p. 61).

Esses três textos de Saraiva, portanto, elencavam a relação Camões/D. Sebastião à condição de princípio seminal para a composição, a leitura e a recepção de *Os Lusíadas*. Tal vínculo havia influenciado a escrita do épico, uma vez que – para trazer à tona os trechos da viagem às Índias com fluidez – Camões abolira a marcação rígida da sucessão temporal. Também influía na leitura, pois o conhecimento de nuances da regência sebástica permitia a compreensão das invectivas presentes no texto. Por fim, a relação poeta/rei ainda determinava um efeito específico para a recepção da obra, já que o épico devia incentivar D. Sebastião a feitos tão grandiosos como aqueles que lhe haviam sido narrados. A ligação entre o poeta e o jovem rei português, dessa forma, assumia uma relevância excepcional para Saraiva. Tratava-se de um dos aspectos fundamentais para a compreensão do texto. Essa importância concedida a tal vínculo, aliás, é uma das grandes semelhanças entre as reflexões de António José Saraiva e a presente tese. Mas como o crítico português enxergava os cantos III e IV no interior dessa dinâmica? A construção do relato historiográfico de Vasco da Gama teria recebido alguma influência do endereçamento textual a D. Sebastião? Curiosamente, Saraiva não abordou estes trechos sob a ótica desta relação. O crítico estudou tais passos, mas como um tópico à parte, sem relacioná-los com o direcionamento régio de *Os Lusíadas* (1572).

No texto «*Os Lusíadas*» e o ideal renascentista da epopeia (1946, 1980)⁸, Saraiva apontou a existência de um critério, empregado por Camões, que classificava um reinado como mais, ou menos, relevante do que os outros. O critério era a guerra contra os mouros. Segundo o crítico, os regentes que deram mais atenção ao combate contra os muçulmanos tiveram uma

⁸ Cito a edição de 1580.

maior exposição no relato histórico de Vasco da Gama. Vigorava, assim, no poema, uma “interpretação da história de Portugal como uma cruzada” (SARAIVA, 1980, p. 101). Logo, um regente como Afonso Henriques, que instituiu parte considerável do território português, a partir da expulsão muçulmana, recebeu grande espaço nessa narrativa. De modo semelhante, Afonso IV, participando da batalha do Salado, também ganhou evidência no relato. Saraiva ainda explicava que o destaque concedido a episódios que não se enquadravam nesse parâmetro ocorria por uma necessidade estrutural da obra, por exemplo, como a viagem de Vasco da Gama não propiciava episódios de natureza amorosa, Camões os teria buscado na própria história portuguesa, concedendo destaque à paixão de Inês de Castro e D. Pedro. Tal episódio, porém, ainda que tenha se tornado célebre tratava-se de um acréscimo ao eixo central da narrativa, um desdobramento coerente, mas complementar: [Camões] “Foi buscar os materiais onde era possível encontra-los, porque na viagem do Gama não os achou, mas a ligação deles é puramente exterior, e não saída da própria necessidade do tema” (SARAIVA, 1980, p. 108).

Saraiva retornaria ao tema alguns anos mais tarde, alargando o parâmetro que instituíra para a produção histórica camoniana. Em *Luís de Camões* (1959, 1972a), o crítico substituiria o combate contra os mouros pela visão aristocrática da história como parâmetro adotado pelo poeta para construir o relato historiográfico de Vasco da Gama. Segundo Saraiva, o autor português produziu uma narrativa histórica, levando em conta as façanhas de um grupo social específico: a nobreza. O critério explicava a atenção concedida aos combates contra os muçulmanos, mas também justificava a ênfase empregue na exposição de outras batalhas e o interesse por relatos amorosos exemplificadores de códigos sociais da corte. Saraiva indicava ainda as limitações que essa visão cavalheiresca da história portuguesa originava. Para o pensador, não havia, no relato, espaço para a participação popular, ou seja, toda a história portuguesa convertia-se em obra de fidalgos e na afirmação de seus valores, o que em parte empobrecia a narrativa (SARAIVA, 1972a, p. 172).

Após essa exposição dos parâmetros que, para António José Saraiva, tinham exercido influência sobre a construção da narrativa histórica de Vasco da Gama, convém perguntar: o crítico os associou com o direcionamento textual a D. Sebastião? Dito de outro modo: Uma vez que *Os Lusíadas* (1572) eram uma *mensagem do poeta ao rei* e a narrativa do passado lusitano fora orientada por uma visão nobiliárquica da história, Camões buscava instruir D. Sebastião nos princípios aristocráticos por meio desta narração?

Curiosamente, Saraiva não dedicou muita atenção a esse assunto. Somente em uma nota anexa aos seus *Três ensaios sobre Oliveira Martins* (1980), o crítico apresentou a ideia de que o poeta tentara moldar a autopercepção régia e o imaginário de D. Sebastião através de *Os*

Lusíadas. Comentando sobre os motivos que teriam levado o rei a Alcácer-Quibir, Saraiva (1980, p. 257) afirmava: “As motivações de D. Sebastião não são propriamente inconscientes. O que o motivava eram certos valores que lhe foram inculcados pela educação e pelos livros: os valores da cavalaria e a sua aplicação na cruzada, valores de que *Os Lusíadas* são o mais alto expoente”. Nessa nota, o crítico deixa implícito que o épico de Camões foi uma das obras que moldou o imaginário de D. Sebastião, conduzindo-o a uma percepção cavalheiresca da atividade régia e a um projeto de cruzada. Uma vez que nas suas reflexões sobre a construção do relato histórico de Vasco da Gama, Saraiva elencava a ideologia feudal – doutrina de natureza cavalheiresca – à condição de critério adotado por Camões para a escrita do trecho, é possível presumir que esta passagem teve importância na transmissão dos valores de cavalaria ao rei, contudo, o crítico não pormenorizou este processo, ou seja, não explicou como os cantos III e IV, especificamente, estimularam D. Sebastião para o combate contra os mouros e para a passagem à África.

Por fim, convém observar que os estudos de Saraiva, tal qual o de António Sérgio, possuem semelhanças com a hipótese proposta nesta tese: Camões construiu uma história de Portugal nos cantos III e IV, levando em conta o problema da educação régia, ou seja, tentando conceder a D. Sebastião uma visão dos reis que o precederam. Fazia-o com a intenção de moldar o imaginário sebástico, queria imprimir, no jovem rei, os valores e a visão de mundo que haviam movido os antigos monarcas portugueses. Se Saraiva não condicionou a construção do relato historiográfico especificamente à educação de D. Sebastião, associou-a com a *ideologia feudal*. Noção que, animando não somente a composição do passado, mas de outros trechos do poema, fora transmitida a D. Sebastião, interlocutor de Camões.

2.2.1 Um cruzado em pleno Renascimento

Após a apresentação e a análise dessas leituras críticas que vincularam o épico camoniano a D. Sebastião, e enxergaram n’*Os Lusíadas* (1572) as consequências textuais de seu direcionamento ao jovem rei português, será abordada a problemática da educação do monarca. A exposição das nuances de sua formação é necessária para que a hipótese das repercussões textuais provenientes do direcionamento da obra a D. Sebastião se torne verossímil. Ou seja, como se propõe que a exposição da história no canto III estava afinada a uma demanda política do período – educar o rei – faz-se necessária uma melhor apresentação dessa matéria de corte. Somente após esse esclarecimento, serão analisados os indícios textuais comprobatórios do direcionamento a D. Sebastião e os artifícios retóricos que confirmam a

intenção de instruí-lo. É preciso ressaltar que, quando se menciona a formação de D. Sebastião, se está falando da constituição de sua imagem da atividade régia, através dos exemplos de reis presentes no canto III do poema épico. Dessa forma, a matéria histórica desse canto, ao apresentar as regências dos monarcas da dinastia de Borgonha, realçava alguns aspectos considerados imprescindíveis ao bom rei e negligenciava outros, concebidos como irrelevantes, fazendo-o para esboçar um ideal de regente para D. Sebastião.

A projeção de um rei modelar também estava implícita no programa de formação do monarca, já que a escolha de seus privados, a seleção de seu mestre e as disciplinas que lhe eram ministradas buscavam conduzi-lo ao desenvolvimento de certas potencialidades, ou seja, visavam transformá-lo em um determinado tipo de regente. Neste sentido, as aceras disputas que vieram à tona por conta dessas questões indicam que grupos sociais distintos possuíam expectativas diferentes sobre o jovem rei português. Antes de mais nada, é preciso recordar que D. Sebastião cresceu sem o pai – o príncipe português João Manuel, falecido antes de seu nascimento – e sem a mãe – a castelhana Joana da Áustria, separada do filho, logo após dá-lo à luz. Seu avô paterno, o rei português D. João III, morreu na primeira infância de Sebastião, restando-lhe somente a avó paterna D. Catarina. Ela, ainda que fosse rainha de Portugal, era castelhana de nascimento e irmã do imperador Carlos V – o chefe da casa de Habsburgo⁹. A educação do jovem rei, portanto, estava no centro de uma controvérsia entre partidários de um modelo “castelhano”, que implicava futuros favorecimentos àquele reino, e adeptos de um padrão “lusitano”.

Segundo Maria Augusta Lima Cruz (2009, p. 82-88), vários nobres e cortesãos portugueses reagiram mal às escolhas da avó, D. Catarina, para o séquito real de D. Sebastião porque enxergaram, nas suas nomeações, um forte castelhanismo e a manutenção dos privados de seu esposo D. João III, validos sobre os quais ela possuía influência:

Não nos deixemos, todavia, iludir diante de todo o rol de nomeações, de cargos e de funções que, embora apenas parcialmente, temos vindo a enumerar. Na realidade, e esta acusação era partilhada por quantos se opunham à política de D. Catarina, a casa de D. Sebastião continuava a não existir, uma vez que muitos dos nomeados já pertenciam à casa da rainha e nela mantinham os respectivos cargos. (CRUZ M., 2009, p. 86)

Na época em que D. João III ainda era vivo, esses apaniguados estavam claramente subordinados à causa lusitana, todavia, restando apenas D. Catarina, ela poderia utilizar o

⁹ Família que dominava a Espanha, os Países-Baixos, o Sacro Império Romano-Germânico (parte da Itália e da Alemanha), a Áustria, dentre outros territórios.

prestígio adquirido para os manejar a seu favor e inculcar na formação de D. Sebastião alguns aspectos e decisões favoráveis aos Habsburgo espanhóis, família imperial à qual ela pertencia.

Dentre as nomeações para o séquito de D. Sebastião, uma sobressaía sobre as demais: o *aio* Aleixo de Meneses. O destaque dessa escolha provinha da relevância do cargo. O *aio* era o responsável pela formação política do rei em seus aspectos práticos. Segundo frei Bernardo da Cruz, autor de uma *Chronica D'El-Rei D. Sebastião* (1586), eram atribuições do cargo: ensinar ao rei o tratamento com os vassallos e com outros monarcas, e habilitá-lo para interpretar as circunstâncias políticas. Maria Augusta Lima Cruz (2009), por sua vez, acrescenta a tais tarefas a supervisão do desenvolvimento corporal e do caráter régios. Aleixo de Meneses, o escolhido para o posto, era um antigo valido de D. João III que, quando jovem, havia participado de campanhas bélicas na África e na Índia, além de ter sido embaixador em Castela. Ele, como poucos, conhecia os meandros da política reinol e ultramarina. Afora a larga experiência, saltava aos olhos sua idade avançada – mais de 70 anos – e uma certa concordância, na corte, quanto ao seu nome. Dom Aleixo – como era conhecido – passará à posteridade como uma personificação da lucidez e do bom senso. Infelizmente, não há registros autênticos das interlocuções entre ele e seu pupilo. As unanimidades quanto às indicações de D. Catarina, entretanto, limitavam-se ao seu nome.

Nesse contexto da menoridade do rei, a oposição à D. Catarina reunia-se, em parte, no entorno do cardeal D. Henrique, irmão de D. João III. Ele, ainda que não vocalizasse em unísono as demandas da nobreza de Portugal, dava voz às reivindicações de grupos esparsos de fidalgos:

Ora, se o governo do país não era propriamente uma novidade para D. Catarina, já o mesmo se não pode dizer do facto de a regente ter de contar, agora, com um cardeal D. Henrique decidido, ao que parece, a assumir plenamente as suas funções de coadjuvante. E, se bem que a base de apoio do cardeal, longe de constituir uma força homogênea, fosse cruzada por interesses vários e, muitas vezes, por estratégias políticas diferenciadas, a verdade é que seu factor de união residia justamente na defesa de uma actuação governativa mais autónoma relativamente aos interesses castelhanos e, portanto, contrária àquela que era praticada pela regente D. Catarina. (CRUZ M., 2009, p. 71-72)

Essa tensão entre a rainha e D. Henrique irá vigorar enquanto os dois forem vivos e atravessará toda a menoridade de D. Sebastião. Inconciliáveis quanto à formação do séquito do monarca, ambos, porém, possuíram alguma afinidade quando o assunto foi a escolha do mestre para o jovem rei: os dois tinham em mente escolher um religioso para o cargo. O cardeal advogava a escolha de um jesuíta português, enquanto D. Catarina preferia um clérigo estrangeiro. A relevância do posto – assim como o de *aio* – provinha do contato diário que o escolhido teria

com D. Sebastião e da liberdade que ele possuiria para selecionar os conteúdos ministrados ao rei, isto é, o indicado, além de construir uma relação íntima com D. Sebastião, teria influência sobre a constituição de sua visão de mundo.

Ao contrário do que ocorrera com a escolha do *aio* Aleixo de Menezes, não houve um candidato consensual para o cargo. Os nobres, por exemplo, preferiam um secular, mas dividiam-se quanto a sua procedência. Alguns achavam que o candidato ideal seria português, outros – para evitar eventuais benefícios particulares – advogavam a vinda de um mestre estrangeiro. Digna de atenção é a justificativa que alguns fidalgos apresentaram para se oporem à indicação de um clérigo: um religioso poderia inculcar em D. Sebastião um caráter inflexível, um certo fanatismo, prejudicial às decisões políticas, isto é, uma percepção embotada para o xadrez político europeu. Maria Augusta Lima Cruz escreve:

Contrário a todas estas opiniões, pronunciou-se o conde de Vimioso, que, secundado pelo conde da Vidigueira e por outros fidalgos, entre os quais Lourenço Pires de Távora, manifestou claramente o seu desacordo com a escolha de um religioso. Apontava este grupo para o perigo de se vir a impor a D. Sebastião uma formação excessivamente religiosa que não só seria prejudicial ao estado como ao regime político, argumentando ainda que se não justificavam os receios do cardeal e de D. Catarina num país tão «puro e limpo de heresias» como era Portugal. (CRUZ M., 2009, p. 90)

No final de toda a discussão prevaleceu o parecer do cardeal D. Henrique, uma vez que o indicado, por D. Catarina, para o cargo foi o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara. A justificativa para a escolha da regente – improvável, pois se tratava de uma recomendação de seu antípoda – é obscura. Contudo, é importante considerar que a Companhia de Jesus já possuía uma presença ostensiva no território português, principalmente na área educacional, desenvolvendo suas atividades também nas colônias lusitanas. A atuação expressiva da companhia na vida lusitana é ratificada pelo fato de até D. Catarina também possuir um jesuíta por confessor – espanhol, mas jesuíta –, o que dá indícios do prestígio da ordem no reino (CRUZ M., 2009, p. 92).

Convém observar que, enquanto nenhum registro coevo da relação entre D. Sebastião e o *aio* Aleixo de Menezes é conhecido, os vínculos estabelecidos entre o rei e o *mestre* jesuíta Luís Gonçalves da Câmara são bem mais familiares. Várias crônicas mencionam a convivência e algumas correspondências referem-na. Aliás, certas obras compostas após a derrota de Alcácer-Quibir consideram a personalidade cavaleiresca do rei como resultado da educação jesuítica que ele recebera. Incluem-se neste patamar a já referida *Chronica D’El-Rei D. Sebastião* (1586) de Frei Bernardo da Cruz e a *Chronica de El Rey D. Sebastião* (1584) de

Miguel Pereira. A primeira, embora enxergue influências do processo educacional na constituição do imaginário heroico do monarca, não considera suas propensões bélicas como o resultado somente da formação jesuítica. A segunda, por sua vez, é mais dura com os membros da Companhia de Jesus, responsabilizando o *mestre* Luís Gonçalves da Câmara pela obsessão do rei com as conquistas em território africano. Divergindo quanto ao nível de influência que os jesuítas tiveram na construção da personalidade do jovem rei, essas duas obras são boas fontes de informações sobre os métodos utilizados na sua educação. Para conhecer a dimensão privada da vida de D. Sebastião, entretanto, o relato mais eloquente é *Apontamentos sobre a vida del Rei dom Sebastião* (1616?) do padre Amador Rebello, um auxiliar de Luís Gonçalves da Câmara que esteve diretamente envolvido no processo de alfabetização do rei. Sua obra traz detalhes importantes sobre as matérias ensinadas, a relação entre o aluno e seus mestres e o desenvolvimento de seu caráter.¹⁰

A partir da leitura de tais textos, é possível observar como algumas idiossincrasias jesuíticas projetaram-se na personalidade do monarca. A obra do frei Amador Rebelo, por exemplo, apresenta um jovem que, educado em um ambiente onde o fervor religioso sobressaía, vai tendo seu temperamento moldado a partir da dualidade pecado/correção:

[...] sendo de algũs oito anos, dizendolhe o Mestre na lição a certo proposito, quam grave e fea cousa era hum peccado mortal, e como ds o castigava com intoleraveis fogos, e outros tormentos grandes e eternos, o meteo isto tanto por dentro, e lhe deu em que cuidar, q interrompendo a lição, ficou grandemente pensativo, e como pasmado, sem falar nada, e dando a cabeça algũas vezes, em sinal de espanto e admiração – tornando em si, como quem esperta de um grave sono, disse com grande sentimento estas palavras. Certo que não sey qual he o homem que se atreve a fazer hum peccado mortal. E em outra accasiaõ disse, nenhum homem iria ao inferno, se cuidasse elle. (REBELLO, 1616?, fl. 261r)

Essa educação em que o ideário eclesiástico se destacava da instrução administrativa e dos valores cortesãos deixará marcas no gênio de D. Sebastião. Bernardo da Cruz (1903, v. II, p. 107) e Amador Rebello (1616?, fl. 267r), por exemplo, mencionam a austeridade presente na

¹⁰ Cada uma dessas crônicas apresenta um nível variado de simpatia pela Companhia de Jesus, contudo, além de serem fontes importantes para o conhecimento da formação pessoal do rei, essas obras foram compostas por contemporâneos do monarca, antes da consolidação e difusão do sebastianismo no século XVII. Este critério é importante porque evita imprecisões entre o D. Sebastião histórico e aquele popularizado no decorrer do seiscentos, período em que a crença no retorno de um D. Sebastião místico – o qual reconduziria Portugal a uma era de ouro – se acentuou. Estas obras também não apresentam indícios premonitórios forjados: discursos e horóscopos posteriores à batalha de Alcácer-Quibir – mas apresentados como anteriores – que já prenunciavam o ânimo combativo do rei. É certo que esses cronistas deixam implícita uma simpatia maior, ou pelo castelhanismo de D. Catarina, ou pela atuação de D. Henrique, e é incontestado que essa parcialidade influi na construção do relato, mas – conforme mencionado há pouco –, para o conhecimento dos métodos de instrução e para a compreensão do caráter do rei, são fontes valiosas.

maneira de se vestir do jovem rei – pouco habituado aos trajes luxuosos da realeza. Esse último cronista, inclusive, assinala uma certa inflexibilidade na sua personalidade, proveniente da ortodoxia religiosa:

Quando começou a estudar latim, achandose em hum livro de certo moço nobre q aprendia no paço, huãs folhas de çerto Autor prohibido, tratandose de as queimar, e vindo pera isso huã vela açesa, andando os moços fidalgos com alvoroço pera lhe por o fogo, disse El Rey, esse officio quero eu fazer por minha maõ, e arrancando aquellas folhas do livro elle mesmo as rompeo, e meteo no fogo. (REBELLO, 1616?, fl. 281v)

Queiroz Velloso, comentando essa intransigência, afirma:

O P.º Luiz Gonçalves da Câmara era um crente. Instruir D. Sebastião na doutrina católica, afervorá-lo no cumprimento dos preceitos da Igreja, foi desde princípio o seu propósito; e D. Sebastião não se tornou apenas devoto, *sahio* – no dizer da *Chronica* de D. Manuel de Menezes – *muy abeatado*. [...] Ouvia missa diariamente, e duas aos sábados, em louvor de Nossa Senhora; muitas vezes, êle próprio servia de acólito ao celebrante. Comungava, no seu oratório, todas as semanas, e em público pelas festas maiores. Quando encontrava o Viático, acompanhava-o sempre, até ser recolhido no sacrário; e o Paço da Ribeira desgostava-o, por ficar distante de igrejas paroquiais, e não ter assim ocasião de ouvir freqüentemente a campainha, para seguir no acompanhamento. (VELLOSO, 1935, p. 95-96)

Embora a obediência rígida aos preceitos eclesiásticos não tenha sido um comportamento incomum durante a segunda metade do século XVI – início da contrarreforma –, é importante observar que, no caso de D. Sebastião, o compromisso com tais princípios possuiu repercussão em esferas que já demandavam uma certa autonomia quanto à interferência religiosa. Alguns anos mais tarde, quando estiver negociando um casamento com a infanta francesa Margarida de Valois, – união que não chegou a se concretizar –, Dom Sebastião abdicará de qualquer dote ou benefício financeiro, caso o rei Henrique II, pai da noiva, aceitasse entrar na liga santa e, conseqüentemente, combatesse a presença otomana no mar mediterrâneo. D. Sebastião fará tal proposta – financeiramente iníqua a Portugal – à França, reino que, a fim de tentar sobreviver às ofensivas de seus inimigos europeus, fazia alianças com turco-otomanos, pondo os interesses nacionais sobre as crenças religiosas. Dessa forma, observa-se que a relevância do aspecto religioso sobre a personalidade de D. Sebastião limitará suas possibilidades de atuação e suas alternativas de aliança, transformando-o em um cruzado¹¹, em pleno período renascentista.

¹¹ Para tornar esta imagem mais verossímil, observo que o papa Gregório XIII, alguns anos mais tarde, concederá até mesmo uma bula a D. Sebastião, considerando a expedição a Alcácer-Quibir uma cruzada.

Esse panorama de sua menoridade demonstra que o jovem rei português estava sob a tutela de sua avó, árdua defensora de uma aproximação aos Habsburgo espanhóis e, por outro lado, tinha os jesuítas como mestres, os quais, ainda que apadrinhados pela figura política representativa dos interesses lusitanos, concediam-lhe uma educação em que as convicções religiosas se destacavam da formação administrativa e da instrução política. A proximidade com os interesses castelhanos e a criação do rei sob os preceitos da religiosidade jesuítica originaram uma tensão no reino e foram alvos da desconfiança de setores da nobreza e de representantes do povo português. Portanto, não foi por acaso que, em 1562, convocou-se uma corte, isto é, uma espécie de assembleia com representantes do clero, da nobreza e do povo, para o debate de assuntos referentes à política e à administração nacional. Como afirma Maria Augusta Lima Cruz (2009, p. 113), mesmo que nestes encontros tenha sido discutida uma profusão de matérias diferentes, uma das mais recorrentes foi a formação concedida ao jovem rei português, tema que, indiretamente, atingia a Companhia de Jesus e o castelhanismo presente na administração de D. Catarina.

No documento final, formulado na corte de 1562, pede-se que estrangeiros não assumam funções na casa de D. Sebastião, também se requisita a aposentadoria do *aio* Aleixo de Meneses e reivindica-se que os membros da Companhia de Jesus se desfaçam de seus bens, retornando a suas raízes mendicantes. Maria Augusta Lima Cruz (2009, p. 101), comentando tais requerimentos, aponta que a nobreza já percebia uma negligência, tanto dos jesuítas quanto da regente, com a formação prática do rei: “Porém, a darmos crédito às críticas surgidas ao tempo sobre a educação do rei, conclui-se que a vertente mais descurada foi precisamente a da sua aprendizagem e preparação para a governação.”. Empregava-se muito tempo na edificação espiritual e nos interesses comuns entre as coroas portuguesa e espanhola, mas desprezava-se a experiência de governança. Portanto, no tocante às atividades administrativas, os requerimentos registravam ser necessário que D. Sebastião fosse introduzido por seus preceptores nessa função: “Que Vsa Alteza tome dous dias na semana hum pera assinar; outro pera ouvir as partes.” (APONTAMENTOS..., 1562?, fl. 228r). Quanto às medidas para se evitar que as pretensões castelhanas prosperassem em Portugal, além da proibição de estrangeiros no entorno do rei, o documento final das cortes chega ao extremo de pedir “Que se faça ley que nenhũ castelhano seja pastor neste Reino.” (APONTAMENTOS..., 1562?, fl. 233r).

Embora o documento final do encontro tenha lançado luz sobre a necessidade de uma atenção maior para a formação administrativa de D. Sebastião, precisa-se observar que, nessas notas, também era latente um desejo por feitos militares. O comentário de alguns trechos da obra do padre Amador Rebello já demonstrou que a formação jesuítica, pouco a pouco,

imprimiu, na personalidade do rei, uma certa ortodoxia. É inegável que essa percepção dualista de mundo será, no futuro, um dos traços que o conduzirá a Alcácer Quibir, contudo, mesmo que os valores religiosos tenham sido componentes importantes no desenvolvimento da imagem cavaleiresca que D. Sebastião terá de si mesmo, é preciso assinalar que sua fixação pela guerra na África não proveio apenas da dicotomia fiéis/infiéis. Na sociedade portuguesa, havia toda uma comoção para que o rei, à semelhança dos monarcas lusitanos da reconquista e do século XV, mobilizasse esforços para combater os mouros, inclusive, almejando a conquista de territórios no continente africano, tal qual D. João I e D. Afonso V tinham feito. Assim, a leitura do documento final da corte de 1562 revela a expectativa pelas empresas em território africano. Tal ambição estava implícita em algumas notas:

[...] que mande por em tangere mil lanças de caualo, e con estas pessoa destado e de muita calidade y que mande que se exercitem nas armas pera quando for necessario, e que duas leguas do mar todos tenhaõ espinguarda lanças e bestas.
que os duques e señores ajudem pera a guerra conforme aseus estados e rendas.
(APONTAMENTOS..., 1562?, fl. 230v-231r)

Logo, ao forte componente religioso enraizado na criação de D. Sebastião, somou-se a imagem de um rei predestinado a grandes feitos guerreiros. A ânsia por realizações bélicas, popularizada entre nobres e cortesãos, possuía motivações profundas, vinculando-se com a ideia que os portugueses tinham de si mesmos. Desde o reinado de Afonso Henriques – no século XII – até a regência de D. Manuel – início do século XVI – Portugal vivenciou um movimento de expansão. Gradativamente, os portugueses restritos à Coimbra e às terras adjacentes foram expandindo-se para o sul até chegar ao Algarve. Após o estabelecimento de suas fronteiras, também conquistaram posições estratégicas na África setentrional e na costa Atlântica africana. Esse movimento prosseguiu com a travessia do Cabo das Tormentas, atingindo o ápice com a chegada às Índias em 1497. Contudo, D. João III – avô de D. Sebastião e esposo de D. Catarina – abandonou várias praças africanas, por conta dos altos custos e dos reduzidos benefícios financeiros que concediam. Alguns cronistas e historiadores¹² mencionam que o gesto de retração foi malvisto pelos portugueses, os quais o enxergaram como um contraponto ao esforço de seus antepassados:

O abandono destas praças fôra um acto prudente e sensato de D. João III. O estado da Fazenda impunha-o; e a sua conservação cada vez mais se tornaria mais dispendiosa

¹² Leia-se, por exemplo, a *Chronica D'El-Rei D. Sebastião* (1903, p. 25-26) de Frei Bernardo da Cruz e a biografia *D. Sebastião* (2009, p. 17) de Maria Augusta Lima Cruz. Essa última autora aborda as dificuldades encontradas por D. João III para a manutenção do império ultramarino português no capítulo *Morte de D. João III e aclamação de D. Sebastião*.

e difícil, não só pela união política de Marrocos, sob o império dos Xerifes, como pelo armamento moderno de que dispunham, cujo manejo haviam aprendido com turcos e cristão renegados. A opinião pública condenara, porém, esses actos. (VELLOSO, 1935, p. 91)

A oposição ao ânimo guerreiro português, associada às condições dramáticas do nascimento de D. Sebastião – único descendente de D. João III, após a morte de seus 09 filhos – favoreceram a criação de uma aura messiânica sobre a sua figura. Muitos esperavam que ele desse continuidade às empresas bélicas no território africano e, desde cedo, enxergaram-no como um redentor. Na carta que o poeta Diogo Bernardes enviou a D. Cristóvão de Távora, privado de D. Sebastião, é possível ler:

Ah, soberano Rey exemplo raro
Do mais estranho esforço qu'en terra
Té gora celebrou ingenho claro.
Christo, co vosso braço fará guerra
A todo imigo seu, e o torpe mouro
Largando vos hirá o valle, e serra.
Vós colhereis aquellas maçãs d'ouro
De tanto tempo já, tanto gardadas
Do vencimento seu fatal agouro.
[...]
Day matéria graõ Rey, a mil historias,
A mil Poétas day novo sogeito,
Mil penas estancay, e mil memorias.
O caso a vossos pés vejo sogeito,
A fortuna rendida, a vosso espirito;
O mundo pera vós, hé inda estreyto
(BERNARDES, 1946, v. 2, p. 237)

Um soneto anônimo do período também ilustra esta expectativa:

Soneto dum autor incerto a el-rei dom
Sebastião, nosso senhor, quando tomou o governo

Tomai o reino já, rei glorioso,
o cetro imperial de vosso estado,
neste dia ditoso e venerado
por vós, divino dom e glorioso.
Governai vosso povo, desejoso
de obedecer a rei tão desejado,
amai-o como deles sois amado,
que nisso está o serdes poderoso.
Justiça a todos usai igual, senhor,
Prudência no eleger e reprovar,
Fortaleza no batalhar e vencer,
Temperança no amor e desamor,
Que Deus vos faça em África imperar
E epíteto de grande merecer.
(MISCELÂNEA..., 2017, p. 55)

O soneto de natureza laudatória põe o desejo de ver o rei passar à África lado a lado com a ânsia de que venha a ser um dirigente pautado pelas virtudes cardeais – justiça, prudência, fortaleza e temperança –, sugerindo que a empresa ultramarina, em vez de uma possibilidade, era um dos propósitos da vida e do reinado de D. Sebastião.

É importante observar que no panorama político da época – caracterizado pela oposição entre partidários de Castela e de Portugal – o avanço sobre o continente africano tornou-se sinônimo de lusitanismo, de filiação às demandas e aos interesses portugueses. Apoiar esse programa era demonstrar comprometimento com o glorioso passado português e, mais do que isso, era contrapor-se às políticas castelhanas de D. Catarina. A formação de D. Sebastião, assim, ocorria no centro de uma teia política. De um lado, a regente almejava uma aproximação cada vez maior entre Portugal e os Habsburgo de Castela, propondo que as matérias de interesse nacional considerassem os pontos de vista castelhanos. De outro, o cardeal D. Henrique mobilizava, no seu entorno, as ordens religiosas e alguns fidalgos descontentes com D. Catarina. Por fim, representantes da nobreza e do povo português demonstravam preocupação com os rumos políticos e com a formação do jovem rei, entretanto, também nutriam a expectativa de vê-lo realizar façanhas bélicas. Dessa forma, pode-se dizer que o documento final das cortes de 1562 continha uma contradição, já que criticava a formação jesuítica, mas, por outro lado, propunha medidas preliminares para conquistas no continente africano, conservando uma imagem messiânica do jovem rei. É oportuno lembrar que, em reinados anteriores, o monarca preparava seus descendentes para assumirem a coroa e o protagonismo militar, isto é, os príncipes eram introduzidos gradativamente na vida política e nos exercícios militares, sob a supervisão, ou do rei, ou de algum preceptor. Contudo, o caso de D. Sebastião era bem diferente, pois, em vez de um treinamento militar gradual que desenvolvesse, simultaneamente, as habilidades de guerra e a tomada das decisões corretas, o rei recebia estímulos para façanhas heroicas sem ser ensinado a sopesar os riscos de cada empresa.

No tocante à formação de D. Sebastião, os requerimentos oriundos das cortes de 1562 tiveram um resultado pouco expressivo, já que o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara continuou como *mestre* do rei. A ausência de mudanças na educação de D. Sebastião, contudo, foi contrabalanceada pelas decisões tomadas no âmbito político. D. Catarina, pressionada por uma parcela expressiva da sociedade portuguesa, abdicou da regência, cedendo-a ao cardeal D. Henrique. Esta cessão acabaria fortalecendo os jesuítas na posição de mestres, pois um religioso passava a ocupar o comando do reino, o que os assegurava no cargo. Sob a nova regência, o processo formativo do jovem rei continuou aquilo que sempre fora.

Convém observar que, enquanto crescia, D. Sebastião tornava-se um assíduo praticante de caçadas e jogos militares. Frei Amador Rebello (1616?, fl. 267v) e o autor anônimo da *Jornada del-rei dom Sebastião à África* (1978, p. 17) são unânimes quanto ao apreço que o monarca devotava a tais atividades. Tais fontes revelam que, constantemente, ele era acompanhado por fidalgos e praticava-as com a anuência de seus mestres. A menção a este hábito é importante porque, juntamente com a formação jesuítica, e com a aura messiânica atribuída ao rei, ele parece ser um dos componentes constitutivos de seu imaginário bélico. Enquanto as premissas religiosas, fornecida pelos jesuítas, e a sua imagem redentora, cultivada por fidalgos, concediam-lhe os motivos para uma expedição à África, a desenvoltura e o esforço empregue nos exercícios militares pareciam-lhe capacitá-lo para esta jornada:

Tão orgulhoso se mostrava El-Rei no que a doutrina dos mestres e sua inclinação o convidavam, que todo seu exercicio e gosto era fallar na arte militar, dando-se a todo o genero de cavallaria, em se pôr bem a cavallo, correr touros, montear porcos, correr canas, fazer justas e torneios, em os quaes exercícios era mui destro e manhoso, e nenhum dos fidalgos e senhores da sua côrte lhe era igual em destreza, forças e esforço e bom ar, os quaes todos sem nenhuma lisonja o conheciam por avantajado. (CRUZ B., 1903, v. I, p. 26-27)

Nesse sentido, cabe destacar uma certa visão fantasiosa que D. Sebastião terá das guerras. Estimulado a elas pelo ideário de alguns grupos sociais que o cercavam, e sem possuir experiência prática que não fosse a adquirida nos jogos e caçadas, o jovem rei, em algumas ocasiões, demonstrará uma precipitação nos pareceres que irá tomar. Frei Bernardo da Cruz, narrando a primeira passagem do rei à África, em 1574 – ocasião em que foi a Tânger, sob o pretexto de conhecer o terreno –, descreve a irreflexão de suas atitudes:

El-Rei, a quem todos estes avisos pareciam covardias de quem os dava, zombava d’elles como de rezões frívolas pera desmanchar seu acertado intento, e por se mostrar mais desprezador dos perigos tantas vezes pintados, algumas vezes sahio ao campo montear, duas legoas da cidade, com tanta segurança como se andasse nas coutadas d’Almeirim. (CRUZ B., 1903, v. I, p. 52-53)

Expondo a própria vida – e o próprio reino – a riscos desnecessários, D. Sebastião punha em prática uma percepção quimérica da guerra, ao cavalgar, em pleno território mouro, como se estivesse em Portugal. Posteriormente, durante a segunda passagem ao Marrocos, chamará atenção o modo romanesco como a expedição será organizada e conduzida. Segundo Miguel

Leitão de Andrada¹³ (1629) e Jerônimo de Mendonça¹⁴ (1607), sobreviventes de Alcácer Quibir, a partida de Lisboa foi marcada por cantos e festejos. Esse último autor refere-se ainda à estratégia irrefletida adotada pelo rei em território marroquino, já que D. Sebastião marcharia para o interior do continente, sofrendo as árduas condições climáticas e afastando-se de uma provável rota de fuga: “O que certo *se el-Rei fôra experimentado como valeroso*, pudera mui bem prevenir, lembrando-lhe a *prestesa* de Cesar, e dos mais que no mundo alcançaram só com ella tantas victorias.” (MENDONÇA, 1904, v. I, p. 42, grifo nosso)¹⁵. Onde Jerônimo de Mendonça viu falta de experiência, Maria Augusta da Lima Cruz, analisando a carta na qual D. Sebastião informava tal estratégia aos governadores do reino, enxerga assimetria entre uma visão fantasiosa da guerra e seu aspecto real, observando que este documento exemplifica “[...] de forma clara aquela que foi, afinal, sempre a sua forma de actuar. Concebeu e passou a papel projectos estrategicamente coerentes no plano teórico, mas, como este, desarticulado da experiência e do conhecimento das realidades.” (CRUZ M., 2009, p. 330).

2.2.2 A formação pelo exemplo

O apetite de D. Sebastião pela guerra contra os mouros – conforme mencionado no tópico anterior – não provinha de um conhecimento prático do assunto, mas era oriundo de seu imaginário, no qual confluíam o pensamento jesuítico, a imagem messiânica que tinha de si próprio e a desenvoltura nos exercícios de cavalaria. A cosmovisão jesuítica chegou-lhe através de seus mestres, a consciência de seu messianismo alcançou-o mediante o contato com fidalgos e cortesãos, já a habilidade nas práticas militares, ele próprio cultivou por meio de longas jornadas em Almeirim e outras vilas do reino. É importante observar que esse terceiro fator apenas endossava – no plano objetivo – a autoimagem que os outros dois lhe forneciam. Convém recordar ainda toda a polêmica que o processo formativo de D. Sebastião acendeu no reino. Como apresentado, grupos políticos distintos propunham modelos específicos de educação ao jovem rei, visto que cada um desses ideários projetaria princípios e convicções específicas no monarca, influenciando sua futura regência. Algo, porém, era recorrente em cada

¹³ “E [...] fomos aprestando, e sabe Deos com quão poucas comodidades, e quão mal apercebidos nos embarcamos em hum navio, que ia por conta de hum parente de meus camaradas, dia de São João Baptista do anno 1578, com muita festa em todos os navios [...] de chamarellas, trombetas bastardas, e outros instrumentos bellicos [...]” (ANDRADA, 1993, p. 127)

¹⁴ [...] sendo pelo contrario maravilha não acontecer algum desastre no porto d’onde saiam juntas mil embarcações, mas antes era tanta a festa e harmonia das charamelas, pífanos e tambores, e outros instrumentos bellicos, que parece certo (como foi verdade) que ali o contentamento se despedia de todos. (MENDONÇA, 1904, v. I, p. 36-37)

¹⁵ Entenda-se *experimentado* como “experiente”, *valeroso* como “corajoso” e *prestesa* como “celeridade”.

um dos programas formativos. Tratava-se de um dos métodos utilizados para a instrução do jovem rei, conseqüentemente para a formação do seu imaginário: o emprego de exemplos do passado. Esses exemplos apresentados ao monarca, porém, não provinham de uma escolha aleatória, sendo colhidos, ou na produção histórica e literária antiga, ou entre os regentes portugueses que o antecederam. Todos os grupos políticos que almejavam alguma influência sobre a educação de D. Sebastião tinham esse expediente como técnica fundamental. Frei Bernardo da Cruz (1903, v. I, p. 26), na sua crônica, assinalou que os jesuítas “[...] davam exemplos de Reis bellicosos que houveram insignes victorias e conquistaram grandes reinos [...]” para lhe imprimir um certo militarismo. O padre Amador Rebello também mencionou a presença do artifício na formação de Sebastião:

[...] sendo El Rei de seis anos e meo, o entregou a Rainha ao pe Luis glz, pera entender no seu ensino e doutrina [...] procurava instruillo em catholica e sam doutrina, e em bons e reaes costumes [...] *mostrandolhe com exemplos da sagrada escriptura, e com historias de Principes e Reis Catholicos* [...] (REBELLO, 1616?, fl. 260v-261r, grifo nosso)

A obra de Amador Rebello ainda especifica qual regente do passado exercia fascínio sobre o jovem rei:

Mas como o seu animo grande e inclinação natural a conquistas o estimulavaõ não deixava de falar e tratar de taes matérias. E pera que se entenda melhor donde se lhe originou grande parte destes seus pensamentos, se ha de entender que sendo de alguns oito pera 9 anos, em q sabia ja ler, ouve as mãos hum livrinho em espanhol, naõ se sabe por via, que tratava da vida e feitos heroicos do emperador Carlos quinto seu avõ, e empresas e guerras que fizera em Africa, e em outras partes, o qual trazia consigo, e se recreava e gostava muito de ler por elle, sem o Mestre o saber, mas acaso lho disseraõ, e como por sua parte era inclinado a armas, e por outra desejava muito imitar ao seu avõ especialmente em pelejar contra Mouros, como elle fizera, enlevavase com a lição desse livro, que causava admiração, e naõ lia nem falava em outra cousa cõ mais gostos, e trazia nisto tam ocupado o pensamento, que hum dia estando na lição, alevantando a cabeça sobre o encosto da cadeira, ficou sospenso e imaginativo sem acodir nem da fee do que o Mestre lhe dizia, e como que estava absorto e levado de alguã imaginação: tornado em si, disse pera o mestre estas palavras. sabeis em que estava agora cuidando, que como for de idade, ey de tomar Africa. (REBELLO, 1616?, fl. 268v-269r)

O trecho vincula as primeiras manifestações da personalidade bélica de D. Sebastião à imagem do chefe da casa de Habsburgo, seu avô materno Carlos V. Essa filiação indicia a influência que o partido castelhano de D. Catarina teve na formação do rei, ou seja, a admiração de Sebastião pelo avô materno deixava explícito que ele fora apresentado à história de Castela e houve uma tentativa de educá-lo conforme os modelos daquele reino. A passagem também comprova que lançar mão dos exemplos do passado era um expediente recorrente na época,

independentemente da espécie de formação. Logo, não foi por acaso que, durante as cortes de 1562, uma das reivindicações dos fidalgos, alarmados com o direcionamento castelhano de sua criação, foi “que se mandem imprimir as crônicas dos reis passados” (APONTAMENTOS..., 1562?, fl. 232r), ou seja, compensar o exemplo de Carlos V com os dos reis lusitanos.

O bispo do Algarve, Jerônimo Osório – figura das mais relevantes no panorama português da segunda metade do século XVI – acompanhou à distância as polêmicas sobre a formação de D. Sebastião, correspondendo-se tanto com D. Catarina quanto com alguns partidários do cardeal D. Henrique. Na sua obra *Da Ensinança e Educação do Rei* (1571), livro que se insere na tradição dos espelhos de príncipes, o próprio autor e alguns fidalgos que frequentavam a corte de D. Sebastião são apresentados como personagens. No diálogo, eles debatem quais seriam os caminhos mais adequados para a formação do rei e observam que os exemplos dos antigos possuíam mais relevância para o desenvolvimento da personalidade régia do que as minúcias teóricas: “Portanto, entreguemos a outros mestres a educação daquele príncipe a quem desejamos ver grandioso e assaz digno do título real, os quais, em vez de o atordoarem com raciocínios, o entusiasmem com exemplos de homens ilustres [...]” (OSÓRIO, 2005, p. 57). Este ponto de vista leva as personagens da obra de Osório a assinalarem a importância das crônicas: “Ora, parece que estes conhecimentos devem ser procurados mais nas crônicas de Portugal do que nos escritos e ensinamentos dos filósofos.” (OSÓRIO, 2005, p. 57). Por seu turno, Diogo de Teive, humanista quinhentista que escreveu sentenças para a educação dos príncipes, também abordou a relevância dos modelos do passado: “De Reis exemplos principaes, e insignes/ Ante teus olhos sempre trazer debes,/ Para que em tudo siga os melhores,/ E inda, se poder ser, os vantagens,/ E para que dos máos prudentemente/ Fugas como de peste, ou de peçonha” (TEIVE, 1803, p. 73-75). Ao contrário de Jerônimo Osório, que publicou sua obra quando D. Sebastião já tinha assumido a regência¹⁶, Teive acompanhou as polêmicas relativas à educação régia, desde os debates para a escolha do mestre. Seu interesse pelo assunto levou-o a escrever até uma *Institutio Sebastiani Primi* (1558), traduzida como *Regras para a educação de ElRei D. Sebastião* (1565), na qual fornecia conselhos para quem viesse a ser selecionado. Na obra, tratando da importância dos modelos do passado, ele afirma:

Grande contentamento, grande gosto
 Receberá de ler aquelles grandes,
 Aquellas espantosas escrituras,
 Que do passado tempo a nós vierão,
 Nas quaes se está enxergando em toda a parte

¹⁶ O que no caso de D. Sebastião não significava o fim de seu período formativo, já que este assumiu o reino com apenas 14 anos de idade.

Amor, Religião, Fé, Piedade,
 Para tudo *achará alli mil exemplos*
 De esforço, de constancia, e fortaleza,
 De bondade, de amor aos seus vassallos,
 Os quaes trabalhará de imitar sempre.
 (TEIVE, 1808, p. 161, grifo nosso)

Quer na sua utilização ostensiva pelos jesuítas – ou pelo partido castelhano –, quer na sugestão elaborada pelas cortes de 1562, os exemplos recolhidos no passado constituíam um artifício relevante à educação de qualquer nobre. Essa técnica, segundo as observações de Nair de Castro Soares (1991), tornara-se popular ainda na Roma antiga, já que associava conhecimento do passado às demandas do presente, viabilizando a aplicação prática – ou na esfera política, ou no âmbito privado – da tradição. A estudiosa portuguesa destaca uma passagem de Sêneca (2004, p. 13) como amostra da relevância deste recurso na antiguidade: “[...] a via através de conselhos é longa, através de exemplos é curta e eficaz”, ou seja, o conhecimento obtido através dos modelos vem com rapidez e convence. Castro Soares nomeou este processo de *educação pelo paradigma* (1991, p. 379) e observou que no humanismo a obtenção de conhecimento deixou de ter apenas motivações teológicas para se converter em possibilidade de aprimoramento pessoal e em estímulo para intervenções na sociedade. Nesse processo, os exemplos da antiguidade – predominantemente, de homens públicos (*vir publicarum*) – eram referências preciosas. Já a Idade Média, enxergando a herança antiga pelas lentes da teologia, não negligenciou tal recurso, mas adotou o texto bíblico como principal fonte dos exemplos. Juntamente com esses modelos, tanto as monarquias mediélicas quanto as renascentistas elegeram, entre os seus antigos regentes, aqueles que constituiriam os parâmetros para os novos administradores. O passado, portanto, fornecia as formas que moldariam o futuro, e a crônica histórica passava a ser o gênero através do qual estes exemplos régios vinham à tona: “A história, nesse sentido, à semelhança de outros gêneros escritos, [...] serve-lhe como fonte de *exempla*, da qual extrai lições para orientar as condutas” (FRANÇA, 2006, p. 103). Dessa forma, a proposição, ou de Carlos V, ou dos reis portugueses, a D. Sebastião indicava tentativas de o educar segundo determinados programas, levando-o, no futuro, a intervir na sociedade portuguesa seguindo um padrão de governabilidade específico.

Convém pontuar ainda que esses exemplos, os quais descerravam o passado com o intuito de apresentar referências norteadoras para o futuro, também foram teorizados por retores da antiguidade. A retórica clássica nomeou *gênero deliberativo* aqueles discursos que, tratando de um tema político – o qual teria consequências pósteras –, recorriam aos paradigmas do passado para deliberar sobre a melhor decisão a ser tomada. Por exemplo, caso precisasse

persuadir certa assembleia sobre as vantagens de pacificar uma colônia rebelde na África, um orador latino poderia fazer menção às guerras púnicas, conflitos nos quais os romanos aniquilaram a cidade africana de Cartago. O exemplo desse sucesso conduziria os ouvintes a acatarem o ponto de vista do tribuno, deliberando a favor de sua opinião.

É possível observar que os exemplos apresentados a D. Sebastião, mesmo que expressos em outro gênero – a crônica – e outro suporte – o papel –, cumpriam uma finalidade similar, pois também buscavam impeli-lo a um certo juízo. Esse, porém, não se esgotava em um parecer sobre determinado assunto, mas conservava-se, ou na sua estima, ou na sua objeção, a determinada figura histórica. Logo, ao ser apresentado aos feitos de Afonso Henriques e Carlos V, o jovem rei foi impelido a uma opinião sobre o primeiro rei português e sobre seu avô materno. Seu posicionamento sobre ambos, porém, não terminou com uma decisão específica, como ocorria na deliberação oral. Em vez disso, sua opinião elogiosa acerca dos dois o levaria a adotá-los como paradigmas para diversas questões que ainda iriam surgir. Quintiliano (2015a, l. 3, p. 531), caracterizando o gênero deliberativo, observou que a pertinência de um exemplo do passado para o presente originava-se de uma comparação entre a circunstância atual e uma conjuntura antiga. Quando havia semelhanças, a ação já tomada podia transformar-se em paradigma para o comportamento a se adotar. Isso explica a satisfação de D. Sebastião ao receber do espanhol Francisco de Aldana, em Alcácer Quibir, o elmo utilizado por Carlos V durante a conquista de Túnis em 1535 (CRUZ M., 2009, p. 332). O chefe Habsburgo, enfrentando uma poderosa armada otomana na Tunísia, saíra vitorioso. D. Sebastião, prestes a lutar contra muçulmanos no Marrocos, tomava o exemplo de seu avô como paradigma e estímulo para prosseguir a jornada. O passado, assim, moldava o imaginário presente, influenciando decisivamente nas ações futuras.

Quintiliano (2015a, l. 3, p. 531-533) ainda apontou que o exemplo, condensando uma experiência, era alçado ao patamar de autoridade. Porém, era necessário que houvesse uma compatibilidade, ou entre a ação, ou entre a personagem exemplar e o espectador a quem se apresentavam. Caso contrário, não haveria o desencadeamento de efeitos práticos. Ou seja, se fossem apresentados, a um rei, os feitos virtuosos de um religioso, esse monarca poderia ficar comovido com as atitudes íntegras do clérigo, mas tais ações não seriam as mais adequadas para sua regência – constantemente ameaçada por intrigas políticas.

Na sua *Retórica* (2012, 1356b-1357a), Aristóteles também teorizou sobre o gênero deliberativo, verificando que a utilização dos exemplos era um recurso de natureza indutiva, isto é, buscava conduzir alguém a alguma atitude ou deliberação. Ainda que evidente – diante do que já foi exposto –, a afirmação do filósofo grego demonstra que o emprego dos exemplos

no processo formativo não era um recurso meramente ilustrativo. Trazer à tona episódios antigos não se tratava de um procedimento espontâneo ou pouco refletido, pois a construção de uma imagem do passado tinha efeitos práticos no presente e conduzia a uma determinada perspectiva de futuro. Uma carta escrita por D. Sebastião na idade adulta, e dirigida ao embaixador Luís da Silva, clareia esse potencial indutivo dos exemplos. Na correspondência, o rei português justifica sua presença na expedição de Alcácer-Quibir. Um dos argumentos apresentados para explicar sua ida era o fato de outros regentes, no passado, terem agido dessa forma, obtendo êxito na expedição e fama para seus nomes:

Os perigos futuros se devem considerar pelos passados semelhantes, os quaes se vem pela experiencia do passado entendida, e alcançada pelos casos, e successos, que conforme a razão acontecem, e não pelos que acaso, e de fustre succedem. A experiencia do passado nos Reys, e Principes, que por si fizeraõ jornadas, e muito curfaraõ a guerra, ainda em roins successos se vio não morrerem nella os mais. O Emperador meu Avô perigos passou, muitos foraõ, e grandes; não menos continuação nelles em largo discurso de tempo, e finalmente quasi toda a vida, sem nelles a perder, mas ganhando o que nelles alcançou, que he muito mais, que muitas vidas. El Rey Francisco de França perdendo-se hia huma batalha, pelejando taõ valerosamente como o fez, e com arcabuzadas nas armas, não morreo. (MACHADO, 1751, p. 104-105, grifo nosso)

Pode-se observar que, a partir dos feitos de antigos reis – que lhe foram apresentados pelos jesuítas ou pelos partidários de D. Catarina – D. Sebastião teve delineada sua percepção da função régia e foi induzido a atitudes análogas durante sua regência. Como as observações de Sêneca (2004) e Jerônimo Osório (2005) pontuaram, um dos méritos desse recurso era projetar uma compreensão sobre certo fenômeno sem o emprego de vastas explicações. Logo, as imagens de Carlos V e Francisco I – com as quais D. Sebastião já possuía familiaridade – tiveram mais impacto sobre sua opinião do que os argumentos racionais de alguns privados.

Camões também forneceu exemplos de dirigentes notáveis para o jovem rei. Contudo, precisa-se observar que, ao contrário dos mestres jesuítas e dos demais letrados envolvidos no processo educacional, não o fez através de crônicas ou gêneros didáticos. Os exemplos apresentados por Camões estavam projetados em seus próprios textos poéticos, mormente, n' *Os Lusíadas* (1572). Na conhecida dedicatória do poema, o sujeito ilocutório, dirigindo-se ao regente, inventaria alguns monarcas exemplares que lhe serão apresentados durante a narração:

11. Ouvi: que não vereis com vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas
Que excedem as sonhadas, fabulosas,

Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro
E Orlando, inda que fora verdadeiro.

12. Por estes vos darei um Nuno fero,
Que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,
Um Egas e um Dom Fuas, que de Homero
A cítara para eles só cobiço;
Pois polos Doze Pares dar-vos quero
Os Doze de Inglaterra e o seu Magriço.
Dou-vos também aquele ilustre Gama,
Que pera si de Eneias toma a fama.

13. Pois, se a troco de Carlos, Rei de França,
Ou de César, quereis igual memória,
Vede o primeiro Afonso, cuja lança
Escura faz qualquer estranha glória;
E aquele que a seu Reino a segurança
Deixou, co grande e próspera vitória;
Outro Joanne, invicto cavaleiro,
O quarto e quinto Afonsos e o terceiro.
(CAMÕES, 2003, c. I, p. 73-74)

O trecho é claro: a matéria romanesca dos poemas cavaleirescos dará lugar à matéria histórica do épico, personagens da tradição greco-latina serão ofuscados pelos protagonistas dos recentes feitos ultramarinos de Portugal, e os regentes das primeiras dinastias portuguesas – que cometeram façanhas tão notáveis quanto as de vultos da história antiga – serão louvados. Essas famosas estrofes da dedicatória esclarecem que os exemplos apresentados a D. Sebastião têm um fundamento histórico, são figuras recolhidas nas crônicas do reino. Aliás, essa natureza factual será mais um motivo que justificará a exaltação. Nas estâncias seguintes, é possível observar que o autor, dedicando o texto poético ao jovem rei, não apresenta o passado apenas para elogiar os fundadores do reino, mas busca estimulá-lo a feitos semelhantes. Ou seja, descerra o passado para propor um futuro:

15. E, enquanto eu estes canto e a vós não posso,
Sublime Rei, que não me atrevo a tanto,
Tomai as rédeas vós do Reino vosso,
Dareis matéria a nunca ouvido canto.
Comecem a sentir o peso grosso
(Que polo mundo todo faça espanto)
De exércitos e feitos singulares
De África as terras e do Oriente os mares.

[...]

17. Em vós se vem, da Olímpica morada,
Dos dous avôs as almas cá famosas;
Hũa, na paz angélica dourada,
Outra, polas batalhas sanguinosas.
Em vós esperam ver-se renovada
Sua memória e obras valerosas;
E lá vos tem lugar, no fim da idade,

No templo da suprema Eternidade.
(CAMÕES, 2003, c. I, p. 74-75, grifo nosso)

Na passagem, o sujeito ilocutório incita o destinatário à renovação dos feitos de seus avós, almejando por uma nova administração notória, seja ela próxima do expansionismo de Carlos V, seja ela semelhante ao pragmatismo de D. João III. Independentemente desse direcionamento específico, as façanhas de tal regência suplantariam as de seus antepassados, transformando-se no argumento de novos cantos. Assim, a história portuguesa serviria de modelo para futuras obras, o rascunho a ser consumado pela execução dos *feitos singulares*. Essa continuidade entre passado e futuro era a base sobre a qual estava fundado o uso de exemplos: “Quase todos concordam que o uso de exemplos é mais adequado e proveitoso aqui que para nenhuma outra matéria, porque geralmente os fatos futuros parecem corresponder aos do passado e se tenha a experiência como algum fundamento para a razão.” (QUINTILIANO, 2015a, l. 3, p. 545). Logo, a apresentação do passado, por Camões, não era alheia ao problema da educação de D. Sebastião, nem ao direcionamento político do reino. Propor exemplos era fixar um passado, influenciando na autopercepção do rei sobre sua função e conduzindo-o a um determinado tipo de regência.

A poesia lírica camoniana também realçou os modelos de conduta do passado. Na Ode a D. Francisco Coutinho, Conde de Redondo, o poeta apresentou o exemplo de Aquiles ao seu interlocutor, caracterizando o mítico grego como paradigma de habilidade com as armas e com a ciência:

Aquele único *exemplo*
De fortaleza heroica e ousadia,
Que mereceu, no templo
Da Fama eterna, ter perpétuo dia,
O grão filho de T[h]étis, que dez anos
Flagelo foi dos míseros Troianos,

Não menos ensinado
Foi nas ervas e médica polícia
Que destro e costumado
No soberbo exercício da milícia:
Assi[m] que as mãos que a tantos mortes deram,
Também a muitos vida dar puderam.
(CAMÕES, 2008, p. 331, grifo nosso)

Camões trouxe o exemplo de Aquiles à tona para estimular D. Francisco Coutinho – célebre por suas façanhas bélicas – a apoiar uma publicação do botânico português Garcia da Orta, o que, segundo o poeta, também consagraria o nobre entre os homens de ciência e lhe concederia a dupla fama do guerreiro grego:

Posto que o pensamento
 Ocupado tenhais na guerra infesta,
 Ou co sanguinolento
 Taprobano, ou Achém, que o mar molesta,
 Ou co Cambaio, oculto imigo nosso,
 Que qualquer deles teme o nome vosso;

Favorecei a antiga
 Ciência que já Aquiles estimou;
 Olhai que vos obriga
 Verdes que, em vosso tempo, rebentou
 O fruto daquela Orta onde flore[s]cem
 Plantas novas que os doutos não conhecem.

[...]
 Ajuda[i] quem ajuda contra a morte,
 E sereis semelhante ao grego forte.
 (CAMÕES, 2008, p. 332-333)

Na ode, tal qual n’*Os Lusíadas* (1572), um modelo do passado é apresentado como incentivo à adoção de certo padrão de conduta.

O efeito que o uso de exemplos tinha sobre as deliberações dos ouvintes, segundo Hélio Alves (1999, p. 17-36), não era um traço específico do gênero deliberativo. O crítico português, comentando as relações entre os poetas renascentistas e a audiência do período, pondera que o gênero epidítico também tinha uma função prática sobre os ânimos dos expectadores: ou os estimulava a uma conduta semelhante àquelas que eram louvadas, ou os dissuadia das atitudes censuradas. Para Alves (1999, p. 19), Platão, ao aprovar somente os poemas que apresentavam os feitos virtuosos dos heróis e dos deuses, já compreendia que as produções poéticas epidíticas podiam incitar os ouvintes às atitudes análogas.¹⁷ O camonista chama atenção para a complexidade que o tema adquiriu a partir de Aristóteles, quando as fronteiras entre o gênero epidítico – que louva ou censura – e o gênero deliberativo – que recorre ao passado para aconselhar sobre uma decisão com implicações futuras – se tornariam cada vez mais sinuosa. A flexibilidade ocorria porque em todo elogio estava subentendido um conselho, a fim de que a matéria do encômio fosse adotada pelos ouvintes. Por outro lado, em todo conselho, estava implícito um elogio, já que o exemplo do passado trazido à tona era modelar: “De sorte que, quando quiseres elogiar, olha para o conselho que se poderá dar; e, quando quiseres dar um

¹⁷ O livro III da *República* (2016), no trecho que vai de 386a até 398a, aborda a influência dos poemas, principalmente das produções homéricas, sobre o caráter dos jovens da *pólis*. Veja-se, a título de exemplo, o seguinte trecho: “Estas razões obrigam-nos a pôr termo a tais ficções, com o receio de que possam deixar nossos jovens levianos e maus [...] Porque diríamos, penso, que os poetas e os fazedores de fábulas cometem os maiores erros em relação aos homens, quando pretendem que muitos injustos são felizes, enquanto os justos são infelizes [...]” (PLATÃO, 2016, p. 106-107).

conselho, olha para o que se pode elogiar.” (ARISTÓTELES, 1368a, 2012, p. 51). Pouco a pouco, segundo Alves (1999, p. 23), a miscelânea entre o epidítico e o deliberativo tornou-se mais frequente e o incentivo aos feitos semelhantes – implícito no primeiro – passou a confundir-se cada vez mais com o conselho e com a proposição dos exemplos – marcas do segundo. Uma vez que, no épico de Camões, o elogio não buscava apenas o enaltecimento voluntário, a celebração por si própria, mas tratava-se da apresentação de um passado para a figura política mais relevante do período, o deliberativo sobressaía.

2.2.3 Camões e D. Sebastião

Ainda que poucas sejam as certezas sobre a biografia de Camões, é possível rastrear, nos seus escritos, as referências a D. Sebastião. A primeira menção camoniana ao jovem rei ocorre na écloga *Que grande variedade vão fazendo*, compilada pelo licenciado Fernão Rodrigues Soropita na primeira edição da *Rimas* (1595). Nessa composição, os pastores Umbrano e Frondélio lamentam a morte do príncipe João Manuel, filho de D. João III e pai de D. Sebastião. A perda é compensada pelo nascimento de seu filho, o *novo infante* D. Sebastião. Na cena bucólica, a jovem esposa de D. João Manuel, D. Joana da Áustria, é transfigurada na ninfa Aônia, que chora sobre o túmulo do marido, enquanto suas damas, também apresentadas como semideusas, seguram o menino:

De todas estas altas semideias,
Que em torno estão do corpo sepultado,
Ūa regando as úmidas areias,
De flores tem o túmulo adornado;
Outras, queimando lágrimas sabeias,
Enchem o ar de cheiro sublimado;
Outras, em ricos pano, mais avante,
Envolvem brandamente *um novo infante*.

Ūa, que de entre as outras se apartou,
Com gritos que a montanha entristeceram
Diz que, de[s]pois que a Morte a flor cortou
Que as estrelas somente mereceram,
Que este *penhor caríssimo* ficou
Daquele a cujo império obedeceram
Douro, Mondego, Tejo e Guadiana,
Té o remoto mar da Taprobana.

Diz mais que, se encontrar *este menino*
A noite intempestiva, amanhecendo,
Que o Tejo, agora claro e cristalino,
Tornará a fera Ale[c]to em vulto horrendo;
Mas se for conservado do Destino,
Que as estrelas beni[g]nas prometendo

Lhe estão o largo pasto de Ampelusa,
 Co monte que em mau ponto viu Medusa.
 (CAMÕES, 2008, p. 440, grifo nosso)

Essa primeira referência camoniana a D. Sebastião, tal qual outros textos poéticos que o tomaram por tema durante sua menoridade, apresentava-o como personagem predestinado aos grandes feitos na África. Uma das ninfas vaticina-lhe a conquista do cabo Espartel (Ampelusa) e o domínio do monte Atlas, ambos localizados em território marroquino. Trata-se, portanto, de um texto que ratifica a interpretação messiânica da figura do jovem rei. Embora a égloga tenha sido impressa em 1595, pelos eventos históricos que ficcionaliza, é verossímil crer que foi escrita na década de 50 do século XVI, logo após a morte do príncipe João Manuel. Vítor Aguiar e Silva (2011, p. 134) estipula os anos de 1554 e 1555 como datas mais prováveis para sua composição.

A segunda menção camoniana a D. Sebastião ocorreu em *Os Lusíadas* (1572). No poema, a presença do rei não se limitava às já mencionadas estrofes da dedicatória. Ademais, tais estâncias passavam longe de ser apenas um protocolo encomiástico necessário às produções épicas. Como mencionado no tópico anterior, nessa passagem, o poeta deixava claro que, durante a narração do texto, seriam compendiados exemplos diversos de cavaleiros, fidalgos e antigos reis portugueses. Tais estrofes adquiriam, então, uma funcionalidade nas vocalizações públicas – circunstâncias de difusão do poema. Elas forneciam indícios do que seria tratado no decurso da narração, funcionando como verdadeiros *trailers* para a audiência quinhentista.¹⁸ Além de anunciar a narração – e o teor exemplar do texto – a dedicatória do épico também acentuava as expectativas sobre os futuros feitos de D. Sebastião, evocando-o através de expressões perifrásticas carregadas de anseio bélico.¹⁹ O apelo ao jovem monarca português, entretanto, não estava presente somente nas estrofes iniciais de *Os Lusíadas* (1572). O epílogo era outra ocasião em que ele era explicitamente evocado. Neste trecho, chamava-se a atenção de D. Sebastião aos bons vassallos que estavam ao seu serviço, aconselhando-o a favorecê-los juntamente com os religiosos e cavaleiros honrados.

¹⁸ Marco Girolamo Vida na sua *Arte Poética* (1527) observava que uma boa proposição devia expor gradativamente os assuntos que seriam narrados, sem os apresentar de uma vez: “Mas, no momento em que apresentas o argumento, convém que nunca o reveles com uma referência explícita. O que se pretende dizer sugere-se sempre com alusões dissimuladas e melhor ainda com circunlóquios, prosseguindo à meia luz. Daí, porém, como de fusca neblina, irrompe com toda a nitidez a imagem das coisas [...]” (VIDA, 2014, p. 203).

¹⁹ “06. E vós, ó bem na[s]cida segurança/ Da Lusitana antiga liberdade,/ E não menos certíssima esperança/ De aumento da pequena Cristandade;/ Vós, ó novo temor da Maura lança,/ Maravilha fatal da nossa idade” (CAMÕES, 2003, c. I, p. 72, grifo nosso) “08. Vós, que esperamos jugo e vitupério/ Do torpe Ismaelita cavaleiro” (CAMÕES, 2003, c. I, p. 73, grifo nosso)

Antes do detalhamento da presença de D. Sebastião n' *Os Lusíadas* (1572), convém destacar a terceira menção do escritor ao rei: uma oitava escrita por Camões e dirigida ao monarca, na ocasião em que ele recebeu uma das setas que atravessaram o corpo de São Sebastião. A relíquia foi recebida pelo rei em 1574 e provavelmente a oitava camoniana data do ano seguinte. O texto compartilha com a dedicatória de *Os Lusíadas* (1572) o teor encomiástico e a expectativa messiânica por grandes feitos:

Assi[m] vós, Rei, que fostes *segurança*
De nossa liberdade, e que nos dais
De grandes bens certíssima esperança;
 Nos costumes e aspeito que mostrais
 Concebemos segura confiança
 Que Deus, a quem servis e venerais,
 Vos fará vingador dos seus revéis,
 E os prêmios vos dará que mereceis.
 (CAMÕES, 2008, p. 368, grifo nosso)

Além dos epítetos repletos de anseio militar, no texto, sobressaem as semelhanças entre o mártir romano e o monarca português. Essas não se limitam ao nome, abrangendo também o *fiel peito*, *casto e forte* de ambos. O eu-lírico apresenta o zelo de São Sebastião pela fé cristã como modelo a D. Sebastião e menciona ainda uma outra relíquia do santo presente em Portugal: seu braço, enviado, anteriormente, a terras lusitanas. A voz poética joga com os significados do vocábulo *braço* e com a significação religiosa do item, interpretando-o como um *presságio* das futuras vitórias sebastianas:

Já por sorte do Céu, que o consentiu,
 Tendes o braço seu, relíquia cara,
 Defensor contra o gládio que feriu
 O povo que Davi contar mandara.
 No qual, pois tudo em vós se permitiu,
Presságio temos e esperança clara
 Que sereis braço forte e soberano
 Contra o soberbo gládio mauritano.
 (CAMÕES, 2008, p. 367, grifo nosso)

A influência exercida por esta oitava camoniana em D. Sebastião é desconhecida, entretanto, caso o monarca tenha lido, ou escutado, o poema, é muito provável que este tenha sido mais um estímulo para a criação da Ordem militar da Seta, companhia fundada pelo rei em 1575 e cujo hábito ele passaria a utilizar periodicamente. Acerca da companhia, Maria Augusta Lima Cruz informa:

Foi provavelmente durante esta estadia no Algarve que D. Sebastião formalizou o acto de criação de uma nova ordem militar. Embora Barbosa Machado escreva que o rei erigiu, em Setúbal, um edifício em veneração a São Sebastião, «no qual queria estabelecer a Militar Ordem da Seta», suspeitamos ter sido o Cabo de São Vicente o lugar simbólico de sua fundação. Em todo caso, por carta a Cristóvão de Távora, datada de 18 de Novembro de 1576, ficamos a saber que D. Sebastião passara a usar uma cruz para «que se entenda claramente que esta Ordem, que agora ponho em efeito, teve princípio e entrei nela desde o primeiro dia que comecei a trazer esta cruz». (CRUZ, 2009, p. 303)

Após tais comentários, observa-se que a produção camoniana tematizou a figura de D. Sebastião em três momentos distintos da vida do monarca: I) quando recém-nascido – ocasião em que as esperanças de manutenção da soberania portuguesa recaíam sobre ele –, II) após assumir o reino – época em que *Os Lusíadas* (1572) era finalizado e publicado –, III) alguns anos antes da campanha de Alcácer-Quibir, tendo D. Sebastião já passado ao noroeste da África uma vez e possuindo a intenção de retornar para o conquistar. Nos três textos endereçados ao jovem rei, a imagem de um monarca assinalado para grandes feitos, cujo nascimento havia sido um prodígio divino, era um lugar-comum, reforçando ainda mais seu cariz messiânico. Os dois últimos, isto é, *Os Lusíadas* (1572) e a oitava *À seta que o papa mandou a El-Rei...* (1575?), apresentavam exemplos que podiam embasar os juízos e as reflexões do monarca, auxiliando-o nas decisões a serem tomadas no cargo de regente.

É importante observar que tanto a influência dos exemplos sobre o público quanto o impacto do elogio no ânimo dos expectadores eram aspectos fundamentais para as produções poéticas antigas e renascentistas, ou seja, a comoção (*movere*), o ensinamento (*doceat*), e não apenas a fruição estética, eram metas a serem alcançadas. A natureza ilocucionária²⁰ de obras como os referidos poemas camonianos relacionava-se com o seu contexto de produção e circulação: o ambiente monárquico. Nessa circunstância em que o arranjo social era rigidamente hierarquizado, na qual o público receptor estava reduzido a integrantes do clero e da nobreza, e onde os textos eram escritos sobretudo para serem vocalizados, a audiência de um poeta compunha-se de integrantes dos mesmos estratos sociais, ou de grupos próximos, logo, suas obras deviam emular as opiniões e discursos majoritários. Nesse processo de ratificação das perspectivas políticas predominantes, a exemplificação deliberativa possuía uma relevância que, a partir da derrocada do edifício monárquico, decairá gradativamente: os exemplos não constituíam apenas o louvor dos antepassados, mas também o estímulo para ações semelhantes.

²⁰ Utiliza-se esta expressão na acepção difundida por Austin: “Em segundo lugar dissemos que também realizamos atos ilocucionários tais como informar, ordenar, prevenir, comprometer-se, etc., isto é, proferimentos que têm uma certa força (convencional).” (AUSTIN, 1990, p. 95)

É preciso ressaltar ainda que os exemplos nem sempre tinham uma natureza manifesta. Muitas vezes, ou os valores e comportamentos exemplares estavam reunidos em uma personagem que não possuía existência histórica, ou uma personalidade histórica era remodelada para os ilustrar com mais eficácia. Hélio Alves (1999) observa que Eneias na *Eneida* (19 a. C.) estampava alguns valores prezados na Roma de Augusto, portanto, sua jornada e suas ações constituíam, além de uma narrativa fundadora, um louvor a tais princípios:

Na Roma augustana, em nenhum outro género literário se manifestou mais a componente ostentatória do que na epopeia. Ao adoptar o processo mais grandioso de exercer o discurso de louvor, também Virgílio (70-19 a.c) cinzelou o seu discurso de forma a fazê-lo incidir sobre os aspectos ético-políticos mais relevantes naquele momento histórico. O poeta celebrou inquestionavelmente *pietas*, *iustitia*, e *clementia* como se fossem definições substantivas do regime imperial em que vivia. A *pietas* de Eneias, virtude máxima do herói máximo do poema [...] parecia epitomizar o conjunto das três virtudes que se tornaram particularmente prezadas no Império. (ALVES, 1999, p. 28)

Após essas observações, observa-se que o teor exemplar na produção épica era mais sinuoso do que aquele presente nas crônicas históricas. Enquanto nas crônicas lidas por D. Sebastião, o texto girava em torno da figura de um regente que, no curso das suas ações, demonstrava suas virtudes, na produção poética, a natureza modelar de uma personagem histórica estava associada com a trama da obra, com as formulações retóricas dos poemas e com outros aspectos textuais. Logo, ainda que a leitura, ou a escuta, de tais textos fosse um expediente exitoso para a difusão de determinadas condutas, a transmissão estava dissimulada nas peripécias das personagens, e sob a melodia dos versos.

No tópico a seguir, serão apresentadas as maneiras pelas quais a figura de D. Sebastião está presente em *Os Lusíadas* (1572). Identificá-las e distingui-las é importante porque demonstrará que os exemplos e mensagens apresentadas por Camões ao rei estão em estratos narrativos e retóricos diversos, conseqüentemente, ou não são claramente perceptíveis, ou quando identificáveis, nem sempre aparentam ser a proposição de modelos de condutas.

2.2.4 As projeções ficcionais de D. Sebastião em *Os Lusíadas* (1572)

Hélio Alves (1999, p. 234), comentando alguns aspectos do cancionero de Luis Franco Correa – manuscrito que contém o único rascunho conhecido de *Os Lusíadas* (1572) – destaca o título primitivo do poema: *Elusíadas a elRei Dõ Sebastião*. Embora as divergências entre essa denominação provisória e o título final tenham sido mínimas, essa primeira versão deixava claro para quem a obra era dirigida, conseqüentemente, já acusava que tipos de valores estavam

implícitos no texto e dava pistas sobre a maneira como seria materializada a sua leitura. O poema, sendo endereçado a D. Sebastião, muito provavelmente endossava toda uma mitologia criada ao redor do jovem monarca e destinava-se às declamações, ou leituras, públicas. Tais vocalizações em ambiente cortesão demandavam do texto, além da adequação a determinados juízos, um arrojado acabamento textual capaz de abalar a audiência. O antigo título, então, já delineava um receptor e um modo de enunciação para o texto. Justamente por tais aspectos, ele se aproximava das estrofes iniciais do poema definitivo, estrofes essas que também fixavam o destinatário e sinalizavam a robustez do verso de Camões.

Tanto o primeiro título d’*Os Lusíadas* (1572) quanto a dedicatória do épico são passagens nas quais a presença de D. Sebastião é manifesta. Nas estrofes de oferecimento do texto, o sujeito ilocutório dirige-se ao jovem rei, qualificando aquilo que será narrado como uma espécie de ofertório. Nesse ato, o artefato oferecido ao monarca é uma narração na qual os vassalos e antepassados exemplares serão exibidos.²¹ Não é à toa que a forma *vereis* é recorrente na passagem. Trata-se de um apelo à visualização dos tipos que desfilarão diante de seus olhos. Esse clima de conversação entre o sujeito ilocutório e um D. Sebastião projetado no texto é retomado no epílogo da obra, onde novamente o monarca é instado a olhar para seus súditos.²²

Nesses trechos, o endereçamento do poema a D. Sebastião torna-se claro. Aquilo que se vai ouvir (dedicatória), ou que já fora ouvido (epílogo), é uma produção voltada ao rei. Logo, o emissor assume uma posição de sujeição face à *persona* ficcional de D. Sebastião, reproduzindo nestes passos os vínculos que vigoravam no mundo empírico:

09. *Inclina* por um pouco a majestade
 Que nesse tenro gesto vos contemplo,
 Que já se mostra qual na inteira idade,
 Quando subindo ireis ao eterno Templo;
Os olhos da real benignidade
Ponde no chão: vereis um novo exemplo
 De amor dos pátrios feitos valerosos,
 Em versos divulgados numerosos.
 (CAMÕES, 2003, c. III, p. 73, grifo nosso)

Diz-se um D. Sebastião ficcional porque se tratava de um interlocutor que, embora guardasse profundas afinidades com seu correlato empírico, – inclusive sendo preenchido por aquele durante a leitura/escuta régia – provinha da pena de Camões e, dessa forma, possuía

²¹ “10. Ouvi: vereis o nome engrandecido/ Daqueles de quem sois senhor superno/ E julgareis qual é mais excelente/ Se ser do mundo Rei, se de tal gente.” (CAMÕES, 2003, c. I, p. 12)

²² “146. Por isso vós, ó Rei, que por divino/ Conselho estais no régio sólio posto/ Olhai que sois (e vede as outras gentes)/ Senhor só de vassalos excelentes.” (CAMÕES, 2003, c. X, p. 353)

apenas existência textual, sendo incompleto e provisório perante seu análogo histórico. Recorde-se que, para a retórica, a audiência ocupava um lugar central na constituição do discurso. O efeito pretendido sobre o público era o propósito a partir do qual o orador articulava sua fala. Esse protagonismo do interlocutor levou os oradores a projetá-lo no interior do texto. Camões, compondo um épico direcionado a leituras/escutas públicas e com um fundamento retórico marcante, também projetou seu destinatário n’*Os Lusíadas* (1572), criando o que Wolfgang Iser nomeou *ficção do leitor*: “Na ficção do leitor mostra-se a imagem do leitor em que o autor pensava, quando escrevia [...]” (ISER, 1996, p. 75).

Contudo, nem sempre a presença de D. Sebastião é fácil de ser discernida n’*Os Lusíadas* (1572). Há alguns trechos do épico nos quais o leitor alheio às circunstâncias quinhentistas tem dificuldades para identificar alusões ao monarca. Os leitores da época, porém, ao menos aqueles que tinham consciência dos acontecimentos políticos, discerniam tais menções. Uma vez que a esfera de circulação do livro no século XVI abrangia as ordens eclesiásticas, a nobreza e a corte – classes informadas sobre a administração régia – os integrantes desses grupos compreendiam tais referências. Além de serem veladas, um traço que caracteriza tais alusões é parecerem uma extensão natural da trama, isto é, elas estão atreladas à narrativa sem qualquer corte ou interrupção. Dois trechos estudados por António Sérgio em *Camões Panfletário* (1925) enquadram-se nessa categoria de referências *veladas* a D. Sebastião. O primeiro está no canto oitavo do poema. Trata-se da ocasião em que mouros subornam os catuais de Calecute para convencê-los de que os portugueses eram piratas. Os catuais, ao acatarem esta opinião, intervêm junto ao Samorim – autoridade máxima de Calecute – para dificultar qualquer acordo entre os nativos e lusitanos. Durante esta passagem, o relato é interrompido e o narrador reflete sobre a importância dos bons conselheiros.²³ A advertência serve tanto para o Samorim indiano quanto para D. Sebastião, já que algumas crônicas coevas e outras passagens do poema fazem menção aos conselheiros bajuladores. A efetivação desse duplo significado, porém, não é igual para todos os leitores e depende da familiaridade com a ambiência de produção do texto, ambiência essa que o poema reverbera. Roger Chartier (1991) observa que os significados textuais variam de acordo com a esfera de circulação da obra. Mudanças profundas no meio social acarretam, ou o surgimento de novas conotações, ou o encobrimento de antigos significados. No caso desta passagem de *Os Lusíadas*, os leitores integrados em um contexto democrático – no qual as formas de sociabilidade vinculadas às relações monárquicas já não vigoram – podem ter uma dificuldade maior para associar a estrofe à corte portuguesa. Os leitores da época, entretanto,

²³ Veja-se a página 27 desta tese.

familiarizados com a imagem dos lisonjeiros, faziam esta vinculação com mais facilidade. Dessa forma, é possível afirmar que também a “construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta)” trata-se de “um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades.” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Outro exemplo desta espécie de referência velada está no canto nono: a estrofe que vincula D. Sebastião ao mito de Actéon.²⁴ Leitores que desconhecem o fascínio deste rei pela caça não associam a menção ao mítico caçador, dilacerado pelos próprios cães, com o regente que, absorvido por estas atividades, descuidava dos aspectos mais pragmáticos da administração, ficando à mercê de seus súditos. Os leitores quinhentistas, entretanto, faziam esta associação sem muita dificuldade, uma vez que, como já demonstrado por Américo da Costa Ramalho (1975, p. 72-78), o mito de Actéon tornou-se no século XVI uma alegoria de dirigentes incautos, propagando-se na produção literária, pictórica e escultórica. Essa classe de alusões veladas a D. Sebastião, inclusive, pode ser interpretada como referências alegóricas ao Rei, já que elas são construídas sobre uma relação de similaridade entre o texto e o contexto do século XVI.

Nessas duas passagens da narrativa, o relato não é interrompido para que sejam feitas considerações sobre os súditos lisonjeiros e as distrações régias. Esses significados são alocados ao texto pelo leitor consciente das semelhanças entre o narrado e aquilo que era vivido na corte sebástica. Isto não acontece nos excursos d’*Os Lusíadas* (1572), passagens em que o relato é interrompido e uma voz, identificável com a de Camões, faz referências evidentes a aspectos políticos de Portugal. Dentre os aspectos mencionados estão temas como o patrocínio às letras, os tipos dignos do louvor épico, o poder do dinheiro, dentre outros. Nesses trechos, embora a voz se expresse de modo claro, sem recorrer a significações dúbias, D. Sebastião é intuído, mas não mencionado. Ou seja, pressupõe-se que ele lerá, ou escutará, tais estrofes, contudo, elas não o apresentam claramente como interlocutor, tal como ocorre na dedicatória e no epílogo. Além do poema lhe ser dirigido, outro fator que corrobora com a suposição de que, mesmo não marcado textualmente, ele figura como provável leitor de tais passagens é porque muitas das matérias abordadas dizem respeito à corte e à política.

Veja-se, por exemplo, o excurso presente no final do canto sétimo. No trecho, o sujeito ilocutório menciona que ainda não obteve o reconhecimento desejado para sua produção poética nem conseguiu descansos para uma vida repleta de trabalhos, argumentando que o repouso e a fama não vieram por conta dos ingratos senhores que cantara:

²⁴ Vejam-se as páginas 28 e 29 desta tese.

81. E ainda, Ninfas minhas, não bastava
 Que tamanhas misérias me cercassem,
 Senão que *aqueles que eu cantando andava*
 Tal prêmio de meus versos me tornassem:
 A troco dos descansos que esperava,
 Das capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram!
 (CAMÕES, 2003, c. VII, p. 263, grifo nosso)

Logo em seguida, o poeta menciona quais tipos de fidalgos não serão louvados no seu poema. Não serão enaltecidos os que se disfarçam para agradar o povo, nem aqueles que, dissimulando, obtêm a graça do rei, porém, ocultam seus verdadeiros interesses:

85. Nenhum que use de seu poder bastante
 Pera servir a seu desejo feio,
 E que, por comprazer ao vulgo errante,
 Se muda em mais figura que Proteio.
 Nem, Camenas, também cuidei que cante
 Quem, co hábito honesto e grave, veio,
 Por contentar o Rei, no officio novo,
 A despir e roubar o pobre povo!
 (CAMÕES, 2003, c. VII, p. 266)

Nessas estrofes, mesmo que D. Sebastião não esteja textualmente demarcado como interlocutor da voz poética, pressupõe-se – pois o poema lhe foi dedicado – que ele escutará a queixa contra os fidalgos mal-agraçados e as denúncias contra aqueles que *com hábito honesto e grave vêm a despir e roubar o pobre povo*. Trata-se, afinal, de uma presença intuída, pressuposta, mas não marcada textualmente. Como o assunto abordado era predominantemente político e de meio cortesão, tratava-se de uma matéria sensível às demandas do rei, o que devia despertar-lhe alguma atenção. Nos excursos d’*Os Lusíadas*, dessa forma, D. Sebastião não é mencionado, mas, estando sob o seu arbítrio a última palavra sobre muitas das questões levantadas, pode-se afirmar que o poeta o tinha como provável leitor dessas passagens.

Recapitulando as projeções de D. Sebastião n’*Os Lusíadas* (1572), pode-se apontar: I) Seu delineamento ficcional explícito na dedicatória e no epílogo do poema (*ficção do leitor*), ou seja, nessas seções, o jovem rei português era claramente circunscrito à condição de interlocutor a quem o poeta se dirigia; II) Alusões veladas ao monarca, as quais eram óbvias para ele próprio e para aqueles leitores que tinham conhecimento dos eventos da corte, passando despercebidas aos que não tinham; III) Sua condição de leitor conjecturado, virtual, mas não assinalado textualmente nos excursos.

Além dessas três categorias de projeção do rei no texto, há ainda uma quarta espécie. Trata-se da introjeção de D. Sebastião como leitor implícito das narrativas de Vasco da Gama e Tétis. Deve-se recordar que estes relatos são metadieгéticos²⁵, ou seja, o narrador do poema interrompe sua exposição e uma personagem assume a narração, produzindo uma história dentro da história. No caso d’*Os Lusíadas*, este é um artifício recorrente. Quando a frota portuguesa chega a Melinde – instado pelo rei local – Vasco da Gama narra a história lusitana aos habitantes da região, abordando desde a época do condado portugalense até sua chegada naquela localidade:

03. «Mandas-me, ó Rei, que conte declarando
De minha gente a grão genealogia;
Não me mandas contar estranha história,
Mas mandas-me louvar dos meus a glória.
(CAMÕES, 2003, c. III, p. 129)

Posteriormente, quando os portugueses se encontram na Índia, o português Paulo da Gama assume a descrição das bandeiras portuguesas, apresentando episódios da história lusitana:

01. Na primeira figura se detinha
O Catual, que vira estar pintada,
Que por divisa um ramo na mão tinha,
A barba branca, longa e penteada.
Quem era e por que causa lhe convinha
A divisa que tem na mão tomada?
Paulo responde, cuja voz discreta
O Mauritano sábio lhe interpreta:
(CAMÕES, 2003, c. VIII, p. 267)

Na ilha dos amores, a semideusa Tétis conduz os portugueses para um monte e profetiza-lhes alguns episódios, os quais ocorrerão com lusitanos que irão sucedê-los na região:

75. Tethys, de graça ornada e gravidade,
Pera que com mais alta glória dobre
As festas deste alegre e claro dia,
Pera o felice Gama assi dizia:
(CAMÕES, 2003, c. IX, p. 335)

Os expectadores desses relatos são, respectivamente, um rei africano, alguns marujos portugueses e o próprio Vasco da Gama. Por sua vez, seus conteúdos são: I) a história

²⁵ Emprega-se o termo na acepção que lhe foi concedida por Gerard Genette em *Discurso da Narrativa* (1995, p. 227). Nesta obra, o crítico francês utilizou o termo para se referir às narrativas contadas por personagens (intradieгéticas) de uma narrativa primeira, ou seja, tratava-se de uma narrativa na narrativa.

portuguesa até 1497/1498; II) episódios esparsos de Portugal; III) alguns eventos da presença portuguesa no oriente.

A rememoração da história de Portugal ao Rei de Melinde dava oportunidade para o elogio não apenas dos portugueses que partiram às Índias, mas de todos aqueles que se entregaram de algum modo à condução do reino. Contudo, é curioso observar que, durante essa narração, Vasco da Gama faz referências bastante eruditas à mitologia greco-latina. Essas alusões muito provavelmente soariam incompreensíveis para um rei da distante costa oriental africana. Dessa forma, convém questionar: à medida que construiu a narrativa intradieética da história portuguesa nos cantos III, IV e V, teria camões descuidado da verossimilhança interna do poema? A pertinência desta pergunta provém justamente da distância cultural entre o capitão português e o monarca africano. Distância essa que, em situações empíricas, teria, ou inviabilizado o relato, ou ao menos incitado o interlocutor a alguma pergunta. Causa ainda mais estranheza que, no final do canto II, o Rei de Melinde não apenas escuta, mas ele próprio faz menção a episódios mitológicos greco-latinos, demonstrando conhecer a matéria. Pôr na elocução de um oriental referências ocidentais era uma violência ao antigo princípio poético de adequação entre os caracteres e seus discursos. A incongruência, anteriormente, foi notada por Cleonice Berardinelli:

Embora na estrofe 110 o rei já tenha revelado possível conhecimento da mitologia grega, referindo-se ao carro do sol (que também poderia existir em outras mitologias), parece estranho que nestas duas últimas assumo um discurso ocidental erudito, em que se sucedem os Titãs, Teseu e Píroto, Plutão, Nereu, divindades adequadamente escolhidas para a sua argumentação, e até o pouco conhecido Heróstrato, destruidor do templo de Diana, construído por Tesifônio (ainda mais desconhecido). (BERARDINELLI, 2000, s/p)

Cleonice parte desse contrassenso para constatar que o discurso “ocidental” do rei africano era um discurso do próprio Camões que, pela boca da personagem, refletia sobre a memória e a glória: “Na verdade, estas estrofes estão inseridas na fala do rei melindano, mas o que delas emerge é, mais uma vez, a reflexão do Poeta sobre as formas de “aventajar” o nome [...] para encarecer quão justo é que os portugueses desejem «eterna glória»” (BERARDINELLI, 2000, s/p).

Cleonice Berardinelli, portanto, considera o Rei de Melinde apenas uma máscara fictícia para quem o poeta exprime seu juízo sobre determinado assunto. Observando-se a divergência cultural que deveria impossibilitar o diálogo – ao menos, nos termos como ele ocorre – entre o português e o africano, também é possível conjecturar que o Rei de Melinde, enquanto escuta a narração do Gama, é um papel ficcional preenchido por qualquer leitor do texto, isto é, trata-

se de um *locus* retórico – o do expectador – reatualizado a cada nova leitura. Podendo ser desempenhado inclusive por aquele leitor a quem o texto foi dirigido: D. Sebastião.

Gerard Genette (1995), estudando a funcionalidade dos relatos metadieгéticos, observou que muitas vezes a plateia intradieгética é apenas o pretexto para um relato que tem o leitor empírico como alvo: “O mais frequente é que a curiosidade do auditório intradieгético mais não seja que um pretexto para responder à do leitor [...]” (GENETTE, 1995, p. 231). Logo, o interesse da personagem africana era uma estratégia ficcional para a exposição da história portuguesa. História essa que na interlocução estabelecida com D. Sebastião cumpria a tarefa de fornecer exemplos.

Essa intuição torna-se mais plausível quando se observa as referências culturais presentes nos cantos III, IV e V. Essas, conforme já foi observado, são bastante eruditas e delineiam à condição de leitor ou ouvinte da passagem alguém que recebera uma formação cultural esmerada. Wolfgang Iser (1996), refletindo sobre a tipologia dos leitores, observou a existência de alusões culturais que precisavam ser conhecidas para a efetiva leitura de uma obra. O teórico alemão denominou *leitor implícito* o conjunto de indicações intratextuais que demarcavam os saberes essenciais para a compreensão do texto. Essas diretrizes – presentes na própria obra – determinavam os conhecimentos necessários para o entendimento do artefato estético e acabavam indicando quais referências de mundo o leitor precisava ter para efetivamente compreendê-lo. Diz Iser: “[...] o leitor implícito não tem existência real; pois ele materializa o conjunto das preorientações que um texto ficcional oferece, como condição de recepção, a seus leitores possíveis. Em consequência, [...] não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura do texto” (ISER, 1996, v. I, p. 73).

Já que o rei de Melinde era a representação fictícia de um ouvinte da narração de Vasco da Gama – a *ficção do leitor*, para usarmos novamente o termo de Iser –, seu papel podia ser preenchido por qualquer receptor da obra, entretanto, à medida que as alusões textuais (o *leitor implícito*) presentes na estrutura do poema demandavam um conhecimento especializado para a compreensão de certas referências, o grupo de leitores capaz de exercer essa atuação diminuía. Por fim, se for levado em conta que o poema foi direcionado a D. Sebastião, que a narração de Vasco da Gama nos cantos III e IV expõe exemplos de antigos monarcas portugueses e que essa apresentação de modelos do passado era um método recorrente na educação régia quinhentista, pode-se concluir que o Rei de Melinde tratava-se de uma máscara fictícia do destinatário que era D. Sebastião. A ele, o texto foi dedicado, ele possuía o arcabouço de referências necessárias à compreensão das alusões eruditas, e os exemplos de reis do passado, mais do que a qualquer outro leitor, eram-lhe úteis. Portanto, é possível afirmar com António

José Saraiva (1996, p. 72) que é ao rei D. Sebastião que a narrativa de Vasco da Gama n' *Os Lusíadas* (1572) é dirigida, em uma espécie de *lição de geografia e de história*.

Camões, pela boca de Vasco da Gama, forneceu os exemplos que deviam moldar o imaginário do rei, influenciando na sua percepção da atividade régia e no seu desempenho da função. Conforme se viu no tópico anterior, durante a menoridade de D. Sebastião, houve toda uma discussão sobre quais modelos régios eram mais adequados à sua formação. Uma biografia de Carlos V chegara-lhe por vias desconhecidas, as cortes de 1562 sugeriram a impressão das crônicas nacionais a fim de que o jovem rei tivesse contato com exemplos de monarcas portugueses, D. Jerônimo Osório também assinalou a relevância e a eficiência desses textos. Interpretar o relato do Gama como a proposição de exemplos históricos é inferir que Camões também adentrou nesse debate, expondo a D. Sebastião os modelos dos antigos reis portugueses. Despertar nele a familiaridade com esses monarcas buscava conscientizá-lo sobre a natureza da atividade régia e, conseqüentemente, influir na sua maneira de governar, já que “[...] aos dirigentes era recomendado que buscassem nos escritos modelos de ação e de conduta, exemplos de como governar o reino, dando continuidade ao trabalho desenvolvido por aqueles que foram celebrizados como virtuosos [...]” (FRANÇA, 2006, p. 99). O reconhecimento de que o poema camoniano tangenciava a controvérsia da formação do rei, podendo ser lido tal qual um texto formativo, já foi assinalado por António José Saraiva, embora o crítico leiriense não se referisse especificamente aos cantos correspondentes à narrativa do Gama:

Mas parece-me, por outro lado, que camões a concebeu como um tratado pedagógico. O problema da educação do rei-menino era então muito disputado: D. Aleixo de Meneses, os Dominicanos, os Jesuítas, foram sucessivamente propostos para o cargo de preceptores. *Os Lusíadas* nascem dentro desta problemática, a qual se torna a base de sua ficção global, a sua esfera dominante. (SARAIVA, 1996, p. 72)

Mas como Camões tomou parte neste debate? De que maneira o poeta apresentou a D. Sebastião os regentes que lhe antecederam? Sabe-se que a imagem que o monarca português possuiu da atividade régia foi caracterizada pela aspiração expansionista. Para ele, a ampliação dos domínios portugueses e a conseqüente dilatação da fé cristã, em vez de uma possibilidade, eram o verdadeiro propósito da administração real. O combate contra os mouros era tomado pelo jovem rei como uma missão pessoal, um objetivo para o qual ele estava predestinado e, como tal, deveria cumprir. A atuação do jesuíta Luís Gonçalves da Câmara na constituição dessa autoimagem é bem conhecida. Tanto a doutrina apresentada a D. Sebastião quanto os

exemplos que a ilustravam são mencionados pelos cronistas coevos.²⁶ Por outro lado, não se pode esquecer a admiração que o monarca nutria pelo seu avô Carlos V, fascinando-o justamente seu projeto imperial. Além dessas referências, cabe ainda recordar a expectativa messiânica que alguns fidalgos tinham do rei, aguardando ansiosamente a efetivação de seu projeto de império. Nesse contexto, como Camões retratou os monarcas que antecederam D. Sebastião na administração do reino? Responder a essa pergunta pressupõe descobrir de que forma as crônicas da época exibiam tais regentes e observar que mudanças o poeta impôs a tais quadros.

Antes de se averiguarem as alterações camonianas, porém, precisa-se observar que percepção desses antigos reis os cronistas da época consolidaram através de seus textos. Também é necessário averiguar os princípios essenciais que sustentavam uma monarquia, visto que o endosso ou o rechaço de tais parâmetros, a atenção ou a negligência com estes fundamentos, frequentemente, definiam o sucesso ou o fracasso de uma administração.

²⁶ Diz Miguel Pereira: “[...] no berço e peito da ama, lhe deram a gostar a conquista da África, dando em culpa aos Reis passados por seus descuidos não serem Senhores de uma tão fértil e larga terra: Linguagem que diziam primeiramente lhe ser dada pelo Mestre, o Padre Luís Gonçalves, que na verdade parecia muito obra sua pela experiência [...]” (PEREIRA, 2018, p. 97)

3 OS EXEMPLOS, OS MITOS E A MANUTENÇÃO DA CULTURA

No curso do século XX, os estudos linguísticos, antropológicos e filosóficos sobre a cultura ampliaram o alcance desse termo. Ao passo que, em períodos anteriores, essa expressão estava vinculada à produção erudita de uma dada época, nos anos de 1900, esses campos de estudos demonstraram que registros e atividades do cotidiano também materializavam o imaginário de um povo. As práticas prosaicas de um grupo e os produtos oriundos delas indicavam um modo peculiar de compreensão do mundo circundante, permitindo a constatação de que a noção de *realidade* não era unânime, mas variável de um grupo para outro.

Essa grande variedade de percepções de si, do outro e do cosmos está associada com algumas instâncias que medeiam a relação entre o homem e os fenômenos exteriores. O primeiro desses filtros é a linguagem, pois, no interior dela, as estruturas externas adquirem um significado.²⁷ Após sua aquisição, o homem recebe narrativas, esquemas parentais, crenças, configurações sociais e molduras gnosiológicas, os quais também organizam os dados empíricos, concedendo-lhes coerência. Esses itens, mediando o contato entre o sujeito e a natureza, pouco a pouco, se entrelaçam um no outro, compondo o véu que agasalhará os estímulos e fenômenos externos, estabelecendo a *realidade*.

Conforme demonstrou Ernst Cassirer (2016, p. 48), o homem não apenas reage aos eventos que lhe são adjacentes, mas, recorrendo aos dados recebidos pelas instâncias de mediação, interpreta-os e lhes concede uma resposta. O pensador observou também que, fora dos limites da linguagem e dos demais filtros, o meio não é reconhecível, constituindo um emaranhado caótico de ocorrências sem sentido. Dessa forma, é possível afirmar que os símbolos (a linguagem, as memórias, as crenças) medeiam a relação do sujeito com o mundo, vinculando as ocorrências empíricas umas às outras e estabelecendo relação de causa e consequência entre elas. Pode-se inferir também que o homem, antes de ser um animal racional, é um *animal simbólico* (CASSIRER, 2016, p. 47), pois, enquanto a razão diz respeito a uma postura específica diante dos fenômenos, os próprios símbolos são os responsáveis pela percepção desses dados como ocorrências inteligíveis. Ou seja, para desfazer os nós da rede de pesca, o pescador precisa, antes de tudo, reconhecê-la como tal.

²⁷ Octávio Paz, comentando a relação entre a nossa percepção dos fenômenos e a linguagem, pontua: “A palavra é o próprio homem. Somos feitos de palavras. Elas são a nossa única realidade ou, pelo menos, o único testemunho da nossa realidade. Não há pensamento sem linguagem, tampouco objeto de conhecimento: a primeira coisa que o homem faz com uma realidade desconhecida é nomeá-la, batizá-la. O que ignoramos é o inominado.” (PAZ, 2012, p. 38.)

Dentro desse entendimento, é possível tratar a multiplicidade de culturas como um fenômeno enraizado na heterogeneidade dos padrões simbólicos. Uma vez que os filtros de mediação são variáveis, sociedades distintas possuem percepções próprias e assimétricas da realidade. A hereditariedade do trono e a rígida estratificação social, presentes nas monarquias, por exemplo, provinham da índole sagrada dos reis e do livro da natureza, também caracterizado pela divisão em categorias diversas. Já a divisão social indiana em castas, por sua vez, justificava-se por motivos religiosos, fundamento impensável para a configuração democrática ocidental.

Clifford Geertz (2017, p. 8) considerava a cultura um texto que, recebido durante o processo de formação, é dramatizado pelo homem no curso de sua vida. Esse texto, porém, nem sempre é reproduzido pelos novos partícipes exatamente como lhes fora transmitido. A interação entre o sujeito-intérprete e circunstâncias, por vezes, mais amplas do que seu *constructo* cultural, levam-no à reescrita, à rasura e ao apagamento de trechos desse documento; ou seja, às mudanças em alguns aspectos de sua cultura. Esse processo foi averiguado, por exemplo, durante o fenômeno da globalização, quando um sistema político de origem europeia foi implantado em sociedades, como a indiana, nas quais as configurações sociais eram muito distintas dos modelos ocidentais. Também pôde ser observado na Revolução Francesa, quando o aumento considerável de material impresso – não apenas livros, mas também panfletos políticos – permitiu a difusão de ideias que dessacralizavam o rei, viabilizando, pouco a pouco, a consolidação de uma nova mentalidade. Nesses dois casos, respectivamente, a importação de um ideário político e mudanças nos suportes materiais de uma sociedade viabilizaram alterações em alguns aspectos de sua cultura. Por sua vez, em culturas fechadas, avessas ao contato com outros povos, alterações dessa natureza são improváveis.

Geertz (2017), tratando a cultura como um arranjo de códigos significantes, no interior do qual as atitudes adquirem significação para quem compartilha das mesmas referências simbólicas, propôs um *conceito semiótico de cultura*.²⁸ Tanto sua proposta como a de Cassirer descartam uma abordagem determinista dos fenômenos culturais. Assim, em vez de apresentarem padrões invariáveis como características de uma dada sociedade, esses estudiosos analisaram as instâncias mediadoras de significação, ou seja, a língua, a religião, a arte, dentre

²⁸ O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (Cf. GEERTZ, 2017, p. 4)

outras, observando como a manutenção e a flutuação desses filtros influíam na visão que dado povo possuía do mundo e de si próprio.

No primeiro capítulo desta tese viu-se que o processo formativo de D. Sebastião originou tensões na corte portuguesa quinhentista. Embora os grupos que buscavam assumir a educação do jovem Rei compartilhassem um dos métodos de formação – o emprego dos exemplos – eles possuíam interesses distintos no desenvolvimento do monarca. Conforme se apresentou, os defensores de uma aproximação com Castela, reunidos no entorno de D. Catarina, advogavam que as decisões políticas portuguesas deviam considerar as perspectivas castelhanas, conseqüentemente, D. Sebastião, desde cedo, precisava familiarizar-se com as ações e decisões do grande nome da casa de Habsburgo: seu avô materno Carlos V. Por outro lado, o povo português e parte da nobreza, defensores de uma postura autônoma em relação à Espanha, propunham que o jovem regente devia ter contato com os antigos reis lusitanos, através da reimpressão das crônicas régias. Esse grupo também se destacava pela imagem messiânica que tinha de D. Sebastião, enxergando-o como o monarca que, à semelhança de D. João I e D. Afonso V, obteria grandes conquistas no território africano. Havia ainda as ordens religiosas que, juntamente com parte dos fidalgos, se reuniam no entorno de D. Henrique e duelavam diretamente com D. Catarina para se tornarem responsáveis pela educação do rei. Nesse último grupo estava o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, religioso que acabou escolhido para o cargo de mestre de D. Sebastião. Como se expôs no capítulo anterior, o processo formativo do jovem Rei, conduzido por religiosos, impregnou-o com um certo dogmatismo. Essa inflexibilidade e o fervor místico que a acompanhava tornaram-se uma das marcas mais destacadas da personalidade de D. Sebastião, tendo conseqüências diretas nas suas decisões.

Mesmo que esses grupos disputassem o privilégio de educar o rei, é necessário destacar que todos eram partes integrantes de monarquias católicas, ou seja, a competição entre eles não implicava uma grande variação dos filtros culturais, tratando-se de uma rivalidade política com a intenção de influenciar as deliberações de D. Sebastião e impor suas perspectivas governamentais sobre as dos demais. É certo que o grupo responsável pelas cortes de 1562 defendia uma condução mais focada nos aspectos administrativos do que nos assuntos religiosos – o que implicava alterações nos modelos apresentados a D. Sebastião –, porém, essa mesma fração da sociedade portuguesa enxergava o monarca como o prodígio divino responsável pela recondução de Portugal às conquistas africanas. Isto é, se nos assuntos mais práticos da atividade governamental esse grupo advogava uma maior liberdade em face das perspectivas religiosas, a própria percepção que ele tinha de D. Sebastião já estava impregnada pelo misticismo católico. A língua – filtro essencial na constituição de qualquer cultura –

também era a mesma para tais grupos, já que o bilinguismo luso-castelhano vigorava na corte portuguesa. Um filtro, porém, era distinto, implicando alterações em alguns outros: a história. Como já foi visto, os exemplos históricos que cada grupo tinha a intenção de apresentar a D. Sebastião eram distintos. O partido lusitano advogava pelos modelos colhidos na história portuguesa, ao passo que os adeptos de uma aproximação com Castela preferiam apresentá-lo aos modelos dos Habsburgo espanhóis. Essa distinção implicava modificações em outros filtros tal como a política. Não que essas agremiações possuíssem visões radicalmente opostas da estrutura política. Ambas eram monarquistas. Contudo, a agremiação reunida no entorno de D. Catarina era partidária da ideia de monarquia universal. Ou seja, a Europa, dividida por motivos religiosos, devia novamente se reunir sob a autoridade de um imperador capaz de aniquilar as dissensões de credo. Esse grupo possuía essa percepção porque, durante o período em que ocupou a governança da casa de Habsburgo, Carlos V dedicou bastante atenção à ideia, combatendo por diversas vezes os luteranos: “Na persecução de um sonho grandioso, Carlos V, nascido a 24 de fevereiro de 1500, em Gant, nos Países Baixos, e aí criado, visara restaurar, sob a égide da autoridade imperial, a unidade política da Europa, usando a religião católica como elemento unificador.” (CRUZ M., 2009, p. 37). Seu filho Filipe II – embora já não considerasse possível acabar com as dissidências religiosas – foi influenciado por esse ideário nas suas tentativas de manter o controle espanhol sobre os Países-Baixos e nas suas intervenções a favor do catolicismo na Inglaterra. Os adeptos de uma aproximação cada vez maior com Castela viam com bons olhos uma educação à castelhana para D. Sebastião. No curso dessa formação, o rei estaria mais próximo de exemplos que privilegiavam a integração europeia sob os Habsburgos do que de modelos referentes à expansão africana.²⁹ Posteriormente, o jovem rei, familiarizado com tais referências, poderia tomar decisões que beneficiassem a presença e a influência dessa casa na corte portuguesa. Assim, os exemplos históricos a serem apresentados para D. Sebastião convertiam-se no filtro cultural que mais divergia entre os grupos que pretendiam educá-lo.

Como, nesta tese, se propõe que Camões entrou nesse debate – já que propôs uma história de Portugal a D. Sebastião com a intenção de formar o seu imaginário – é importante observar que o poeta também compartilhava dos filtros culturais dos grupos que disputavam a preceptiva real. Camões comungava a mesma religião, a mesma língua, a mesma percepção política dessas agremiações, entre outros aspectos. Quando se menciona “percepção política”,

²⁹ A conquista de Tunes (1535), dirigida por Carlos V, não possuiu o objetivo de iniciar uma expansão em direção à África – ideia vigente em setores da monarquia portuguesa. Sua meta era frear o avanço otomano na África e no Mediterrâneo.

não se trata de partidarismo, ou seja, não se está dizendo que o poeta tinha filiação, ou ao grupo castelhano, ou ao grupo lusitano. O que se afirma é que, tal qual eles, adotava a monarquia sem a questionar. Assim, à medida que o escritor apresentava modelos ao jovem rei, ele reproduzia as ideias basilares para a política monárquica e para visão de mundo que a sustentava. Esse ideário era essencial para a percepção que os integrantes das monarquias tinham de si mesmos e da configuração social em que estavam inseridos. Era mais imprescindível ainda ao rei, pois, os conhecendo, ele poderia reger com mais eficácia. Uma vez que se entende que a matéria histórica apresentada no canto III tratava-se de exemplos com o intuito de formar D. Sebastião, é importante observar que aspectos dessa cosmovisão e da política monárquica eram marcantes no Portugal quinhentista, para que seja possível examinar como eles estão projetados nas figuras históricas apresentadas por Camões ao jovem rei e que impacto o endosso, ou a negligência, com esses princípios ocasionava a uma regência.

3.1 A cultura monárquica e os aspectos estruturantes de sua visão de mundo

A monarquia quinhentista portuguesa, embora tivesse na organização política peculiar sua característica marcante, estava constituída sobre uma base cultural. A visão de mundo³⁰ dos nobres, dos clérigos e da população, marcada por um viés religioso que possuía consequências concretas em todas as esferas do cotidiano, era o suporte cultural sobre o qual estava alicerçada essa forma de governo. Por exemplo, a inconstância da vida não era justificada por motivações individuais nem a coesão social tinha a igualdade como princípio básico. Ambas possuíam explicações culturais, a saber, uma inconsistência intrínseca à própria natureza – esfera só acessível a Deus – e um equilíbrio entre seres que eram naturalmente tidos como diferentes: uns eram bons e outros, maus. Deve-se ressaltar que a visão de mundo do período, juntamente com o seu *ethos*³¹, já não vigoram nas monarquias ocidentais modernas. Essas mantêm apenas o arcabouço político monárquico, visto que seus membros não possuem a mentalidade mística de outrora e suas constituições partem de premissas laicas.

Estudar o suporte cultural da monarquia portuguesa quinhentista pressupõe conhecer a interpretação coeva dos fenômenos naturais, as origens do senso hierárquico vigente e os

³⁰ Nomeiam-se, com a expressão *visão de mundo*, as ideias dos homens sobre si próprios, sobre a ordenação da sociedade e sobre os fenômenos externos. Geertz (2017, p. 93) definiu-a do seguinte modo: “A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade.”

³¹ Os aspectos morais e os traços estéticos implícitos na interpretação de si e do cosmos estão contemplados no termo *ethos*. Geertz (2017, p. 93), conceitua-o assim: “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético [...]”.

vínculos entre política e religião. Os textos poéticos e os tratados compostos por autores da época compõem um *corpus* privilegiado de acesso a essas informações. Nesta tese, como se articula um canto de *Os Lusíadas* (1572) com o debate referente à educação de D. Sebastião, privilegia-se, para a apresentação das diretrizes culturais daquela monarquia, obras, ou do próprio Camões, ou de autores coevos.

Um bom ponto de partida para o detalhamento dessa visão de mundo é sua compreensão da natureza. No período, caracterizava-se, genericamente, o mundo natural por três atributos. O primeiro desses traços era a instabilidade. As conjunturas, para os homens da época, fluíam; as circunstâncias, independente de boas ou ruins, passavam. Os acontecimentos que sucederiam eram imprevisíveis, como imprevisíveis haviam sido os eventos já sucedidos. Essa dimensão da natureza, caracterizada pela oscilação e pelo acidental, era intitulada *fortuna* e a ela eram atribuídos, ou o cumprimento, ou a frustração, das expectativas. Desse modo, quando D. João Manuel, pai de D. Sebastião, falecera, extinguindo as esperanças de que haveria um sucessor direto para D. João III, tal episódio foi interpretado como um duro ardil da *fortuna*. Vários poemas escritos no período apresentaram a intempérie dessa forma. Camões na écloga *Que grande variedade vão fazendo* trata-a justamente sob tal perspectiva. Na composição, os pastores Umbrano e Frondélio refletem acerca da inconstância implícita à natureza, antes de abordarem a morte do príncipe:

Umbrano irmão, decreto é de *Natura*,
 Inviolável, fixo e sempiterno,
 Que a todo bem suceda a desventura
 E não haja prazer que seja eterno:
 Ao claro dia segue a noite escura
 Ao verão suave o duro Inverno;
 E, se há i quem saiba ter firmeza,
 É somente esta lei de *Natureza*.

Toda alegria grande e suntuosa
 A porta abrindo vem ao triste estado;
 Se ùa hora vejo alegre e deleitosa,
 Temendo estou do mal aparelhado.
 Não vês que mora a serpe venenosa
 Entre as flores do fresco e verde prado?
 Não te engane nenhum contentamento,
 Que mais instável é que o pensamento.

E praza a Deus que o triste e duro Fado
 De tamanhos desastre se contente.
 Que sempre um grande mal inopinado
 É mais do que o espera a incauta gente;
 Que vejo este carvalho, que queimado
 Tão gravemente foi do raio ardente,
 Não seja ora prodígio que declare
 Que o bárbaro cultor meus campos are.

(CAMÕES, 2008, p. 432-433, grifo nosso)

As mudanças repentinas ocasionadas pela *fortuna* estavam presentes tanto na dimensão material (um nobre poderia tornar-se mendigo, uma linguagem poderia ser rompida) quanto em questões mais abstratas, como a hereditariedade, ou seja, uma linhagem ilustre poderia gerar um descendente vicioso. Camões, ao narrar a história de Portugal no canto IV de *Os Lusíadas* (1572), recorreu às inconstâncias da *fortuna* para explicar um malogro ocorrido na regência de D. Duarte:

51. Não foi do Rei Duarte tão ditoso
 O tempo que ficou na suma alteza,
 Que assi vai alternando o tempo iroso
 O bem co mal, o gosto coa tristeza.
 Quem viu sempre um estado deleitoso?
 Ou quem viu em *Fortuna* haver firmeza?
 Pois inda neste Reino e neste Rei
 Não usou ela tanto desta lei?
 (CAMÕES, 2003, c. IV p. 177, grifo nosso)

Na estrofe, é possível observar a menção à instabilidade da *fortuna*, que transformava a ventura em desastre. Trata-se de uma referência à fracassada campanha militar na cidade marroquina de Tânger, expedição em que o infante D. Fernando, irmão de D. Duarte, fora feito prisioneiro e, posteriormente, morreu. O narrador atribui esta fatalidade à *fortuna* que a situou logo após o reinado de D. João I, reinado no qual a conquista de outra praça africana, Ceuta, fora bem-sucedida.

Na cosmovisão monárquica, outro atributo da natureza era a *harmonia*. O mundo natural, mesmo composto por entes bastantes distintos entre si, apresentava um equilíbrio, uma proporcionalidade intrínseca. Essa coesão não eliminava as singularidades dos organismos, mas instituía a coexistência ordenada de tais diferenças. Assim, alguns animais devoravam certas espécies, enquanto conviviam harmonicamente com outras; determinadas árvores possuíam flores mais belas, porém, não tinham a propriedade terapêutica das demais. A ocorrência simultânea dessas particularidades estruturava uma ordenação entre os seres, originando uma *hierarquia harmônica*. A organização, estabelecida entre os diferentes integrantes da natureza, estava sintetizada nesta imagem de Jerônimo Osório:

Com efeito, discernimos que vai *grande diferença* de astro a astro, quer pela disposição recíproca e aparência, quer por suas qualidades e potência. E isto em tal maneira que é como se *uns exercitassem o senhorio* e emprestassem aos demais esplendor e dignidade, enquanto *outros se limitassem a fazer colheita* do fulgor dos mais distintos. (OSÓRIO, 1996, p. 90, grifo nosso)

Tais distinções também estavam presentes nos seres humanos, um componente da natureza como os outros. Conseqüentemente, alguns sobressaíam, ou pelos atributos físicos, ou pela altivez de ânimo. A percepção da natureza como um arranjo equilibrado de seres distintos entre si provinha da antiguidade, tendo sido abordada teoricamente por Platão e Aristóteles. Os dois, em seus estudos sobre a *polis* grega, trataram das diferenças entre os homens, justificando-as através de causas naturais. No livro II da *República* (385 a. C. – 367 a. C.) de Platão, quando se discute as divisões de tarefas na cidade, Sócrates pondera: “Com efeito, tuas palavras me sugerem a reflexão de que, primeiramente, a natureza não fez cada um de nós semelhante ao outro, mas diferente em aptidões, e próprio para essa ou aquela função” (PLATÃO, 2016, 370b, p. 76). Aristóteles, por sua vez, debatendo a legitimidade da escravidão na *Política* (sec. 3 a. C.), também afirmava as distinções intrínsecas aos seres humanos:

Mandar e obedecer são condições não somente inevitáveis mas também convenientes. Alguns seres, com efeito, desde a hora de seu nascimento são marcados para ser mandados ou para mandar [...] pois em todas as coisas compostas, onde uma pluralidade de partes, seja contínua ou descontínua, é combinada para constituir um todo único, sempre se verá alguém que manda e alguém que obedece, e esta peculiaridade dos seres vivos se acha presente neles como uma decorrência da natureza em seu todo. (ARISTÓTELES, 1985, 1254a-1254b, n.p)

Observa-se nos trechos que, para os dois pensadores, as justificativas para as singularidades dos seres estavam ancoradas no mundo natural, onde, ao invés de ocasionarem desequilíbrio, instituía um concerto das diferenças. Esta hierarquia harmônica, então, fundamentava as diferenças de funções e posições existentes na *polis*. Tanto em Platão quanto em Aristóteles, a estabilidade não estava na uniformidade dos integrantes da cidade, mas no reconhecimento de suas respectivas diferenças e na constelação estruturada sobre elas. Essa percepção foi um dos cerne da interpretação monárquica da natureza e acabou legitimando sua organização política.

Convém observar que, na cosmovisão monárquica, essa segunda característica da natureza não contrariava a primeira, pois, mesmo se a condição de um homem, por conta da *fortuna*, mudasse, a *harmonia* geral da estrutura não seria afetada, visto que outro indivíduo ocuparia seu posto. Saía o ator, mas o papel que lhe cabia no *theatrum mundi* permanecia vago, aguardando um novo intérprete.

Para a cultura monárquica, o terceiro aspecto implícito no mundo sensível era a *afinidade*. Esse predicado dizia respeito à propensão – inerente a todos os seres – para se aproximarem daqueles que lhe são afins, isto é, daqueles com quem compartilham, ou alguma

característica, ou algum interesse. Portanto, esse traço contemplava também a inclinação inata para a vida em grupo, isto é, o impulso responsável pela organização dos seres em comunidades:

Na conformação dos ânimos humanos, parece que a natureza fez grandíssima conta da afinidade. Por um lado, dispondo que os homens exornados com idênticos dons de entendimento e espírito, e vinculados entre si por semelhança e laços de sangue, em tal modo estejam predisposto para o mesmo teor de vida, que não é possível encontrar-se outra espécie de viventes que melhor compatibilizem entre si; por outro lado, ordenou também a natureza que os humanos se ajuntassem em sociedade, compelidos pela força de uma singularíssima fatalidade [...] (OSÓRIO, 1996, p. 95)

Mais uma vez, observa-se a presença do pensamento grego clássico em um aspecto da cultura monárquica, já que tanto Platão quanto Aristóteles também abordaram, em seus escritos, a inclinação dos homens para a vida em comunidade, observando que os empecilhos para se proverem de tudo aquilo que necessitavam conduziu-os à vida em grupo. O ateniense na *República* (385 a. C. – 367 a. C.) ponderava que “O que dá nascimento a uma cidade [...] é, creio, a impotência de cada indivíduo de bastar-se a si próprio e a sua necessidade de uma multidão de coisas [...]” (PLATÃO, 2016, 369b, p. 75). Além da necessidade, uma propensão natural conduzia os seres humanos a esta espécie de organização, na qual podiam desenvolver suas virtudes: “Estas considerações deixam claro que a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade [...] se poderia compará-lo a uma peça isolada do jogo de gamão.” (ARISTÓTELES, 1985, 1253a, n.p).

O arranjo estabelecido entre esses três atributos era assimétrico e sua compreensão, inacessível ao homem. Logo, a *fortuna* poderia sobrepor-se à *afinidade* e, através de um episódio inesperado, esfacelar a ordenação comunitária de um povo; já a *afinidade*, quando ausente, solapava a *harmonia* de um reino, visto que integrantes com interesses diversos abriam espaço para intrigas de todo tipo. Mesmo desconhecida, havia uma lógica regendo a articulação desses atributos. A cultura monárquica intitulava essa coerência intuída, mas não compreendida, vontade divina. O propósito divino estava materializado em outro meio. Sob o mundo sensível, haveria uma instância marcada pela constância, pela felicidade e pela consciência de tudo. Essa esfera, anterior à natureza, continha os arquétipos dos seres e dos eventos vigentes no meio natural, porém, apenas parcialmente era acessada pelo intelecto.³² A

³² Gil Vicente, na carta ao rei D. João III, avô de D. Sebastião, transcreve o trecho de uma conversa mantida com padres de Santarém: “Reverendos padres, o altíssimo e soberano Deos nosso tem dous mundos: o primeiro foi de sempre a pera sempre, que é a sua resplandecente glória, repouso permanente, quieta paz [...]. Este segundo em que vivemos a sabedoria imensa o edificou polo contrário, s. todo sem repouso, sem firmeza certa, sem prazer seguro [...]” (VICENTE, 2012, p. 379-380).

crença no seu equilíbrio e na sua influência sobre os fenômenos tangíveis era o que restava ao homem. Assim, a natureza refletia suas silhuetas, mas carecia de seu conteúdo.

Geertz (2017, p. 65-75) pôs luz nesses vínculos entre religião e natureza, concebendo-os como um aspecto estruturante do senso comum e, conseqüentemente, da cultura. Para o antropólogo, a linguagem, juntamente com os conhecimentos adquiridos, grafava o mundo empírico, moldando os fenômenos aos esquemas epistemológicos e os tornando coerentes. Contudo, os eventos esquivos a esses registros apenas se tornavam inteligíveis, à medida que eram contemplados pela explicação religiosa. Logo, a visão de mundo monárquica abrangia a instabilidade da existência (*fortuna*), a hierarquia presente nas relações entre os seres (*harmonia*) e as similitudes perceptíveis no meio factual (*afinidade*), porém, sem conseguir estabelecer uma configuração contínua entre esses atributos, ela recorria à religião para explicar a maneira como tais aspectos poderiam ajustar-se.

Após apresentar essa interpretação da natureza, deve-se chamar a atenção ao caráter exemplar que o mundo natural possuía para a mentalidade monárquica.³³ Nessa visão de mundo, como já foi visto, a disposição hierárquica dos seres da natureza servia de modelo para a ordenação política; as características e o comportamento de astros e animais podiam exemplificar ao rei a melhor conduta. Logo, no seu tratado dedicado à educação de D. Sebastião, Jerônimo Osório (2005, p. 148) observava: “Com efeito, assim como um único Sol ilumina o mundo, do mesmo modo é razoável que num Estado brilhe somente a sabedoria e a virtude de um único príncipe”. Desse modo, não causa estranheza que muitas das justificativas motivadoras da disposição sociopolítica estivessem ancoradas nos fenômenos naturais. Em outras palavras, a maneira como os homens interpretavam o mundo a sua volta dizia muito sobre o texto que dramatizavam no curso de suas vidas. Aquilo que cada grupo humano projetava nos fenômenos circundantes era sua própria visão de mundo: “[...] complexas articulações simbólicas e materiais das estruturas imaginativas e ideológicas da sociedade que as produz [...]” (GREENBLATT, 1991, p. 250).

Depois dessa exposição dos traços caracterizadores da natureza para a cultura monárquica, é preciso destacar as ideias que constituíam seu suporte político. Ainda que abordados separadamente – tendo em vista a clareza da apresentação – convém observar que tais princípios políticos eram um prolongamento dos aspectos vislumbrados no mundo natural, não podendo ser separados daqueles.

³³ Esta dimensão paradigmática da natureza também estivera presente na Grécia antiga. Vejam-se alguns exemplos em *A República* (Livro V, 451d; 459a) e *Política* (Livro I, 1256a-1256b).

O primeiro ponto expressivo da concepção política monárquica era a distinção entre vulgo e nobreza. Inserir os homens nesses dois grupos era habitual e o pertencimento a um dos estratos implicava objetivos específicos de vida. Os membros do vulgo almejavam satisfazer os impulsos prosaicos, enquanto os nobres aspiravam à glória e às realizações cívicas para seu nome. As especificidades de cada estrato ultrapassavam os propósitos distintos, aparecendo também nas suas características definidoras. Segundo a cosmovisão monárquica, o vulgo, composto por um grande número de membros, cada um zelando pelas suas conquistas pessoais, carecia de unidade e equilíbrio. Os nobres, arrimados na sua linhagem, sobressaíam pelas virtudes postas ao benefício comum.

As relações firmadas entre esses dois grupos eram pautadas pela dependência, visto que um definia o outro e concedia benefícios à categoria oposta. Os nobres assistiam a população, à medida que punham suas qualidades na regência do reino, tornando-o mais próspero para todos. O vulgo, conforme acatava a autoridade de um pequeno grupo ou família, tornava-o nobiliárquico. D. Jerônimo Osório, comentando a administração do povo pelos nobres, pontuava:

Da mesma sorte, pois, que o garbo dum cavalo mais realça quanto é mais destro o ginete que o monta; do mesmo modo que reputamos bem ordenado um ânimo na proporção em que se curva ao mando da razão; ou da mesma forma que assentamos que só existirá segurança e prosperidade numa família enquanto obedecer ao diligente pai-de-família, assim cumpre que postulemos que a salvação da plebe está firme e bem esteada, sempre que confiar as decisões e rédeas do seu governo à verdadeira nobreza. (OSÓRIO, 1996, p. 111)

O elo entre essas duas classes, contudo, não constituía apenas um contrato de ordem prática, sendo muito influenciado pela esfera religiosa. A virtude, um dom natural³⁴, tornava seus detentores dignos de estima e servi-los era honroso.

A dependência mútua entre os dois grupos refletia os vínculos estabelecidos no mundo natural, onde algumas espécies subordinavam as outras, entretanto, diversamente desse âmbito, não se tratava de um domínio para benefício próprio, mas de uma regência na qual os soberanos conduziam os demais. Mesmo com essa pequena distinção, a hierarquia da natureza funcionava

³⁴ No campo filosófico, a ideia de que as virtudes eram dons naturais foi defendida por São Tomás de Aquino nas suas *Quaestiones Disputatae* (1271–1272). Anteriormente, Aristóteles, no livro III da *Ética a Nicômaco* (323 a. C.), advogava que a capacidade para discernir o bem do mal tratava-se de uma capacidade congênita. Logo, o discernimento do bem – para sua busca posterior – provinha da natureza individual. Os tratados políticos quinhentistas indicavam a justiça, a generosidade, a temperança e a prudência como virtudes expressivas de um rei. Já, para um nobre, a justiça, a coragem e a generosidade eram essenciais. Tais atributos são mencionados no *Tratado da nobreza civil* (1542) e no *Da ensinança e educação do rei* (1571), ambos de Jerônimo Osório. No século anterior, eles já haviam aparecido no *Leal Conselheiro* (1438) de D. Duarte. Tais virtudes, ainda que lidas pela ótica da cristandade, provinham dos livros, III, IV, V e VI da *Ética a Nicômaco* (323 a. C.).

como legitimação à ordem monárquica, pois, enquanto determinados animais possuíam traços congênitos que lhes permitiam dominar, alguns homens nasciam com certas virtudes. Logo, essa correspondência natural e a impossibilidade de todos regerem todos indicavam, para a cosmovisão do período, a eficácia desse arranjo.

Outro traço notório da política monárquica eram as complexas relações entre os fidalgos. Um fidalgo sobressaía sobre outro fidalgo, sujeitava-se a alguns e dependia de vários. O fio que bordava essa rede de interesses era o benefício pessoal. Todavia, fazia-se necessário conter as próprias ambições, sob o risco de que o tecido monárquico fosse desfeito. Essa tensão entre a cobiça e a renúncia levava os nobres à abolição da espontaneidade e a adotarem a discrição como regra máxima de conduta. Por conseguinte, no convívio diário, encobriam emoções genuínas e simulavam comportamentos. Esse autocontrole das maneiras tinha reflexo nos rituais palacianos e nas produções artísticas. A habilidade para vocalizar um texto, os modos à mesa e as vestes utilizadas eram ardis para impressionar um protetor e obter seus favores. Norbert Elias (2001, p. 110) nomeou *racionalidade da corte* essa manipulação das próprias atitudes com fins práticos. O sociólogo destacava que em uma sociedade estratificada, onde os espaços de convívio eram limitados e o lucro não definia prestígio, avaliava-se o homem por seu engenho e por sua adequação às normas de convivência:

Por que esses homens eram tão escravos das formalidades? Por que eram tão sensíveis ao que consideravam um "comportamento incorreto" de outra pessoa, ao mínimo dano ou ameaça a algum privilégio formal e, em geral, ao que encaramos hoje como meras frivolidades? Mas essas perguntas, essa classificação do que tinha importância central para os cortesãos como "frivolidade" derivam de uma estrutura bem específica da existência social. [...]. Ali, a possibilidade de andar à frente ou de sentar antes de outro, ou o grau de reverência que alguém recebia, a amabilidade da recepção, e assim por diante, não eram absolutamente "frivolidades" — reduzindo-se a isso apenas quando o dinheiro ou a função profissional são vistos como a realidade da existência social. (ELIAS, 2001, p. 110-111.)

A obediência aos rígidos rituais de etiqueta possibilitava à monarquia exemplificar bem a noção de cultura como performance. Observando-se os homens daquele período, tem-se a impressão de que, quando agiam, dramatizavam. Geertz, comentando essa dependência do homem às práticas simbólicas que cria e interpreta, pontua:

O motivo por que tais gabaritos simbólicos são necessários é que inerentemente, como já se observou muitas vezes, o comportamento humano é extremamente plástico. Não sendo controlado estritamente, mas apenas de modo amplo, por programas ou modelos genéticos – fontes intrínsecas de informações – tal comportamento se tiver de produzir algum resultado, tem de ser controlado, numa extensão significativa, por fontes extrínsecas. [...]. O homem, animal que faz ferramentas, que ri ou que mente, é também um animal incompleto – ou, mais corretamente, um animal que se completa.

Agente da sua própria realização, ele cria a capacidade específica que o define a partir de sua capacidade geral para a construção de modelos simbólicos. (GEERTZ, 2017, p. 124)

O convencionalismo e o conseqüente brilho pessoal não podiam, entretanto, comprometer a constelação monárquica. Assim, o arranjo político do período implicava também a contenção dos interesses privados, para que a corte não se fragmentasse em intrigas. A privação dos desejos particulares, com vistas à manutenção da estrutura, estava resumida na definição *bem comum*. Sob influência desse princípio, mantinha-se primeiro a vitalidade da hierarquia monárquica, para depois se satisfazerem os próprios apetites.³⁵ No excurso do canto VII, o sujeito ilocutório d' *Os Lusíadas* (1572) afirma:

84. Nem creiais, Ninfas, não, que fama desse
A quem ao *bem comum* e do seu Rei
Antepuser seu próprio interesse,
Immigo da divina e humana Lei.
Nenhum ambicioso que quisesse
Subir a grandes cargos, cantarei,
Só por poder com torpes exercícios
Usar mais largamente de seus vícios;
(CAMÕES, 2003, c. VII, p. 266, grifo nosso)

Essa passagem exemplifica a relevância da noção de *bem comum* para a mentalidade monárquica. Ela era considerada a regra responsável pelo sucesso da hierarquia política. Portanto, o nobre devia respeitar esse equilíbrio e, para tal, acolhia como modelo de conduta as virtudes cardeais (justiça, fortaleza, temperança e prudência), valores que também estavam presentes nos tratados políticos do período. A presença de tais valores na esfera política exemplificava o trânsito das ideias religiosas no âmbito administrativo e demonstrava como, naquela cultura, as duas dimensões humanas eram indissociáveis.

Essa correlação também estava presente no terceiro ponto notório da política monárquica: a sacralidade do rei. O soberano, à vista de seus súditos, possuía legitimação divina para exercer o cargo. O povo, sujeito ao desregramento de suas próprias vontades, precisava de um regente virtuoso para o guiar por caminhos seguros. António Ferreira, em carta dirigida ao próprio D. Sebastião, observava que, nos integrantes da plebe, a vontade se sobrepunha à razão, portanto, fora preciso que Deus originasse os reis:

70. Força cruel que dentro em nós guerrea,

³⁵ João Adolfo Hansen, estudando a administração portuguesa do século XVII, comenta: “Nas representações, a paz social do corpo político é a perfeita integração de seus membros e funções que combina a concórdia de todos no “bem comum” e a adesão de cada um ao todo por meio do autocontrole da vontade.” (HANSEN, 2007, p. 190).

Vence a cega vontade à razão clara,
E leva assi de nós vitória fea.

73. Aquele lume qu'a alma ilustra e aclara,
apagado por nós nela, e perdido,
como mortos nos deixa e desampara.

76. Deu o remédio Deus: eis um erguido
Por ele em poder alto, de que o povo
Seja ou por bem levado, ou constringido.
(FERREIRA, 1940, v. 2, p. 120)

D. Jerônimo Osório, no seu tratado destinado à educação de D. Sebastião, também destacava a natureza divina dos monarcas: “O rei, de facto, desempenha na terra uma função divina e é substituto e ajudante daquele supremo e sempiterno Rei, que governa com poder sempiterno tudo quanto existe por cima e por baixo.” (OSÓRIO, 2005, p. 163). Justamente por ser um correlato terreno de Deus, o rei devia pautar seu governo por princípios correspondentes à perfeição divina: “Daqui se conclui que ninguém pode administrar sabiamente a soberania se não tiver os olhos do entendimento totalmente postos naquele Senhor do mundo nem se consagrar a imitá-lo.” (OSÓRIO, 2005, p. 163).

Essa aura divina dos reis fora um fenômeno recorrente em culturas muito distintas: dirigentes gregos, romanos e hebraicos, habitualmente, confiaram suas regências à proteção de divindades. Tais culturas, muitas vezes, projetaram, para si, raízes mítico-religiosas, considerando os seus monarcas descendentes diretos de uma genealogia de deuses. Na monarquia portuguesa de quinhentos, se bem que o dirigente não fosse oriundo diretamente do cristo, o cargo régio era considerado um análogo político da autoridade divina. D. Sebastião, mais especificamente, – pelas condições drásticas de seu nascimento – era tido como uma dádiva de Deus aos portugueses. Para ilustrar esta percepção, veja-se como António Ferreira iniciava a carta para esse rei, mencionando a natureza miraculosa de sua gênese:

07. Em quanto essa inocente, e branda idade
Por Deus crescendo vai felicemente
Té o mundo encher de nova claridade:

10. Em quanto este teu povo, e o d'Oriente
Novo acrescentamento por ti esperam
D'outros Reis, d'outra terra, d'outra gente

13. *Tais promessas os Céus de ti nos deram
No teu tam milagroso nascimento,
E espirito igual em ti nelas puseram),*
(FERREIRA, 1940, v. 2, p. 118, grifo nosso)

Assim, o cargo real, ponto máximo da cultura monárquica, continha aura considerável de sacralidade. O teor divino estava expresso no seu dom mais relevante: estabelecer a harmonia do reino. Jacqueline Hermann (1998), descrevendo o ritual do *levantamento* régio em Portugal, advertia para a tensão que antecedia a prática, tensão presente nos instantes em que o posto estava desocupado. A ausência de um soberano poderia originar consequências imprevisíveis, logo: “A fratura causada no tecido social pela perda do soberano precisava ser o mais rapidamente possível restaurada para que não houvesse solução de continuidade no governo dos reinos.” (HERMANN, 1998, p. 132). Para instituir a harmonia, o monarca devia cultivar algumas características que tornavam categórica a sua intervenção. Os traços indispensáveis ao desempenho eficiente do cargo variavam conforme o preceptor ou tratadista que abordava o assunto. Tais autores, entretanto, ou apresentavam integralmente as virtudes delineadas por Aristóteles na sua *Ética a Nicômaco* (323 a. C.), ou as mesclavam com preceitos cristãos. D. Jerônimo Osório, por exemplo, no seu *Da Ensino e Educação do Rei* (1571), apontava a sabedoria, a magnanimidade, a temperança, e a justiça como os princípios essenciais à condução do reino.

Uma crença curiosa, compartilhada pelos súditos e intimamente ligada à sacralidade do rei, era a ideia de que o reino constituía um segundo corpo do soberano. O *corpo místico do rei* coexistia com o seu corpo físico e abrangia todos os espaços e componentes sob seu domínio.³⁶ Na tragédia *Castro* (1598) de António Ferreira – adaptação dramática do relacionamento proibido entre D. Pedro e Inês de Castro – durante o diálogo travado entre D. Afonso IV e dois conselheiros, há menção à imagem do *corpo místico do rei*. Estes privados convencem o monarca a matar a amante do príncipe D. Pedro, alegando que ela envenenava a monarquia, isto é, o corpo do soberano:

Por dar saude ao corpo, qualquer membro
 Que apodrece, se corta, e pelo são,
 Porque o são não corrompa. Este teu corpo,
 De que tu es cabeça, está em perigo
 Por esta mulher só: corta-lh’a vida,
 Atalha esta peçonha, tê-lo-hás salvo.
 Médico, Senhor, és desta Republica.
 O poder, que tem o Médico num corpo,
 Tens tu sobre nós todos: usa dele.
 (FERREIRA, 1940, v. 2, p. 248)

³⁶ Frei Amador de Arrais comenta o tema: “E assim como a cabeça é assento dos sentidos e a que dá a seus membros poderem se mover e sentir, assim o bom rei dá ao povo seu *corpo místico* que, ao natural de cada qual de nós, é proporcionado poder viver em tranquilidade de paz e igualdade de justiça, que é o espírito da vida política nele influído por Deus [...]” (ARRAIS, 1589, fl. 125r.)

Essa doutrina também estava presente n' *Os Lusíadas* (1572). No diálogo entre um embaixador português e o rei de Melinde, o lusitano faz breve menção à ideia, comparando os vassallos aos componentes do corpo e o rei à cabeça:

84. E, porque é de vassallos o exercício,
Que os membros tem, regidos da cabeça,
Não quererás, pois tens de Rei o ofício,
Que ninguém a seu Rei desobedeça;
(CAMÕES, 2003, c. II, p. 120)

Kantorowicz (1998, p. 126-146), estudando a origem dessa doutrina, identificou suas primeiras aparições no ambiente eclesiástico. A princípio, o termo foi utilizado para designar a totalidade da igreja: o pontífice era a cabeça, enquanto a cristandade constituía as demais partes da estrutura. Gradativamente, a expressão passou a nomear a união entre o soberano e seu reino, indicando a coexistência de um no outro e a natureza divina dessa aliança.

O papel da vontade divina no arranjo estabelecido entre a *fortuna*, a *harmonia* e a *afinidade*, assim como a sacralidade do Rei, exemplificavam de que maneira, na mentalidade monárquica, o sentimento religioso perpassava a natureza, a hierarquia política e a figura régia. É perceptível, através dessas características, que a dimensão religiosa dilatava o factual, ampliando-o para além da mera estrutura dos fenômenos e constituindo a realidade. Pouco a pouco, o significado dos objetos, dos eventos e dos seres deixava de ser imanente e passava a carregar índices de um plano transcendental.

Tanto os atributos da natureza quanto os aspectos políticos catalogados e brevemente debatidos neste tópico apresentam características da monarquia portuguesa quinhentista e indicam que, sob um arranjo político peculiar, há princípios estruturantes que lhe dão respaldo. Tais princípios, contudo, ultrapassavam o papel de fundamentos da ordenação política, visto que concediam significação a dimensões variadas do mundo circundante. Logo, pode-se afirmar que a ordenação administrativa e governamental do Portugal quinhentista era somente uma das consequências da visão de mundo que a fundamentava. Essa cosmovisão, com todos os valores e princípios que lhe eram intrínsecos (*ethos*), estava presente também nas demais atividades humanas, inclusive nas produções letradas – tal qual os exemplos de António Ferreira, Camões e Gil Vicente demonstram.

Camões, adentrando no debate sobre a educação de D. Sebastião e tentando fixar, no imaginário do jovem rei, uma imagem do que era ser rei de Portugal e daquilo que era a monarquia lusitana, precisou familiarizá-lo com os princípios imprescindíveis para a visão de mundo monárquica. Para isso, ele projetou-os n' *Os Lusíadas* (1572). Projetou-os, inclusive, na

apresentação da história portuguesa no canto III. Os regentes da dinastia de Borgonha, à medida que respeitavam aspectos da política monárquica como o bem comum, a sacralidade do rei e as tênues relações entre os fidalgos, eram bem-sucedidos, uma vez que o endosso ou a negligência com tais princípios podia selar, ou o êxito, ou o fracasso de um reinado. Dessa forma, um rei como Sancho II, descuidado com a hierarquia política e dando vazão às intrigas que tinham lugar na corte, prejudicou o equilíbrio do reino, pondo-o em apuros. Já Afonso Henriques, apresentado como um dirigente eleito por Deus para cumprir determinado destino, tornou-se um modelo de regente que aceitou sua natureza divina e edificou uma monarquia. Na história de Portugal presente n’*Os Lusíadas* (1572), os atributos que a cosmovisão monárquica enxergava no mundo natural também possuíam influência no equilíbrio de um reinado. A *fortuna*, por exemplo, fora responsável pelas acentuadas diferenças entre D. Pedro e seu filho D. Fernando, sendo, o primeiro, “justo” e o segundo, omissivo:

138. Do justo e duro Pedro nasce o brando
 (Vede da natureza o desconcerto!)
 Remisso e sem cuidado algum, Fernando,
 Que todo o Reino pôs em muito aperto;
 Que, vindo o Castelhana devastando
 As terras sem defesa, esteve perto
 De destruir-se o Reino totalmente,
 Que um fraco Rei faz fraca a forte gente.
 (CAMÕES, 2003, c. III, p. 163)

Uma vez que na formação do imaginário sebástico o exemplo possuía bastante relevância, D. Sebastião, entrando em contato com esses antigos reinados da dinastia de Borgonha, além de se familiarizar com os aspectos estruturantes da cosmovisão monárquica, tinha exemplos do que ocorria quando um rei os respeitava ou os negligenciava.

3.2 A dimensão mítica do exemplo

Viu-se, no primeiro capítulo desta tese, a importância do exemplo para o processo de formação de um jovem rei como D. Sebastião. O impacto duradouro dos eventos e decisões do passado sobre o ânimo de quem estava sendo educado levou este método a ser adotado pelos grupos que disputavam o privilégio de formá-lo. Assim, o partido castelhano de D. Catarina propunha-lhe Carlos V como paradigma de rei, ao passo que as cortes de 1562 sugeriam a impressão das antigas crônicas régias para que o jovem monarca pudesse ter contato com a matéria histórica portuguesa. Camões, como se demonstrou, também entrou no debate sobre a educação de D. Sebastião. Entrou, à medida que lhe dirigiu *Os Lusíadas* (1572), o projetou

ficcionalmente nessa obra e lhe apresentou exemplos dos antigos monarcas lusitanos. Esses exemplos, conforme apresentado no tópico anterior, além de mostrarem a D. Sebastião os feitos de seus antecessores, permitiam-lhe obter uma familiaridade com os princípios estruturantes da cosmovisão monárquica e observar as consequências de os seguir ou negligenciar.

Neste tópico, os exemplos serão associados com as narrativas míticas. Mas por que essa vinculação entre os *exempla* e os mitos? A princípio, por conta de uma característica comum. Tanto um quanto o outro possuíam uma dimensão cognitiva, isto é, encerravam uma espécie de conhecimento. Os exemplos traziam o passado à tona, para orientar uma questão do presente e, conseqüentemente, conduzir a um determinado futuro. Assim, após ouvir o relato dos amores entre D. Pedro e D. Inês de Castro, D. Sebastião podia ponderar melhor sobre as consequências funestas do amor proibido e, a partir da experiência alheia, refletir sobre tê-los ou não. Já os mitos, através de sua natureza narrativa, também evocavam o passado, porém, faziam-no com o intuito de instituir uma origem e uma explicação para determinado fenômeno do presente, ou seja, instituir uma etiologia. Logo, o relato de Inês de Castro adquiria conotação mítica, à medida que fornecia determinada origem para uma fonte (fonte dos amores), localizada em Coimbra. Segundo a narrativa, as lágrimas pelo fim daquele amor interdito originaram uma nascente:

135. As filhas do Mondego a morte escura
 Longo tempo chorando memoraram,
 E, *por* memória eterna, em fonte pura
 As lágrimas choradas transformaram.
 O nome lhe puseram, que *inda* dura,
 Dos amores de Inês, que ali passaram.
 Vede que fresca fonte rega as flores,
 Que lágrimas são a água e o nome Amores.
 (CAMÕES, 2003, c. III, p. 162)

Ainda quanto a essa natureza cognitiva, convém destacar que um mesmo episódio podia ser explorado, ou como exemplo, ou como mito. A história de Faetonte – o filho de Febo que, guiando os cavalos do pai, perdeu o controle e abrasou toda a terra – era constantemente lida como exemplo de imprudência e de suas consequências funestas, servindo para conscientizar os regentes sobre o peso de suas responsabilidades. Jerônimo Osório, comentando-a, afirmava:

Segundo contam, com as chamas não apenas queimou todas as terras, rios e fontes, como igualmente acabou por se abrasar a si mesmo com o incêndio do raio. Ora, não cuideis que foi sem propósito que esta fábula foi inventada por homens dotados de enorme inteligência e saber, porquanto através dela pretenderam significar que há de verificar-se a destruição de todas as coisas sempre que o poder de governar e de reinar

for entregue a homens descomedidos e ignorantes desta arte tão preclara. (OSÓRIO, 2005, p. 77)

No interior da cultura em que foi produzida, entretanto, o relato de Faetonte não era apenas um exemplo de insensatez, mas uma narrativa que explicava aspectos do mundo empírico: um mito. Dito de outro modo, era uma narrativa que se valia de um evento passado para justificar um dado corriqueiro. Dessa forma, os romanos recorriam a tal relato para esclarecer um fenômeno como as diferentes cores de pele: “Foi então, segundo se crê, que os povos etíopes, ao subirlhes/ o sangue à superfície do corpo, se tornaram negros.” (OVÍDIO, 2017, l. 2, p. 117). Assim, tanto os exemplos quanto os mitos possuíam uma dimensão cognitiva, ainda que a dos primeiros estivesse mais ligada a um conhecimento prático, a uma sabedoria proveniente da observação das condutas passadas, enquanto a dos segundos se associasse a um conhecimento ontológico.

Os exemplos traziam um acontecimento passado para auxiliar na resolução de uma demanda do presente, isto é, para mostrar o que era mais conveniente. Já os mitos descerravam tempos primitivos para explicar um dado empírico, ou seja, para justificar por que havia, ou um certo fenômeno, ou um certo costume. Uma consequência desse potencial cognitivo presente em ambos era a interseção entre seus respectivos campos de atuação. Ou seja, os mitos, à medida que apresentavam um episódio originário e desenvolviam uma justificativa para certo evento, também podiam fornecer exemplos de conduta para determinadas situações:

O mito garante ao homem que o que ele se prepara para fazer *já foi feito*, e ajuda-o a eliminar as dúvidas que poderia conceber quanto ao resultado de seu empreendimento. Por que hesitar ante uma expedição marítima quando o Herói mítico já o efetuou num tempo fabuloso? Basta seguir o seu exemplo. (ELIADE, 2017, p. 125).

Por outro lado, o exemplo, evocando um acontecimento do passado para solucionar uma questão contemporânea, acabava fixando um padrão de conduta. Fixando-o, ele propunha a reprodução de uma determinada maneira de ver o mundo e de explicações para a realidade fenomênica. Assim, adquiria uma conotação mítica. Leia-se o que diz Mircea Eliade sobre essa interseção:

Certamente, na época da Renascença, procurava-se na história antiga, antes de tudo, os modelos para o comportamento do “homem perfeito”. Pode-se dizer que Tito Lívio e Plutarco, ao fornecerem modelos exemplares à vida cívica e moral, desempenharam, na educação das elites europeias, o mesmo papel desempenhado pelos mitos nas sociedades tradicionais. (ELIADE, 2017, p. 120).

Ou seja, os modelos da antiguidade clássica, durante o Renascimento, estabeleciam, tal qual os mitos, uma visão de mundo e um ideal de ser humano. Dessa forma, a função cognitiva de mitos

e exemplos propiciava o cruzamento de seus respectivos campos de atuação, permitindo combinações entre esses dois fenômenos.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, a formação de D. Sebastião pelo exemplo buscava conduzi-lo a determinados modelos de ação e a um padrão de governabilidade. Entretanto, à medida que D. Sebastião tinha contato com os feitos exemplares que lhe eram mostrados, ele também se familiarizava com relatos míticos, isto é, com explicações para a realidade fenomênica e para a estrutura social na qual estava inserido. Por exemplo, no canto III de *Os Lusíadas* (1572), quando se narra a história de Portugal e apresenta-se o conde D. Henrique – pai de Afonso Henriques, primeiro rei português – como descendente de húngaros e como participante da primeira cruzada, se está propondo não somente um modelo de ação, mas toda uma determinada origem para o reino de Portugal. Esse era fruto do conflito entre cristãos e muçulmanos, conflito que se repetia nas projeções messiânicas feitas para a passagem de D. Sebastião à África. Logo, a provável ida desse jovem rei ao continente africano era mais um capítulo de um confronto que durava séculos e que estava enraizado nas origens da monarquia lusitana, dizendo muito daquilo que era ser português. Além do mais, as ações do conde D. Henrique no Oriente e na Península Ibérica não somente exemplificavam um modelo de conduta, mas também atestavam a viabilidade da expedição que, posteriormente, viria a ser executada por D. Sebastião:

[...] por que ter medo de se instalar num território desconhecido e selvagem, quando se sabe o que é preciso fazer? Basta, simplesmente, repetir o ritual cosmogônico, e o território desconhecido (=o “Caos”) se transforma em “Cosmo”, torna-se uma *imago mundi*, uma “habitação” ritualmente legitimada. (ELIADE, 2017, p. 125)

O ritual cosmogônico, os mitos que apresentavam a constituição do território português – ou seja, os exemplos das batalhas entre portugueses e mouros – asseguravam: os muçulmanos já vinham sendo derrotados há séculos e continuariam a ser derrotados. Dessa forma, a aproximação entre mitos e exemplos ocorria não somente por conta de uma propriedade comum, mas também por causa das suas respectivas funcionalidades, visto que elas se confundiam. Logo, à medida que instituíam condutas, os exemplos também organizavam a realidade fenomênica, além de viabilizarem a reprodução de uma estrutura social e de alçarem certo episódio à condição de arquétipo coletivo. A seguir, para uma melhor compreensão das semelhanças entre esses dois fenômenos, se explanará um pouco mais sobre a função paradigmática do mito.

3.3 A dimensão exemplar do mito

As narrativas míticas carecem de materialidade, não podem ser comprovadas pela experiência ou por métodos científicos e, quando discernidas pelos que nelas não creem, adquirem um teor pitoresco. Por isso o mito é o nada. Em contrapartida, a crença nos eventos narrados possui consequências práticas na percepção dos fenômenos externos e na leitura de si e do mundo. Por isso o mito é o tudo. Logo, para o cristão, as narrativas bíblicas não são meros relatos, mas uma trama que lhes orienta a conduta e lhes aponta as origens. No imaginário português, Afonso Henriques e Viriato não são apenas exemplos do passado, mas personagens que os ligam a um espaço e os particularizam em face de outros povos europeus.

Mencionou-se, no início deste capítulo, a relevância da linguagem para o estabelecimento de uma cultura e de sua respectiva visão de mundo. Os signos linguísticos, como aludido, modelam a percepção das ocorrências empíricas, individualizando-as e concedendo-lhes um significado. Contudo, a linguagem também é o meio pelo qual o homem recebe narrativas. No grego antigo, o vocábulo *narrativa* era referido pelo termo *mythos*. Essa expressão, naquele período, contemplava todos os relatos que encadeavam personagens a uma trama.³⁷ Alguns, porém, retiravam os fatos da mera condição de fatos, atribuindo-lhes significados que ultrapassavam sua materialidade. A inscrição de um sentido metafísico nos eventos convertia essas narrativas em justificativa para o mundo conhecido e em parâmetro para a conduta humana. Tais relatos, possuidores dessas dimensões etiológica e paradigmática, continham uma origem para o universo, uma percepção moral da existência e uma articulação política latente. Eliade (2017, p. 22) assinala a importância dos mitos, radicando-a na etiologia e na exemplaridade: “[...] o mito se refere sempre a uma “criação”, contando como algo veio à existência, ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foram estabelecidos; essa a razão pela qual os mitos constituem os paradigmas de todos os atos humanos significativos”. Presentes nas mais diversas culturas, as narrativas míticas conservam, em todas elas, essas mesmas funções etiológica e exemplar. Logo, à medida que o indivíduo as emprega como instrumento para a compreensão dos fenômenos circundantes e se familiariza

³⁷ A antiga abrangência semântica desse vocábulo possibilitou seu emprego, por teóricos modernos, na designação de narrativas que integram os homens em coletividades, independentemente de suas espécies (política, étnicas, dentre outras). Assim, Cassirer (2013, p. 333) fala em *mitos políticos modernos*, quando alude ao carisma de alguns chefes de estado, e Jolles (1976, p. 105-106) menciona a conotação mítica adquirida por certos eventos e personagens históricos, à medida que encerram uma explicação ou autoimagem para determinado grupo social. Um exemplo do amplo significado grego é fornecido pela *Poética* (2003) de Aristóteles.

com suas referências implícitas, ele assimila uma visão de mundo e passa a compartilhar os padrões simbólicos de uma cultura, podendo integrá-la.

Roland Barthes (2012, p. 76-77), comentando a capacidade de os relatos míticos instituírem uma cultura, observava que esses a transformam em natureza; ou seja, tais narrativas, quando difundidas em uma comunidade e aceitas por seus integrantes, convertem uma possibilidade de interpretação dos eventos externos em regra inequívoca. Pouco a pouco, os componentes desse grupo moldam sua conduta e expectativa do futuro por esse relato e norteiam, por ele, os variados aspectos de suas vidas privadas.

No século XVI, a cultura monárquica portuguesa possuiu alguns mitos fundadores – narrativas que fixavam uma origem para o reino, além de estabelecerem uma estrutura hierárquica e um código de ética. Um dos mais antigos mitos lusos – certamente, o mais expressivo – é o relato da batalha de Ourique. Essa narração contempla um evento ocorrido no século XII: a refrega entre o príncipe Afonso Henriques e um numeroso exército mouro, comandado pelo rei Ismar e por outros cinco monarcas muçulmanos. Embora numericamente inferiores, os portugueses vencem o confronto, alçam Afonso Henriques ao posto de Rei e, após a batalha, o soberano recém-empossado estabelece o estandarte lusitano. Os registros mais remotos desse mito são pouco numerosos e datam do século XIV, apresentando o episódio sem muitos detalhes. A *Crónica Geral de Espanha de 1344*, descreve assim seus momentos decisivos:

[...] e desy passou o Tejo e correo toda a terra ataa o campo d’Ourique, honde achou el rey Ismar que a essa sazõ era rey da Estremadura cõ cinco reys que o viinhã buscar, sabendo o grande dãpno que lhes fazia em sua terra. E entrou com eles ã batalha no logar que he dito Crasto Verde e venceos e matou e prendeo a mayor parte de todas suas gentes.

Mas, ante que entrasse ãna batalha, *conta a estória* que os seus que o alçaram por rey. E des entõ se chamou rey de Portugal. E, depois que os reys forõ vécidos, *como dissemos*, el rey dom Affonso de Portugal, por memoria daquelle boo aqueecimẽto que lhe Deus dera, / *pos no seu pendom* cinco escudos por aquelles cinco reys e poseos em cruz por renẽbrança da cruz de Nosso Senhor Jhesu Christo. E pos em cada hũ escudo XXX dinheiros por *memoria daqueles* XXX dinheiros por que Judas vendeo *Jhesu Cristo*. (CRÓNICA GERAL..., 1990, v. IV, p. 224-225)

Os manuscritos do século seguinte acrescentaram a intervenção divina ao evento. Segundo essas fontes, antes do confronto, uma aparição miraculosa de Cristo ao jovem príncipe informou-o sobre a futura vitória, incitando-o para o combate. A *II Crônica Breve de Santa Cruz*, obra do século XV, ressalta esse aspecto: “E assy pellegou e venceeo cinco rex mouros no campo douryque *omde lhe apareceeo nosso Senhor ihesu christo posto em a cruz*. Por cuiya

e semelhança do divinal misteryo pos em seu escudo as armas que ora trazem os Reys de portugal.” (CHRONICAS BREVES, 1856, p. 25, grifo nosso).

No século XVI, por sua vez, o confronto foi documentado em crônicas historiográficas e mencionado em obras muito distintas entre si. A gradativa fixação de uma consciência histórica e o conseqüente estabelecimento do gênero historiográfico como forma de acesso ao passado ocasionaram descrições mais longas e detalhadas do episódio. A *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1906) de Duarte Galvão, por exemplo, o descreveu em vários capítulos. Já sua presença em poemas épicos, epístolas, romances de cavalaria, dentre outros, deixa claro que, no período, o episódio já estava enraizado, no imaginário lusitano como a origem do reino. Diante dessa popularização do relato, não deixa de ser significativo que, durante a viagem feita ao Alentejo no ano de 1573, D. Sebastião tenha cumprido uma espécie de cerimônia ao passar pelos arredores de Ourique. Um relato escrito por um partícipe dessa jornada apresenta assim a passagem do rei pelo local:

Desta maneira entrou El-Rei no lugar, e sem descer foi a um lugar, daí a uma légua, que chamam os *Cabeços*, aonde El-Rei Dom Afonso Henriques houve uma grande vitória contra os Mouros. El-Rei se desceu aqui, e disse algumas palavras muito bem ditas, não querendo pisar aquele sítio com o cavalo, e passou a pé. Em sua casa lhe disse Lopo Roiz que digno era aquele lugar de um muito sumptuoso edificio, que ficasse em memória de tal vencimento. El-Rei respondeu, e isto a propósito, pelo que D. Pedro de Meneses lhe beijou a mão. (LOUREIRO, 1984, p. 86-87).

Essa reverência manifestada pelo jovem rei indica que aquela região, palco do nascimento de Portugal, já possuía uma conotação lendária, e, no imaginário régio, o episódio de Ourique já tinha uma natureza mítica consolidada.

Ana Isabel Buescu (1997, p. 199), estudando a difusão gradual do mito de Ourique, enxergou, na proliferação desse episódio, um gradativo fortalecimento da consciência nacional. A autora destaca que, após o universalismo humanista e o ideal do *homo universalis* quatrocentista, ocorreu a consolidação de uma memória nacional no século seguinte, principalmente nas classes dirigentes. Além disso, algumas necessidades práticas da administração, a saber, a expansão marítima e o contato com outros povos, também estimularam esse processo. Logo, a ampla difusão do relato concedia senso de unidade aos portugueses espalhados pela África, Ásia e América. José Mattoso (1992), complementando essa ideia de uma disseminação progressiva do mito de Ourique, destaca que, nos séculos XII e XIII, a admiração pelo primeiro rei português não era um consenso. Nas décadas após sua morte, a derrota sofrida por ele em Badajoz e as constantes ameaças externas não arranharam seu prestígio no meio clerical, porém, comprometeram sua notoriedade entre parte dos senhores

feudais. O dissenso era tal que, nos registros oriundos do ambiente religioso, o monarca é contemplado com notórios epítetos, ao passo que, naqueles provenientes da nobreza, ele é constantemente satirizado. Assim, Mattoso caracteriza a mitificação de Afonso Henriques, através do episódio de Ourique, como um processo gradual, pois apenas o distanciamento histórico e a subsequente manutenção do território português, diante das investidas estrangeiras, relegaram as opiniões desfavoráveis ao esquecimento.

Essas considerações de Ana Isabel Buescu e de José Mattoso sobre o relato de Ourique e sobre a imagem mítica de Afonso Henriques acarretam duas constatações. A primeira é a dependência do mito em relação aos grupos sociais que o reconhecem como tal. Fora desses meios, tais narrativas são apenas fábulas pitorescas. O mito afonsino, por exemplo, inicialmente, foi negligenciado por alguns setores da sociedade lusitana. A segunda constatação é a capacidade do discurso historiográfico para produzir mitos à medida que fixa a memória e o imaginário de um povo. Esse imaginário é povoado por personagens e eventos que estabelecem um sentido para a coesão de tal grupo. Dessa forma, após a consolidação do reino de Portugal no panorama político mediéxico, as memórias³⁸ e crônicas do período, gradativamente, disseminaram a imagem de Afonso Henriques como pai da pátria. Mattoso (1992, p. 25), comentando os vínculos entre mito e história, pontua: “No passado medieval não havia dúvida nenhuma: o historiador era também um construtor de mitos, quer eles favorecessem a monarquia quer favorecessem as linhagens ou os conventos e santuários”.

Tais constatações de Buescu e Mattoso podem ser observadas no próprio contexto quinhentista português. Entre os grupos que disputavam o encargo de educar D. Sebastião, o relato de Ourique era uma narrativa mítica para os setores da sociedade portuguesa que se reuniram nas cortes de 1562, setores que advogavam um lusitanismo, defendendo a reimpressão das crônicas nacionais e sua utilização na educação do jovem rei. Para os partidários de uma aproximação com os Habsburgos espanhóis, entretanto, outras narrativas possuíam o estatuto de mito. Um episódio carregado de significado mítico para o partido castelhano – reunido no entorno de Dona Catarina – era a passagem de Carlos V pela Alemanha em 1547, ocasião em que batalhou contra diversos principados protestantes, vencendo-os e dando indícios de que conseguiria concretizar sua ideia de uma monarquia universal. Esse evento, narrado por Luís de Ávila y Zúñiga no seu *Comentario de La Guerra de Alemania hecha por Carlos V* (1548), tornou-se bastante popular no imaginário da época, sendo retratado por Ticiano, Enea Vico e Cristoforo Passini em diversos gêneros pictóricos: “De todas maneras, hubo en torno a la

³⁸ Registros esparsos de episódios históricos. Muitas vezes esses apontamentos destinavam-se à escrita de uma crônica que não foi concluída ou iniciada.

campanha del Danubio y la batalla de Mühlberg una elaboración mítica, como lo demuestran no sólo los comentarios de Ávila y Zúñiga y los de Ulloa, sino también el grabado del passo del Elba de Enea Vico.” (CREMADES, 1987, p. 126). Pouco a pouco, uma conotação de vitória contra os inimigos do catolicismo integrou-se à dimensão factual dessa batalha. Marjorie Reeves (1969) observou que, antes mesmo desse conflito, já havia um ideal messiânico sobre a figura de Carlos V: esperava-se que ele se tornasse um segundo Carlos Magno, reunificando a Europa. Seu êxito na expedição à Alemanha preencheu tais expectativas, alçando-o à condição de um mítico imperador católico. Assim, para os que advogavam a aproximação entre Portugal e Castela, o contato de D. Sebastião com esse feito de Carlos V era essencial para despertar, no jovem rei, a admiração pela ideia imperial e familiarizá-lo com a noção de uma monarquia que ultrapassava os limites dos estados nacionais.

Tanto no mito de Ourique quanto no relato da passagem de Carlos V pela Alemanha, os aspectos pertinentes à função paradigmática dos mitos são perceptíveis. Eliade (2017, p. 13), ressaltando essa natureza exemplar, destacava sua relevância cultural: “[...] a principal função do mito consiste em revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas: tanto a alimentação ou o casamento, quanto o trabalho, a educação, a arte ou a sabedoria”. Ou seja, a dimensão orientadora dos mitos institui, ou legitima, as diversas características e práticas de uma cultura, isto é, sua visão de mundo. Logo, observa-se no episódio de Ourique: I) a centralidade do aspecto religioso, visto que a monarquia portuguesa nasce no conflito contra um inimigo do cristianismo; II) uma estrutura hierárquica implícita, pois um exército de vassalos acompanhou Afonso, acolhendo-o por rei; III) uma origem autêntica para o monarca – consequentemente, para o reino –, já que há uma proximidade entre Afonso Henriques e o Deus cristão. Assim, na medida em que adquiriu conotação mítica, essa batalha converteu-se em baliza orientadora, em imagem paradigmática do que os portugueses eram e deveriam continuar a ser.

A campanha de Carlos V no território alemão também continha aspectos modelares da cosmovisão dos Habsburgos espanhóis. Para os discernir é preciso uma rápida digressão temporal. Conforme assinalou Medina (2013, p. 55-62), nas primeiras décadas do século XVI, ainda vigorava, na Espanha, a ideia de uma expansão para a África. Esse projeto relacionava-se com o próprio processo de reconquista ibérico, ou seja, após a gradativa expulsão dos mouros da Península Ibérica, era possível pensar em os retirar também do norte da África. Carlos V, entretanto, renunciou a essa ideia, abraçando a causa imperial de reunificar a Europa sob o signo do catolicismo. Como mencionado anteriormente, havia uma percepção messiânica sobre a figura desse monarca. Para diversos teólogos milenaristas, ele teria sido o escolhido para pôr

fim ao protestantismo, acabando com as dissensões religiosas na Europa. A proliferação de sua jornada à Alemanha em narrativas e imagens ilustrava com eficácia a ideia – no período, amplamente associada aos Habsburgos – de combate à Reforma. Seu filho Filipe II, por exemplo, continuou essa empresa, embora contra os calvinistas franceses, a Inglaterra protestante e os Países-Baixos. D. Sebastião, entrando em contato com o relato de suas batalhas na Alemanha, teria exemplos de quais conflitos devia privilegiar, na condição de neto de Carlos V. Dessa forma, aqueles fidalgos que estavam reunidos no entorno de D. Catarina e advogavam uma proximidade com Castela podiam utilizar os registros da campanha alemã para familiarizar o jovem rei com os ideais de monarquia universal e defesa do catolicismo, retirando a ênfase da campanha africana e da administração das Índias, aspectos caros ao partido lusitano.

Essa função paradigmática, presente tanto no relato de Ourique quanto nos relatos da campanha de Carlos V na Alemanha estava enraizada na própria essência do mito. Mircea Eliade (2017) destacou-a inclusive nas sociedades arcaicas. O pensador romeno observou que nesses contextos tais narrativas, à medida que assinalavam uma origem primordial, punham em cena as divindades primitivas de uma cultura e justificavam, através delas, características do respectivo grupo social. Quando narrados, os relatos míticos apresentavam, aos integrantes desse povo, uma fundamentação metafísica para seus hábitos e, conseqüentemente, para eles próprios. Tinha-se, portanto, uma autodefinição.³⁹ É possível observar que o relato de Ourique, embora enraizado em outro tipo de sociedade, cumpriu papel análogo no imaginário lusitano. Para os adeptos da narrativa, nos tempos primordiais, a presença divina amparou a ofensiva portuguesa, produzindo uma peripécia improvável – a vitória – e a conseqüente fundação do reino.

Após essas considerações, pode-se afirmar, então, que os mitos são ficções que concedem sentido e exemplo a um povo, instituindo-lhe a cultura. Quando o discurso historiográfico não lhes fornece a matéria – conjuntura comum nas sociedades antigas e nos povos autóctones –, eles projetam, nos elementos da natureza e nos eventos do cotidiano, motivos sociais ou formas anímicas, explicando, por meio dessas projeções, a realidade sensível e os traços caracterizadores de um grupo.

Tanto em uma situação como na outra, as narrativas míticas enquadram-se nos *documentos públicos de atuação*, apontados por Geertz (2017, p. 8) como as raízes de uma

³⁹ Eliade, a esse respeito, observa: “[...] o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, *o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir*, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição.” (ELIADE, 2017, p. 11, grifo nosso)

cultura. Tais documentos, um tecido de significados atribuído pelos homens às estruturas exteriores, são convenções compartilhadas pelos membros de um povo e sua reprodução, no interior desse grupo, institui uma visão de mundo. É possível afirmar, portanto, a indissociabilidade entre o mito de Ourique e os aspectos definidores da cultura monárquica portuguesa. O vínculo entre os dois elementos, contudo, é bilateral; ou seja, quando lida ou recitada, essa narrativa difundia uma visão de mundo, reproduzindo-a entre os lusitanos. Porém, a princípio, essa mesma visão de mundo articulou a narrativa, transladando-se em uma forma simbólica, codificando-se em um relato coerente, pronto para ser transmitido.

Para uma compreensão mais adequada dessa bilateralidade, é conveniente apresentar a distinção entre *modelo de* e *modelo para* feita por Geertz (2017, p. 69). Segundo o antropólogo estadunidense, os símbolos sintetizam uma experiência, inscrevendo-a em formas cognoscíveis. Os números, por exemplo, são registros, ou de uma quantidade conhecida, ou de um valor conjecturado em face dos que já se conhece. Uma tela, por sua vez, documenta formas familiares aos seres humanos, ou formas reconhecíveis a partir das anteriormente vivenciadas. Já o signo linguístico associa um conceito experimentado a uma imagem acústica, gravando o primeiro na segunda. Deve-se, contudo, observar a bilateralidade das estruturas simbólicas. Na sua constituição há *um movimento de equivalência*, de correspondência, pois tais estruturas cartografam os fenômenos naturais, traduzindo-os, descrevendo-os em meio simbólico. São, portanto, *modelos de*. Veja-se, por exemplo, os mapas, as equações matemáticas, ou o diagrama do ciclo hidrológico. Tais arranjos concedem forma simbólica aos dados naturais e aos eventos regulares. Por outro lado, quando constituídos, os esquemas simbólicos originam *um movimento de regulação*, isto é, eles modelam, ajustam os fenômenos circundantes pelas articulações que contêm. Passam, assim, à categoria de *modelos para*. O uso de equações, de mapas e do diagrama hidrológico, por exemplo, ajusta distúrbios atmosféricos ou o escoamento de um rio. Um idioma, por sua vez, regula a percepção sensível de seu falante. Já os exemplos históricos ajustam as condutas dos novos partícipes de um grupo social. Dessa forma, tem-se, a princípio, um movimento de correspondência do simbólico ao empírico e, posteriormente, um movimento de adequação do empírico ao simbólico.

Essa dualidade do símbolo também está presente nos mitos, mesmo no de Ourique. Embora não seja possível a atribuição de uma autoria ao episódio – visto que sua composição foi um processo gradual –, pode-se averiguar os traços da visão de mundo que o forjou. A ausência de uma consciência individual, aliás, torna mais óbvia essa constatação, pois caracteriza sua construção progressiva como fruto de um espírito coletivo e de uma época. Assim, esse relato cartografou, na forma narrativa, *a centralidade do aspecto religioso, a*

dependência entre vulgo e nobreza e o vínculo entre política e religião, traços característicos da cultura monárquica. O primeiro desses aspectos está inscrito no próprio combate contra os mouros, já que o reino fora constituído, à medida que os muçulmanos foram expulsos. O segundo traço está implícito na entronização do rei, fruto da vontade de seus vassallos e do povo. O último subjaz na consagração de Afonso, legitimado pelo próprio Cristo. Nesse primeiro momento, o mito de Ourique traduzia uma visão de mundo ao campo dos símbolos, constituindo-se como um *modelo de*. Em contrapartida, após sua composição, o relato converteu-se em padrão simbólico, modelando a cosmovisão dos novos integrantes da monarquia portuguesa. À medida que o liam ou os escutavam, tais partícipes familiarizavam-se com a dualidade catolicismo/islamismo, com o vínculo hierárquico entre vulgo e nobreza e com a noção de sacralidade régia. Quando adequava a cosmovisão desses integrantes aos moldes da configuração simbólica que ilustrava, o mito tornava-se *modelo para*. Esse duplo movimento permitiu ao episódio de Ourique reproduzir uma visão de mundo, auxiliando a manutenção da cultura monárquica. A partir dessa relação bilateral, é possível observar de onde provém a natureza exemplar do mito.

Após tais considerações, pode-se afirmar que todas as sociedades, não importa se antigas ou modernas, religiosas ou seculares, sempre possuem uma mitologia. As narrativas integradoras e exemplares, embora tenham um teor variável – algumas apresentam uma acentuada conotação religiosa, outras sobressaem pelo pendor político –, sempre propõem, a um povo, ou o que ele é, ou o que os fenômenos adjacentes são. Nesse sentido, os mitos, à medida que alargam a realidade sensível, tiram-na da simples categoria de realidade sensível, transformando a natureza em cultura. Jolles (1976, p. 87) aponta, como traço distintivo dos mitos, a *disposição mental* que os fundamenta. Segundo o autor holandês, sob todas as narrativas míticas, há o mesmo estado de espírito. Esse é caracterizado pela dinâmica entre *pergunta* e *resposta*, ou seja, a base de todos os mitos é uma consciência que interroga o universo, interpelando-o sobre os seus componentes. A resposta, porém, é fornecida pelo próprio item motivador da pergunta e não vem como um esquema abstrato, mas na forma de um evento. Desse modo, enquanto a ciência reduz os fenômenos a uma equação sinóptica de valor universal, o mito dramatiza-os, anima-os com um sentimento de vida. Jolles (1976, p. 97) aponta ainda que, durante sua formulação, essa resposta converte-se na essência do elemento que motivara a pergunta, e ambos se tornam indissociáveis. Logo, os gregos antigos, quando

observavam a dispersão das flores primaveris, supunham estar vendo Zéfiro e Clóris; e os portugueses, inquirindo suas origens, recordavam Ourique.⁴⁰

Jolles (1976, p. 90-91), então, assinala que, no universo mítico, o objeto, simultaneamente, incitava a *pergunta* e encerrava a *resposta*: “Mito é criação [...] o mito é o lugar onde o objeto se cria a partir de uma pergunta e de uma resposta; por outras palavras: o mito é o lugar onde, a partir da sua natureza profunda, um objeto se converte em *criação* (*Schöpfung*)”. Contudo, incapaz de expressar, por si próprio, um sentido articulado em evento, tal objeto precisava de uma consciência que lhe conferisse um significado. Cabia ao homem, ou mais precisamente à sua visão de mundo – as ideias que tinha de si, do tempo e da natureza – cumprir esse papel, atribuindo-lhe uma significação. Esse processo, porém, não era individual ou solitário. A visão de mundo, conforme se expôs anteriormente, não consistia somente em uma atribuição de sentido que, partindo do indivíduo, se estendia em direção às estruturas desconhecidas, tornando-as familiares. Para além desse movimento, o homem, à medida que adquiria a linguagem e as narrativas, já se adequava a uma cosmovisão, tendo sua percepção sensível modelada por essas instâncias. Pouco a pouco, outros fios de significados, provenientes dos mais diversos meios, complementavam-na, compondo um grande tecido intitulado realidade. Assim, a atribuição de sentido pelo processo de *pergunta* e *resposta* era um desenvolvimento lento e contínuo que ultrapassava a intencionalidade do sujeito, alcançando-o através de uma teia simbólica com a qual tinha contato. Dessa forma, conforme afirma Jolles, o *mito é criação*, porém, sua autoria não é individual, mas coletiva.

Essa constatação, entretanto, pode conduzir a um dilema: se o homem não formula as respostas, mas as recebe, onde está sua autonomia? A visão de mundo se impõe indiferente aos indivíduos que a compartilham? Como se explicou no tópico anterior, a visão de mundo, uma ampla trama de significados, pode ser alterada ou rasurada pelos sujeitos que a comungam. Tais mudanças, influenciadas pelas contingências históricas e por eventuais interações simbólicas do dia a dia, são imprevisíveis. As respostas dos homens a elas também. Justamente na sucessão

⁴⁰ Jolles (1976) distingue três formas de mito. O primeiro é a própria *disposição mental* mítica. O segundo, a *atualização* desta disposição em uma narrativa. A terceira seria uma criação artística que apenas emulava a função etiológica destas atualizações. Por exemplo, quando hebreus e gregos se questionavam sobre as origens do mundo e pressupunham que em algum instante do passado houve um grande dilúvio – a partir do qual a humanidade foi reconstruída – ocorria a primeira forma. Ao atualizarem esta explicação em uma narrativa (os mitos de Noé e Deucalião, respectivamente) havia a segunda forma. Por sua vez, quando Camões propôs a narrativa amorosa entre o Adamastor e a ninfa Tétis como origem para o cabo das tormentas, ele estava produzindo a terceira modalidade do mito. Essa tratava-se de uma criação individual que não possuía relações com a cosmovisão da cultura cristã portuguesa, ou seja, seus leitores interpretaram a passagem como mero ornamento ou alegoria, sem lhe atribuir veracidade.

entre as decisões tomadas em face do circunstancial e a continuidade dos padrões simbólicos recebidos, o indivíduo operava a produção e a manutenção de significados.

Mencionada por Jolles, a sondagem espontânea do universo, feita pelo homem com o intuito de lhe conferir sentido, foi intitulada, por Claude Lévi-Strauss (2008, p. 32-33), *bricolagem*. Para o antropólogo francês, esse processo não era um passo planejado, mas um movimento acidental; um gesto motivado pela curiosidade e conduzido pela imaginação. No curso dessa ação espontânea, o homem, em vez de analisar as estruturas circundantes, associava-lhes com imagens e signos. Essa vinculação aproveitava usos anteriores desses mesmos símbolos. O resultado era um concerto de imagens temporalmente assimétricas, porém, internamente coerentes. Tinha-se, ao mesmo tempo, um movimento de avanço em direção ao novo, seguido pela permanência no já conhecido, o poder criativo do sujeito desafiando e refazendo o tecido de sua cosmovisão. É possível identificar esse procedimento na gradativa construção do relato de Ourique. A princípio, a ênfase estava na vitória da pequena tropa portuguesa sobre o considerável exército mouro. Posteriormente, a aparição de Cristo foi associada ao êxito imprevisto, passando a justificá-lo.

Nesse tópico, comentou-se sobre a natureza criadora dos mitos, observando-se como essas narrativas estabelecem: I) uma origem para determinada comunidade; II) explicações, ou para os comportamentos sociais, ou para os fenômenos empíricos. À proporção que fixam justificativas para tais aspectos, os mitos podem adquirir uma natureza paradigmática, já que trazem à tona um feito, ou uma personagem, que se constitui em exemplo para os ouvintes. Assim, as narrativas dos primórdios de Portugal, quando apresentavam o início do reino e justificavam seus aspectos definidores, também punham, em cena, atitudes e protagonistas modelares. Como se demonstrou, as façanhas de Afonso Henriques no processo de reconquista ibérico não se limitavam a apontar as origens de Portugal e das características culturais portuguesas, constituindo também exemplos para demandas do século XVI. Conseqüentemente, não era por acaso que alguns lusitanos, inseridos nas disputas referentes à educação de D. Sebastião, defendiam a reimpressão de crônicas dos antigos reis portugueses, argumentando que elas poderiam pautar o processo formativo do jovem rei. Ter contato com essas ações míticas era orientá-lo a lhes dar continuidade.

3.4 A epopeia: um compêndio de exemplos e mitos

Neste capítulo, as reflexões suscitadas possuíram duas finalidades. A primeira foi apresentar os princípios estruturantes da política e da visão de mundo monárquica. Tais

princípios eram compartilhados por todos os grupos que disputavam a função de educar D. Sebastião. Tratava-se de premissas que deviam ser consideradas, independentemente do modelo administrativo adotado. Logo, a noção de *bem comum*, a sacralidade régia, a organização hierárquica da sociedade eram tópicos caros aos jesuítas, ao grupo reunido no entorno de D. Catarina, ao partido lusitano e à sociedade em geral. Seguir esses preceitos era fundamental para o êxito de qualquer regência. Portanto, foi necessário apresentá-los para que, nos exemplos exibidos a D. Sebastião por Camões, seja possível averiguar de que modo o poeta introjetou tais princípios nas figuras régias e quais as consequências de os seguir ou de os negligenciar.

O segundo propósito deste capítulo foi expor as convergências entre o exemplo e o mito. À medida que personagens históricos eram utilizados para adequar o imaginário e a conduta de alguém a modelos de ação e de comportamento, se estava apontando as origens desses padrões comportamentais e também os justificando. Dessa forma, o exemplo era capaz de integrar o indivíduo na cultura e de apontar os primórdios desse *constructo* cultural, ou seja, o exemplo – à semelhança do mito – adquiria uma função etiológica. Logo, os feitos do conde D. Henrique não constituíam apenas referências para seus descendentes. Além disso, eles justificavam traços característicos de Portugal. O mito, por sua vez, trazendo à tona episódios arcaicos, punha em cena personagens modelares e – à semelhança do exemplo – assumia uma função paradigmática. O episódio de Ourique, então, se transformava em referência para futuros conflitos contra os mouros, pois permitia a conjectura de que o Deus cristão estaria sempre com os portugueses.

Como mencionado anteriormente, esta tese parte da seguinte hipótese: Camões adentrou no debate sobre a formação de D. Sebastião. O poeta envolveu-se nesse processo, à medida que propôs exemplos de antigos monarcas portugueses ao jovem rei. Os exemplos, conforme observado no primeiro capítulo, eram um método eficiente para construir o imaginário de jovens. Sua eficiência provinha do impacto sobre o ânimo dos que estavam em processo de formação. As ações das personagens exemplares, e os episódios nos quais elas estavam envolvidas, comoviam o espírito do aluno, levando-o a adotá-las ou a refutá-las. Neste tópico, se demonstrará que o exemplo e o mito, antes de serem empregados por Camões n' *Os Lusíadas* (1572), já possuíam uma ampla presença nas epopeias ocidentais, quer elas tivessem fundamentação histórica ou não. Assim, esse gênero textual não era um *locus* estranho para tal artifício.

A distinção entre epopeias primitivas e epopeias de imitação é consagrada na esfera dos estudos literários. Embora nem sempre os estudiosos utilizem esses termos para distingui-las,

as terminologias utilizadas, frequentemente, apresentam teor consoante, tratando-se apenas de alteração taxonômica. António José Saraiva (1972a), quando a propôs, adotou como critério um parâmetro sócio-histórico. As epopeias compostas por integrantes de povos em processo de fixação territorial – comunidades sem uma concepção sólida de Estado – foram designadas *primitivas*. Aquelas escritas em sociedades onde essa percepção já vigorava receberam a nomenclatura *de imitação*. A variável sociológica, norteadora dessa classificação, implicava consequências na construção dos textos. Segundo Saraiva, as obras da primeira categoria apresentavam heróis decididos, inflexíveis. A firmeza em suas determinações tornava-os o centro das intrigas. As obras do segundo grupo traziam protagonistas com temperamento mais brando. Seus atos, em vez de possuírem uma motivação autotélica, estavam a serviço de um estado ou de um império. Em suma, enquanto a definição *bem comum* ainda não era o ideal de um povo, tinha-se o arrojo bélico como fundamental, visto que a guerra era a norma. Entretanto, quando esse critério era a base da organização política de um estado, outras habilidades se tornavam imprescindíveis, dado que a guerra se transformava em exceção.

Essas duas modalidades de epopeia apresentavam, às culturas nas quais foram produzidas, mitos e exemplos. As epopeias primitivas, apresentando-os, descerravam, aos espectadores, definições para a realidade fenomênica. Tais explicações para as nuances do mundo sensível originavam-se no seu processo de composição. Os referidos textos possuíam origem coletiva, recebendo, muitas vezes, acréscimos a um tema principal. Não raro, também sofriam variações, consequência de sua transmissão oral. A heterogeneidade das fontes e as constantes glosas de um tema conferiam, às epopeias primitivas, um teor híbrido. Seus enredos, provenientes do encadeamento de narrativas menores, continham, inclusive, *atualizações* de mitos populares. A presença dessas narrativas míticas arcaicas era justamente o fator responsável por sua notória função etiológica. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem do canto IV da *Iliada* (2014):

422. Tal como na praia de muitos ecos as ondas do mar são impelidas
em rápida sucessão pelo sopro de Zéfiro e surge primeiro
a crista no mar alto, mas depois ao rebentar contra a terra firme
emite um enorme bramido e em torno dos promontórios
incha e se levanta [...] (HOMERO, 2014, c. IV, p. 194)

No trecho, um fenômeno da realidade imediata – a formação das ondas do mar – é explicado através de um evento, o sopro do deus Zéfiro. A passagem, porém, não apresenta o episódio integralmente, expondo apenas uma variação artística do motivo mítico. Procedimento

semelhante ocorre nos versos iniciais do canto XI da mesma *Ilíada* (2014), passagem na qual, mencionando-se o nascimento do dia, faz-se menção à antiga paixão entre Aurora e Titono:

01. Do leito onde se deitava junto do orgulhoso Titono
surgiu a Aurora, para trazer a luz aos deuses e aos homens.
(HOMERO, 2014, c. XI, p. 335)

Jolles (1976) intitulou as diversas materializações textuais do mito de *atualizações*. Esse procedimento transformava a narrativa mítica em realização estética, sem prejudicar sua função etiológica. Nele, segundo Eliade (2017), há o retorno de um episódio mágico, ocorrido nos tempos primitivos, e, através desse movimento, um aspecto do mundo sensível é justificado. Tal retomada, geralmente, se dava por meio ritualístico, ou pelo canto, ou pela dança. Também é possível encontrar *atualizações* no *Poema de mio Cid* (1307). Na oração de Jimena, trecho do épico espanhol, algumas explicações judaico-cristãs para o início do universo são rememoradas, assim como milagres ocorridos nos primórdios do cristianismo. A apresentação desses prodígios buscava confortar o cavaleiro Cid – consequentemente, os leitores da obra – explicando-lhes que a sorte não é fruto dos desígnios humanos, mas da vontade e proteção divina:

330. Ya señor glorioso, padre que em çielo estase,
fezist çielo e tierra, el terçero el mare;
fezist estrellas e luna y el sol pora escalentare;
prisist encarnación em santa María madre,
en Bellem apareçist, como fo tu voluntad;
pastores te glorofficaron, ouieron te a laudare,
tres reyes de Arabia te vinieron adorare,
Melchior e Caspar e Baltasare,
[...]
salvest a Jonás, quando cayó em la mare
salvest a Daniel con los leones en la mala cárçel,
salvest dentro em Roma a señor san Sebastián
salvest a santa Susanna del falso criminal;
por tierra andidiste treynta y dos años, Señor spirital,
mostrando los miraclos, por en havemos qué fablar
(POEMA DE MIO CID, 1996, p. 24)

Além de justificarem os fenômenos empíricos e o destino individual, as epopeias primitivas revelavam a autoimagem de um povo. Compostas em períodos nos quais o discurso historiográfico, ou ainda não se fixara como modo oficial de compreensão do passado, ou não possuía uma circulação abrangente, tais obras constituíam um arquivo de feitos memoráveis, inscrevendo-os no imaginário de uma comunidade. A ausência de uma cronologia precisa para os episódios e o grande número de *atualizações* dos mitos tornavam o tempo de sua diegese um

passado lendário, onde as personagens possuíam capacidades extraordinárias e os deuses intervinham diretamente no plano físico. Embora distante, esse mundo de divindades e de protagonistas sobre-humanos não era uma etapa encerrada, uma vez que, nesses episódios, aquela comunidade encontrava suas origens e a explicação para suas práticas.

Jean-Pierre Vernant (2009, p. 15-16), comentando especificamente a relevância das epopeias primitivas helênicas, apontou dois caminhos pelos quais os gregos transmitiam sua visão de mundo. O primeiro era a reprodução cotidiana, através dos ritos religiosos (orações, idas aos templos, sacrifícios, dentre outros). O segundo era a declamação, pelos rapsodos, de passagens das epopeias primitivas. A recitação desses textos, frequentes nas mais diversas ocasiões públicas, estabelecia um imaginário compartilhado para os integrantes daquele povo. Convém observar que, embora distintas, essas duas vias se cruzavam, visto que, nas práticas do dia a dia, os gregos interagiam com personagens e eventos presentes também nas epopeias. Nas últimas, porém, seus traços, dispostos em um longo enredo e associados a eventos patéticos, estavam mais bem desenvolvidos. Logo, os espectadores, durante as declamações, reconheciam o aproveitamento de temas frequentes nas suas práticas privadas e tinham a impressão de que as epopeias ampliavam um território mítico já conhecido, ancorando-o nos tempos arcaicos⁴¹. O contato com tais textos convertia-se, então, em um encontro dos gregos consigo próprios, ou seja, com os mitos exemplares que instituía sua visão de mundo. Octavio Paz (2013, p. 49), comentando-o, destaca: “O poema é mediação entre a sociedade e aquilo que a funda. Sem Homero, o povo grego não seria o que foi. O poema nos revela o que somos e nos convida a ser o que somos.”

As epopeias de imitação, por seu turno, em vez de atualizações de mitos, tinham os exemplos históricos como fonte. Entretanto, o discurso historiográfico que lhes fornecia a matéria – ao contrário do que sucederia a partir do século XVIII – ainda não tinha compromisso com o factual, apresentando episódios miraculosos, frequentemente, incorporados ao épico. A presença expressiva de tais prodígios nos relatos históricos é passível de justificativa, se a visão de mundo que lhes servia de arrimo for levada em conta. Veja-se, por exemplo, o episódio

⁴¹ Paul Veyne, em *Acreditavam os Gregos em seus mitos?* (2014, p. 41-44), oferece uma interpretação distinta para a declamação das antigas narrativas míticas. Segundo o historiador francês, nestas ocasiões, o mais relevante não era a manutenção de um imaginário mítico-religioso, mas o prestígio adquirido pelo rapsodo no curso da declamação. Este, acessando um mundo inacessível aos demais, adquiria autoridade, na medida em que podia vincular os eventos e seres de um passado lendário aos homens do presente: “O mito em Píndaro não cumpre uma função social, não tem uma mensagem como conteúdo; ele faz o que a semiótica começou a chamar recentemente de papel pragmático: ele estabelece certa relação entre os ouvintes e o próprio poeta” (VEYNE, 2014, p. 41). É importante observar, porém, que o paradigma escolhido por Veyne para exemplificar este aspecto é Píndaro, poeta que viveu alguns séculos após o mundo homérico.

presente no início do canto IV de *Os Lusíadas* (1572), no qual é narrado o presságio feito por uma recém-nascida sobre a futura regência de D. João I:

03. Ser isto ordenação dos Céus divina
 Por sinais muito claros se mostrou,
 Quando em Évora a voz de hũa minina,
 Ante tempo falando, o nomeou;
 E como cousa, enfim, que o Céu destina,
 No berço o corpo e a voz alevantou:
 «Portugal, Portugal», alçando a mão,
 Disse, «polo Rei novo, Dom João.»
 (CAMÕES, 2003, c. IV, p. 165)

O incidente, anteriormente narrado na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, não possuía comprovação factual, tratando-se de uma peripécia miraculosa. Contudo, para a cosmovisão do período, era verossímil. Logo, uma vez que as culturas possuem percepções próprias do real, a realidade nem sempre está limitada ao tangível, abrangendo também o suprassensível. Consequentemente, as crônicas historiográficas e as epopeias de imitação registravam eventos verossímeis às culturas nas quais foram produzidas, mesmo que empiricamente esses não tivessem ocorrido.

Um aspecto curioso é que as epopeias de imitação obtinham mais êxito na fixação da trajetória e da autoimagem do que o gênero historiográfico. Eduardo Lourenço (1999, p. 16), refletindo sobre o imaginário português, observava que uma autoimagem⁴² lusitana – o Portugal imperial – foi instituída por *Os Lusíadas* (1572), não pelas crônicas que concederam a matéria histórica a Camões. Nesse aspecto, o melhor desempenho das epopeias justificava-se por seus horizontes mais estreitos do que as metas historiográficas. À medida que as crônicas apresentavam descrições mais detalhada de um grupo, elas expunham nuances bem diversas, destacando guerras civis, conflitos sucessórios, atos vexatórios e outras ignomínias presentes em qualquer estado. As epopeias de imitação, porém, ajustavam esses dados a um enredo marcado pela dualidade (bem vs. mal), realçando os feitos elevados e ofuscando as infâmias. Esses exemplos heroicos, encadeados a uma trama repleta de peripécias e dispostas em versos sonoros, maravilhavam os ânimos dos ouvintes, enquanto lhes forneciam paradigmas acessíveis e benevolentes. Assim, na consciência coletiva, a silhueta épica suplantava o caleidoscópio histórico.

⁴² Utilizo este termo na acepção que lhe dá Eduardo Lourenço (1999). O pensador português emprega-o para se referir à imagem que um povo tem de si mesmo em algum instante de seu percurso histórico. Segundo Eduardo Lourenço, essa imagem síntese provém da história, dos mitos, da autoconsciência e das expectativas que uma comunidade tem para si própria.

Hansen (2008) pontua que as epopeias de imitação podiam condensar a matéria histórica, evitando a recordação de passagens inconvenientes, entretanto, não era concedida, aos seus autores, a composição de variações mais expressivas dos temas escolhidos. Alterações dessa natureza deixariam a apresentação ficcional de personalidades históricas à mercê da imaginação do escritor, possibilitando-lhe a composição de tipos desafinados com a funcionalidade exemplar. Nesse controle estava implícito um papel desempenhado pela epopeia de imitação: pôr em cena os modelos notáveis de um estado, apresentando-os em contornos trágicos ou grandiosos. Essa apresentação sublime buscava fixá-los no imaginário de um grupo como paradigma de conduta. Hansen (2008, p. 19), a esse respeito, afirma:

Em seu tempo, a epopeia constituía a mundaneidade de seu mundo como arte que punha em cena as figuras relevantes do passado e da expectativa de futuro. Para encená-las, o poeta imitava opiniões consideradas verdadeiras nos campos semânticos das atividades discursivas e não discursivas do todo social objetivo definido como “corpo místico” de estamentos subordinados ao rei num pacto de sujeição.

Desse modo, as epopeias de imitação transformavam-se no panteão em que estavam presentes os tipos históricos ilustres que, possuindo suas ações amplificadas, deveriam servir de modelo aos leitores e ouvintes, incitando-os a atitudes semelhantes.

Hélio Alves (1999), refletindo sobre a presença da retórica laudatória no enredo das epopeias de imitação, observava que, desde a Roma antiga, o louvor dos tipos exemplares era frequente nesse gênero literário. *A Eneida* (19 a. C.), na Antiguidade, foi lida como ilustração de valores ansiados pela Roma imperial. Após uma interpretação alegórica na Idade Média, o poema voltou a ser interpretado em uma perspectiva exemplar no Renascimento: “A epopeia constituía-se como referente de uma conduta de vida para o homem político cujo objetivo era a formação dum carácter permanentemente virtuoso.” (ALVES, 1999, p. 39). Dessa forma, a jornada de Eneias permitia o elogio de qualidades consideradas úteis ao homem público: “[...] o fundador da civilização romana é o protagonista de um argumento tendente a demonstrar a maneira como se adquire o hábito da virtude, o carácter moral exemplar.” (ALVES, 1999, p. 41).

Após essas considerações, é possível afirmar que tanto as epopeias primitivas quanto as epopeias de imitação continham exemplos e mitos, os quais condensavam a *visão de mundo* de uma cultura e eram capazes de retransmiti-la. Mesmo que parte do conteúdo das epopeias primitivas já fosse conhecida por seus ouvintes – os deuses gregos e cristãos, como se expôs, estavam presentes nos hábitos cotidianos – tais narrativas, ou legitimavam um imaginário social, difundindo uma autoimagem coletiva, ou assumiam uma natureza ritualística, trazendo

à tona um passado ancestral para justificar o presente. As epopeias de imitação, por sua vez, transladavam à ficção o conteúdo das crônicas históricas, simplificando-o, à medida que acentuavam as atitudes heroicas. O destaque concedido a essas ações tinha como meta propô-las como paradigma aos espectadores. Nesse processo, as epopeias de imitação realizavam ainda um papel etiológico, pois, trazendo as origens à tona, apresentavam os princípios de um estado e uma definição para seus costumes e ritos.

As epopeias, portanto, à princípio funcionavam como *modelos de*, pois projetavam, em enredo literário, a visão de mundo de uma cultura e absorviam outras produções simbólicas – os mitos, a história – que cumpriam função semelhante. Posteriormente, durante sua declamação, passavam à condição de *modelos para*, uma vez que adequavam a consciência dos espectadores às projeções de mundo que encerravam.

À proporção que transmitiam os mitos e os exemplos, as epopeias concediam sentido ao destino de um povo e propunham-lhe uma autoimagem. Esses textos, portanto, eram as fontes cristalinas onde os povos iam mirar-se para terem consciência de si próprios. Octavio Paz (2013), comentando essa dimensão mítica do épico, pontua:

O poema é tempo arquetípico; e, por sê-lo, é tempo que se encarna na experiência concreta de um povo, um grupo ou uma seita. Essa possibilidade de se encarnar entre os homens faz dele manancial, fonte: o poema dá de beber a água de um presente perpétuo que é, também, o mais remoto passado e o futuro mais imediato. (PAZ, 2013, p. 194)

Dessa forma, as epopeias permitiam que os homens discernissem, entre as névoas do tempo, o seu passado. Esse tempo arquetípico era o farol que lhes indicava o presente, a constelação que lhes apontava a direção do futuro. A palavra épica, lançada entre os homens, fecundava a cultura.

Geertz (2017, p. 73), refletindo sobre a relevância da experiência religiosa para o homem, enumerou três situações nas quais a religião foi o recurso empregue para tornar coerente um quadro caracterizado pela desordem e ausência de sentido. Nos três contextos listados, o sentimento religioso foi capaz de ordenar o contingente e de conceder sentido ao arbitrário, explicando-os. A primeira circunstância referida pelo antropólogo era a hesitação diante do caótico, ou seja, a perplexidade perante aquilo que ultrapassa a capacidade analítica humana. A segunda situação, a experiência do luto. O homem, presenciando, ou os sofrimentos que antecedem o óbito, ou o impacto que ele ocasiona, é tomado por uma tensão emocional extrema. Os dilemas morais eram a terceira conjuntura, isto é, circunstâncias nas quais as condutas solapavam a distinção entre bem e mal, certo e errado, pondo à prova a validade dos

parâmetros de comportamento. Nessas três ocasiões, a religião era eficaz, visto que atribuía significado ao incompreensível, concedia sentido ao luto, tornando-o tolerável, e reestabelecia critérios de conduta. Ou seja, a experiência religiosa trazia essas situações limítrofes à esfera do culturalmente explicável.

As epopeias também eram capazes de desempenhar papel semelhante. As epopeias primitivas, por exemplo, continham *atualizações* de mitos que explicavam os fenômenos. Assim, na *Ilíada* (2014), Zeus originava os trovões e Aurora, o dia. Essas obras também exemplificavam maneiras dignas de encarar o luto. Heitor, consciente de que morrerá, escolhe ter uma morte nobre⁴³, Rolando, prestes a desfalecer, encomenda sua alma a Deus. Tais textos apresentavam ainda situações com certo grau de complexidade moral, tornando-as familiares aos ouvintes. Logo, Aquiles precisou escolher, ou vingava a morte de Pátroclo, ou tinha uma vida longa. De modo análogo, as epopeias de imitação forneciam justificativas. Porém, em vez de fornecê-las aos fenômenos, concediam a um estado. Esses textos também atribuía sentido ao luto, uma vez que estipulavam uma maneira heroica de morrer: a serviço do império. O vínculo com o corpo político resolvia ainda parte dos impasses morais, pois recomendava que os interesses monárquicos precedessem os apetites individuais⁴⁴. Nos versos d’*Os Lusíadas* (1572), por exemplo, todos esses aspectos são contemplados. Apresenta-se, através de um relato mítico, uma justificativa para o reino:

21. Esta foi Lusitânia, derivada
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela antam os íncolas primeiros.
(CAMÕES, 2003, c. III, p. 134)

Também se expõe a permanência daqueles que se doam ao reino, indicando que sobre eles a morte não tem poder:

02. E aqueles que por obras *valerosas*
Se vão da lei da morte libertando

⁴³ O herói troiano, prestes a morrer, reflete: “Ah, na verdade os deuses chamaram-me para a morte. Pois eu pensava que o herói Deífobo estava ao meu lado. Mas ele está dentro da muralha e foi Atena que me enganou. [...]. Que eu não morra de forma passiva e ingloria, mas por ter feito algo de grandioso, para que os vindouros de mim ouçam falar.” (HOMERO, 2014, p. 609). Jean Pierre Vernant analisou a natureza paradigmática da morte de Heitor no ensaio *A bela morte e o cadáver ultrajado* (1978).

⁴⁴ Essa prevalência dos interesses imperiais sobre os do indivíduo originava dois traços característicos das epopeias de imitação: protagonistas previsíveis e personagens secundários um pouco mais profundos. Os primeiros, agindo em benefício do império, não hesitavam diante dos impasses. Os dilemas, então, eram deslocados aos segundos. Essa peculiaridade originou o juízo, frequente entre os críticos de Camões, de que, em *Os Lusíadas* (1572), os deuses são mais complexos do que os protagonistas.

(CAMÕES, 2008, c. I, p. 71)

E, em prol da grandeza e edificação do reino, as dúvidas e incertezas morais são superadas:

71. Crês tu que, se este nosso ajuntamento
De soldados não fora Lusitano,
Que durara ele tanto obediente,
Porventura, a seu Rei e a seu regente?

72. Crês tu que já não foram levantados
Contra seu Capitão, se os resistira,
Fazendo-se piratas, obrigados
De desesperação, de fome, de ira?
Grandemente, por certo, estão provados,
Pois que nenhum trabalho grande os tira
Daquela Portuguesa alta excelência
De lealdade firme e obediência.
(CAMÕES, 2003, c. V, p. 210-211)

Logo, as religiões e as epopeias reconduziam, ao âmbito da cultura, circunstâncias que desafiavam a coerência atribuída pelo simbólico à realidade. É preciso observar, porém, as divergências quanto aos caminhos adotados para a compreensão de tais situações dissonantes. As religiões recorriam aos cantos corais, enunciados emotivos e ícones mágicos. As epopeias, por sua vez, punham em cena, através do enredo ficcional, mitos e situações exemplares, propondo maneiras de interpretá-las e encará-las.

A exemplaridade da epopeia camoniana, em contextos mais próximos de sua publicação, foi notada por Fradique Furió Ceriol e Juan Vazques. Ambos compuseram paratextos para traduções castelhanas do épico. Essas versões foram publicadas ainda no século XVI. Ceriol escreveu uma breve *aprovacion* para a tradução de Benito Caldera (1580)⁴⁵ saída em Alcalá de Henares. Em seu texto, o filósofo observa:

[...] y parece me que la poesia dellos es alta, y esta hecha a imitacion de la Eneida de Virgilio, y la traducion tan propria, polida, sonora y numerosa, que corresponde en todo ala grandeza del subiecto. Portanto el publicarse *este dicho libro puede ser de mucho provecho ala republica*, y de ningun inconveniēte dar licencia para que se imprima. (CAMOES, 1580, n. p, grifo nosso)

⁴⁵ Já em 1580 saíam, estimuladas por Felipe II, duas traduções castelhanas do poema. A estranheza dessas transposições residia no fato de serem dispensáveis. No período, um bilinguismo luso-castelhano caracterizava as duas cortes, tornando-as prescindíveis. Esta variedade de traduções, provavelmente, foi estimulada pelo domínio espanhol de Portugal a partir de 1580, tratando-se de uma apropriação simbólica das glórias portuguesas. A esse respeito, Vitor Aguiar e Silva (2008, p. 66) afirma: “Como já ficou dito, não faltaram decerto razões políticas para a publicação das traduções, pois que Felipe II, naquele contexto histórico, por estratégia política e por razões de ordem pessoal, como mais adiante sublinharemos, tinha o maior interesse na *translação* [...]”.

Na sua breve anotação, o comentador enfatiza a utilidade da epopeia camoniana para a ambiência política da época. A concisão da nota, entretanto, não deixa claro se essa serventia provinha diretamente da matéria – paradigmática para os demais integrantes do corpo político – ou se derivava de o texto ser uma emulação da *Eneida* (29 a. C. – 19 a. C.). Nos dois casos, porém, a exemplaridade estava latente, já que, conforme observou Hélio Alves (1999, p. 41), a *Eneida* foi lida no Renascimento como um poema capaz de ilustrar os atos e virtudes que aprimoravam o homem político. O comentário de Juan Vazques presente na tradução de Enrique Garcez, publicada em Madrid no ano 1591, endossava essa possível finalidade do poema: “[...] nos fue fecha relacion que vos avia destraduzido de lengua Portuguesa em lengua Castellana los Lusidades del Camoës, que eran muy utiles y provechosos.” (LOS LUSIADAS, 1591, n.p).

Um outro texto quinhentista pode dar indícios da relevância do poema camoniano para a ambiência política quinhentista. Entretanto, anuncia essa importância através de estratégia textual diversa: a paródia. A *carta XXXII* (1576) de Diogo Bernardes narra a viagem do diplomata Pero de Alcáçova Carneiro à corte de Filipe II. Na epístola, enviada a João Rodrigues de Sá de Meneses, o poeta emula o estilo e alguns versos camonianos, porém, substitui a matéria alta do épico por assuntos prosaicos relacionados à jornada do cortesão português:

Naõ cantarei aqui fabulas vaãs
De novidades sempre taõ amigas,
Que vem a converter homens em raãs,
E tornaõ a fazer homens de formigas
Verdades cantarei, verdades chaãs
E vistas por meus olhos, naõ antigas
Da jornada que fez o bom Carneiro
Dos Alcáçovas tronco verdadeiro.
(BERNARDES, 1946, v. 2, p. 332)

Os feitos exemplares dos antigos lusitanos são substituídos pelos eventos que o poeta testemunhou na condição de integrante do comboio português. As ações emblemáticas associadas à viagem à Índia dão lugar aos assuntos prosaicos como a descrição das vestimentas dos anfitriões e conjecturas sobre a ausência de certo fidalgo. Os excursos camonianos também são emulados em uma oitava-rima. Nela, o eu-lírico pede auxílio para narrar o ponto alto do trajeto, ou seja, o encontro entre o embaixador português e Filipe II:

Mas antes que daqui o passo mude
A quem pedirey eu, quem me dara
Socorro tal que minha voz ajude
Que sinto que me vay faltando ja!
Ah branda Sylvia minha, aqui m’acude

Hum novo alento, hum novo som me dá.
 Agora que me vou chegando tanto
 Ao mais difícil ponto do meu canto.

ElRey, como ja disse em pé estava
 Olhando para quantos entrar via,
 O vestido que tinha a quem olhava
 De corte, não de bosques parecia.
 Pardas eraõ as calças que calçava,
 O gibaõ tambem pardo, que vestia:
 Çapatos tinha brancos e colete
 Tudo de cordovaõ, mas era preto
 (BERNADES, 1946, v. 2, p. 343-344)

Observa-se, na dicção paródica da carta, a relevância que a matéria histórica possuía para a tradição épica. Sua substituição pelos assuntos mesquinhos do cotidiano traz o efeito cômico à tona. Uma vez que se trata de um escrito que não fora composto para circular em uma ambiência mais ampla, mas para permanecer na intimidade do destinatário João Rodrigues de Sá de Meneses, a natureza paradigmática do texto épico – juntamente com sua finalidade política – some. As relações de camaradagem sobrepõem-se às convenções literárias e o aperfeiçoamento moral dá lugar ao riso. Como se parodia aquilo que é canônico, a partir da carta de Bernardes, datada de 1576, é possível conjecturar uma rápida valorização do épico de Camões.

Outra informação que dá indícios do teor exemplar de *Os Lusíadas* (1572) foi apontada por Alves (1997). O pesquisador, examinando fontes primárias, observou que entre os objetos levados por um nobre a Alcácer-Quibir havia um volume do poema. Em um período no qual *as armas e as letras*, além de *topos* retórico, era um ideal humano, a presença de uma edição do texto tratava-se de um indício eloquente de sua dimensão paradigmática. Os cavaleiros portugueses, mirando os exemplos dos antigos, almejavam reproduzi-los em território africano.

Assim, embora um juízo, ou comentário, de D. Sebastião sobre *Os Lusíadas* (1572) não tenha chegado até a contemporaneidade – o que permitiria mensurar precisamente o impacto do épico sobre o ânimo do jovem rei – o proveito que os comentadores espanhóis atribuíam ao poema, a paródia do texto na correspondência amistosa entre dois fidalgos portugueses e a presença da obra em Alcácer-Quibir demonstram que, logo após sua publicação, *Os Lusíadas* (1572) passaram a fornecer exemplos para os portugueses e explicações para diversas características daquela monarquia. Como se demonstrou neste tópico, essas dimensões exemplares e etiológica não eram uma especificidade do texto camoniano, estando presentes nas epopeias em geral. Associando-se esse teor paradigmático e etiológico com a relevância atribuída ao exemplo na educação dos reis durante o século XVI e com o direcionamento do

poema a D. Sebastião, é possível propor – como se faz nesta tese – que Camões adentrou no debate sobre a educação do rei, através do seu épico.

4 AS CRÔNICAS E A IMAGEM QUINHENTISTA DA DINASTIA DE BORGONHA

No primeiro capítulo desta tese, observou-se a importância do exemplo para a formação de D. Sebastião. Os fidalgos que compartilhavam, com D. Catarina, a ideia de uma aproximação de Castela, os partidários de um lusitanismo e os religiosos próximos a D. Henrique⁴⁶, todos propunham a utilização desse método na educação do desejado⁴⁷. Cada um, porém, sugeria exemplos distintos ao jovem rei. O grupo de D. Catarina apresentava-lhe Carlos V, antepassado por quem o monarca passou a nutrir grande admiração. Os adeptos do lusitanismo defendiam que ele tivesse conhecimento de antigos monarcas portugueses, chegando a registrar, nas atas das cortes de 1562, a necessidade de reimprimir as crônicas reais. Para o grupo de D. Henrique, o exemplo dos antigos também era bastante relevante, logo, ao entregar-lhe o governo, o cardeal fez questão de registrar como medida tomada durante sua regência: “Acabou-se a Corónica d’el-rei dom Manuel, vosso bisavô.” (MISCELÂNEA, 2017, p. 70). A importância dos exemplos, conforme apresentado na primeira seção desta tese, justificava-se por três razões: I) a eficiência desses modelos sobre o ânimo daquele que estava sendo educado; II) a possibilidade de aplicação prática das ações exemplares; III) a continuidade implícita na manutenção de antigos comportamentos.

No capítulo anterior, por sua vez, viu-se que os exemplos e mitos, através de suas respectivas funcionalidades, aproximavam-se. O exemplo, à proporção que apresentava um padrão de conduta, apontava as origens desse modelo de comportamento e também o justificava. Os mitos, por sua vez, trazendo à tona um tempo arquetípico – os primórdios de uma comunidade –, à medida que estabeleciam uma explicação para algum fenômeno, também forneciam exemplos. Averiguou-se ainda que as epopeias, independentemente de sua tipologia, continham mitos e exemplos, adquirindo assim dimensões exemplar e etiológica. Dessa forma, *Os Lusíadas* (1572), englobando tais materiais no seu enredo, acabavam se tornando um compêndio de narrativas míticas e exemplares, ideais para a formação do imaginário de D. Sebastião e para fixar, na psique do monarca, uma ideia daquilo que era a atividade régia.

Como já se demonstrou de que modo as epopeias – com seus mitos e exemplos – possuíam funções paradigmática e etiológica, neste capítulo, tais aspectos também serão identificados nas crônicas. Essa identificação é necessária porque os exemplos, que muitos

⁴⁶ Recorde-se: cardeal tio-avô de D. Sebastião que, após D. Catarina, assumiu a regência de Portugal entre 1562 e 1568, entregando-a para D. Sebastião, quando o jovem rei completou 14 anos.

⁴⁷ Epíteto pelo qual D. Sebastião era nomeado antes de assumir o governo de Portugal.

almejavam apresentar a D. Sebastião, estavam presentes nesse gênero. Ou seja, a crônica foi um dos primeiros gêneros responsáveis pela fixação de uma imagem do passado português no imaginário sebástico. Posteriormente, como serão examinados os exemplos apresentados por Camões a D. Sebastião, é necessário observar quais imagens dos antigos reis portugueses as crônicas já haviam fornecido ao jovem monarca, para que sejam averiguadas as peculiaridades e distinções dos exemplos camonianos. Assim, neste capítulo, será exposto como as crônicas de Duarte Galvão, Rui de Pina e Fernão Lopes fixaram – para os leitores lusitanos do século XVI – uma imagem dos regentes portugueses da casa de Borgonha, dinastia retratada no canto III de *Os Lusíadas* (1572). Contudo, antes de averiguar a maneira como o passado é retratado nesses textos e os mitos que emergem deste panorama, é conveniente refletir sobre as características da escrita historiográfica quinhentista, apontando sua natureza exemplar e sua função etiológica.

4.1 A exemplaridade e a etiologia das crônicas

A história não é um conceito estável, variando segundo a cosmovisão da cultura em que é produzida. Reinhart Koselleck (2015b, p. 270) recorda que os romanos costumavam medir o tempo através de idades vinculadas aos metais. A primeira idade, de ouro, era caracterizada pela fartura de recursos naturais e pela paz. Já na idade da prata, a natureza tornou-se generosa somente durante a primavera. Os clérigos medievais também atribuíam idades ao mundo, entretanto, calculavam-nas e segmentavam-nas de modo diferente, partindo do nascimento de Adão até a data em que escreviam. Cada uma dessas propostas historiográficas buscava ordenar as experiências dos respectivos grupos sob conceitos e parâmetros próprios e, hoje, aos olhos dos leitores contemporâneos, funcionam como uma metonímia das culturas que as produziram. Embora distintas, todas essas concepções constituíam formas de acesso ao passado e maneiras de sistematização temporal: afluentes que conduziam os leitores pelos percursos sinuosos do vivido, desaguando no oceano do imaginário.

No curso da Idade Média, a escrita da história foi praticada por clérigos que, além de registrarem as efemérides eclesiásticas de seu território, também compilavam histórias de santos vinculados àquela região. Esta miscelânea de hagiografia local com interpretação religiosa dos fatos pode ser averiguada, por exemplo, na *Vitta Tellonis Archidiaconi* (1155)⁴⁸. Posteriormente, o humanismo e o desenvolvimento da historiografia oficial dos reinos

⁴⁸ Hagiografia do século XII, composta por Pedro Alfarde, um dos fundadores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

provocaram modificações na abrangência das crônicas e no estilo de seus autores que, gradativamente, adotaram a sucessão dos monarcas como balizas temporais, substituíram o latim monástico pelos vernáculos vulgares e converteram a mera sucessão dos fatos em quadros melhores executados. Tanto em uma situação quanto na outra, predominava a concepção de história como mestra da vida, isto é, *historia magistra vitae*. Essa compreensão implicava às narrativas historiográficas uma dimensão prática: “[...] a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos.” (KOSSELECK, 2015a, p. 42). Assim, tais textos possuíam a função de instruir seus leitores para as melhores condutas, porém, faziam-no por meio da exposição dos sucessos e fracassos do passado, e não através da argumentação doutrinária. Sua natureza exemplar era um ponto de convergência entre esse modelo de historiografia e as epopeias. Conforme se observou no capítulo anterior desta tese, essas últimas, por conterem narrativas míticas nas suas tramas, punham em cena personagens e eventos de um tempo primitivo e justificavam, através deles, traços de uma cultura. Além disso, também forneciam paradigmas de atuação para seus leitores. As crônicas, relatando o passado aos componentes de uma monarquia, cumpriam itinerário semelhante, uma vez que lhes conferiam exemplos de conduta e explicações sobre as origens do povo em questão e do mundo conhecido⁴⁹.

À medida que as crônicas e as epopeias descerravam figuras e episódios do passado para propor modelos de ação e para fundamentar um aspecto do presente, elas adquiriam – fora sua função paradigmática – uma natureza etiológica. Ambas, atribuindo significados que extrapolavam o aspecto fenomênico do mundo circundante, concediam valores simbólicos às estruturas, tornando-as culturalmente familiares. A *Crônica Geral da Espanha* (1961, p. 232), por exemplo, apresentava uma justificativa para a denominação *Alcubaria*, concedida a uma antiga região da Península Ibérica. Após o dilúvio, Jafé, filho de Noé, habitou a Europa. Por sua vez, um dos filhos de Jafé, Cubal, fixou-se em um território, às margens do rio Ebro, no nordeste da Península Ibérica. O termo *Alcubaria*, então, surgiu da declinação do nome desse último e vinculava o território espanhol às narrativas bíblicas. Essa crônica, portanto,

⁴⁹ A *Crônica d’el rei D. Afonso III* de Rui de Pina (1907a), por exemplo, enraíza as origens da denominação *cabeça de mestre*, dada a um monte contíguo à cidade portuguesa de Tavira, no processo de expulsão dos mouros da península ibérica. Segundo o cronista, o mestre da ordem de Santiago Dom Paio Correia refugiou-se no alto desse monte, durante um conflito. De lá, ele pôde defender-se melhor. Portanto, este acidente geográfico, a partir da narrativa presente na crônica, ultrapassou a existência fenomênica, adquirindo uma expressiva conotação simbólica.

encadeando uma extensão territorial às narrativas fundadoras da religião cristã, transformava aquela área em território cristão, tornando-a culturalmente familiar e legitimando, inclusive, as guerras contra os mouros. Já o episódio da passagem de São Tomé pela Índia, inserido n' *Os Lusíadas* (1572), narra os milagres feitos por esse apóstolo naquela região do globo, quando ele foi pregar no oriente. Durante sua missão em Meliapor, Tomé operou dois feitos prodigiosos. O primeiro foi carregar, com o cordão que usava ao redor de seu hábito, um grande lenho que surgira no mar, o qual, nem homens, nem elefantes, conseguiram retirar das águas. Após retirá-lo, Tomé levou-o a um sítio onde o utilizou para edificar uma igreja. O segundo milagre foi ressuscitar uma criança assassinada pelo próprio pai que, cometendo o crime às escondidas, atribuiu-o ao apóstolo. Esse segundo feito levou o rei e outros habitantes daquela região a se converterem ao catolicismo. O relato, porém, narra que os brâmanes, incomodados com a fama de Tomé, planejaram um plano para o matar e persuadiram o povo a pô-lo em prática. Assim, durante a simulação de uma briga no meio de uma multidão, o apóstolo foi apedrejado e perfurado com uma lança. Segundo Luis Felipe Thomaz (1991, p. 368-369), referências à presença de São Tomé em várias regiões orientais – inclusive na Índia – foram frequentes em muitos textos dos primórdios do cristianismo. O historiador observa, porém, que ao chegarem na região e depararem-se com variantes do relato em pequenas comunidades cristãs, os pregadores portugueses utilizaram-nas a seu favor, empregando-as para justificar suas atividades e presença, enxergando no santo um precursor de suas pregações. Nesses dois exemplos, observa-se que a dimensão fenomênica do mundo é complementada por uma extensão simbólica, fornecida pelas narrativas. As crônicas e as epopeias, através dos mitos que encerravam, tornavam inteligíveis e justificáveis dados que, a princípio, pareciam meramente contingentes.

As crônicas, devido ao seu caráter exemplar e à sua natureza etiológica, também forneciam autoimagens. Esses textos, apresentando exemplos ou expondo origens, diziam, ou a um monarca, ou a um povo, o que eles eram e o que deveriam continuar a ser. Para isso, eles punham em cena uma temporalidade arcaica, isto é, o tempo dos primórdios, descerrando o início do reino aos seus leitores. Esse início era repleto de acontecimentos miraculosos que possuíam indicações imprecisas e, provenientes de uma longa tradição manuscrita, pareceriam, aos olhos do cientificismo moderno, uma série de equívocos e incongruências. Aos leitores da época, porém, tais ocorrências soavam verossímeis, visto que dramatizavam os pressupostos da cultura na qual estavam inseridos. Dessa forma, *A crônica de el rei D. Afonso Henriques* (1505), texto composto no primeiro quartel do século XVI pela pena de Duarte Galvão, apresentava o relato do cavaleiro Henrique de Bonn, um cruzado alemão que auxiliou na tomada de Lisboa

aos mouros. Segundo o relato, esse nobre, morto em combate, foi enterrado no mosteiro de São Vicente de Fora e cultuar sua sepultura era uma fonte de milagres aos peregrinos que se dirigiam ao local. A crônica de Duarte Galvão, por fim, enumerava uma série de graças alcançadas por esses cristãos.

Examinada pelo historicismo moderno, a passagem em questão é uma ficção pitoresca da cosmovisão monárquica, já que o cronista não a vincula com outras dimensões da sociedade quinhentista nem questiona as motivações subjacentes ao episódio. Outra fragilidade seria sua origem incerta. A história do cavaleiro Henrique foi colhida em uma crônica vernacular mais antiga, a *Crónica de cinco reis de Portugal* (1419). Seu autor anônimo, por sua vez, retirou-a de um texto quatrocentista, a *Chronica da fundação do mosteiro de São Vicente* (14--), tradução de um manuscrito latino do século XII. Em cada etapa da transmissão, o relato sofreu algumas alterações, o que poderia levantar suspeitas sobre sua veracidade. Contudo, a crônica de Duarte Galvão, por inseri-lo em um processo relevante para o estabelecimento do território português, fixá-lo no contexto dos combates com os mouros e transmiti-lo a leitores cristãos, recebeu toda a credibilidade do público quinhentista. O cavaleiro, um mártir da luta contra os antagonistas do cristianismo e um paladino da reconquista da península ibérica, constituía um paradigma – proveniente dos remotos inícios da monarquia – para as ordens militares-religiosas e para os nobres portugueses do século XVI.

Nesse exemplo, o caráter exemplar das crônicas é manifesto e o prestígio do passado, a orientar o presente, é notório. Roland Barthes (2012, p. 176-180), comentando as semelhanças entre a história e a escrita literária, observa que a primeira põe em cena um passado que, justamente por ser passado, não existe mais, exigindo dos leitores a crença não apenas em si própria, mas também em um referente que já não é empiricamente verificável. O fator decisivo para a concessão dessa credibilidade seria a consonância entre o imaginário dos leitores e aquele que é apresentado no discurso historiográfico. No episódio do cavaleiro Henrique, então, a fiabilidade do público no relato advinha da afinidade de cosmovisões, uma vez que a narrativa articulava elementos da cultura monárquica. Esse concerto ideológico estaria na base das funções etiológica e exemplar das crônicas.

Lévi-Strauss (2008, p. 268-270) também aponta a confluência da visão de mundo da audiência com o imaginário presente nas crônicas como traço decisivo para a instituição da credibilidade. Segundo o antropólogo francês, documentos e provas, por si só, não encerram uma justificativa nem comprovam um processo histórico. É preciso que o historiador os interprete e vincule-os, ou a uma cadeia de ocorrências, ou a uma narrativa, construindo um vínculo semântico entre o factual e o narrado. Ainda que a ausência desses vestígios materiais

comprometa a verificabilidade do relato, ela não prejudica sua verossimilhança, se houver uma adequação entre o discurso histórico e a cosmovisão dos leitores. Desse modo, embora o antigo mosteiro de São Vicente de Fora já não existisse no século XVI – conseqüentemente, o mausoléu do cavaleiro Henrique também não – os leitores de Duarte Galvão não questionaram o relato do cronista.

A composição de autoimagens, processo resultante da função exemplar e da natureza etiológica das crônicas e das epopeias, permitia à audiência quinhentista divisar um panorama sob as turvas águas do passado. O quadro entrevisto revelava-lhe aquilo que havia sido, conseqüentemente, o motivo pelo qual chegara a ser o que era. Os primeiros portugueses, concentrados em se desvencilhar do assédio dos reinos católicos e do cerco mulçumano, tinham os olhos postos no futuro. Já o Portugal do século XVI, detentor de fronteiras bem definidas e senhor dos mares, acrescentava, à expansão de seus limites, a fundamentação simbólica das crônicas, buscando no passado as particularidades que o definiam. Nesse movimento, um repertório de silhuetas e acontecimentos provinha dos primórdios, delineando a imagem lusitana no fosco espelho do tempo. O reflexo projetado aí apresentava um reino apenso à tensão ocidente-oriente, uma vez que este procedia da dinâmica irregular da reconquista e também havia sido ponto de passagem para os cruzados que se dirigiam a Jerusalém. Essa autoimagem do passado, que povoava o imaginário quinhentista, era constituída pela mesma matéria de que seria feito o sonho da Índia. Dito de outra forma: as proezas cometidas nos séculos iniciais de Portugal estimulavam outras façanhas, a serem executadas no século XVI. Eduardo Lourenço (1999, p. 123), comentando a criação e a manutenção desse imaginário, afirma: “Foi a partir da encenação do imaginário da sociedade dos fins do século XV e dos começos do século XVI que se organizou a leitura épica da realidade nacional que conduzirá a *Os Lusíadas*”. A projeção do passado era fornecida pelas crônicas e conduziria não apenas ao épico de Camões, mas às Índias e a Alcácer-Quibir.

4.2 As crônicas e o tempo

As crônicas, à proporção que conferiam exemplos e apontavam origens, também atribuíam valor ao tempo, organizando-o mediante as idiossincrasias das culturas monárquicas. Nesse processo de propor significação à passagem temporal, tais textos compartilhavam uma característica com os mitos: a ênfase na renovação cíclica. A narrativa mítica, independentemente de sua procedência, estruturava-se sobre os ciclos naturais e explicava-os

através de motivações anímicas⁵⁰. As crônicas também mensuravam o tempo através de categorias da natureza, a saber, o movimento dos astros e a sucessão dos reis. Ainda que essa última forma pareça pouco familiar ao mundo natural, a cosmovisão monárquica enxergava-a como um reflexo das relações estabelecidas na natureza (KOSELLECK, 2015b, p. 270). Os reinados, como as estações e as figuras projetadas no céu, fluíam em um movimento perpétuo. Logo, as regências eram as balizas escolhidas pelos cronistas para delimitarem um intervalo de tempo e, não por acaso, esses intitulavam seus textos com o nome do monarca vigente no período contemplado.

Dessa forma, tanto os mitos quanto as crônicas atribuíam uma conotação à passagem do tempo, aferindo-a a partir de categorias culturalmente determinadas. As narrativas míticas, ao dramatizarem os sinais do curso temporal no mundo físico, tomavam as consequências dessa sucessão como o próprio tempo. Além disso, como apresentavam uma estação sobrevivendo à outra regularmente, punham em foco a circularidade oriunda dessa sucessão. Tal concepção cíclica da temporalidade produzia nos mitos e nas crônicas um de seus traços marcantes: a ênfase na renovação. Episódios nos quais o mundo, fisicamente ou moralmente decrépito, era destruído, para que se tivesse um novo começo, eram comuns nessas narrativas. Nas monarquias ibéricas, resquícios dessa função restauradora do tempo também estavam presentes. Assim, uma nova regência representava a oportunidade para a recuperação de uma antiga harmonia, isto é, a possibilidade de recriação do reino. Fernão Lopes, comentando os feitos do mestre de Avis, futuro D. João I, afirma:

[...] assi como Deos criara o mudo per espaço de seis dias, e no septimo follgara, que assi a follgamça das sprituuaes almas que no Paraiso averiã, seria a septima hidade [...].

Mas nos com ousamça de fallar, como quem jogueta, per comparaçom, fazemos aqui a septima hidade; na quall se levamtou outro mumdo novo, e nova geeraçom de gemtes; porque filhos dhomees de tam baixa comdiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamamdosse logo de novas linhagees e apellidos. [...]. E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizemdo que os faria pescadores dos homees, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tantos pera ssi per seu gramde e homrroso estado, que taes ouve hi que tragiam comthinuadamente comssigo viimte de cavallo [...].

⁵⁰ Uma passagem do mito de Faetonte n'As *Metamorfoses* de Ovídio (2017) exemplifica esse aspecto, ao personificar as estações do ano e as unidades utilizadas para a mensuração do tempo. A narrativa vincula estes fenômenos, criados por Zeus, à atividades solar: "Revestido de purpúrea veste,/ Febo estava sentado num trono com o brilho de puras esmeraldas./ À direita e à esquerda, de pé, estavam o Dia, o Mês, o Ano,/ os Séculos e, colocadas em intervalos iguais, as Horas,/ e a nova Primavera cingida com uma coroa de flores. O Verão estava nu e ostentava uma grinalda de espigas." (OVÍDIO, 2017, p. 103). O relato do *Gênesis* fixa os indícios de passagem do tempo na vontade de Deus e também os associa ao sol: "Disse também Deus: Façam-se uns luzeiros no firmamento do céu, que dividam o dia e a noite, e sirvam de sinais nos tempos, as estações, os dias e os anos; que luzam no firmamento do céu, e alumiem a terra." (BÍBLIA, 1977, p. 1).

Assi que esta hidade que dizemos que sse começou nos feitos do Meestre, a qual pella era de Çesar per que esta cronica he cõpillada, ha agora seseemta annos que dura; e durata ataa fim dos segres ou quamto Deos quiser que as todas criou. (LOPES, 1990, v. I, p. 350)

A provável restauração de um estado edênico pelas ações do rei justificava a relevância recebida pelos reinados na periodização do tempo e sua consequente escolha para determinar os limites das crônicas.

Cabe observar ainda que, na cosmovisão monárquica, a regeneração periódica dos reinos tinha origens na escatologia cristã, um de seus componentes essenciais. Nessa, a *parúsia*, a segunda vinda de Cristo, ocasionaria o fim do mundo conhecido e o começo de um novo tempo. Enraizada na doutrina cristã, a renovação do mundo na visão de mundo monárquica também tinha semelhanças com as cosmovisões de povos mais antigos, uma vez que o cristianismo arcaico compartilhava com outros povos do Mediterrâneo e do Oriente-Médio esse traço. Contudo, enquanto nas civilizações politeístas a renovação era cíclica, para os povos monoteístas, o novo começo ocorreria em apenas uma ocasião. Mircea Eliade identificou a presença dessa função restauradora na cosmologia de muitos povos. O autor romeno, porém, destacou que, entre os antigos hebreus, o aspecto foi, gradativamente, historicizado:

[...] os egípcios, os mesopotâmios, os hebreus e outros povos do antigo Oriente próximo sentiam a necessidade de renovar periodicamente o Mundo. Essa renovação consistia num enredo cultural, cujo rito principal simbolizava a repetição da cosmogonia. [...]. Entre os hebreus, o enredo arcaico foi progressivamente historicizado, embora conservando parte de sua significação original. Wensinck demonstrou que o enredo ritual do Ano Novo, que significava a passagem do Caos ao Cosmo, foi aplicado a eventos históricos tais como o êxodo e a travessia do Mar Vermelho, a conquista de Canaã, o cativo na Babilônia, o retorno do exílio, etc. (ELIADE, 2017, p. 48–49)

O cristianismo, colhendo, pois, parte de suas narrativas na tradição judaica, incorporou a historicização do tempo cíclico à sua própria trajetória, transmitindo-a, posteriormente, às monarquias cristãs. Assim, a cosmovisão monárquica, totalmente monoteísta, esperava a renovação do mundo em um evento único, porém, na sua esfera política, o recomeço era frequente e as crônicas constituíam os registros desses ciclos. Convém observar que a grande expectativa cultivada por parte considerável da sociedade portuguesa sobre a figura de D. Sebastião vinculava-se com essa ênfase na renovação periódica. Nascido em um momento político delicado, no qual ele próprio era o único herdeiro vivo de um império ultramarino, atribuía-se ao jovem rei, além da manutenção da independência portuguesa, a responsabilidade

por novas glórias. António Ferreira, na carta que lhe dirigiu, expressou os anseios pela renovação do antigo esplendor lusitano:

Tal nos cresce, grã Rei, por Deus cá dado,
 Inda maior que as nossas esperanças,
 Maior que tua estrela, e alto fado.
 Cedo teu esprito vencerá as tardanças
 Da tenra idade, e cedo renovando
 Irás dos altos Reis altas lembranças.
 (FERREIRA, 1940, v. 2, p. 124)

O próprio D. Sebastião associou a ideia de regeneração periódica consigo mesmo, enxergando-se como o protagonista imprescindível para novas glórias. Assim, em uma carta na qual argumentava a favor de sua presença na jornada a Alcácer-Quibir, o rei observava que o sucesso da expedição estava ligado ao seu comando. Maria Augusta Lima Cruz, comentando essa correspondência, observa que:

Tinha tão certa a derrota, se não fosse ele o comandante, que preferia, neste caso, suspender a expedição. Como argumentos, alardeava a sua «experiência» nestes assuntos, ou seja, os trabalhos no mar, as vigias feitas, a prática de exercícios físicos armados, e por aí fora. Mas, acima de tudo, afirmava contar com «a ajuda de Deus», em termos que permitem supor a convicção de se sentir predestinado. (CRUZ M., 2009, p. 314).

Outra consequência do tempo circular era o estreito vínculo entre passado e futuro. Os mitos, quando narrados, traziam à tona uma dimensão arquetípica que era materializada no presente. Essa materialização, através dos ritos, declamações e danças, não constituía apenas uma simulação das origens. Os ouvintes, seguindo a cosmovisão de suas culturas, imergiam em uma temporalidade arcaica, adquirindo o conhecimento sobre algum traço do cosmos, e, ao término da narrativa, revelavam uma sabedoria que não possuíam antes. Logo, nessas narrativas, a dimensão instituinte das origens alçava o passado à condição de paradigma do mundo conhecido, uma vez que o presente e o futuro, de algum modo, o reatualizariam.

Nas crônicas, o passado também consistia em imagem para o futuro, já que um regente, responsável pela prosperidade ou decadência, servia de bom ou mau exemplo aos seus sucessores. Rui de Pina, por exemplo, justificou a crônica de Sancho I, com estas motivações: “[...] assi para louvor deste glorioso Rei, como para bom exemplo dos outros, que esto virem, porei aqui uma sumaria, e verdadeira lembrança [...]” (PINA, 1906b, p. 103). O caráter exemplar das experiências alheias, dispostas em uma narrativa, era o responsável pelo teor didático das crônicas. Koselleck, comentando-o, pondera que, sob essa almejada continuidade

entre passado e futuro, havia uma circunscrição das possibilidades humanas, pois, apenas em uma cultura na qual os modelos de conduta eram limitados e contínuos, havia a possibilidade de se aprimorar, colhendo lições do comportamento de alguém que vivera há séculos: “A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos” (KOSELLECK, 2015a, p. 43). Logo, nas monarquias, as formas de organização política e as condutas ideais estavam previamente definidas porque exemplos anteriores já os haviam estabelecido. Koselleck (2015c, p. 26–27) também aponta a finitude do tempo como fator importante para a continuidade entre passado e futuro nas monarquias. Já que todos previam que o fim do mundo estava próximo, o homem, em vez de explorar novas possibilidades, preferia afiançar-se no já conhecido. Assim, o historiador alemão observa que o futuro estava integrado no presente, já que a expectativa de sua efetivação tinha consequências práticas no cotidiano. Em contrapartida, aguardando-o, os homens conservavam comportamentos, mantendo-se também de olhos fixos no passado. Havia, assim, uma assimilação do futuro no presente e, ao mesmo tempo, uma expectativa pela continuidade das experiências passadas no futuro.

4.3 Os traços estilísticos das crônicas

Rui de Pina e Duarte Galvão, contemporâneos e conhecedores dos projetos um do outro, exerceram cargos distintos na administração portuguesa. Somente o primeiro ocupou o cargo de cronista-mor. Galvão, ainda que seja lembrado por sua *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1505), a compôs, sob o estímulo de D. Manuel, mas sem ocupar oficialmente a função. Essa distinção, entretanto, não apaga as semelhanças entre ambos, dentre as quais está a acusação de serem pouco expressivos diante da grandeza de Fernão Lopes. Esse desenvolveu uma técnica narrativa apurada e a inclinação para retratos profundos das personalidades apresentadas. Diante dessas tintas intensas que Fernão Lopes empregou para retratar três regências portuguesas e diante de sua escrita vivaz, as obras de Rui de Pina e Duarte Galvão recordam esboços que não puderam ser efetivados em versão final.

Fora essa acusação de natureza estilística, a descoberta, na primeira metade do século XX, de um códice, contendo uma crônica dos cinco primeiros reis de Portugal, – crônica essa que serviu de base a Pina e a Galvão e seria o esquema de um projeto maior de Lopes – imputou-lhes a pecha de plagiadores. Tais censuras de índole diversa contribuíram para que fossem relegados ao limbo dos estudos históricos e literários. Aqueles que tentaram abrir parênteses no

coro contente da unanimidade e atribuir-lhes algum mérito, faziam-no, recordando o contexto em que produziram suas obras: fins do século XV e início do século XVI, período em que a aceção moderna de autoria ainda não estava bem definida e no qual compor significava encontrar uma matéria adequada, organizá-la e orná-la. Um crítico como Joaquim Veríssimo Serrão (1962), porém, reprovava o argumento, apontando-lhes que Lopes, homem de um período anterior, já superara essa compreensão retórica de autor.

Deixando de lado as discussões sobre os valores estéticos de Rui de Pina e Duarte Galvão e sobre a compreensão de autoria vigente no período em que escreveram, é importante recordar que seus escritos circularam, ou seja, suas obras foram efetivamente lidas no século XVI e o passado que propunham para o reino de Portugal foi difundido na corte e no ambiente clerical. José Mattoso (1993, p. 226) e Filipe Alves Moreira (2010, p. 312), por exemplo, mencionam o grande número de cópias quinhentistas da *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1505) de Duarte Galvão. Dentre essas reproduções, há inclusive versões ricamente decoradas – as quais provavelmente circularam no ambiente régio – e uma tradução incompleta para o latim, feita por um tio de D. Sebastião, D. Duarte. O grande respeito que esse jovem rei nutria pelo milagre de Ourique é mais um indício do seu contato com essa crônica, já que o episódio é narrado detalhadamente nessa obra. Filipe Alves Moreira (2014, p. 105) também destaca as várias cópias quinhentistas das crônicas de Rui de Pina, comentando que, poucas décadas antes do nascimento de D. Sebastião, tais textos foram trasladados para pergaminhos decorados. Logo, a visão de passado proposta nessas páginas – como sua repercussão em textos posteriores pode comprovar – foi absorvida pelos leitores e fixou-se no imaginário daquele período. A referência a Duarte Galvão e Rui de Pina, pois, não é apenas a referência aos indivíduos que pesquisaram e redigiram um certo panorama do passado português, mas a menção a este quadro em si mesmo. Os expectadores, se bem que tivessem curiosidade pela identidade dos arquitetos desse edifício, enleavam-se na contemplação da catedral construída, considerando-a uma reminiscência genuína dos primórdios do reino.

Antes de caracterizá-los como historiadores e antes de apresentar o passado que propuseram à monarquia portuguesa, convém observar que, mesmos ofuscados pela magnificência da prosa e do projeto historiográfico de Fernão Lopes, tanto Rui de Pina quanto Duarte Galvão compreenderam o ponto de inflexão que a obra do primeiro cronista-mor representava. Pina, ainda que tingindo os retratos dos monarcas com matizes encomiásticas, teve o cuidado de averiguar, em muitas passagens de suas crônicas, a veracidade das informações apresentadas, um procedimento da historiografia de Fernão Lopes. Por exemplo, quando apresentou D. Branca, filha do rei D. Sancho II, o cronista divergiu sobre o local em

que seu corpo estava enterrado, afastando-se da fonte que utilizou, a *Crônica de cinco reis de Portugal* (1419):

[...] a Ifante Dona Branca, que sendo mui moça, foi recebida por Senhora do Moesteiro de Lorvão [...] e depois do falecimento del-Rei Dom Affonso seu pai, ella foi recebida por Senhora das *Olgas de Burgos, onde sem cazar faleceo* [...] *alguns dizem que ella já s em Lorvão*, mas eu vi *Cartas e Provisões*, que ella nos derradeiros dias de sua vida passou para Portugal, feitas dentro no Moesteiro das Olgas de Burgos, onde tambem recolheo algumas filhas do Ifante Dom Affonso de Portugal, seu irmão. (PINA, 1907a, p. 25-26, grifo nosso)

Já Duarte Galvão, após narrar a batalha de Ourique, reforçou a veracidade do episódio, recordando ao leitor outros conflitos em que um exército numericamente inferior saiu vitorioso:

Não se espante ninguém, nem duvide do que em cima escrevo da grandeza deste vencimento, como, já vi espantar alguns por mo assi ouvirem, quando Plutarco, e outros Authores Gregos, e assi Tito Livio com outros latinos, concordando afirmam, e dizem a vitória da batalha que Lucullo Lentullo Capitão de Roma houve em Asia contra El-Rei Tigrames ser a maior que o Sol nunca vio sendo os Romãos onze mil de Pé, a fora a gente de Cavallo, e os inimigos duzentos e vinte mil de peleija [...] (GALVÃO, 1906, p. 74-75, grifo nosso)

Essa referência de Duarte Galvão a historiadores latinos e a um episódio análogo na historiografia antiga são indícios das contradições que poderiam marcar os cronistas que sucederam a Fernão Lopes. Galvão, seguindo suas fontes, apresentava uma significativa diferença numérica entre as tropas – 100 mulçumanos para cada cristão –, porém, escrevendo após seu ilustre antecessor, sabia que fundamentar as informações em documentos verídicos era um princípio fundamental para o cronista. Refém das fontes que tinha a seu dispor – muitas das quais ecoavam o legado mítico medieval – e consciente do compromisso que deveria ter com a verificabilidade documental, Duarte Galvão precisou recorrer a uma outra autoridade (a antiguidade clássica) para tornar verossímil a informação espantosa que apresentava. Outro indício dessa tensão é a insistência na autenticidade da aparição de Cristo a Afonso Henrique:

Esto mesmo não é para leixar de crer, o que tambem se afirma que neste aparecimento foi o Principe D. Affonso certificado por Deos de sempre Portugal haver de ser conservado em Reino, e o tempo, e caso, aquella ora sua virtude, e merecimentos eram taes para lho Deos prometer. E mais se afirma que por ser esta a vontade de N. Senhor *confirmou-o depois um parceiro de S. Francisco* homem santo, que veio a Portugal, (GALVÃO, 1906, p. 70, grifo nosso)

Na passagem, o narrador ressalta que a informação não deveria gerar hesitações ou incertezas, visto que até um companheiro de São Francisco, em visita a Portugal, já a confirmara. Desta

vez, a autoridade aludida para fundamentar a informação estava no campo eclesiástico e tinha proximidade com uma referência incontestada na esfera religiosa: São Francisco de Assis.

Convém observar que Galvão, ao lançar mão de tais alusões e ao insistir na autenticidade das informações apresentadas, não se dirigia aos leitores propriamente ditos. Esta audiência, composta majoritariamente pelo próprio rei, por nobres e clérigos não questionava as narrativas fundadoras de Portugal, já que tais relatos estavam na base da cosmovisão monárquica e, várias décadas após a composição da crônica, continuariam reverberando nas obras de escritores pertencentes a esferas diversas. Assim, qual a razão para tamanha ênfase na autenticidade dos fatos narrados? A insistência e as referências apresentadas justificavam o desvio em relação à verificabilidade, traço marcante na cronística de Fernão Lopes. Ou seja, a alusão às obras de historiadores antigos e autoridades eclesiásticas legitimava um estilo de escrever crônicas que se afastava daquele desenvolvido pelo primeiro cronista-mor, demonstrando que nesse gênero também havia espaço para informações que extrapolavam a verificabilidade empírica e documental. O olhar crítico de Rui de Pina em relação às suas fontes e esse empenho de Duarte Galvão em conceder credibilidade àquilo que não correspondia à verdade histórica ou à realidade observável demonstra a permanência de Fernão Lopes nos escritos de seus sucessores.

Após esta rápida digressão sobre a repercussão do ideário de Fernão Lopes em alguns cronistas que o sucederam, convém fazer alguns esclarecimentos sobre o ofício de cronista-mor, criado por D. Duarte, 11º rei de Portugal entre 1433 e 1438. Antes desse cargo, a historiografia era exercida principalmente nos mosteiros e nas cortes, modalidade de produção historiográfica que continuaria ocorrendo mesmo após a constituição dessa função. O ofício de cronista-mor, entretanto, foi uma tentativa régia de trazer à tona o passado do reino, de estabelecer uma imagem dos primórdios da monarquia. Mas, qual o motivo dessa iniciativa? Por que sua criação ocorreu justamente sob os estímulos de D. Duarte?

Quase um século antes de Fernão Lopes receber o ofício de cronista-mor, o infante D. Pedro, filho de D. Dinis, compôs obras relevantes para a história de Portugal. Esse nobre, influenciado pela atmosfera culta que predominava na corte de seu pai, desenvolveu o gosto pela poesia e pela prosa histórica. Posteriormente, exilado por razões políticas na corte de Castela, esse infante pôde testemunhar a compilação de manuscritos importantes para a historiografia castelhana. Assim, após seu retorno ao reino, ele compôs duas obras expressivas no panorama medieval português: o *Livro de Linhagens* (1340 ou 1344) e a *Crônica Geral de 1344*. As duas obras ilustram um traço curioso da mentalidade portuguesa na primeira metade do século XIV: a nobreza de Portugal possuía fortes vínculos identitários com os outros reinos católicos ibéricos. O fato de o conde D. Henrique ter recebido o condado de Portugal de Afonso

VI de Castela e os frequentes vínculos matrimoniais entre a nobreza lusitana e as demais nobrezas católicas justificavam esse elo. Contudo, o aspecto decisivo para essa filiação era o antagonista comum que possuíam: os mouros. Esse adversário, que invadira a península ibérica alguns séculos antes e continuava assediando-a, assemelhava-os e definia-os. Sua expansão significava a retração cristã. Por sua vez, à medida que a presença cristã florescia, ele definhava.

Dessa forma, nas duas obras historiográficas do conde D. Pedro, a história portuguesa aparecia articulada com a história ibérica e a constituição do reino era uma seção do processo mais amplo de reconquista da península. No prólogo do *Livro de Linhagens* (1340 ou 1344), o autor chega a afirmar: “Porém eu comde dom Pedro filho do muy nobre rrey dom Denis ouue de catar por gram trabalho por muitas terras escripturas que fallavam dos linhagens [...] compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha” (LIVRO..., 1860, p. 230). Assim, os demais reinos católicos da península eram distintos de Portugal, mas, criados na dinâmica da reconquista e possuidores de relações parentais com a dinastia de Borgonha, possuíam mais semelhanças do que diferenças.

Após a crise de 1383-1385, entretanto, um outro sentimento apoderou-se dos portugueses. Como uma parcela considerável da nobreza derrotada alinhara-se aos castelhanos – defendendo a assimilação de Portugal por Castela – surgiu no povo e na dinastia de Avis – vencedores do conflito – o sentimento de autonomia em relação aos outros reinos católicos. Embora o aspecto religioso aproximasse-os, Portugal possuía todo um passado distinto, consequentemente, um panteão de heróis, santos e monarcas próprios.

Mas, na guerra peninsular de 1383-1385, a «gente pequena dos lugares» tomou consciência da sua identidade étnica particular; o inimigo com quem se defronta o povo eleito chama-se Castela. Sant'Iago, símbolo da Espanha (e, como tal, da aristocracia portuguesa), foi sentido como símbolo dos Castelhanos e, durante algum tempo, São Jorge, patrono dos Ingleses, foi invocado como grito de guerra. E por sob a epopeia propriamente portuguesa, que procura revestir-se do mesmo prestígio de santidade que tinha a guerra contra os Mouros: «e parecia que lutavam pela fé!» Fernão Lopes deu expressão a esta auto-revelação étnica já tardia. (SARAIVA, 1998, p. 61)

Nessa ambiência, a imagem proveniente dos textos historiográficos do conde D. Pedro era limitada, já que enxergar Portugal sob o prisma mais amplo da península ibérica era não ver uma série de outras peculiaridades que definia os lusitanos. Esse foi o contexto em que o infante D. Duarte instituiu Fernão Lopes como guardador de livros da torre do tombo e, posteriormente, cronista-mor do reino. O projeto de D. Duarte – portanto a atividade de Fernão Lopes – era propor uma imagem do passado de Portugal, mostrando como entre a ameaça moura e a presença dos reinos católicos, essa monarquia foi estabelecida e conseguiu manter sua

independência. Nesses registros, haveria a constituição de um passado para o reino e, dessa vez, a narrativa não ficaria restrita à uma batalha ou à vida de uma personagem, mas abrangeria as variadas efemérides ocorridas sob uma regência.

Conjecturar que, antes da crise de 1383-1385, as narrativas não forneciam uma imagem dos portugueses para si próprios seria incongruente. Obviamente, forneciam. Porém, a imagem transmitida era, sobretudo, de cristãos. Essa era a qualificação que os caracterizava de modo mais categórico. Convém observar ainda que, antes da instituição do cargo de cronista-mor, não apenas as obras do conde D. Pedro documentavam os eventos. Outros gêneros como os encômios, as epístolas, poemas e legendas registravam os acontecimentos notáveis. Tais formas, para além de uma função estética ou de um propósito documental, possuíam, no contexto de sua produção, uma finalidade prática: a oração, pronunciada no claustro de velhas igrejas, fazia referência aos companheiros martirizados em terras mouras, o cântico que se evolava entre as colunas dos mosteiros narrava os feitos de um rei cristão e a carta, remetida a longínquas terras, descrevia os dramáticos quadros de uma batalha.

Tanto Lopes quanto seus sucessores Rui de Pina e Duarte Galvão compartilhavam afinidades com a historiografia europeia do período. Ou seja, os três não podem ser devidamente caracterizados sem que sejam levadas em conta algumas categorias da historiografia medieval. Um dos traços desse gênero que causa maior estranheza à época contemporânea é o papel – exercido por seus praticantes – de compiladores, de ordenadores das narrativas anteriores (SERRÃO, 1962; MOREIRA, 2014). Isto é, o cronista aproveitava um relato escrito sobre determinado assunto, apenas trasladando-o à sua crônica. Muitas vezes, uma crônica anterior era a fonte integral de uma nova produção. Nesses casos, o compilador acrescentava novas informações, desenvolvia melhor os diálogos, ampliava a participação de uma determinada personagem histórica, mas a estrutura de sua narrativa era idêntica ao enredo que lhe servira de fonte. Em tal situação, as novidades introduzidas não provinham da imaginação do cronista, procedendo de novas pesquisas empreendidas por ele. Por exemplo, na *Chronica d'El-Rei D. Affonso Henriques* (1505) de Duarte Galvão, o mártir católico São Vicente ganha destaque em duas ocasiões do texto. A primeira é logo após a batalha de Ourique, quando o rei Afonso Henrique retorna a Coimbra com prisioneiros. Alguns cativos contam-lhe que já estiveram no Algarve e viram os milagres que os restos mortais do santo podiam realizar. A narrativa de Afonso Henrique é interrompida e nos dois capítulos seguintes é apresentada a hagiografia de São Vicente e o destino de seu corpo. Cita-se, a seguir, o início do relato:

Foi S. Vicente natural da cidade de Osqua, que ora é no Reino de Aragão, de nobre linhagem, de Fé, e virtude muito mais nobre. Foi discípulo do Martyre Papa Sixto I e praceiro muito como irmão de S. Lourenço, e sendo enviado a Espanha pelo Papa, chegou-se a S. Valerio Bispo de Valença, o qual por ser empachado na lingoa, em pregações, e muitos outros autos do serviço de Deos, cometia o carregio a S. Vicente. Era então emperador de Roma Diocleciano Gentio, que fez geralmente pelo mundo a decima persecução contra Christãos, que durou dez anos, e foi maior, e mais cruel, que nhuma feita antes, nem depois, e antre muitos emxuquutores, que a esso mandou por todalas Provincias, enviou Daciano em Espanha o qual estando em a Cidade de Valença, tanto que soube da vida de S. Valerio, e S. Vicente, e da doutrina de Christo, que ao povo prégavam, os fez trazer ante si, perguntando-lhes, e emquerendo com gram sanha, e ameaços pelas obras que faziam, e prégavam, e S. Valério por ser já velho, como dito é, começou a responder manço, e de vagar.

Disse então S. Vicente a S. Valerio: «Padre não cumpre aqui resposta que seja emcolheita, mas se mandares eu responderei a este juiz». S. Valério respondeo: «Prasme filho, que como sabes dias ha que te tenho minhas vezes cometido». Então S. Vicente respondeo, e falou a Daciano com tanto fervor, e constancia pela Fé de Christo, que Daciano mui irado o mandou fortemente atormentar mudando-lhe e dobrando-lhe, (a fim de o tirar de Christo por muitos dias) os tormentos, taes, e tantos, quanto crueza sobeja muito podia sobejamente inventar e fazer, sem ficar nhum que se possa cuidar, os quaes por brevidade, dizer escuzo. Vendo-se Daciano com todos seus tormentos, perante todos vencido, e S. Vicente cada vez em elles mais vencendor, e glorificando, recesando, que se por então morresse nos tormentos leixaria de si maior gloria, mandou que o lançassem em sua cama mui mole, e curar muito bem delle, para depois de convalecido lhe renovar novas dores, e chagas, e assi por continuação de tormentos faze-lo render; mas elle jazendo naquella preciosa, e não caridosa cama, deu a Alma a Deos, que como sua a levou para si, e a quis haver por escuza de mais exames, nem provas de virtudes.

Sabendo sua morte Daciano ainda então se não doeo delle, se não de sendo vivo lhe ser tolhido sua crueza, dizendo: «Pois em vivo o não venci, morto o vencerei, e desfarei». Mandou então lançar o Corpo ás aves, e animálias, que o comecem, onde houve pelos Anjos tão guardado, que nhuma lhe poz boca, antes de Corvos que al não buscavam, foi um visto guarda-lo e defende-lo [...] e alli por sua revelação foi sabido e recolhido seu Corpo dalguns Christãos, que o devotamente enterraram, fazendo ahi sempre muitos milagres. (GALVÃO, 1906, p. 78-80)

A passagem – como a quase totalidade do texto de Duarte Galvão – segue a *Crônica de Cinco reis de Portugal* (1419):

Conta a historia do Martir S. V^{te} que ele foi natural Dasco homem de boa linhagem e de costumes muito cõprido este por servir a ds foi chegado ao bpo S. Valerio e este o fez clerigo de evangelho e sempre sua vida pos em estremados feitos e costumes. & aconteeço assi que Daçiano corregedor foi enuiado pello emperador a espanha Veio mandado mais final do emperador que traziaõ assi era. Que qualquer que tivesse a fee de jesu xpõ que lha fizesse leixar ou que morresse por ello em a primeira terra despanha em q entrou foi em Aragaõ & soube nouas da vida de S. Valerio & de S. V^{te} e da doutrina que pregauão e ensinauão a todo o pouo a qual cousa o moueo a sanha & mandouos prender & trazer perante si que eles esinauão e mostrauão. & S. Valerio homem bom & de grande idade porque era embargado da fala começou lhe a falar pesadamente da qual cousa o martir S. V^{te} bemaumentado ouue embargo dello e então disse ao bpo Valerio padre por tua L^{ca} eu responderej a este corregedor as perguntas que vos faz & s. Valerio lhe deu L^{ca} cõ a beçaõ de ds/ aas // aas cousas que a fee pertençaõ, & elle esforçadamente preegou & de mostrou a santa fee de nosso sñor Jesu xpõ pelo qual o adiantado o mandou martirizar e homes bõns tomaraõ o seu corpo e guardaramno e assi fez ds por elle onde estauão as suas relíquias dos seu ossos tantos milagres que em toda a terra dos xpaõs foi sabudo & teudo em grande reuerencia. (CRÓNICA..., 1945, p. 70-71)

A leitura das duas passagens transcritas torna possível observar que Duarte Galvão recolheu, à sua narrativa, vários trechos da crônica que lhe serviu de fonte. A caracterização inicial de São Vicente, por exemplo, é idêntica nos dois textos, ambos também descrevem sua aproximação com São Valério – seu companheiro de pregação –, narram a perseguição promovida por Daciano aos cristãos na península ibérica e mencionam que, pedindo a palavra a Valério, Vicente fez uma defesa apaixonada do cristianismo. Pode-se afirmar, assim, que a disposição das unidades que compõem a narrativa é idêntica nos dois textos. Contudo, Duarte Galvão acrescentou algumas informações ausentes na *Crônica de cinco Reis de Portugal* (1419) e conferiu, ao episódio, uma ornamentação estilística. Alguns dos acréscimos buscavam caracterizar melhor Vicente e tornar mais nítida a época em que ele viveu. Dessa forma, o narrador apresentou sua vinculação ao papa Sixto VI, sua proximidade com São Lourenço e mencionou que o algoz Daciano estava subordinado ao imperador Diocleciano, conhecido perseguidor de cristãos. Além dessas adições, o cronista fez uma expressiva descrição dos suplícios de São Vicente e dos flagelos aos quais seu corpo – já sem vida – foi submetido. Por fim, também traçou um eloquente jogo de antíteses (*vencido/vencedor*). Essas cores fortes pintavam, com vivacidade, a crueldade de seu carrasco e sua natureza prodigiosa.

Parte dessas informações acrescentadas por Duarte Galvão foi colhida em uma obra bastante popular no ocidente medieval, a *Legenda Áurea* (12--). Este livro, um compêndio de lendas, isto é, vidas de santos, continha uma narrativa de São Vicente que se distanciava do relato vicentino presente na *Crônica de Cinco Reis* (1419), pois não fazia menção à procura e ao encontro de suas relíquias. A ênfase recaía justamente na tortura do santo, narrando-a minuciosamente, e na vitória de sua fé sobre a violência de seu algoz.

Tais aditamentos à *Crônica de cinco Reis de Portugal* (1419) demonstravam tanto a capacidade de Duarte Galvão como historiador, visto que seus acréscimos provinham de pesquisas em outras tradições narrativas, quanto seus méritos de estilista capaz de tornar mais vivaz a narração. Koselleck (2015a, p. 274-276), caracterizando as crônicas e os anais, afirma que esses dois gêneros ilustravam uma concepção de *história aditiva*, que enxergava o tempo como uma progressão contínua. Essa leitura da temporalidade era perceptível na percepção do cronista sobre sua própria atividade. Os historiadores, de acordo com Koselleck, enxergavam-se como continuadores, herdeiros uns dos outros:

Assim, os historiadores medievais, como demonstrou Melville, se entendiam como *sucessores* e exigiam de seus seguidores, por exemplo, *ea superaddere* que per

temporum successiones nova evenerint usque in fine mundi [que acrescentassem o que na sucessão dos tempos acontecesse até o final do mundo].
(KOSELLECK, 2015a, p. 275)

Logo, ao principiar sua crônica, o cronista recorria aos relatos anteriores, utilizando-os, ou na construção de quadros específicos, ou na configuração geral do texto. Na medida em que compunha a obra, novas informações eram adicionadas e esperava-se a ressonância desses acréscimos em produções futuras. Este método originava um contínuo aproveitamento de notícias, muitas delas provenientes de tradições distintas.

Outro aspecto desse regime historiográfico que merece atenção é sua ênfase no testemunho. Os cronistas apresentavam-se como expectadores oculares de um determinado fato ou recorriam a autores que o haviam presenciado. Por exemplo, há um relato sobre São Vicente – também utilizado por Duarte Galvão – intitulado *Miracula S. Vincentii* (GOMES & NASCIMENTO, 1985, p. 96-137). O próprio título já é autoexplicativo: trata-se de uma antologia de milagres do santo. Esses prodígios foram narrados por um certo mestre Estevão, que se declarava testemunha ocular de alguns milagres e próximo de pessoas amparadas pelo mártir⁵¹. Este destaque concedido à observação do fato no instante de sua ocorrência era uma estratégia para realçar a veracidade do relato. Em uma ambiência na qual não havia métodos científicos de averiguação do passado e onde os manuscritos eram constantemente reutilizados, a constatação empírica era uma importante estratégia para a concessão de credibilidade a uma narrativa. Frequentemente, as testemunhas apresentadas pelo narrador de uma crônica, ou eram referências em um gênero específico, ou eram tipos sociais dignos de crédito no contexto medieval, por exemplo, anciãos e fidalgos.

4.4 As imagens quinhentistas da dinastia de Borgonha

Rui de Pina, no prólogo a D. Manuel, presente na *Chronica de El-Rei D. Sancho I* (1513?), deixa implícito que, nas últimas décadas do século XV, não havia uma imagem das primeiras regências de Portugal. Segundo o cronista, existiam apenas informações difusas e incertas, provenientes de documentos e de algumas memórias:

⁵¹ Em algumas passagens, o narrador declara sua condição de observador direto dos eventos: “Vi eu próprio e uma multidão enorme que ali se encontrava uma rapariga já núbil, nascida de pais residentes em Lisboa, ser trazida por mãos de outros à igreja em que o dito mártir é venerado” (GOMES & NASCIMENTO, 1985, p. 111, grifo nosso). Em outras, observa como estes episódios eram recorrentes e populares: “Pelo que se refere ao presente, a muitos talvez pareça supérfluo pôr tantos por escrito, já que, por serem recentes, são conhecidíssimos e andam na boca de todos. Poderá bastar para público conhecimento aquele de que beneficiou o mestre de obras da mencionada igreja.” (GOMES & NASCIMENTO, 1985, p. 119).

E por tornar ao fio do Prologo, que um pouco quebrei, acho Rei poderoso, e mui excellente, que del-Rei D. Affonso Anriques deste nome, e dos Reis de Portugal o primeiro, até El-Rei D. Affonso deste nome o quarto inclusive, que são sete Reis, não parece de suas vidas, nem de seus feitos se acha nos vossos Reinos Estoria ordenada, e composta, como fora rezão, e se merecia, mas ha sómente por Lugares mui ocultos algumas lembranças, cartas confusas, e mui duvidozas, cuja verdade quanto for possível, ainda que seja com muito estudo de grande trabalho, é necessario que se busque, e se apure [...] (PINA, 1906b, p. 20)

Gaspar Correia, no prólogo de *Lendas da Índia* (155-), também assinalou que, até o início do reinado de D. Manuel, não existia um panorama histórico da dinastia de Borgonha. Somente com o rei venturoso, a situação alterou-se:

[...] polo que ficarão em esquecido, até o tempo d'ElRey dom Manuel de gloriosa memoria. O qual mandando renovar as sepulturas velhas dos gloriosos Reys seus antecessores, que estavam no mosteiro de santa cruz de Coimbra, desejoso de reçositar e memorar seus altos feitos, mandou a Duarte Galvão, seu cronista mór, que com muyto cuidado trabalhasse, buscando o tombo de seu antigo cartorio, e ajuntasse e fizesse cartorio novo de breve sumario das vidas e feitos dos Reys seus antecessores. [...].

No qual trabalho andando Duarte Galvã, em ajuntar e cronizar as ditas lendas, ElRey o enviou por embaixador ao Preste João, em companhia d'outro embaixador que o mesmo Preste lhe mandara. Polo que ficou seu encargo a Ruy de Pina, a que ElRey deu o cargo de Cronista mór, que tambem fez e ajuntou, per os papés velhos do tombo, algumas lendas dos ditos Reys, e de cada hum pouqa cousa, por tudo estar esquecido e perdido, por nom averem costume de os Reys terem cronistas que escrevessem suas cousas; que forão tantas, como se passarião em tantos annos de reynados de tão famosos Reys. (CORREIA, 1862, p. 6-7)

A tarefa do historiador, nessa ambiência, era apresentar um quadro do passado português, fixar um panorama dos primórdios: “A função do historiador era escrever relatos autênticos, o que, em outras palavras, significava que a ele cabia legitimar uma visão do passado como sendo a verdadeira” (FRANÇA, 2006, p. 123). Essa imagem, porém, não poderia provir somente da ordenação de textos mais antigos, tornando-se necessária também a averiguação das fontes. Quando, no seu prólogo, Rui de Pina fala em fazer o exame das fontes utilizadas, logicamente, não se referia à separação do que era mito daquilo que era fato, mas tinha em mente a indicação dos dados recorrentes na bibliografia de uma regência, em contraponto ao que era apenas uma aparição circunstancial.

Compostas em uma cultura monárquica, as crônicas de Rui de Pina, Duarte Galvão e Fernão Lopes apresentavam quadros em que o sentimento religioso animava todas as dimensões humanas, conseqüentemente, as personagens delineadas e os episódios retratados estavam impregnados com uma aura miraculosa. A convergência entre esse discurso histórico e a mentalidade religiosa dos leitores permitia que os mitos – as narrativas que explicavam um

aspecto, ou da realidade fenomênica, ou da hierarquia política – não fossem questionados, mas adotados como justificativas. Também era notória a natureza exemplar dessas obras. Tais textos, conforme já foi mencionado no primeiro tópico deste capítulo, estabeleciam um passado, para que ele orientasse os homens no presente e os conduzisse a um determinado futuro. Acerca dessa natureza exemplar, o já citado Gaspar Correia observava: “[...] porque, mandando escrever os males, se emendem os que depois vierem, e assy escrevendo as bondades tomem voluntario emxemplo, cobiçando galardão dos louvores que achão dos passados.” (CORREIA, 1862, p. 5). Ou seja, a narração dos males praticados pelos antigos e de suas consequências nefastas devia dissuadir os homens de os efetuar novamente. Já o louvor oriundo das boas ações, devia estimulá-los a reproduzi-las.

Esses mitos e os exemplos presentes nas crônicas Rui de Pina, Duarte Galvão e Fernão Lopes consolidavam uma imagem dos primórdios de Portugal, ou seja, da dinastia de Borgonha. As ações exemplares daqueles primeiros reis foram as responsáveis não apenas pelo estabelecimento do território lusitano, mas também pela definição dos hábitos, das crenças e da organização social portuguesa. Associada aos mitos e exemplos, a imagem dos primórdios de Portugal que emergia dos textos de Duarte Galvão (1906) e Rui de Pina (1906a; 1906b; 1906c; 1907a; 1907b) estava vinculada ao processo de reconquista ibérica. Esse processo de expulsão dos mouros da península, embora tenha sido levado adiante pelos reis da região, estava inserido na dinâmica do conflito entre cristãos e islamitas, o qual teve seu clímax nas tentativas de recobrar Jerusalém. Nos textos desses cronistas, muitas vezes, essas dimensões da contenda se cruzavam, já que, frequentemente, cruzados auxiliavam nas batalhas ibéricas e os reis da região eram estimulados a contribuírem nas cruzadas. Tais crônicas também abordavam especificidades da política monárquica. Os traços políticos apresentados contemplavam aspectos diversos como as intrigas pelo poder e as virtudes demonstradas pelo dirigente. Nas obras de Fernão Lopes (1895-1896; 1932), por sua vez, a imagem de Portugal era distinta. Esse cronista, retratando períodos em que os mouros já haviam sido expulsos do território lusitano, destacava as relações entre a coroa portuguesa e os demais reinos ibéricos, pondo em foco as disputas internas e familiares.

Foi através dessas crônicas que D. Sebastião teve conhecimento de parte dos seus antepassados e dos seus respectivos reinados. Utilizadas no seu processo de formação, pouco a pouco, a imagem que tais textos apresentavam do reino português fixaram-se no seu imaginário. Assim, em pleno Renascimento, esse monarca ainda enxergava Portugal como o território sitiado pelos muçulmanos e habitado por mártires e cavaleiros que tentavam afugentar a presença moura. Mesmo que o jovem rei não tenha lido essas crônicas integralmente, os

célebres episódios da Reconquista que elas expunham estavam disseminados em várias outras produções simbólicas do período, com as quais ele manteve contato. Dessa forma, para D. Sebastião, fazia-se necessário agir para que o inimigo muçulmano continuasse recuando. Na sua regência, porém, era necessário retirá-lo não mais do reino, mas do norte da África. Maria Augusta Lima Cruz (2009, p. 246-247), comentando a imagem cavaleiresca que o jovem rei tinha de si próprio, comenta:

Completavam o carisma desta imagem o culto dos lugares e antepassados notabilizados por feitos guerreiros, das tradições portuguesas e das manifestações de honra ofendida, capítulo em que se enquadravam a rejeição das pretensões de tutela do tio ou os actos de resistência a um domínio castelhano. E, por fim, sobrepondo-se a tudo, o fervor místico de travar o passo aos «hereges» e, sobretudo, de dar combate aos «infiéis» muçulmanos através de um feito que assombrasse o mundo. [...]. Decididamente, D. Sebastião não seria um «rei mercador». Revelava-se, sim, um «rei cavaleiro».

Frei Bernardo da Cruz, na sua *Chronica d'El-Rei D. Sebastião* (1586), observava que os jesuítas lhe apresentaram exemplos de *Reis bellicosos* e que o jovem monarca “[...] bebia estas doutrinas, que logo começou a dar mostras de animo invencível e sem temor em todos e quaesquer perigos [...] (CRUZ B., 1903, v. I, p. 26). Dessa forma, a matéria histórica presente nas obras dos três cronistas estudados neste capítulo teve um impacto significativo sobre a psique do jovem D. Sebastião. Os reis da dinastia de Borgonha, isto é, os monarcas responsáveis pelo delineamento do território português, forneceram-lhe os exemplos. As semelhanças iam além das atitudes análogas, manifestando-se também na recorrência de alguns itens: em 1574, o papa Gregório XIII enviou-lhe uma das setas que atravessara o corpo de São Sebastião. Três anos mais tarde, esse mesmo papa lhe concederia uma bula de Cruzada, reconhecendo a jornada a Alcácer-Quibir como uma expedição dessa natureza. As cruzadas que, indiretamente, estiveram ligadas ao processo de reconquista da Península Ibérica – pois os cristãos que se dirigiam ao Oriente passavam pela região e, muitas vezes, auxiliavam os portugueses – voltavam a tocar Portugal, mas, dessa vez, por deliberação régia. A seguir, serão apresentadas as imagens de cada reinado da primeira dinastia portuguesa delineadas nas crônicas de Duarte Galvão, Rui de Pina e Fernão Lopes.

4.4.1 D. Afonso Henriques

A *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1505?) de Duarte Galvão, ao narrar a vida do primeiro rei português, preencheu-a com uma atmosfera miraculosa e atribuiu-lhe uma nota

providencialista. O rei foi apresentado, desde o instante de seu nascimento até a ocasião de sua morte, como uma personagem protegida pela providência divina, que o guiou entre numerosos conflitos e situações arriscadas. No curso de seu itinerário, marcado pelas batalhas contra os mouros, há a presença de santos, que se ligavam aos territórios conquistados, a companhia de vassallos fiéis e a referência a mártires, mortos na defesa da religião cristã. Todos esses tipos, nos quais as esferas bélica e religiosa estavam conectadas, acabaram por conferir a esta crônica uma certa proximidade com as canções de gesta, embora seu enredo não possuísse tantas peripécias como aquelas. Outra semelhança entre tais textos é o teor esdrúxulo de algumas elocuições. Quando um fidalgo menciona a satisfação dos governantes em poderem beijar a mão de um enviado papal, Afonso Henriques responde: “«Não sei Cardeal nem papa que a Coimbra viesse, e me tendesse a mão para lh’a beijar em minha casa que lhe eu não cortasse o braço pelo cotovello com esta espada, e disto não podia escapar»” (GALVÃO, 1906, p. 87). Essa insubordinação, expressa em elocuições patéticas, conferia um teor cômico a algumas passagens da crônica e apresentava uma religiosidade que se furtava aos protocolos oficiais. Assim, a relação entre o Rei e Deus manifestava-se em ocasiões como as vésperas das batalhas, quando eram apresentados sinais da vitória próxima, e no próprio ato de expulsar e matar infiéis. Nessa ambiência belicosa, os mártires, e não o papa, pareciam simbolizar o ideal de vida cristão.

O primeiro indício de um acolhimento especial, por parte do Deus cristão, para Afonso Henriques ocorreu logo após o seu nascimento. Na ocasião, a virgem Maria apareceu ao aio Egas Moniz, pedindo-lhe a restauração de um antigo templo abandonado – a igreja de Santa Maria de Cárquere – e dizendo-lhe que, uma vez restaurado, a criança, nascida sem o movimento das pernas, deveria ser posta sobre o altar, pois logo seria curada. No desdobramento da crônica, outros sinais do destino venturoso de Afonso vêm à tona. Dessa forma, Jesus Cristo apareceu-lhe, na madrugada que antecedeu à batalha de Ourique, e uma velha feirante, dias antes da invasão de Santarém, revelou-lhe conhecer o assunto de uma reunião sigilosa. Além dessas aparições, o destino de alguns mártires – ou de suas relíquias – cruza o trajeto do rei. O cavaleiro Henrique de Bonn, por exemplo, perdeu a vida durante a retomada de Lisboa e, posteriormente, se pôs a realizar uma série de milagres aos portugueses que rezavam diante de seu túmulo. Já as relíquias de São Vicente foram localizadas, durante essa primeira regência, e depositadas na Sé de Lisboa. Logo, na crônica, os feitos do primeiro rei português – marcados por indícios premonitórios e presenças sagradas – pareciam predestinados a desenlaces exitosos. Em contrapartida, tais ações, à medida que eram bem-sucedidas, contribuía à expansão da religião cristã na península ibérica. Havia, então, a

imagem de um regente a serviço – e sob a proteção – de Deus. Para ele, a mediação das instituições religiosas oficiais, por vezes, era dispensável.

Na obra de Duarte Galvão, as datas nas quais algumas contendas decisivas ocorreram também denunciavam a concepção providencialista da vida de Afonso Henriques. A batalha de Ourique aconteceu no dia de Santiago – santo com um antigo e expressivo culto na Península Ibérica –, a escalada e invasão de Santarém irrompeu nas vésperas de São Miguel – arcanjo com forte significação protetora – e a invasão de Lisboa ocorreu em dias de São Crispim e São Cipriano. Luís de Sousa Rebelo (2000, p. 11-13) observa que esse providencialismo, presente na crônica, não pode ser compreendido, se a ambiência de sua composição não for levada em conta. Escrevendo na passagem do século XV para o século XVI – período de apogeu das navegações portuguesas – Galvão estava convicto de que a aventura ultramarina era um desígnio divino à gente de Portugal. Para ele, além dos lucros comerciais, a conquista das praças africanas e as novas rotas marítimas tinham como objetivo converter “gentios” à religião cristã. Dessa forma, os portugueses, contemplados com a possibilidade de fazer negócio com povos desconhecidos, deveriam retribuir tal privilégio a Deus, difundindo a doutrina católica.

Segundo Luís de Sousa Rebelo (2000), a natureza messiânica, implícita na leitura que Duarte Galvão tinha do projeto ultramarino português, também estava projetada na sua crônica. Nessa obra, ele vislumbrava os antecessores de D. Manuel I – mormente Afonso Henriques – como dirigentes assinalados para uma grande tarefa de expansão da religião cristã: “Os sinais do destino, que descortina no reinado de D. Manuel, vai identificá-los igualmente o cronista nos antecessores do monarca. Ao alongar o olhar pela história, ao deter-se no fundador do reino, capta sentidos latentes na sua biografia que até então não tinham sido notados” (REBELO, 2000, p. 13).

A relevância de Afonso Henriques, porém, não se limitava ao providencialismo, associando-se ainda com sua posição de fundador do reino. A cosmovisão monárquica materializava, na sua configuração política, três funções que, segundo Georges Dumézil (2016), provinham das sociedades indo-europeias: I) A função sagrada, desempenhada por um sacerdote, responsável pelos vínculos mágicos com os deuses; II) A função guerreira, associada com a utilização extensiva da força; III) Uma terceira função ligada à fecundidade, caracterizada pela geração de riqueza e bonança. Tais funções, de acordo com o pensador francês, podiam estar projetadas no universo religioso – nesse caso, eram representadas por deuses –, mas também podiam ser consumadas na composição política de uma dada cultura – como nas monarquias. Na *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1906), as três funções estavam apresentadas através do arranjo tradicional monárquico. Contudo, salta aos olhos que

a imagem do rei se revestia de um protagonismo ligado a todas elas. Em um primeiro momento, vínculos foram estabelecidos entre o Deus cristão e o Rei português. As relações entre ambos ultrapassavam os protocolos canônicos e – como já mencionado – denunciavam a eleição de Afonso Henriques para a realização de grandes feitos. Sob o entusiasmo de um contato mais subjetivo com a divindade, o regente exercia a segunda função, guerreando contra os mouros e tomando, gradativamente, a Estremadura e o Alentejo. Na medida em que tomava tais regiões e dividi-as com seus cavaleiros, o rei operava seu povoamento e sua consequente fecundidade.

Nesse primeiro momento, a centralização das três funções indo-europeias na figura do monarca, além de realçar sua imagem de edificador do reino português, também estava em conformidade com a doutrina do corpo místico do rei. Segundo este ideário, cada porção do reino correspondia à parte de um organismo. A cabeça que o gerenciava e o sopro de vida que o animava era a figura real. Logo, Afonso Henriques concedia as terras a serem povoadas e tomava as decisões referentes às construções de algumas igrejas, decidindo para qual ordem doá-las. Portanto, a tripartição monárquica – os que rezam, os que guerreiam e os que trabalham – era instituída pelo monarca, cabendo aos escolhidos, a partir daí, mantê-la. Essa imagem de Afonso Henriques, delineada pela obra de Duarte Galvão, conferia-lhe uma fortíssima conotação mítica, pois, embora, nas monarquias, a presença solar do rei fosse um traço recorrente, no seu caso, ele não se limitava a ser o astro ao redor de quem a corte, os religiosos e o povo giravam, aproximando-se mais do *Big Bang* que os originara, uma vez que suas vitórias, suas escolhas e seu destino constituíram-nos. O rei, no caso, não apenas preservava um regime político. Ele, sobretudo, estabelecia as condições para sua instituição.

No processo de constituição da monarquia portuguesa, outras figuras auxiliaram Afonso Henriques. Egas Moniz, seu aio, empenhou sua palavra a Afonso VII de Castela, garantindo-lhe que, se um cerco imposto ao jovem príncipe Afonso Henriques fosse desfeito, o nobre iria às suas cortes, reconhecê-lo como soberano de toda a península ibérica. Desfez-se o cerco e o próprio Egas foi, juntamente com sua família, quitar a promessa. Deste modo, a sabedoria, a experiência e a fidelidade do cortesão surgiam como solução e amparo para as adversidades que afligiam o jovem Afonso. D. Fuas Roupinho, cavaleiro de Porto de Mós, é uma personagem que aparece durante a velhice do rei, quando seu filho, D. Sancho, já assumira o protagonismo no combate contra os mouros. Na crônica, ainda que sua figura não possua a dimensão pedagógica de Egas Moniz, ele não hesita em batalhar para proteger o território português. Essas duas personagens históricas, inseridas naturalmente no enredo, fixaram-se no imaginário português como arquétipos vivos do bom cavaleiro. Assim, nas primeiras décadas que sucederam à composição da obra, Acenheiro (1535) não hesitou em destacá-los na sua obra

sobre os reis de Portugal. Já a figura solar de Afonso Henriques refulgiu em toda a produção literária do Portugal quinhentista. António Ferreira, por exemplo, na carta em verso que dirigiu a Luiz Gonçalves da Câmara, mestre de D. Sebastião, sugeria que os feitos do primeiro Afonso fossem apresentados ao seu aluno:

Os despojos, que os Barbaros lhes deram,
 Àqueles santos Reis, em que os gastavam,
 Se não nos templos, e torres, que ergueram?
 Por Deus, e para Deus só pelejavam.
 Ó tempo santo, idade tam ditosa,
 Que ùs Reis para outros Reis entesouravam.
 Em tôda parte então vitoriosa
 A bandeira Real se despregava
 Rodeada de gente belicosa.
 [...]
 Incansável, constante, e obediente,
 De duras armas, corações mais duros
 Sofredores da neve, e Sol ardente.
 Quando esquecidos, posto que assi escuros,
 Serão do grande AFONSO os grandes feitos,
 Destruidor de Reis, e fortes muros?
 (FERREIRA, 1940, v. 2, p. 138)

4.4.2 D. Sancho I

A figura de D. Sancho foi apresentada em duas crônicas. Na *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1906) de Duarte Galvão, ele surgiu – ainda como infante – batalhando contra os mouros, durante a velhice de seu pai. Na *Chonica de El-Rei D. Sancho I* (1906b) de Rui de Pina, o sucessor de Afonso Henriques já aparece ocupando o cargo de rei. Os dois textos, entretanto, compartilham alguns episódios. Ambos, por exemplo, apresentam a incursão do infante pela Andaluzia em 1178. Essa entrada adquire relevância nas duas obras porque foi a primeira ocasião – desde o início da presença moura na península ibérica – em que um príncipe cristão conseguiu chegar até Sevilha, dando, assim, um golpe no controle islâmico vigente no sul da Hispânia. Além dessa investida, as crônicas também mencionam a batalha ocorrida em Santarém no ano de 1184, quando, cercado por treze reis mouros, D. Sancho foi socorrido por seu pai, em um auxílio decisivo para a vitória cristã.

Na *Chonica de El-Rei D. Sancho I* (1906b) de Rui de Pina, pouco a pouco, D. Sancho cria uma identidade própria na condução do reino. Gradativamente, o ímpeto do guerreiro dá lugar à sensatez do administrador e a audácia cede à prudência. Dessa forma, quando convidado a participar da terceira cruzada, o segundo rei português preferiu não ir, pois temia que, durante sua estadia na terra santa, muçulmanos fizessem uma grande entrada na Península Ibérica:

[...] pareceo-lhe cousa justa leixar seu Reino, e levar d'elle todo seu tesouro, e gente, e armas, e poder, e seguir a empresa dultra mar por redenção da Caza Santa, mas *aconselhado da rezão* que lhe apresentou os muitos inconvenientes, e grandes males, que não sómente a seu Reino, mas a toda outra Religião Christã pelos mouros Dafrica, e da Espanha principalmente sem resistêcia sendo ausente se podiam seguir, ouve então a ida de sua Pessoa, e ajuda de suas gentes por mui prejudicial, e em grande desserviço de Deos, e de sua santa Fé [...] pelo qual concirou, que não seria total segurança da Christandade cerrarem se as portas da guerra Dazia com a conquista de ultra mar, e abrirem-se as de Europa em Espanha, para mais conhecida, e mais fácil destroição da Religião Christã. (PINA, 1906b, p. 52, grifo nosso)

Em outra ocasião, comandando a resistêcia portuguesa à grande invasão feita, simultaneamente, pelos reis de Sevilha, Córdoba e Marrocos, D. Sancho não se envolveu diretamente em nenhuma das frentes de batalha, permanecendo na proteção das maiores cidades do reino, ao mesmo tempo em que organizava o envio de tropas e mantimentos à vanguarda.

El-Rei D. Sancho porque tantos, e tão grandes Reis Mouros fizeram suas entradas por tantas partes de seu Reino, foi neste tempo posto em grande cuidado, e afronta, mas com seu coração esforçado, e não vencido, e *com a muita prudencia, que com elle naceo*, concirando que dar batalha com sua gente a tantos Reis, não seria em tal tempo feito de louvada fortaleza, antes parecia caso de desesperação, que as mais das vezes é perigoza, veio a Santarem, e a Lisboa onde repartia as gentes, e armas, e socorria os Lugares a que entendia serem mais necessarios [...] (PINA, 1906b, p. 79, grifo nosso)

Levando-se em conta a imagem que Duarte Galvão traçou de Afonso Henriques, é difícil imaginá-lo recusando um convite para expulsar os mouros de Jerusalém ou renunciando às batalhas para gerenciá-las. Tal senso de gestão parecia-lhe ser impensável. Seus valores eram, predominantemente, os valores da cavalaria e seus correlatos eram as figuras míticas de Rolando e El Cid. Em Sancho, porém, o ideal cavaleiresco, em parte, é substituído por um realismo que será essencial aos reis do Renascimento. Esse traço de estrategista, contudo, não é suficiente para o qualificar como um precursor daqueles.

Outra diferença notável entre Afonso Henriques e Sancho era a compaixão. Após o cerco de Silves, quando os mouros apresentaram a intenção de entregar a cidade por não aguentarem padecer fome e sede no bloqueio que os cristãos lhe faziam, Sancho aceitou poupar suas vidas, ainda que os cruzados estrangeiros tenham sido contrários à ideia: “[...] mas El-Rei *por sua humanidade vencido* já da miseria dos Mouros, elle com suas palavras brandas tanto insistio com os Framengos, que finalmente consentiram que as vidas se dessem aos Mouros [...]” (PINA, 1906b, p. 69, grifo nosso). A *umanidade* do segundo regente português pode ser melhor compreendida, caso a situação de Portugal, durante sua regência, seja levada em conta. Enquanto seu pai durante trinca e cinco anos governou sem o respaldo do papado, ou seja, sem

o reconhecimento oficial da igreja católica, precisando vencer cada batalha para que uma extensão de Portugal não fosse perdida, D. Sancho já assumiu o controle de Portugal quando o reino era oficialmente reconhecido pelo ocidente. Justamente por isso o espírito bélico do primeiro rei – responsável pela conquista e pela conservação do reino – pôde dar lugar ao espírito estratégico e à diplomacia de seu sucessor.

A natureza estratégica de Sancho, mencionada há pouco, torna-se ainda mais visível se forem observadas suas respostas às demandas internas do reino. O segundo rei português concedeu forais a muitas ordens religiosas, permitindo o povoamento de regiões até então inabitadas e pôs muitas áreas sob sua administração direta, concedendo-as para que particulares pudessem habitá-las:

[...] esforçado, bom, e prudente, e de bom juízo, e muito amado de seu povo, e principalmente procurou que o Reino para as cousas temporaes fosse bem aproveitado, e que os homens naturaes delle sendo fóra das guerras e afrontas necessarias não se dessem a vícios, e ociosidades, mas que vivessem por seus trabalhos, e para esso deu muitos foraes, e mui favoraveis a muitas Cidades, Villas, e Lugares do Reino, que elle novamente fundou, povorou, e fortalezou, como ao diante direi, e assim fez muitos empraesamentos de terras, e requengos a muitas pessoas particulares, e tanto gosto tomava, e cuidado no aproveitamento, e bem feitorias da terra, que geralmente não sem causa era chamado Lavrador [...] (PINA, 1906b, p. 45)

Essas iniciativas evitavam duas espécies de problemas. A princípio, não permitiam que, durante os tempos de paz, os portugueses ficassem desocupados, condição que poderia direcioná-los ao crime. Posteriormente, também tornavam as terras produtivas, o que favorecia o reino. Essa maneira de governar conferiu-lhe a imagem de um regente com horizontes mais largos do que aqueles habitualmente esperados de um rei inserido no contexto da reconquista ibérica. Sá de Miranda, na carta a António Pereira, senhor de Basto, menciona a percepção do povo acerca das atividades de D. Sancho:

A nossa gente que quis
Arremedar nos louvores,
Que agora parecem vis,
Aos bons reis Sancho e Dinis
Chamaram-lhe lavradores.
(MIRANDA, 2011, p. 197)

4.4.3 D. Afonso II

A figura de D. Afonso II presente na *Chronica d'El-Rei D. Affonso II* (1906a) traz inovações em relação a de seus antecessores. Esse rei, mesmo inserido na dinâmica da

reconquista, não participou diretamente de alguns eventos centrais do processo, ocorridos durante seu reinado. Ele esteve ausente, por exemplo, da batalha de Navas de Tolosa e da retomada de Alcácer do sal, único trunfo bélico de sua regência. Rui de Pina justificou as duas ausências, argumentando que, durante o primeiro conflito, Afonso estava envolvido em uma série de intrigas com suas irmãs Teresa, Branca e Sancha. O não comparecimento, entretanto, segundo o cronista, foi compensado pelo envio de tropas portuguesas:

No primeiro anno do Reinado deste Rei Dom Afonso de Portugal, era o prazo da batalha das Naves de Toloza, que El-Rei Dom Affonso seu sogro tinha posto com Mirabolim de Marrocos [...] á qual não se acha, que fosse em pessoa este Rei Dom Affonso de Portugal, mas que enviou gentes suas, e a cauza delle não ir em pessoa, diz, que foi porque neste proprio anno começou de Reinar em Portugal, e assi por boliços, e desassocegos que dantre elle, e suas irmãs se moveram, como ao diante se dirá. (PINA, 1906a, p. 21)

Para a sua ausência na retomada de Alcácer do Sal, Rui de Pina (1906a, p. 31) não apresentou uma explicação exata, conjecturando que o rei, ou poderia estar doente, ou deveria estar preso a outro importante assunto da regência.

O seu distanciamento desses dois episódios indica uma certa apatia com o processo de expulsão dos mouros. O alheamento, porém, não provinha de uma negligência com a causa cristã, possuindo raízes em demandas políticas internas. Afonso II, ao contrário de seus dois antecessores, possuiu contratempos com suas irmãs, pois três delas, segundo o testamento de seu pai, tinham poder sobre algumas vilas como Montemor-o-Velho e Alenquer. O rei, entretanto, achou prudente não reconhecer sua autoridade, nem a das outras irmãs, sobre as respectivas áreas, decidindo cercá-las e retomá-las à força. As irmãs, entretanto, com o auxílio de nobres leoneses, resistiram, reivindicaram outras vilas e exigiram a execução do testamento paterno. A desavença entre a duas partes permaneceu por vários meses e só foi resolvida após a mediação do papa.

Esse litígio entre Afonso e suas irmãs era o indício de uma complexificação das relações parentais no interior da monarquia lusitana. Afonso Henriques, ao iniciar a dinastia real portuguesa, possuiu conflitos com sua mãe, porém, teve-os antes de ser considerado Rei pelos nobres e pelo povo. Sancho I, herdando a coroa real, após a figura forte e a regência centralizadora de seu pai, não passou tais agravos. Afonso II, por sua vez, possuindo irmãs que se casaram com regentes de outras monarquias ibéricas e com o reino de Portugal já reconhecido no contexto europeu, precisou resguardá-lo da influência estrangeira proveniente dos vínculos parentais que, pouco a pouco, foram estabelecidos. Esses complexos laços entre os integrantes das diversas linhagens reais reproduziam, no âmbito da corte e das relações de

sucessão, um perigo tão concreto quanto aquele oriundo das batalhas campais. Afonso II, no contexto português, foi o primeiro a experimentá-lo.

Desse modo, enquanto Afonso Henriques tinha os olhos voltados às batalhas contra os mouros e enxergava no empreendimento a melhor estratégia para a conservação de Portugal, enquanto Sancho balanceava as ofensivas bélicas com iniciativas de povoamento do reino para lhe conceder uma autonomia de produção e descentralizar os focos de resistência cristã, Afonso II vivenciava um aspecto da administração real que seus antecessores desconhecera. A política, pouco a pouco, se tornava mais complexa e sinuosa. A figura do rei, gradativamente, se libertava da imagem do cavaleiro e a regência se transformava em um tabuleiro de xadrez, onde antever os lances do adversário era decisivo para a manutenção do poder e da autonomia real.

Neste contexto, o protagonismo nas batalhas contra os mouros coube a outras figuras. Na *Chronica de El-Rei D. Affonso II* (1906a), Dom Mateus, bispo de Lisboa, foi o responsável pela tomada de Alcácer do sal, conduzindo as tropas portuguesas e os cruzados estrangeiros que auxiliaram no conflito. Dom Pedro, mestre da ordem da cavalaria do templo, a conhecida Ordem dos Templários, também é mencionado como figura de destaque. Os dois sintetizavam um dos modelos de conduta caros à Idade Média: a imagem do religioso combatente. Nessa contenda, mais uma vez, os portugueses tiveram o auxílio de exércitos estrangeiros que se dirigiam ao oriente. A ajuda, que já havia ocorrido nas tomadas de Lisboa e Silves, reforçava a inserção do reino português no panorama europeu da época. Assim, as crônicas narravam os conflitos entre muçulmanos e cristãos sem os restringir aos limites da Península Ibérica e apresentavam Portugal como uma monarquia afinada com os arranjos políticos do período.

4.4.4 D. Sancho II

A *Chronica de El-Rei D. Sancho II* (1906c), composta por Rui de Pina, é distinta das três crônicas anteriores porque não menciona os conflitos entre cristãos e mouros. Toda a atenção do narrador está voltada à condição de Portugal sob o governo de Sancho II. Também recebem destaque a deposição desse rei e os conflitos entre alguns de seus partidários e aquele que o sucedeu, seu irmão Afonso III. Nessa obra, Sancho é descrito como um regente de caráter brando, sem a firmeza necessária às decisões mais duras. Isso leva o narrador a considerá-lo um tipo mais adequado à vida religiosa do que às funções de rei ou cavaleiro:

[...] por sua maneira de vestidos honestos, que sempre trouxe, mais de feição de Religioso, que de Rei, nem Cavaleiro, porque foi príncipe [...] em cujo coração não houve a verdadeira fortaleza que pera Rei era mui necessaria [...] e por isso na execução nas cousas da justiça era muito brando, e as não provia nem ponia, com aquelle rigor, e escarneamento, que as culpas e crimes de homens requeriam [...] (PINA, 1906c, p. 19-20)

Outros dois fatores também são apontados como responsáveis pela decadência portuguesa. O primeiro diz respeito aos nobres e cortesãos que o assessoravam e orientavam. Eles são apresentados como conselheiros que punham o próprio interesse em primeiro plano, prejudicando o *bem comum*. Suas condutas tornaram-se tão frequentes que, segundo Rui de Pina (1906c, p. 21), acabaram induzindo outros senhores do reino a agirem de modo semelhante, visto que as boas atitudes não eram estimadas ou retribuídas pelo rei. O segundo fator foi o casamento do rei com dona Mércia Lopes, tal qual Sancho, descendente de Afonso Henriques. A crônica apresenta o fato de serem parentes consanguíneos como o motivo da grande reprovação que esta união despertou no clero e no povo.

Assim, o rei, possuidor de um ânimo flexível e cercado por bajuladores, não reagiu às inúmeras advertências que recebera. O narrador da crônica menciona a pilhagem de igrejas e mosteiros, a complacência com os malfeitores e a destruição da terra como os males recorrentes em Portugal (PINA, 1906c, p. 21-23), mas também deixa implícito que os estupros, a substituição das penas físicas por penas financeiras e a desobediência aos prelados eram comuns (PINA, 1906c, p. 29-30). A situação caótica levou um grupo de bispos e fidalgos a intercederem junto ao papa Inocêncio IV, pedindo-lhe um novo rei para Portugal.

A raiz de todos estes distúrbios que assolavam o território português, segundo o narrador, era a ausência de justiça, ou seja, a inexistência de uma reprimenda às más condutas. No ambiente monárquico, o conceito de justiça não se limitava à punição física, – embora também a contemplasse – tratando-se de uma definição mais ampla, um princípio que permeava todo o tecido social e mantinha-o coeso. Esse princípio universal era o responsável pelo controle dos próprios desejos, conseqüentemente, pela regulação da harmonia interpessoal, e possuía um fundamento religioso. D. Duarte, comentando sua relevância no *Leal Conselheiro* (1842), diz que “[...] pera reger a vontade avemos justiça, que nos manda em toda cousa obrar o que justo e direito for, ainda que al mais desejemos [...] e per esta justiça devemos a nosso Senhor Deos honra e obediencia, aos proximos amor e concordia, a nos castigo e disciplina [...]” (DUARTE, 1842, p. 283).

Rui de Pina, em muitas ocasiões, não atribuiu diretamente a Sancho II a culpa pelos problemas que afligiam Portugal, imputando àqueles que estavam à sua volta a responsabilidade

pelo declínio do reino. Tais fidalgos foram apresentados como gananciosos que não punham o rei a par dos acontecimentos, criando o estado de complacência com tantos crimes (PINA, 1906c, p. 20-24). Logo, um tópico implícito em toda a crônica é a importância de cortesãos fiéis e honestos. Essa matéria, recorrente na tratadística da Idade Média e do Renascimento⁵², quando desenvolvida no gênero histórico, tornou-se ainda mais completa, já que a crônica apresentava exemplos concretos das consequências dos maus preceptores e conselheiros ao reino. Sá de Miranda, na *Carta a Pero Carvalho*, refere-se a Sancho II como um regente um tanto quanto ingênuo, mencionando ainda o episódio em que Dom Martim Freitas, um dos poucos vassalos fiéis desse rei, recusou-se a entregar as chaves do castelo de Coimbra ao sucessor Afonso III:

Outro Rei nosso sem mal,
A que empeceu a bondade,
O quarto de Portugal,
Qual teve ele outra cidade
Que lhe fosse tão leal?

Qual a sua fé salvou
Por tanto trabalho e medo?
Enfim nunca se entregou,
Primeiro as chaves mandou
Ao seu Rei Morto em Toledo.
(MIRANDA, 2011, p. 165-166)

4.4.5 D. Afonso III

Na *Chronica d'El-Rei D. Affonso III* (1907a) de Rui de pina, o quinto rei de Portugal é retratado como o regente que pôs o reino em ordem após a fraca administração de Sancho II. Na obra, a restauração da harmonia social portuguesa divide espaço com os acréscimos territoriais ocorridos na regência. A princípio, o cronista apresentou as medidas tomadas por D. Afonso III para reparar a justiça em Portugal. Segundo o narrador, o rei impôs pena àqueles que cometiam crimes:

[...] El-Rei Dom Affonso logo como Reinou, e assi depois que a segunda vez casou foi bom Rei, verdadeiro, e prudente, e de coração mui esforçado, e muito amigo da Justiça, por a qual a muitos mal feitores, que foram presentes, e em seus crimes comprehendidos, deu suas devidas penas, com medo das quaes outros se foram da terra, e regeo bem o Reino com devida, e inteira equidade, e proveo o povo em inteira Justiça [...] (PINA, 1907a, p. 18)

⁵² Veja-se, por exemplo, o *Leal Conselheiro* (1842, p. 285-287) de D. Duarte e o *Da Ensinança e Educação do Rei de Jerônimo Osório* (2005, p. 113-122).

Além de retomar as punições, o regente incentivou o povoamento de áreas isoladas e o cultivo das terras, à semelhança do que já havia feito D. Sancho I: “[...] e fez muitas boas, e novas povoações em muitas partes do Reino, que eram despovoadas, e mandou lavrar, e aproveitar os termos de muitas Villas, e Castellos para reparo, e culto da terra, que dos tempos passados estava mui danificada [...]” (PINA, 1907a, p. 18). Agindo dessa forma, Afonso III também estimulava as finanças portuguesas, uma vez que o fomento à lavoura permitia um maior recolhimento de impostos. Na crônica, a imagem de bom administrador ainda é reforçada pelo fato de Afonso, durante uma grande fome que assolou o território português, ter mantido, com recursos do próprio tesouro, a importação de mantimentos do estrangeiro (PINA, 1907a, p. 66). A diligência dessa atitude é apresentada pelo narrador como exemplo de piedade e competência. Essa administração eficiente não se limitou à manutenção da justiça e à gestão das potencialidades de Portugal, possuindo também uma dimensão heroica.

A dimensão épica da regência de D. Afonso III diz respeito à expansão territorial ocorrida durante o seu reinado. Uma parte considerável da ampliação decorreu do casamento de Afonso III com Beatriz, filha de Afonso X de Castela. A castelhana, bastante estimada pelo pai, herdou o Algarve e as áreas fronteiriça do Alentejo, podendo transferi-la ao seu marido e filhos. Ainda que esse acréscimo de novas regiões não tenha sido proveniente apenas do conflito armado, Rui de Pina assinalou as batalhas contra os mouros como fator determinante para o processo. Assim, o cronista, para acentuar a relevância do alargamento territorial, operou uma digressão temporal e, além de mencionar a transferência de patrimônio, narrou a conquista das regiões aos mouros na época de Fernando III de Leão e Castela, avô da rainha Beatriz. Buscando apresentar também a atuação de Afonso III nesse movimento – sem prejudicar a coerência da narração – Rui de Pina, a princípio, narrou as batalhas vencidas por Dom Paio no tempo de Fernando III, relatando, posteriormente, as conquistas de outras vilas durante a regência de Afonso X, episódios nos quais o rei português já tomou parte.

As incursões pelas terras mouras, seguidas pelas tomadas desses territórios, adquiriram relevância no imaginário português porque praticamente fixaram as fronteiras definitivas do reino lusitano. Assim, o processo de reconquista, iniciado nos tempos de Afonso Henriques e continuado por seus sucessores, encerrou-se com Afonso III. Afastando os mulçumanos de Portugal ou diminuindo consideravelmente sua presença no território, os portugueses, a partir de então, passariam a ter, nas outras cortes católicas, a ameaça à sua independência e à manutenção de suas terras.

D. Afonso III, assim, perduraria no imaginário do reino como o regente que ampliou os limites de Portugal e concluiu o processo de constituição territorial. O licenciado Lopo

Fernandes de Castanheda, na oração que proferiu por ocasião da ida de D. João III a Santarém, em 1524, mencionava a afeição que esse D. João III possuía por aquela cidade. Ao fazê-lo, caracterizou Afonso III como o ampliador do território português:

E polo mui assinado serviço que nela desta vila recebeu, lhe teve tanto amor que nela gastou despois o mais tempo da sua vida, na qual, por ser tão aventajada, os muito famosos reis do Afonso o Terceiro, *que a Portugal acrescentou a segunda coroa do reino do Algarve d'Aquém*, el-Rei Dom Denis, seu filho [...] (MISCELÂNEA..., 2017, p. 300, grifo nosso).

No poema *Afonso Africano* (1611), Vasco Mousinho de Quebedo associou o reino do Algarve a Afonso III, mencionando também a inclusão dos castelos na orla do brasão português, acréscimo que simbolizava as áreas adicionadas a Portugal:

Tu marítimo reyno, costumado
A domar a cerviz do bravo Mouro,
Que foste ao bolonhês Afonso dado
Em dote por riquíssimo tesouro:
E c'o as sagradas Quinas figurado
Estàs pella Orla dos castellos d'ouro,
Com animo alterado as armas prontas,
Determina vingar nossas afrontas.
(QUEBEDO, 1611, fl. 42r, grifo nosso)

4.4.6 D. Dinis

A *Chronica d'el Rei D. Diniz* (1907b), composta por Rui de Pina, marca um novo momento no panorama constituído pelas obras históricas deste cronista. No final do primeiro capítulo da obra, o narrador observa que D. Dinis possuía a intenção de combater os infiéis, mas, estes já não habitavam o território lusitano: “Este Rei, porque sempre desejou de fazer guerra ahos infieis, e elle nom tinha terra, que jáa fosse de sua conquista trabalhava de lhe fazer continuadamente por maar com armadas, e frotas, que contra hos Mouros Dafriqua, e de Grada sempre trazia [...]” (Pina, 1907b, v. 1, p. 16). Embora, nessa passagem, o narrador mencione os combates navais, no curso da crônica, tais conflitos com os mouros não aparecem, em compensação, as tensões com os outros reinos ibéricos se tornam mais frequentes. A apresentação dos motivos dessas desavenças leva o autor a pôr luz sobre a região, apresentando os vínculos estabelecidos e desfeitos entre Portugal e as outras monarquias da península. Posteriormente, em Fernão Lopes, estas relações serão expostas com mais particularidades, aproximando as crônicas dos reis portugueses de crônicas da península ibérica.

O primeiro atrito no âmbito ibérico ocorreu entre D. Dinis e seu irmão Afonso. O último recebeu, como herança de D. Afonso III, vilas na região fronteira do Alto Alentejo e, porque as administrava, podia deixá-las a suas três filhas. D. Dinis, entretanto, não queria permitir a transmissão do patrimônio, já que os genros de seu irmão Afonso eram fidalgos castelhanos e poderiam tentar a integração das áreas ao reino de Castela, estimulados por suas localizações limítrofes:

E avendo jáa sinquo annos, que ElRei D. Diniz era cazado, e sete que Reinava, ouve grande desacordo antre elle, e ho Ifante D. Affonso seu irmaõ, e há cauza principal, era porque ElRei D. Diniz nom queria, nem nunca quis legitimar, e abilitar has filhas do Ifante D. Affonso pera erdarem suas Villas, e Castellos de Portugal depois de sua morte, [...] aleguando muitos inconvenientes se se fizesse, e ouvesse efeito, e ho principal era ha grande deminuiçam, e perda que seria do Reino, e Coroa de Portugal se has sobreditas Villas, e Castellos, estando no estremo de Portugal, passassem com suas filhas do Ifante, que eram cazadas com homens grandes, e poderosos de Castella [...] (PINA, 1907b, v. 1, p. 36)

O rei português, recusando a cessão desse espólio, entrou em guerra contra o próprio irmão. No conflito, com o intuito de constranger o monarca português, o infante e seus genros lançaram ataques contra as terras vizinhas de Castela. O rei Castelhana Sancho IV, incomodado com a situação, dirigiu-se a D. Dinis, requerendo a punição aos invasores. Para finalizar o conflito, D. Dinis impôs um cerco às vilas de seu irmão e, para evitar maiores prejuízos ao seu reino, propôs uma troca ao infante D. Afonso, entregando-lhe terras no médio Tejo, em troca das regiões fronteiriças. Na resolução dessa disputa já é notória uma das principais virtudes de D. Dinis: a *prudência*.

O narrador da crônica apresentou também o impacto das decisões papais sobre a região. Por exemplo, expõem-se a origem da ordem dos templários, o motivo de sua extinção e a maneira como seus integrantes foram perseguidos e mortos (PINA, 1907b, v. II, p. 89-106). Para apresentar essas informações, há uma digressão temporal às primeiras cruzadas e a narração dos conflitos entre a monarquia francesa e o papado. Apenas após a descrição dessa ambiência política, o narrador delineou como tais processos reverberaram na península. Assim, a região era integrada no contexto europeu e as decisões de seus reis respondiam às demandas mais amplas. Esses monarcas, portanto, precisavam demonstrar não somente disposições bélicas ou habilidades para a política interna. Era necessário possuir também capacidade para se adequar às mudanças mais abrangentes, que escapavam de suas circunstâncias imediatas. Na obra, essa habilidade é sintetizada no conceito de *prudência*. D. Duarte no *Leal Conselheiro* (1842), ao definir o termo, considerou-o a habilidade para examinar várias possibilidades, levando em conta os fatos já ocorridos no passado e aqueles que são vislumbrados para o futuro:

“[...] pera governar a memoria e o entender avemos prudencia, a qual se pinta com tres rostos, por que se entende nembrança das cousas passadas, consiiraçom das presentes, e provydençia pera o que pode acontecer, ou spermos que seja [...]” (DUARTE, 1842, p. 283). D. Dinis, em inúmeras passagens da crônica, é descrito como prudente e sua aptidão para tais questões é notória a ponto de ser consultado por outros reis que buscavam auxílio: “[...] e ha todolos outros Fidalguos, e Senhores Estrangeiros, que por alguns casos tinham de sua ajuda emparo, e soccorro alguma necessidade, elle nunca em seu Reino lho negou, e ha todos recebia com muita honra, e fez grandes mercês” (PINA, 1907b, v. I, p. 16). Na crônica de Rui de Pina, a vocação diplomática de D. Dinis pode ser percebida no desfecho dado à perseguição aos templários em Portugal. O rei lusitano, ao contrário dos regentes de outras monarquias, não os prendeu nem matou, em vez disso, propôs a criação de uma nova ordem, onde agasalhou os antigos integrantes da ordem do templo.

Além dessa virtude, o rei também sobressaiu pelas medidas tomadas no âmbito da política interna. Rui de Pina apresentou-o como o dirigente responsável pela restauração de várias vilas, castelos e mosteiros, mormente aqueles localizados nas áreas fronteiriças, ressaltando também a ampla concessão de forais empreendida por D. Dinis. Segundo esse cronista, o rei costumava intitular os lavradores com a alcunha *nervos da terra e do reino* (PINA, 1907b, v. I, p. 15), sugerindo assim a importância do grupo na manutenção da estrutura social. Outra obra relevante de D. Dinis foi a criação do primeiro estudo geral, isto é, da primeira universidade portuguesa. Na crônica, observa-se que tal empreendimento estava em consonância com o projeto escolástico das outras universidades europeias, possuindo não apenas a função de formar letrados, mas também o objetivo prático de instruir os alunos nos valores cristãos.

Na obra, o rei ainda é caracterizado como um dirigente justo e nobre. Seu senso de justiça levou-o a corrigir práticas criminosas provenientes do reinado de Sancho II, contudo, fê-lo sem excessos e sempre procurando ter a certeza dos delitos cometidos. Já sua nobreza é exemplificada na liberalidade com que costumava tratar seus vassallos – sempre fazendo-lhes doações de boas quantias – e na misericórdia empregue com os mais necessitados, característica que o levou a deixar uma boa quantia do tesouro real aos pobres, órfãos e enjeitados. Outro traço característico da nobreza de D. Dinis, ausente em seus antecessores, era a habilidade com o idioma. Rui de Pina, embora não mencione explicitamente sua atividade de trovador, caracteriza-o como “[...] na fala Portuguez de seu tempo asaaz copioso, e de muita graça [...]” (PINA, 1907, p. 85).

A imagem de D. Dinis como um rei hábil e repleto de virtudes fixou-se no imaginário português. Suas múltiplas habilidades e as diversas obras conduzidas durante a sua regência transformaram-no em um modelo régio que só encontrou paralelo na figura fundante de Afonso Henriques. Um indício dessa relevância está na *Chronica do Emperador Clarimundo* (1843) de João de Barros. No trecho em que Fanimor narra a Clarimundo os futuros feitos dos portugueses, o elogio a D. Dinis não possui um motivo único, abrangendo uma série de aspectos:

O *justo* Diniz tão *nobre*, e clemente
 Lhe sucederá como filho primeiro
 Em obras de Príncipe mui verdadeiro,
 E em todas as cousas sabido, e *prudente*.
 E por mais estender seus povos, e gente,
 Fundará as villas, e nobres lugares,
 Igrejas maiores, Sagrados Altares,
 Em que se louve por mui excellente.
 (BARROS, 1843, v. 3, p. 47, grifo nosso)

Apologia semelhante é feita por António Ferreira em um epitáfio dedicado a esse rei:

Grande Dinis, Rei nunca assaz louvado.
 Outros foram nãa só cousa excelentes:
 Este com tôdas nobreceo seu estado.
 Regeo, edificou, lavrou, venceo,
 Honrou as Musas, poetou, e leo.
 (FERREIRA, 1940, p. 193-194)

4.4.7 D. Afonso IV

Afonso IV é retratado em duas crônicas. Na *Chronica d'El-Rei D. Diniz* (1907b), durante a regência de seu pai, ele aparece ainda como infante. Já na *Chronica de ElRey Dom Afonso O Qvarto* (1936), seu próprio reinado é descrito. Em cada uma dessas obra, há uma imagem diferente de Afonso. Na sua juventude, ele destaca-se como um ferrenho opositor de Afonso Sanches, um dos filhos bastardos de D. Dinis. A divergência provinha do receio de que, após a morte de seu pai, Afonso Sanchez assumisse o reino, uma vez que ele possuía forte vínculos afetivos com D. Dinis. Tal desconfiança levou-o a várias discórdias com o pai, as quais culminaram em conflitos armados. Nesse período, Afonso IV destaca-se como um varão que não controla os próprios impulsos, tornando-se escravo da cobiça, de sua fantasia e dos maus conselheiros. Tais aspectos, convergindo em sua pessoa, conduzem-no a ações patéticas.

Assim, a *Chronica d'El-Rei D. Dinis* (1907b), narra o acolhimento, dado pelo infante, nas suas terras, a vários tipos de criminosos. A partir de tal refúgio, esse grupo de malfeitores fazia várias entradas em vilas portuguesas, promovendo transgressões de todo tipo. A situação tornou-se insustentável quando, sob o pretexto de fazer uma romaria, o infante, juntamente com seus “inquilinos”, partiu para tomar Lisboa de D. Dinis:

[...] partio da i, e levando cõsigo hos maalfeitores, e degradados, e outra gente armada, foi caminho de Leiria com fama de ir ha Lixboa em romaria a S. Vicente, mas ha verdadeira tençam de sua ida, era pera tomar, e teer Lixboa contra ElRei seu padre, e ElRei estando em Santarem, e seendo certifiqado da maneira em que ho Ifante ia, ouve taal atrevimento por grande seu desprezo, ca parecia nom aver algum temor, nem vergonha delle, nem de sua justiça, especialmente pelo Ifante vir com tantos omiziados tam junto delle, e como quer que ho seu primeiro movimento foi acodir logo ha esso com mais trigança, e moor aspereza, porém ouve por beem enviar-lhe primeiro dizer por Pero Esteves, e Gomes Anes seus vassallos, que lhe rogava lançasse fóra de sua companhia hos maalfeitores que levava, porque com elles mais parecia ir fazer almogavaria em teerra de imigos, que comprir com devoçãõ sua romaria em sua teerra própria. (PINA, 1907b, v. 2, p. 127-128)

Após Afonso desobedecer ao pedido de D. Dinis, o rei preparou uma tropa para impedir sua entrada na cidade, contudo, avisado da resistência que lhe seria posta pelo pai, o príncipe desistiu do intento. A partir daí, porém, a situação entre os dois tornou-se insustentável, culminando em conflitos entre ambos nas cercanias de Coimbra. Na crônica, é interessante observar a descrição da batalha: “[...] porque hos pais seem vontade, e certa sabedoria matavam hos filhos, e hos filhos ahos pais, e huns irmãos, e amigos ha outros seem alguma piedade, nem misericordia” (PINA, 1907b, p. 134). Essa passagem da obra parece ultrapassar o realismo do discurso historiográfico para propor uma imagem síntese do estado caótico em que se encontrava o reino. Ainda que a monarquia fosse estruturada sobre linhagens, o que tornava verossímil a hipótese de alguns integrantes filiarem-se ao rei, enquanto outros tomavam a parte do infante, a imagem dos conflitos entre pais e filhos, amigos e irmãos inseria-se naqueles quadros que Northrop Frye (2014) intitulou *imagens demoníacas*. Essas projeções apresentavam um mundo confuso, no qual a possibilidade de estabelecer entendimento, conciliação, entre os homens, estava ausente.⁵³ Convém observar que a quebra de harmonia, no

⁵³ Frye (2014, p. 277) afirma que tais imagens retratavam um mundo onde a possibilidade de humanizar a natureza e os instintos, através da imaginação, ainda não era possível. O crítico observa que a capacidade de encenação, de produção de uma *mimesis* – e de reconhecê-la como tal – transforma o caos natural em cultura. Por exemplo, segundo Frye, os combates dos gladiadores transpunham, para dentro das cidades romanas, os duelos existentes no mundo natural. Uma vez que estavam ancorados sobre alguns princípios e regras, estes eventos não correspondiam às batalhas espontâneas, instintivas. Por outro lado, como eram espetáculos brutais, tornava-se praticamente impossível reconhecer neles algum indício de representação, algum vestígio de convenção cultural. Por sua vez, o jogo de ténis também apresenta um duelo, uma luta pela vitória, porém, por ser fácil o reconhecer como representação e discerni-lo enquanto uma convenção, tal jogo é uma imagem mais humanizada dos duelos

reino, provinha da fratura ocorrida entre o rei e seu sucessor, ou seja, rupturas na dinastia real tinham consequências diretas na configuração monárquica e na harmonia social. A correspondência da figura régia com todo o edifício monárquico estava em conformidade com a já mencionada doutrina dos *dois corpos do rei*. Logo, qualquer problema com o monarca reverberava por todo o reino, acarretando distúrbios.

Na *Chronica de ElRey Dom Afonso O Quarto* (1936), o agora rei Afonso, assumindo o comando da monarquia portuguesa, deu continuidade às perseguições ao irmão bastardo Afonso Sanchez. Essa vigilância de Afonso IV, sempre tentando antecipar-se aos obstáculos, vigorou durante toda a sua regência. Ela também pode ser observada no episódio do assassinato de Inês de Castro, ocorrido no final de sua administração. Seu filho, o infante Pedro, ao tornar-se viúvo, manteve um relacionamento com a nobre Inês de Castro, oriunda do reino da Galiza. Do romance nasceram três filhos, o quais não entravam na linha sucessória porque o filho da primeira união de Pedro estava à frente desses outros. Além disso, a união entre Pedro e Inês não era um casamento, o que dificultava a seus descendentes a condição de pretendentes à coroa. Afonso IV, porém, temendo que alguns nobres castelhanos – irmãos de Inês – assassinassem o filho legítimo de Pedro, para que sua descendência com Inês de Castro tivesse lugar na linha sucessória portuguesa antecipou-se à situação e achou prudente assassiná-la. Afonso IV acreditava que, assim, Pedro poderia casar-se novamente e ter outros filhos legítimos, o que solucionaria a situação incômoda:

[...] ella tinha seus irmãos Dom Fernando de Castro, & Dom Alvaro Pires de Castro, que eraõ em Castella grandes senhores, & asi por respeito, delacomeçauão ter muita parte em Portugal, & ouesse delles por isso grande receyo à vida, & suessam do Infante Dom Fernando filho primogenito, & erdeiro que era do Infante Dom Pedro, que pera alguma maneyra poderiam ordenar sua morte por tal que cada hu dos outros filhos de Dona Ines por morte do dito Infante Dom Fernando seu irmão pudesse succeder os Reynos de Portugal, & dos Algarues, & consultavasse que pera este grande inconveniente cessar não avia outro melhor remedio, salvo que a pertassem com o ditto Infante que cazasse, porque era então de trinta, & coatro annos, como disse, & não tivesse no Reyno Donna Innes de Castro, & quando isto por seu bem, & honra nõ quizesse fazer que elRey pera segurança da vida de seu netto o Infante Dom Fernando, & por asesego, & conservação de seus Reynos, & das couzas de sua coroa que por respeyto da dita Donna Ines se poderiaõ enlhear a mandasse matar por tal [...]
(PINA, 1936, p. 194-195)

presentes na natureza selvagem: “É fácil de se ver uma mimese de conflito no tênis e no futebol, mas, precisamente por essa mesma razão, os jogadores de tênis e de futebol representam uma cultura superior à cultura de aprendizes de duelistas e gladiadores. A transformação de um ato liberal em encenação é uma forma fundamental de liberalização da vida [...]” (FRYE, 2014, p. 278). Desta forma, para o crítico, as *imagens demoníacas* retratavam um mundo apartado da capacidade humanizadora. As feras eram a imagem demoníaca do mundo animal; as florestas sinistras e a terra desolada constituíam a imagem demoníaca do mundo natural; a paixão destrutiva era a imagem demoníaca da relação erótica, dentre outros.

O próprio rei foi ao mosteiro de Santa Clara, juntamente com alguns fidalgos para a assassinar, porém, diante dos rogos da vítima, Afonso hesitou, cabendo aos nobres cumprir a tarefa:

[...] acompanhado de muyta gente armada, & seveo a Coimbra onde ella estava nas cazas do Mosteyro de Santa Clara, a qual sendo avizada da hida de elRey, & da iroza, & mortal tenção que contra ella levava achandosse falteada pera se não poder ja saluar per alguma maneyra, o veo receber à porta, onde com o rostro transfigurado, & por escudo de sua vida, & pera sua innocencia achar na ira de elRey alguma mais piedade, trouxe ante si os tres innocentes Infantes seus filhos netos de elRey, com cuja apresentaçã, & com tantas lagrimas, & com palauras assi piadozas pedio misericordia, & perdaõ a elRey que elle vencido della se dis que se volvia, & aleyxava já pera ãõ morrer como levava de terminado, & alguns Cavaleyros que com ElRey hiaõ pera a morte della que loguo entrarão [...] quando assi viraõ sahir elRey como quem ja revocava sua tença agravados delle pella publica determinaçã com que os ally trouxera, & pelo grande o dio, & mortal perigo que daly em diante com ella, & com o Infante D. Pedro os leyxava, lhe fizeraõ dizer, & consentir que elles tornassem a matar Dona Ines se queizessem, aqual por isso loguo mataraõ [...] (PINA, 1936, p. 195-196)

As motivações que levaram Inês de Castro à morte demonstram a antevisão que pautou toda a atuação de Afonso IV. Sua habilidade para diagnosticar precocemente situações que punham seus interesses em risco levaram-no a agir antecipadamente contra seus adversários, o que, em parte, lhe deu a imagem de um dirigente cruel. Esse é, por exemplo, o juízo de Duarte Nunes Leão: “Mató taambie cruelmente a Doña Ines de Castro, a la qual el Infante Don Pedro su hijo amaua en gran manera, y dezian ser su muger, y de que tenia hermosissima generacion.” (LEÃO, 1590, fl. 28r). Já António Ferreira, na sua tragédia *Castro* (1598), dá uma imagem diferente do rei. Na peça, alguns conselheiros tentam convencê-lo a matar Inês – apontando-lhe a urgência dessa deliberação – o dirigente, contudo, não sabe que decisão é a mais acertada, dividindo-se entre a piedade individual e o *bem comum* do reino.

É preciso ressaltar que a atuação de Afonso IV na batalha do Salado, porém, afasta-o da imagem do líder vigilante que se antecipava às situações críticas e aproxima-o da figura do cavaleiro medieval. Enquanto nas questões concernentes à sucessão e à segurança de Portugal, o rei assemelhava-se aos dirigentes renascentistas que, alguns séculos mais tarde, pautariam suas atividades pelo cálculo político, nesse conflito entre cristãos e mouros, o dirigente português apresentou um comportamento espontâneo, sem tantas precauções. Por exemplo, antes do combate, coube ao rei português proferir um comovente sermão repleto de referências históricas, no qual foi lembrada a dominação muçulmana da península e sua gradativa reconquista. Por fim, chama atenção seu pedido ao Prior do Crato, Dom Álvaro Gil Pereira, para que exhibisse o lenho da Vera Cruz, relíquia que entusiasmou o ânimo das tropas cristãs

para o combate. Tais movimentos substituem a cautela e o planejamento refletido pela diligência bélica e pela moral cavaleiresca, aproximando Afonso IV dos dirigentes que tiveram um envolvimento manifesto com o processo de reconquista ibérico como D. Afonso Henriques e D. Sancho I. Essa energia e veemência expressas na batalha do Salado, de certo modo, já estavam presentes no desembarço com que Afonso IV conduziu suas ofensivas contra o irmão Afonso Sanchez e D. Dinis.

4.4.8 D. Pedro

Na *Crónica de D. Pedro I* (1932) de Fernão Lopes, o rei D. Pedro é apresentado como o regente da primeira dinastia que cultivou a virtude mais estimada entre os antigos: a justiça. Inclemente com os malfeitores e atento às faltas mais corriqueiras, este rei é descrito como o monarca que pôs o reino de Portugal em harmonia, mantendo suas diversas partes em equilíbrio. Ao longo da obra, as peculiaridades da justiça quatrocentista, através das inúmeras decisões de D. Pedro, vêm à tona e logo percebe-se que a noção não estava dissociada dos diversos aspectos culturais daquele período. Observa-se, então, que o conceito, à época, não dizia respeito às garantias e liberdades individuais, estando vinculado à noção de *mesotes*, ou seja, justa medida. Esta moderação perpassava todas as dimensões humanas, originando leis mais próxima de uma diretriz ética de conduta do que das prerrogativas pautada no direito de cada um. Por ser construída sobre um sistema de valores, a justiça quatrocentista levava em consideração aspectos da cosmovisão medieval – principalmente, os traços religiosos –, projetando-os nas normas. Percebe-se isto quando D. Pedro impôs uma série de penas aos homens que viviam com barreghãs:

[...] pos por lei que qualquer casado que com barreghã vivesse, ou a tivesse dentro em sua casa, se fosse fidalggo ou vassallo, que delle ou doutrem tivesse maravidiis, que os perdesse; e, segundo os estados das pessoas, assi hordenou as penas do dinheiro e degredo, ataa mandar que publicamente por a terceira vez, elles e ellas por esto fossem açoutados [...] (LOPES, 1932, p. 21)

Ou quando mandou mutilar um de seus escudeiros porque este se envolveu com uma mulher casada: “[...] mandoulhe cortar aquelles membros, que os homeens em moor preço tem; de guisa que nom ficou carne os ossos que todo nom fosse corto [...]” (LOPES, 1932, p. 29-30). Ou ainda na ocasião em que mandou decapitar um cavaleiro por ter deteriorado os tonéis de vinho de um lavrador: “Nom valleo estando elRei em Bragaa rogo de quantos com el andavam que podesse escapar a vida Alvaro Rodriguez de Grade [...] por que cortou os arcos d’uma cuba de

vinho a huum pobre lavrador, que lhe logo elRei nom mandou cortar a cabeça tanto que o soube” (LOPES, 1932, p. 31).

Nessas penalidades estava implícito um padrão de conduta, construído sobre a moral cristã, a contenção dos próprios desejos e a mediania. Ignorar estes aspectos em qualquer ocasião do cotidiano era cair no erro. A noção de justiça, portanto, aproximava-se bastante de uma norma de convivência pautada no equilíbrio, sem excessos de qualquer ordem. A atuação moderada não apenas era cobrada dos portugueses, mas também lhes era oferecida, por exemplo, em um serviço como o sistema de desembargos, responsável pela concessão de mercês. Segundo a crônica (LOPES, 1932, p. 17-19), o rei montou em Portugal um eficiente mecanismo de análise para as demandas do povo. Neste sistema, a espera da parte interessada não deveria durar mais do que dois dias, sob pena de que escrivães e desembargadores perdessem suas funções. Também não eram tolerados atrasos propositais com a intenção de cobrar dinheiro da parte interessada. Se ocorressem ações desse tipo, o responsável era punido com vinte açoites em praça pública. Esse modelo de comportamentos e de serviços, considerado razoável pela ótica da moral cristã e tido como justo por toda a sociedade, ilustrava uma cultura na qual o sistema ético, a execução das funções e o arranjo social estavam interconectados.

Segundo Fernão Lopes, a justiça, praticada por D. Pedro, não poupava os integrantes de quaisquer classes, fazendo sentir, a todos os que incorriam em faltas, o peso da lei:

Assi que bem podem dizer, deste Rei Dom Pedro, que nom saïrom em seu tempo certos os dïtos de Salom philosopho e doutros alguuns, os quaes disserom que as leis e a justiça eram taaes como a tea da aranha, na qual os mosquitos pequenos caindo som reteudos e morrem em ella, e as moscas grandes e que som mais rijas, jazendo em ella, rompemna e vaansse; e assi diziam elles que as leis e justiça, se nom compria se nom em nos pobres, mas os outros que tiinham ajuda e acorro em ella, rompiamna e escapavam. ElRei Dom Pedro era muito per o contraïro, ca nenhuum per rogo nem poderio avia descapar da pena merecida, de guisa que todos reçeavam de passar seu mandado. (LOPES, 1932, p. 32)

O rigor, empregado por D. Pedro na execução das penas, de acordo com a crônica, causava forte impressão nos portugueses. Delitos banais eram compensados com a morte do autor e, por vezes, o leitor contemporâneo tem a sensação de que, apregoando a justiça, o rei não era justo na aplicação das penalidades. Segundo o narrador, o motivo de tamanha dureza era a natureza exemplar do corretivo. D. Pedro, ao aplicá-lo, buscava emendar não apenas aquele que errou, mas também os que já haviam pensado em errar, abalando-os com a crueldade e dissuadindo-os da ideia. Esta justificativa, contudo, não o livrou da pecha de rei cruel, atribuída pela posteridade. Duarte Nunes Leão na sua *Genealogia verdadera de los Reyes de Portugal* (1590) afirmou: “Por el natural rigor de su condiçõ, y porque em el castigar mas exercitaua crueldade

que justicia, ganó el nōbre de Cruel. Porque las penas que dava, siempre eran mayores, de lo q las leyes mandauan. Y sin oyr las partes, daua sus sentencias” (LEÃO, 1590, fl. 29v-30r). João de Barros, por sua vez, observou que o juízo dos pósteros deve ser ponderado, uma vez que justamente o rigor de D. Pedro evitou-lhe problemas frequentes aos reis brandos:

O rigor da justiça te ha de leixar
 A ti D. Pedro, D. Pedro Primeiro
 O nome de Crú, por ser verdadeiro
 Verdugo daquelle, que males obrar.
 Mas tu por ellas, has de ter, e cobrar
 A gloria, que daõ a quem a mantem;
 E serás isento dos males que tem
 Aquelles que julgaõ por se affeiçoar.
 (BARROS, 1843, p. 48)

Convém observar que, embora as punições fossem atrozes, esse rei não despertava a antipatia dos portugueses. Durante toda a obra de Fernão Lopes, enfatizam-se o respeito e a estima do povo por ele e a imagem do reino é a de um local harmônico e justo. Quando comparada com a imagem presente na *Chronica de El-Rei D. Sancho II* (PINA, 1906c), observa-se que nas culturas monárquicas o excesso de justiça era preferível à sua ausência.

4.4.9 D. Fernando

A imagem de D. Fernando presente na *Chronica de El-Rei D. Fernando* (1895–1896) de Fernão Lopes é a de um monarca impulsivo, inconstante e facilmente perturbável pelas primeiras impressões. Sua inépcia para ponderações mais demoradas fê-lo ingressar em campanhas que extrapolavam sua habilidade, ocasionando perdas para o reino. Após uma série de conflitos internos em Castela, muitos fidalgos daquela monarquia foram a Portugal para pedir abrigo e jurar lealdade a D. Fernando. O rei português, sem analisar a situação com cautela, agasalhou-os, atraído pela promessa de expandir seu domínio a algumas cidades castelhanas. A situação política do reino vizinho, porém, era bastante incerta e, nas cidades e nos castelos onde os alcaides eram adeptos de D. Fernando, também havia antagonistas. Desse modo, tais territórios tinham capacidade e ânimo para batalhar contra Portugal. Outra circunstância desconsiderada pelo rei português foi a situação financeira de seu reino. Já que um número considerável de habitantes do reino vizinho migrou para as terras lusitanas, o patrimônio passou a custear não apenas os reinóis, mas também os castelhanos. Assim, a decisão de se envolver na política estrangeira acarretou despesas com a guerra e gastos com

uma onda populacional inesperada. Tudo em nome de uma expansão territorial bastante improvável. O narrador da crônica, comentando estes aspectos, afirma:

[...] por azo da gran despeza da guerra começada assim por mar como por terra, tudo se gastava que não ficava nenhuma cousa para deposito, e mais todo o ouro e prata que elle achara enthesourado; assim que elle damnou muito sua terra com as mudanças das moedas e perdeu quanto ganhou n'ellas, e tornaram-se os logares a Castella cujos eram, e elle ficou sem nenhuma honra. (LOPES, 1895, v. I, p. 176).

A precipitação de D. Fernando torna-se mais clara, se comparada com a prudência de seu pai, D. Pedro. Enquanto o antigo rei português preferia a neutralidade nos assuntos estrangeiros, D. Fernando logo se fascinou pelas promessas de fidalgos desterrados, sem enxergar que o ressentimento lhes dominava o ânimo.

Outras ações em que sua insensatez é notória são seus sucessivos projetos matrimoniais. A princípio, D. Fernando planejou um casamento com Leonor, filha do rei Pedro de Aragão. O interesse implícito nessa união era o auxílio do monarca aragonês na guerra contra Castela e, para validar o enlace, o rei de Portugal enviou algumas galés repletas de ouro e prata ao reino de sua futura esposa. Antes de recebê-la, porém, o regente português, por intermédio de enviados papais, firmou um tratado de paz com Castela. Uma das cláusulas desse documento era o casamento de D. Fernando com outra Leonor, a filha do rei de Castela. Assim, visto que a segunda proposta poria fim ao conflito, sendo mais vantajosa, o casamento com Leonor de Aragão foi rompido. O dote enviado pelo monarca de Portugal a Aragão, entretanto, não foi devolvido, ficando uma grande quantia de bens àquele reino⁵⁴ (LOPES, 1895, v. I, p. 170-171). Além dessa perda, quando os preparativos para o casamento com a infante de Castela estavam em curso, D. Fernando apaixonou-se pela esposa de um vassalo, rompendo também esse segundo projeto nupcial. A terceira mulher, com quem o rei realmente viria a se casar, era Leonor Telles. Ela, por sua condição social inferior, não era benquista entre os portugueses e, ainda que muitos cortesãos e conselheiros tenham tentado dissuadi-lo da união, D. Fernando agiu sob o arrebatamento da paixão, oficializando o casamento.

Se o rei procedia sob o impacto das emoções momentâneas, mudando seus planos de acordo com as contingências, a rainha Leonor Telles pensava a longo prazo, refletindo sobre cada cenário futuro e ponderando sobre como poderia beneficiar-se dele. Pouco a pouco, os vazios provenientes das fraquezas e decisões erradas de D. Fernando foram preenchidos, na corte portuguesa, pela ardileza da regente.

⁵⁴ Assim, a guerra iniciada sem muitos preparativos e conduzida com várias despesas, teve fim com mais prejuízos.

Na *Chronica de El-Rei D. Fernando*, Fernão Lopes também construiu um painel da península ibérica. Muitas decisões tomadas pelo rei português, ou eram respostas às demandas da região, ou teriam consequências nela. Nesse panorama ibérico, um monarca contrastava com D. Fernando: D. Henrique. O rei castelhano, ainda que tivesse feito guerra a Portugal, era adepto da paz, preferia a diplomacia ao temor e examinava cada situação antes de agir. Para ampliar sua influência regional, por exemplo, em vez de recorrer aos conflitos, o rei castelhano lançava mão dos acordos e dos casamentos por interesse. A figura de D. Henrique possuía tanta expressividade que, após a sua morte, D. Fernando – incomodado com a relevância do falecido rei – decidiu recomeçar a guerra com Castela, batalhando contra o filho de Henrique, D. João:

- « Eu vos fiz aqui vir para falar comvosco cousas que em vontade tenho de fazer; por me aconselhardes que vos sobre isto parece bem. Vós sabeis os nojos e damnos que de el-rei D. Henrique hei recebidos, os quaes me nunca fugiram da vontade, tendo sempre desejo de os vingar, vindo-me tempo á mão de o bem poder fazer; e, posto que com elle paz e avenças fizesse, mais foi por força de desventura que por talante de as eu fazer, porque me parecia que esse homem, mais por constellação e fortuna que por vantagens de cavallaria, nascera em planeta de se honrar de todos seus visinhos. E porque sempre tive coração de haver d'isto vingança, como visse tempo azado agora, que me parece que o melhor posso fazer que em outra sazão, pois que elle é morto, tenho vontade de o pôr por obra [...]» (LOPES, 1896, p. 192-193)

D. Fernando, pondo em prática esse projeto, mais uma vez procedia de modo irrefletido. Sob a comoção da morte de seu antípoda, o português não deu ouvidos aos seus conselheiros e entrou em uma guerra que consumiria mais recursos do reino. Para fazê-la, o rei lusitano contava com o apoio dos ingleses. Esses, após alguns meses, chegaram ao reino, foram bem agasalhados, mas não corresponderam à generosidade do acolhimento, cometendo, antes do início da guerra, toda a sorte de crimes:

Estas gentes dos ingleses que dissemos, como foram aposentados em Lisboa, não como homens que vinham para ajudar a defender a terra mas como se fossem chamados para a destruir e buscar todo mal e deshonra aos moradores d'ella, começaram de se estender pela cidade e termo, matando e roubando e forçando mulheres, mostrando tal senhorio e desprezamento contra todos, como se fossem seus mortaes inimigos, de que se novamente houvessem d'assenhorear.
(LOPES, 1896, p. 52)

Percebe-se que a impulsividade e a inconstância de D. Fernando o conduziram, em muitas ocasiões, a papéis constrangedores. Sua imagem como regente imprudente e inconstante fixou-se no imaginário português. Frei Bernardo de Brito, no *Elogios dos Reis de Portugal* (1603), observou que algumas circunstâncias transformaram a nobreza e a altivez do rei em

presunção ingênua. Nestas ocasiões aparentemente favoráveis, Fernando descuidava-se do certo para abraçar o duvidoso:

E como em hu animo altivo, y sento de sogeição, & desacompanhado de conselheiros livres, imprimiraõ as ocasiõis do tepo algus desacertos no del-Rey dom Fernando, *o primeiro dos quais foy intetar a conquista dos Reynos de Castella [...] pera o que se fez liga cõ el Rey de Granada, & concertou de se casar com dona Lianor filha del Rey de Aragão aque mandou grãdes thisouros assi pera trazer a Infanta, como de emprestimo, todos os quais se consumirãõ, sem aver efeito o casamento, nem se lhe pagar a divida: nas quais desordeis & novidades lhe tiverãõ culpa muitos senhores de Castella, que agravados, ou temerosos del Rey dom Henrique, se passarãõ a Portugal, & forãõ erdados em grandes senhorios de terras, que el Rey dom Fernando lhe dava das suas proprias, a troco de esperanças, que não vierãõ a efeito.* (BRITO, 1603, p. 49-50, grifo nosso)

Duarte Nunes Leão (1590) também atribuiu à impulsividade juvenil do rei, as perdas de Portugal. Assumindo um reino com boas reservas financeiras e aspirando à honra, Fernando procedia conforme as situações, sem analisar cuidadosamente cada cenário. Dessa forma, “[...] pus a si y a los suyos em grandes trabajos, com q se cansó com guerra muy prolongada” (LEÃO, 1590, fl. 35v-36r).

5 AS LIÇÕES NECESSÁRIAS

No capítulo anterior, viu-se como os quinhentistas enxergavam os antigos regentes da dinastia de Borgonha. A partir dos panoramas históricos construídos por Duarte Galvão, Fernão Lopes e Rui de Pina, cortesãos, poetas e outros cronistas adquiriram uma percepção dos primeiros reis de Portugal. É certo que o perfil proveniente dessas crônicas se tratava de uma silhueta canônica, ou seja, ele constituía uma imagem oficial que não necessariamente precisava ser endossada integralmente pelos portugueses. Além dessa autonomia para adequações mais pessoais, outras tradições históricas de feição popular estavam disseminadas pela arraia-miúda, deformando o retrato dos monarcas ao gosto do ânimo da plebe. Juntamente com essas adaptações, também circulavam, em meios mais reservados, o material que, anteriormente, havia servido de fonte para os cronistas. Neste capítulo, se mostra como Camões manipulou, no canto III d’*Os Lusíadas* (1572), os quadros históricos compostos pelos cronistas. O poeta endossou alguns pontos apresentados por aqueles autores, mas negligenciou outros. Além disso, precisando adaptar esse material a molduras heroicas, ele impôs um expressivo tratamento retórico a certas passagens. Toda a apropriação camonianiana da história portuguesa tinha por meta propor uma imagem da linhagem de Borgonha a D. Sebastião. Esses retratos, porém, estavam estreitamente vinculados às demandas da corte sebástica e às especificidades da formação do rei. Passemos a eles.

5.1 O lustre da história

A apresentação do reinado de D. Afonso Henriques no canto III de *Os Lusíadas* (1572) é, com raríssimas exceções, um endosso à imagem que a *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1505?) de Duarte Galvão já expusera da regência. Como mencionado no capítulo anterior, essa obra historiográfica possuiu bastante prestígio nos círculos letrados portugueses do século XVI, tendo suas perspectivas ratificadas por historiadores e poetas quinhentistas. Camões seguiu-a, porém, concedeu a esse material histórico um tratamento linguístico que o trasladou do gênero historiográfico à moldura épica. António José Saraiva, estudando manifestações precursoras do espírito épico quinhentista, observava que, no século XVI, a diferença entre essas duas formas textuais limitava-se a uma divergência de estilo: “A mesma coisa pode ser escrita em verso latino ou em prosa portuguesa: num caso é poema épico, no outro história.” (SARAIVA, 1980, v. 1, p. 140-141). No caso específico de Camões, a substituição do verso latino pelo decassílabo em português implicou também a exploração dos

aspectos imagéticos e fônicos desse idioma, o que concedeu mais grandiosidade para os eventos do primeiro reinado português e dignidade ao vernáculo. Marco Girolamo Vida, na sua *Arte Poética* (1527), observava a importância de conceder, para a matéria épica, um tratamento retórico à sua altura: “Palavras sem amplidão coadunam-se com coisas insignificantes. As coisas imponentes convêm palavras grandiosas.” (VIDA, 2014, p. 221). Logo, no canto III, passagens relevantes da regência de Afonso Henriques foram plasmadas por Camões em versos carregados de *fúria grande e sonora*.

A batalha de Ourique, por exemplo, é reproduzida com o mesmo conteúdo presente na crônica de Duarte Galvão. Dessa forma, na madrugada que precede o combate, o Cristo aparece a Afonso Henriques em uma cruz. Também antes da refrega, os portugueses nomeiam-no rei. Após vencer a lide, o primeiro regente português permanece durante três dias no campo de batalha, período no qual estabelece o escudo lusitano. Assim, as versões mais arcaicas da batalha de Ourique – exposições mais elípticas e sem menções à aparição do Cristo – foram descartadas por Camões.⁵⁵ A enorme difusão do episódio, tal qual ele foi narrado por Duarte Galvão, acabou estabelecendo sua versão como o registro “oficial” do evento. Portanto, apresentando a peripécia em seu épico, não era conveniente para o poeta expô-la sob outra perspectiva. Se a matéria permanecia, o estilo variava. Uma rica exploração sensorial buscava acentuar o brilho do episódio, reproduzindo o arrojo e os abalos do campo de batalha:

48. Tal do Rei novo o estamago **acendido**
 Por Deus e polo povo juntamente,
 O Bárbaro comete, apercebido
 Co **animoso** exército rompente.
 Levantam nisto os Perros o *alarido*
 Dos *gritos*; *tocam* a arma, **ferve** a gente,
 As lanças e arcos tomam, *tubas soam*,
 Instrumentos de guerra tudo *atroam*!
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 141, grifo nosso)

Nos últimos versos da estrofe, a presença de vocábulos ligados aos ruídos da guerra (*alarido*, *gritos*, *tocam*, *tubas*, *soam*, *atroam*) é reforçada pelas aliterações (*tomam*, *tubas*, *instrumentos*, *tudo*) e pelas assonâncias (*tocam*, *tomam*, *soam*, *atroam*). Na oitava-rima, também há recorrência de termos que insinuam o ímpeto do exército português (*acendido*, *animoso*, *ferve*). Por sua vez, a presença de orações coordenadas assindéticas sugere a urgência das decisões e dos atos: *tocam a arma, ferve a gente, as lanças e arcos tomam, tubas soam*.

⁵⁵ Um comentário a algumas dessas versões foi feito na seção 3.3 desta tese.

Camões, na sua tentativa de lustrar a história portuguesa, concedendo a essa matéria o brilho adequado, desenvolveu imagens que já estavam presentes em duas obras modelares para a tradição épica quinhentista: a *Eneida* (19 a. C.) de Virgílio e o *Orlando Furioso* (1532) de Ludovico Ariosto. Dessa forma, durante a narração da batalha de Ourique, o poeta português mencionou o assombro do pastor que é surpreendido pelos incêndios nos campos, a fim de caracterizar o espanto dos mouros diante da bravura portuguesa:

49. Bem como quando a flama que ateadada
Foi nos áridos campos (assoprando
O sibilante Bóreas), animada
Co vento, o seco mato vai queimando;
A pastoral campanha, que deitada
Co doce sono estava, despertando
Ao estridor do fogo que se ateia,
Recolhe o fato e foge pera a aldeia:

50. Destarte o Mouro, atónito e torvado,
Toma sem tento as armas mui depressa;
Não foge, mas espera confiado,
E o ginete belígero arremessa.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 141)

Esse símile, desenvolvido em toda uma oitava-rima, foi recolhido no livro II da *Eneida* (19 a. C.), obra na qual a perplexidade do camponês é identificada com a surpresa de Eneias, que assiste à destruição de Troia:

302. Sacudo o sono; e o mirante galgando do belo palácio,
de ouças atentas me pus a escutar, sem mexer-me um tantinho.
*Não de outra forma, quando Austro furioso nas searas o fogo
por tudo espalha, ou a torrente aumentada com as águas dos montes*
arrasa os campos, a bela colheita, dos bois o trabalho,
e as próprias matas carrega: perplexo, no cimo de um monte,
sem compreender o que passa, o pastor se admira do que ouve.
(ENEIDA, 2014, p. 157, grifo nosso)

Percebe-se que Camões não apenas reproduziu a comparação de Virgílio, mas aprimorou-a, à medida que destacou com mais minúcias a cena campestre e adaptou-a ao decassílabo e aos limites bem definidos da oitava-rima.

Procedimento análogo ocorre na descrição dos golpes aplicados por um exército ao outro. O poeta menciona o desmembramento dos combatentes e a carnificina no campo de batalha, empregando um estilo popularizado por Ariosto no *Orlando Furioso* (1532): citam-se os membros dilacerados e o grande volume de sangue. A apresentação dessas nuances é tão estilizada que o realismo é praticamente inexistente na cena:

52. **Cabeças** pelo campo vão saltando,
Braços, pernas, sem dono e sem sentido,
 E doutros as **entranhas** palpitando,
 Pálida a cor, o gesto amortecido.
 Já perde o campo o exército nefando,
Correm rios do sangue desparzido,
 Com que também do campo a cor se perde,
 Tornado carmesi, de branco e verde.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 142, grifo nosso)

No trecho, as partes dos corpos dos combatentes, em vez de sofrerem a ação, praticam-na, originando prosopopeias⁵⁶, assim, elas saltam e palpitam pelo campo de batalha. Convém observar também que o ritmo do primeiro verso da estrofe reproduz, através da alternância entre um som forte e um fraco, os movimentos das cabeças que rolam/pulam pelo chão: *ca-be-ças-pe-lo-cam-po-vão-sal-tan-do*. Há ainda uma expressiva menção às cores (pálida, carmesi, branco, verde) e a alusão ao sangue que forma um rio na campina – o que acentua a natureza imagética da passagem. Ariosto, no seu poema, empregou esses tropos, popularizando uma dicção poética peculiar. Para sugerir o grande volume de sangue, o narrador do *Orlando Furioso* (1532) ponderou: “79. Rossa di sangue già correa la strada/ Capace a pena a tante genti morte” (ARIOSTO, 1964, c. 12, p. 348).⁵⁷ Há também referências às partes dilaceradas dos combatentes: “80. Non pur per l’aria gemiti e querele,/ ma volan braccia e spalle e capi sciolti.” (ARIOSTO, 1964, c. 12, p. 348).⁵⁸ Além da imagem de cores que, manchadas de sangue, dão lugar ao vermelho: “70. dove toccò, sempre in vermiglio tinse/ l’azzurro, il verde, il bianco, il nero, il giallo.” (ARIOSTO, 1964, c. 9, p. 246).⁵⁹

Observa-se assim que certa versão de um episódio central da história portuguesa foi reforçada n’*Os Lusíadas* (1572). Esse reforço ocorreu não apenas por meio de sua reprodução, mas também pela configuração retórica que lhe foi imposta. O gênero alto no qual o episódio de Ourique foi apresentado equivalia à sua centralidade na história lusitana. Os recursos linguísticos empregues e o desenvolvimento de imagens provindas de dois textos importantes para a literatura renascentista (a *Eneida* e o *Orlando Furioso*) manifestavam o esmero do poeta na apresentação dessa passagem. Pode-se afirmar então que, antes do épico de Camões, a versão que Duarte Galvão apresentou para a batalha de Ourique já era bem popular. O poeta português,

⁵⁶ Quintiliano (2016a, l. 9, p. 415), comentando sobre a funcionalidade da prosopopeia, afirmava: “Há ainda a figura mais ousada e de maior fôlego (conforme a opinião de Cícero), a criação de personagens, que se chamam προσωποποιΐαι [‘pro-so-popoiíai’]. Realmente, ao mesmo tempo em que evitam admiravelmente a monotonia, tornam o discurso mais excitante.”

⁵⁷ “Vermelha de sangue já corria a estrada,/ insuficiente a tanta gente morta” (tradução nossa).

⁵⁸ “Pelo ar, nenhum gemido ou reclamo/ mas voam braços, ombros e cabeças soltas” (tradução nossa).

⁵⁹ “Onde tocou, em vermelho converteu/ o azul, o verde, o branco, o negro e amarelo” (tradução nossa).

porém, atribuiu-lhe uma expressividade linguística inexistente na prosa histórica, fixando o episódio em definitivo na tradição letrada quinhentista e no imaginário do período.

Outro episódio da regência de Afonso Henriques reproduzido sem grandes alterações no canto III d’*Os Lusíadas* (1572) foi a conquista de Lisboa. Ainda que apresentado de modo bem mais conciso do que fora exposto na crônica de Duarte Galvão, a passagem contém informações que estavam presentes naquele texto, são elas: I) a menção às tropas que provinham do norte da Europa e se dirigiam à Terra Santa, milícias que acabaram constituindo um auxílio decisivo para a expulsão dos mouros; II) a duração do cerco, isto é, cinco meses; III) a natureza santa dessa conquista bélica. O auxílio imprevisto dos cruzados acabou reforçando ainda mais o aspecto religioso dessa reconquista, tornando-a uma espécie de cruzadas com proporções mais modestas.

Camões iniciou sua exposição do evento, mencionando a fundação de Lisboa por Odisseu. Essa, aliás, é a única divergência em relação à obra de Duarte Galvão, já que o cronista quinhentista não fizera referência à origem pagã da cidade:

57. E tu, nobre Lisboa, que no mundo
Facilmente das outras és princesa,
Que edificada foste do facundo
Por cujo engano foi Dardânia acesa;
Tu, a quem obedece o Mar profundo,
Obedecestes à força Portuguesa,
Ajudada também da forte armada
Que das Boreais partes foi mandada.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 143)

Mas qual o motivo dessa alteração? Para a compreender é necessária uma digressão à retórica clássica. Quintiliano, na sua *Institutio Oratoria* (95), apresentava o elogio das cidades como uma possibilidade do gênero demonstrativo ou epidítico. Dessa forma, assim como era possível louvar um ser humano e suas virtudes, também se podia fazer o encômio de uma determinada região: “E há o elogio das localidades, como o da Sicília em Cícero, nas quais contemplamos a beleza e a utilidade; o encanto nas praias do mar, nas planícies abertas e nos recantos agradáveis; e enalteçemos a utilidade das regiões salubres e férteis.” (QUINTILIANO, 2015a, l. 3, p. 513). Nesse louvor de uma cidade, a menção ao seu fundador tratava-se de um lugar-comum: “Por outro lado, tecem-se elogios de modo semelhante às cidades e aos homens. De fato, o fundador é considerado pai e a antiguidade ostenta grande prestígio [...]” (QUINTILIANO, 2015a, l. 3, p. 511). Observa-se que Camões, mencionando a conquista de Lisboa, desviou-se da crônica de Duarte Galvão. Afastou-se, à medida que mencionou, durante a narração, Odisseu. A menção provinha de um preceito da retórica clássica que, em caso de elogio, recomendava a referência

ao fundador da urbe. O tom apologético dessa estrofe permite sua leitura não apenas como uma narração de feitos heroicos, mas também como um encômio a Lisboa. Dessa forma, a divergência entre Camões e Duarte Galvão tinha origem no substrato retórico da passagem. Hélio Alves (1999, p. 22) já observava que as fronteiras entre o gênero deliberativo e epidítico, na ambiência quinhentista, eram tênues. Assim, a narração de um feito do passado podia conter um elogio ou vice-versa.

A sequência da conquista de Lisboa enfatiza a presença de cruzados alemães e britânicos, reforçando a índole sacra da campanha:

58. Lá do Germânico Álbis e do Reno
E da fria Bretanha conduzidos,
A destruir o povo Sarraceno
Muitos com tenção santa eram partidos.
Entrando a boca já do Tejo ameno,
Co arraial do grande Afonso unidos,
Cuja alta fama antão subia aos céus,
Foi posto cerco aos muros Ulisseus.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 143)

Na estrofe seguinte, observa-se que, para adequar a matéria histórica ao estilo alto da epopeia, empregou-se uma bela prosopopeia. Essa personificação visava exprimir a passagem dos cinco meses em que durou o cerco de Lisboa e tratava-se de uma imagem proveniente de Virgílio:

59. *Cinco vezes a lã se escondera*
E outras tantas mostrara cheia o rosto,
Quando a cidade, entrada, se rendera
Ao duro cerco que lhe estava posto.
Foi a batalha tão sanguina e fera
Quando obrigava o firme prosuposto
De vencedores ásperos e ousados,
E de vencidos já desesperados.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 143, grifo nosso)

Segundo António José Saraiva (1996), a reutilização de imagens e prosopopeias empregues pelo autor romano tinha por objetivo conceder dignidade à matéria épica. Além de estabelecer relações entre a dicção poética de um texto modelo e suas imitações, esse aproveitamento acabava criando uma continuidade entre o universo da *Eneida* (39 a. C.) e o d'*Os Lusíadas* (1572): “A língua culta, as palavras e construções decalcadas do latim, tem uma função nobilitante. Ajudava a manter o paralelo entre os feitos dos portugueses e os dos Romanos” (SARAIVA, 1996, p. 36). Ou seja, a história portuguesa, o mundo dos heróis lusíadas era povoado por figuras provenientes do universo latino.

Por ser o primeiro rei português, boa parte dos eventos ocorridos durante o reinado de Afonso Henriques já estavam canonizados na memória social no século XVI. Ainda que o desenvolvimento da cronística régia na passagem do quatrocentos para o quinhentos – conforme demonstrado no capítulo anterior – tenha demonstrado o interesse em os registrar oficialmente, muitos desses episódios já circulavam dispersos em outros gêneros textuais e na tradição oral lusitana.⁶⁰ Essa circulação heterogênea dá indícios do prestígio desse monarca para a memória coletiva de Portugal. Contudo, sobre um episódio do reinado de Afonso Henriques pairava uma espécie de interdito. Tratava-se da ocasião em que ele prendera a própria mãe, recebendo, em contrapartida, uma espécie de esconjuro. Explica-se: quando o conde D. Henrique – pai de Afonso – falecera, sua mãe, D. Teresa, casou-se com D. Fernando de Trastâmara, reivindicando o condado de Portugal para si própria. Afonso Henriques, após uma derrota inicial, conseguiu vencer o padrao, expulsando-o de Portugal e prendendo sua própria mãe. Mesmo algumas tentativas de Castela para a libertar foram vãs. Amaldiçoado pela mãe, que renunciou a futura quebra de suas pernas, Afonso Henriques, ao tentar dominar a cidade leonesa de Badajoz, algumas décadas mais tarde, se acidentaria e seria encarcerado pelas tropas inimigas. A cólera do rei ao prender D. Teresa e a derrota sofrida por ele em Badajoz transformaram o episódio em uma espécie de tabu. Assim, Duarte Galvão, ao apresentá-lo em sua crônica, dedicou uma seção para aconselhar os filhos a evitarem as maldições dos pais e para persuadir esses últimos a compreenderem seus descendentes.

Camões, no canto III de *Os Lusíadas* (1572), não podia calar sobre esses eventos, pois estavam ligados à imagem do primeiro rei de Portugal, por outro lado, tais passagens destoavam da figura elevada de Afonso Henriques. Logo, coube ao poeta pôr em dúvida a veracidade de tais episódios, argumentando que, por serem provenientes dos remotos princípios do reino, não era possível comprová-los:

29. Mas o velho rumor (não sei se errado,
 Que em tanta antiguidade não há certeza)
 Conta que a mãe, tomando todo o estado,
 Do segundo himeneu não se despreza.
 O filho órfão deixava deserddado,
 Dizendo que nas terras a grandeza
 Do senhorio todo só sua era,
 Porque, pera casar, seu pai lhes dera.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 136, grifo nosso)

⁶⁰ Cite-se, a título de exemplo, a 2^o *Crônica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, texto ligado aos ritos da corte quatrocentista, consultado aqui na edição do *Portugaliae Monumenta Historica* (1856), ou o *De expugnatione scallabis*, que lemos na tradução de Aires Augusto do Nascimento (2005).

O poeta, prosseguindo a exposição, ressaltou tanto o desprezo de D. Teresa pelo filho quanto a ira desmesurada de Afonso Henriques. A atenção dada a esses dois comportamentos buscava apresentar uma certa equidade sobre o assunto, demonstrando que ambos, mãe e filho, haviam cometido erros. O desvio de D. Teresa, segundo a matéria histórica do canto III, teria sido a ausência de amor materno, por sua vez, o equívoco de Afonso Henriques estava enraizado na sua cólera sem limites. O poema, a princípio abordando o erro da mãe, apresentava a sua consequência, ou seja, a guerra civil:

31. De Guimarães o campo se tingia
 Co sangue próprio da intestina guerra,
 Onde a mãe, *que tão pouco o parecia,*
 A seu filho negava o amor e a terra.
 Co ele posta em campo já se via;
E não vê a soberba o muito que erra
Contra Deus, contra o maternal amor;
Mas nela o sensual era maior.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 136, grifo nosso)

Na estrofe, D. Teresa é caracterizada como soberba e adepta do amor sensual. No século XVI, o amor, quando reduzido à fruição dos sentidos, era considerado um torpor ao intelecto. Consequentemente, originava excessos e falta de lucidez. Segundo D. Jerônimo Osório, no seu *Da Ensino e Educação do Rei* (1571), se direcionado ao fim errado, o amor sensual tornava-se um problema, visto que ele se sobrepunha à razão, impedindo um discernimento adequado do mundo. Dessa forma, o clérigo questionava: “Que há de mais infame do que a monstruosidade da sensualidade?” (OSÓRIO, 2005, p. 239). Baldassare Castiglione, no seu *O Cortesão* (1528), através do personagem Pietro Bembo, recomendava prudência com esse sentimento, a fim de que o amante não se deixasse arrastar por ele:

Portanto, digo que, sendo a natureza humana tão inclinada aos sentidos na juventude, pode-se permitir ao cortesão, enquanto for jovem, *amar sensualmente*; mas, se na maturidade por acaso se deixa incendiar pelo *desejo amoroso*, deve ter muita cautela e tratar de não enganar a si mesmo, deixando-se arrastar naquelas desgraças que nos jovens merecem mais compaixão que censura e, ao contrário, nos velhos mais censuras que compaixão. (CASTIGLIONE, 1997, p. 326, grifo nosso)

A censura a D. Teresa prossegue na estrofe seguinte, onde ela é comparada com mulheres da antiguidade clássica que não se enquadraram nos modelos ideais de mãe e filha:

32. Ó Progne crua, ó mágica Medeia,
 Se em vossos próprios filhos vos vingais
 Da maldade dos pais, da culpa alheia,
 Olhai que inda Teresa peca mais!

Incontinência má, cobiça feia,
São as causas deste erro principais:
Cila, por hũa, mata o velho pai;
Esta, por ambas, contra o filho vai.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 137)

Trazer à tona esses exemplos buscava projetar, na audiência quinhentista, uma determinada imagem de D. Teresa, associando-a com tipos femininos que, para os renascentistas, eram marcados pelo desregramento.

Por sua vez, o jovem Afonso Henriques errou em decorrência do excesso de ira que o perturbou e o impediu de ter compaixão da mãe:

33. Mas já o Príncipe claro o vencimento
Do padraço e da inica mãe levava;
Já lhe obedece a terra, num momento,
Que primeiro contra ele pelejava;
Porém, *vencido de ira o entendimento*,
A mãe em ferros ásperos atava;
Mas de Deus foi vingada em tempo breve.
Tanta veneração aos pais se deve.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 137, grifo nosso)

Aristóteles, na sua *Ética a Nicômaco* (323 a. C.?), considerava comum sentir ira por conta de algumas razões, porém, o filósofo grego ressaltava a importância da brandura (*praotes*), a fim de que o desejo de vingança não dominasse o indivíduo. Para esse pensador, ter algum controle sobre a cólera era uma virtude digna de louvor: “Ora, alguém que sente ira em função das coisas devidas, contra as pessoas devidas, e também da maneira devida, no momento devido e pela duração devida é objeto de nosso louvor. Trata-se do indivíduo brando [...]” (ARISTÓTELES, 2014, 1125b, p. 165). Afonso Henriques, entretanto, agiu de maneira desmesurada contra a própria mãe, o que lhe valeu, segundo a cosmovisão da época, o castigo divino. Sua punição viria algumas décadas mais tarde, durante a tentativa de conquistar Badajoz:

69. Mas o alto Deus, que pera longe guarda
O castigo daquele que o merece,
Ou, pera que se emende, às vezes tarda,
Ou por segredos que homem não conhece,
Se até qui sempre o forte Rei resguarda
Dos perigos a que ele se oferece,
Agora lhe não deixa ter defesa
Da maldição da mãe que estava presa,

70. Que, estando na cidade que cercara,
Cercado nela foi de Leoneses,
Porque a conquista dela lhe tomara,
De Leão sendo e não dos Portugueses.
A pertinácia aqui lhe custa cara,

Assi como acontece muitas vezes,
 Que em ferros quebra as pernas, indo aceso
 À batalha, onde foi vencido e preso.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 146)

Observa-se, nessas estrofes, a dimensão providencialista implícita na derrota de Afonso Henriques. O insucesso do cerco a Badajoz e a quebra de suas pernas, para a audiência quinhentista, provinham das imprecações lançadas por sua mãe, porém, n' *Os Lusíadas* (1572), somente a maldição lançada por D. Teresa não teria sido suficiente para a consumação de tais eventos. A vontade divina também era necessária para a concretização dessas profecias. Conforme visto no segundo capítulo desta tese, a *fortuna* era um aspecto relevante para a leitura renascentista da natureza, contudo, ela não se confundia com a providência divina. A *fortuna* era um encadeamento de eventos diversos, os quais originavam uma espécie de trama para certos momentos da existência do indivíduo. A providência divina, por sua vez, tinha acesso não somente às passagens desse enredo, mas a todos os demais aspectos. Assim, D. Teresa, ao lançar as imprecações contra Afonso Henriques, influíra no fado de seu filho, porém, coube à vontade divina legitimar essa influência: “Mas o alto Deus, que pera longe guarda/ O castigo daquele que o merece,/ [...] *Agora lhe não deixa ter defesa/ Da maldição da mãe que estava presa*” (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 146, grifo nosso).

Após essas considerações, é possível averiguar que, na sua exposição do embaraçoso conflito entre o primeiro rei português e sua mãe, Camões – endossando o ponto de vista de um cronista como Duarte Galvão – apontou equívocos tanto na conduta de D. Teresa quanto no comportamento de D. Afonso Henriques. A sensualidade da primeira – sensualidade que pôs em risco a própria gênese de Portugal – e a ira excessiva do segundo eram maneiras que destoavam das ações esperadas para os míticos fundadores de um reino. Convém recordar ainda que, embora tenha tentado fixar as culpas de cada um, o poeta português, ao iniciar a narração do episódio, mencionou as incertezas que o cercavam, pondo em dúvida sua veracidade, ou seja, além de fracionar o ônus desse evento entre seus protagonistas, Camões questionou sua credibilidade: duas formas de apresentação decorosa de um episódio inconveniente, duas estratégias para o tornar verossímil.

Deve-se observar que Camões endossou os pontos de vista das crônicas não apenas nas passagens concernentes à regência de D. Afonso Henriques. Inclusive, era natural que o poeta reproduzisse as opiniões majoritárias sobre Afonso, uma vez que ele havia sido o primeiro rei português. Porém, em relação a outros episódios da dinastia de Borgonha, o autor também assumiu postura semelhante, reiterando as visões já popularizadas pelos escritos de Rui de Pina.

Nas estrofes do canto III dedicadas a Sancho I, sucessor de Afonso Henriques, tem-se a fixação de uma imagem cavaleiresca próxima daquela apresentada nas crônicas. Sancho combate vários reis mouros, recebe o auxílio de cruzados durante a reconquista e obtém uma vitória mítica na sua incursão pelo território muçulmano. Esse último triunfo ocorreu na sua campanha pela Andaluzia, ocasião em que alcançou um expressivo sucesso em Sevilha, nas proximidades do rio Guadalquivir:

75. Sancho, de esforço e de ânimo sobejo,
Avante passa e *faz correr vermelho*
O rio que Sevilha vai regando,
Co sangue Mauro, Bárbaro e nefando.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 147, grifo nosso)

A referência ao êxito nesse combate – juntamente com a alusão à coloração do rio ibérico – já havia sido popularizada nos textos históricos e também reverberou na poesia de António Ferreira⁶¹. Camões reitera o episódio, mencionando-o mais de uma vez:

85. Sancho, forte mancebo, que ficara
Imitando seu pai na valentia,
E que em sua vida já se experimentara,
Quando o Bétis de sangue se tingia [...]
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 150, grifo nosso)

Presente em muitos textos quatrocentistas e quinhentistas – alguns anteriores às crônicas de Rui de Pina e Duarte Galvão – a menção às águas sanguíneas de um determinado rio também se tratava de um lugar-comum da épica latina, utilizado para exprimir a veemência de certo combate. Leia-se o seguinte verso do livro VI da *Eneida* (19 a. C.): “86. Percebo guerras, terríveis encontros e o Tibre espumando de sangue.” (VIRGÍLIO, 2014, p. 379)

No canto III, além das passagens referentes aos reinados de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, Camões também endossou as perspectivas das crônicas históricas na sua apresentação da regência de D. Afonso IV. A imagem desse Rei delineada no canto III é caracterizada pelo brio e altivez. Apresentado nas crônicas de Rui de Pina como alguém dotado de grande amor-próprio, o perfil que o poeta português projetou de Afonso IV, ainda que breve, transmite a ideia de sua magnanimidade. Camões menciona, por exemplo, sua postura altaneira diante das afrontas do seu genro Afonso XI de Castela, monarca a quem, posteriormente, ele prestaria um auxílio decisivo durante a invasão marroquina à Península Ibérica em 1340:

⁶¹ “Mil exércitos foram destruídos/ Tejo, e Guadalquivir sangue escorrendo,/ Nós à cativa Pátria restituídos.” (FERREIRA, 1940, v. II, p. 138-139)

99. Este sempre as soberbas Castelhanas
 Co peito desprezou firme e sereno
 Porque não é das forças Lusitanas
 Temer poder maior, por mais pequeno;
 Mas porém, quando as gentes Mauritanas,
 A possuir o Hespérico terreno,
 Entraram pelas terras de Castela,
 Foi o soberbo Afonso a socorrê-la.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 153)

Segundo Aristóteles, na sua *Ética a Nicômaco* (323 a. C.?), a magnanimidade, isto é, a grandeza de ânimo tratava-se de uma virtude caracterizada pela pretensão às coisas grandiosas. Esse filósofo ponderava que, dentre os bens reivindicados pelo magnânimo, o mais cobiçado era a honra: “Trata-se da *honra*, efetivamente o maior dos bens externos. Portanto, o grandioso de alma é o portador da disposição devida relativamente a honras e desonras.” (ARISTÓTELES, 2014, 1123b1, p. 158). Dessa forma, Afonso IV é retratado por Camões como alguém que, postulando grandes honras e glórias para si próprio, ignorava os acintes castelhanos e disponibilizava as forças lusitanas para auxiliar Castela na batalha contra os mouros. Essa indiferença com as provocações também foi apontada por Aristóteles como característica do magnânimo: “Não alimenta rancores, porque não é próprio do grandioso de alma reter muitas lembranças, especialmente de danos que lhe foram causados, mas sim passá-los por alto.” (ARISTÓTELES, 2014, 1125a, p. 162).

A natureza altaneira de Afonso IV se manifesta ainda na exposição camoniana da batalha do Salado. Na disposição dos exércitos, o monarca surge imponente por entre as tropas dos cristãos:

107. Mas já cos esquadrões da gente armada
 Os Eborenses campos vão coalhados;
 Lustra co Sol o arnês, a lança, a espada;
 Vão rinchando os cavalos jaezados;
 A canora trombeta embandeirada
 Os corações, à paz acostumados,
 Vai às fulgentes armas incitando,
 Polas concavidades retumbando.

108. Entre todos no meio se sublima,
 Das insígnias Reais acompanhado,
 O valeroso Afonso, que por cima
 De todos leva o colo alevantado,
 E somente co gesto esforça e anima
 A qualquer coração amedrontado.
 Assi entra nas terras de Castela
 Com a filha gentil, Rainha dela.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 155-156)

No trecho, a figura de Afonso IV – durante a entrada no campo de batalha – é descrita como capaz de exercer efeitos positivos sobre o ânimo dos demais combatentes, entusiasmando-os para a batalha. Esse estímulo, esse impulso executado sobre aqueles que o contemplam, é uma das características do magnânimo. Longino, no seu tratado *Do Sublime* (sec. I d. C.), observava que “[...] o sublime é o eco da grandeza de alma” (LONGINO, 1996, p. 54), ou seja, uma capacidade dos que possuíam magnanimidade era fazer coisas grandiosas (sublimes), propícias a arrebatam o espírito dos expectadores. Embora esse autor estivesse fazendo referência à eloquência de certos oradores – observando que aquela era uma consequência de suas naturezas majestosas – ele estendeu seus comentários a outros campos de produções humanas e considerou que, também nessas áreas, a grandeza de alma originava obras capazes de exercer um arroubo, um assombro sobre a audiência. Logo, a figura e a gesticulação de Afonso IV exprimiam sua magnanimidade e arrebatavam os demais cavaleiros cristãos para o combate.

Observa-se nessas estâncias relativas à batalha do Salado – assim como foi possível averiguar nas estrofes referentes à batalha de Ourique – uma tentativa de fixar certa imagem da guerra. Camões não buscava apenas ratificar a relevância desse combate para a Península Ibérica – relevância já expressa na *Chronica de ElRey Dom Afonso O Quarto* (1936) de Rui de Pina⁶² – mas visava ainda trazer à consciência e aos ouvidos dos expectadores, imagens e sons que lhes infundissem uma ideia do que era o campo de batalha. Essa tentativa de recriar o conflito, através dos efeitos verbais, fora sugerida, algumas décadas antes da composição d’*Os Lusíadas* (1572), por Marco Girolamo Vida na sua *Arte Poética* (1527):

Será preciso recordar todas as vezes que lhes aprouve esticar todas as cordas da lira e, ao longo do poema, igualar com as palavras a própria realidade? Devendo exprimir quer uma tempestade medonha do mar bravo, a fúria dos ventos e as naus despedaçadas contra os rochedos [...]. Tens a sensação de as ver, quando eles cantam as horríveis guerras e as armas, fazendo soar o ruído das armas e misturando as quedas dos cavaleiros e dos peões: diante dos nossos olhos apresenta-se a funesta imagem de Marte, de tal modo que não parece que as coisas são apenas dita, mas sim que são feitas. Daí, de fazer, fizeram os gregos a palavra poeta. Parece que ouvimos o fragor das armas, o gemido dos moribundos, os golpes dos que matam e as preces inúteis dos suplicantes. (VIDA, 2014, p. 210)

Assim, nas estrofes citadas, há versos que focalizam detalhadamente alguns elementos do campo de batalha, apresentando os raios solares, que são refletidos nos instrumentos de combate (*Lustra co Sol o arnês, a lança, a espada*), e outros que contêm onomatopeias (*Vão rinchando os cavalos jaezados*). O poeta, para transmitir a ideia da diligência e do movimento frenético – típicos dos instantes que antecedem a refrega – empregou até um curioso embaralhamento de

⁶² Veja-se a seção 4.4.7 desta tese.

oração, reestruturando o seguinte período: *A canora trombeta embandeirada, polas concavidades retumbando, vai incitando os corações, acostumados à paz, às fulgentes armas.*

Esse torna-se:

A canora trombeta embandeirada
Os corações, à paz acostumados,
Vai às fulgentes armas incitando,
Polas concavidades retumbando
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 155-156)

A nova disposição do período põe, em cada um dos três primeiros versos, um determinado elemento em destaque: trombeta, corações e armas. Essa articulação de itens realçava o alvoroço dos preparativos e recriava, na audiência, a convulsão das frentes de batalha: “[...] assim nos melhores escritores, pelo emprego do hipérbato, a imitação aproxima-se das ações naturais.” (LONGINO, 1996, p. 78).

Os recursos retóricos e seus efeitos prosseguem na estrofe seguinte, onde uma profusão de tropos acentua a plasticidade e a riqueza sonora:

113. Eis as lanças e espadas *retiniam*
Por cima dos arneses (bravo estrago!);
Chamam, segundo as Leis que ali seguiam,
Uns *Mafamede* e os outros *Sant'Iago*.
Os feridos com grita o céu feriam,
Fazendo de seu sangue bruto lago,
Onde outros, meios mortos, se afogavam,
Quando do ferro as vidas escapavam.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 157, grifo nosso)

Na oitava-rima, o ruído das lâminas é sugerido pela onomatopeia *retiniam*. Também merece destaque as belas sinédoques implícitas nas evocações dos combatentes. Enquanto muçulmanos chamam pelo profeta Maomé, os cristãos recorrem ao auxílio do apóstolo São Tiago, tido como protetor dos exércitos ibéricos. Nos dois casos, os deuses dos respectivos credos foram substituídos por personagens relevantes para essas doutrinas. Assim, o emprego das sinédoques tornava as evocações inusitadas, já que diversificava o vocabulário e trazia, para o campo de batalha, figuras do panteão religioso. Para Quintiliano, essas variações de imagens eram um dos grandes benefícios das sinédoques: “[...] a sinédoque permite variar as expressões, assim que consigamos entender várias coisas por meio de uma só, o todo pela parte, o gênero pela espécie, o conseqüente pelo precedente [...]” (QUINTILIANO, 2016a, l. 8, p. 323). Já a

hipérbole⁶³, no verso seguinte, é reforçada pela própria aliteração que esse contém: *Os feridos com grita o céu feriam*. Aliteração essa que faz o clamor dos combatentes ecoar pelo decassílabo.

Nesses comentários sobre a apresentação camoniana dos reinados de Afonso Henriques, Sancho I e Afonso IV, foi possível observar que o escritor endossou muitos pontos de vistas que Duarte Galvão e Rui de Pina já haviam popularizados acerca desses regentes. Principalmente nas passagens referentes às guerras de reconquista, Camões reproduziu as imagens que tais cronistas já haviam inventado⁶⁴, impondo algumas variações somente para as adequar a molduras poéticas. Molduras essas condizentes com a grandiosidade do tema e capazes de arrebatrar o ânimo dos expectadores. Logo, as vitórias dos exércitos cristãos receberam no canto III d'*Os Lusíadas* (1572) uma elocução repleta de lugares-comuns e recursos retóricos.

Viu-se anteriormente que a educação fornecida pelos jesuítas a D. Sebastião e a percepção messiânica que os fidalgos tinham desse rei acabaram imprimindo-lhe um certo belicismo. Tendo seu imaginário moldado por rígidas categorias religiosas e, desde cedo, familiarizado com a ideia de combater os mouros na África, esse jovem monarca cresceu com a ideia fixa de conquistar o norte africano. Nessa perspectiva, os retratos camonianos das regências de D. Afonso Henriques, D. Sancho I e D. Afonso IV também o compeliram à realização desse projeto, uma vez que apresentavam, de maneira heroica, as vitórias dos antecessores de D. Sebastião sobre os mouros. Cada triunfo desses antepassados mostrava-lhe o júbilo ao qual estavam fadados os portugueses, pois, ainda quando estiveram em menor número, eles foram exitosos. Assim, tais conquistas exemplificavam a D. Sebastião o recorrente sucesso das tropas cristãs sobre os mouros, dando-lhe a certeza de que também ele as obteria. As imagens desses reis não foram uma criação camoniana, contudo, reproduzidas n'*Os Lusíadas* (1572) em moldes literários grandiosos, elas cativavam a atenção do receptor pela configuração poética que recebiam, além do conteúdo paradigmático que encerravam – a base da formação quinhentista.

⁶³ A hipóbole, segundo a retórica clássica, era o tropo ideal para expressar situações que destoavam da regularidade do cotidiano: “A hipóbole é uma virtude, sempre que o próprio objeto, sobre o qual se deve discorrer, ultrapasse o limite natural. Permite-se então que se diga de maneira mais ampla, porque não é possível, com termos comuns, expressar a grandeza do objeto [...]” (QUINTILIANO, 2016a, 1. 8, p. 357). Logo, tratava-se da figura mais adequada para exprimir o volume dos gritos vociferados pelos feridos no campo de batalha.

⁶⁴ Emprega-se o termo inventado com a acepção que lhe dá a retórica clássica, isto é, encontrar, descobrir.

5.2 Os episódios esquecidos

No tópico anterior, foi possível observar que determinados reinados da dinastia de Borgonha tiveram seus quadros históricos – construídos por Rui de Pina e Duarte Galvão – reproduzidos n’*Os Lusíadas* (1572). É preciso ressaltar, porém, que nem todos os aspectos narrados nas crônicas foram reafirmados no poema camoniano. Com exceção da regência de Afonso Henriques, que já tinha a grande maioria de seus episódios disseminados no imaginário português – o que obrigava o poeta a referi-los, ainda que pusesse em dúvida a veracidade desses eventos – as administrações de Sancho I e Afonso IV possuíram algumas de suas passagens relevantes “esquecidas” por Camões.

Afonso IV, por exemplo, quando era infante, travou um longo conflito com o seu pai, D. Dinis, a fim de que seu irmão bastardo Afonso Sanchez fosse posto para fora de Portugal e não herdasse bens. As contendas com D. Dinis foram violentíssimas, originando um conflito que se aproximou de uma guerra civil.⁶⁵ N’*Os Lusíadas* (1572), porém, não há menções extensas a essa reviravolta, ocorrendo apenas um breve registro:

98. Ficou-lhe o filho, *pouco obediente*,
Quarto Afonso, mas forte e excelente.
(CAMÕES, 2003, c. 3, p. 153, grifo nosso)

Na passagem, a rebeldia de Afonso IV é a única alusão aos diversos combates entre pai e filho, mas essa menção logo é substituída por elogios ao monarca. Por que uma referência tão lacônica a atritos significativos entre um rei e seu filho? Para responder a essa pergunta convém averiguar se a “indiferença” de Camões se tratava de um lapso pontual ou de uma omissão recorrente na imagem das outras administrações. Observa-se, então, que o reinado de D. Afonso II, terceiro rei de Portugal, também recebeu uma redução drástica nas estrofes d’*Os Lusíadas* (1572). Esse rei, segundo a crônica que Rui de Pina lhe dedicou, também encarou conflitos familiares: ele manteve uma relação difícil com suas irmãs, impedindo-as de receber algumas vilas que lhes cabiam por herança. No poema, porém, nenhuma referência a essas divergências é feita. O reinado de Afonso II, inclusive, reduz-se a uma estrofe:

90. Mas, entre tantas palmas, salteado
Da temerosa morte, fica herdeiro
Um filho seu, de todos estimado,
Que foi segundo Afonso e rei terceiro.
No tempo deste, aos Mouros foi tomado

⁶⁵ Conferir as páginas 151 e 152 desta tese.

Alcacere do Sal, por derradeiro;
 Porque dantes os Mouros o tomaram,
 Mas agora estruídos o pagaram.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 151)

O único episódio da administração de Afonso II referido na estrofe é a retomada de Alcácer do Sal, evento do qual o rei efetivamente não participou, sendo coordenado por D. Mateus, bispo de Lisboa.

Uma das possíveis interpretações para essa “negligência” de Camões com tais eventos da história portuguesa dizia respeito ao próprio gênero de seu poema. Ou seja, já que *Os Lusíadas* (1572) se tratava de um poema épico, uma obra destinada ao louvor dos feitos históricos expressivos de Portugal, não convinha retratar passagens em que o reino se voltava contra si mesmo. Destacá-los seria ir contra as próprias regras do gênero épico. As únicas exceções dignas de referência seriam o conflito entre D. Afonso Henriques e D. Teresa – por ele está enraizado no imaginário português – e a crise de 1383-1385, conflito no qual a cisão da família real portuguesa se transformou em uma disputa entre Portugal e Castela, o que atenuou suas origens internas.

Além de suas motivações propriamente literárias, isto é, das regras de gênero provenientes da poética clássica, outro fator justificava a falta de referências aos conflitos familiares de D. Afonso II e D. Afonso IV. Um fator enraizado na política portuguesa quinhentista. Como apresentado no primeiro capítulo desta tese, após a morte do avô de D. Sebastião – o rei português D. João III – coube à sua avó, a rainha D. Catarina, e ao seu tio-avô, D. Henrique, respectivamente, a regência de Portugal até a maioridade de Sebastião.⁶⁶ Viu-se que tanto um quanto o outro reuniam, nos seus entornos, grupos possuidores de interesses distintos. Nobres e cortesãos defensores de um alinhamento com Castela estavam próximos de D. Catarina. Religiosos e fidalgos partidários da autonomia portuguesa na Península Ibérica preferiam D. Henrique. Essas duas facções polarizavam sobre os mais diversos assuntos, desde a educação do jovem rei até as decisões de política externa:

D. João III, o rei Piedoso, morreu em Lisboa em 11 de Junho de 1557, deixando como herdeiro um menino de 3 anos. Com a sua morte inicia-se um período de regência, que vai durar até 20 de Janeiro de 1568. São onze anos de luta política, de despique entre personalidades e facções, grupos de opinião e interesse diversos. (CRUZ M. R., 1992, v. 1, p. 15)

⁶⁶ Recorde-se: quando D. João III morreu, em 1557, o pai de D. Sebastião, D. João Manoel, já havia falecido precocemente em 1554. Com a morte de D. João Manoel, todos os 09 filhos de D. João III e D. Catarina estavam mortos. Logo, a coroa passaria diretamente do avô ao neto.

Essas linhas iniciais de *As Regências na Menoridade de D. Sebastião*, obra de Maria do Rosário de Azevedo Cruz (1992), são sugestivas das múltiplas questões que contrapunham os dois grupos. No capítulo inicial desta tese, já foi demonstrado como as questões concernentes à educação do rei originaram discordâncias entre tais círculos de influência. Os adeptos de uma aproximação com Castela defendiam uma formação na qual o modelo de Carlos V sobressaísse sobre os demais. Já os integrantes do partido lusitano advogavam a apresentação de modelos dos antigos reis portugueses. As questões concernentes à educação do jovem rei, porém, estavam longe de esgotarem as controvérsias entre tais facções, e esses dois grupos sintetizavam apenas parcialmente outras agremiações menores e seus respectivos interesses.

Quando D. Sebastião assumiu o reino, em 1568, embora velados, os atritos entre esses polos de poder prosseguiram. A proximidade de D. Sebastião com os jesuítas que o haviam educado e seu distanciamento de D. Catarina originavam movimentações veladas: “Pelo seu lado, D. Catarina, atizada pelos seus partidários afastados dos órgãos de decisão e tirando partido do descontentamento dos sectores sociais mais afectados pelas recentes reformas, continuava a remeter com regularidade suas queixas a Filipe II.” (CRUZ M., 2009, p. 221). Vê-se que, após a ascensão de D. Sebastião ao cargo régio, a influência de D. Catarina na política portuguesa prosseguiu, já que ela, além de conservar seu prestígio em Portugal, mantinha vínculos com Castela, influenciando as relações com o estrangeiro. Esses movimentos encobertos – mas intuídos por seus antagonistas – mantinham acesa a disputa política nos bastidores:

Ganhava novo fôlego o velho e, aparentemente, infundável conflito protagonizado pelo cardeal e por D. Catarina, as duas figuras tutelares da menoridade de D. Sebastião, permanentemente alimentado pelos seus respectivos partidários. Mas D. Sebastião, apesar de deliberadamente espiado no seu flanco mais vulnerável – ser um rei mandado e inexperiente – dava mostras sobejas de não estar disposto a abandonar o alinhamento que o norteava. (CRUZ M., 2009, p. 226)

A “indiferença” de Camões com as cisões familiares que marcaram as regências de D. Afonso II e D. Afonso IV buscava evitar que, no canto III de *Os Lusíadas* (1572), estivessem presentes os antagonismos políticos internos e sua consequência extrema: a guerra civil. Trazer conflitos dessa natureza à tona, de certo modo, era escancarar tensões que perpassavam Portugal nas décadas de 1560 e 1570. A exposição de contendas na família real, se bem que pudesse possuir um aspecto instrutivo – alertar sobre os desfechos funestos das brigas no interior da realeza – também poderia originar o efeito inverso: inflamar os ânimos às últimas consequências, a partir do instante em que fossem projetadas, no poema, intrigas análogas

àquelas que tinham lugar na corte. Portanto, o motivo para a “indiferença” camoniana era evitar a projeção ficcional de excitações políticas similares àquelas que grassavam nos bastidores da administração sebástica.

Camões, é certo, não era o tipo que poderia ser chamado de poeta decoroso, isto é, um autor que calava a sua voz, por causa do mal-estar que poderia causar, ou em grupos específicos, ou nos seus prováveis leitores. Há, n’*Os Lusíadas* (1572), críticas aos jesuítas, aos censores do santo ofício e aos privados que auxiliavam D. Sebastião na administração do reino. Essas condenações eram discordâncias de um poeta que, na condição de cavaleiro, servira no oriente e observara que, entre a boa intenção de algumas medidas administrativas e a prática efetiva dessas mesmas medidas, os motivos que as tinham ensejado eram suplantados pela corrupção do aparato administrativo no próprio reino e no além-mar. Tratava-se, porém, de críticas pessoais, isto é, o poeta apenas emitia sua leitura do contexto político coevo. Por sua vez, expor, na sua apresentação da história portuguesa, os cataclismas da família real que, em outros tempos, tinham comprometido a harmonia do reino era diferente. Ainda que as chances de contrariar um grupo específico fossem menores, trazer esse assunto à tona, pondo-o em relevo, era prefigurar um conflito que poderia ser consumado nos bastidores da regência sebástica, era brincar com um rastilho de pólvora com potência para provocar hecatombes muitos maiores do que já provocara, pois o rei, dessa vez, era moço e inexperiente.

Além de estimular os partidários de D. Catarina e D. Henrique a um embate manifesto – já que demonstrava que conflitos desse tipo não eram uma novidade – tornar flagrantes os atritos internos destoava da matéria histórica presente no canto III. Os inimigos nos reinados de D. Afonso Henriques, D. Sancho I e D. Afonso IV tinham sido os mouros. Passar abruptamente das lutas de reconquista às querelas civis comprometeria a verossimilhança do texto, já que o maniqueísmo religioso seria deixado de lado e a narração recairia sobre as complexas relações políticas da corte. O poeta latino Lucano, no seu épico *Farsália* (sec. I), já havia abordado as guerras civis entre Júlio César e Pompeu, ou seja, já tinha tratado conflitos interiores como matéria épica. Esse autor, porém, propunha um modelo épico oposto à *Eneida* (39 a. C.) de Virgílio. Modelo esse que, segundo Hélio Alves (1999, p. 511), servia “como exemplo das consequências trágicas que adviriam ao Estado pela dissensão política [...]”. Percebe-se, dessa forma, que, no cânone épico, ainda que provenientes da mesma cultura, a *Eneida* (39 a. C.) e a *Farsália* (sec. I) estavam em polos opostos. Teoricamente, um texto renascentista que tomasse uma por modelo também podia recorrer à outra. Contudo, possuindo enredos tão distintos, misturar as duas podia comprometer a verossimilhança interna e, conseqüentemente, o

acabamento da obra. Dito de outro modo: se Camões concedesse atenção às intrigas familiares de D. Afonso II e D. Afonso IV, a dualidade cristãos/mouros seria afetada.

Na sua exposição da história portuguesa, o poeta também foi “negligente” com uma característica de D. Sancho I destacada pelas fontes históricas e frequentemente atrelada à reputação desse monarca: sua qualidade de rei povoador. Rui de Pina escreveu: “[...] deu foral a Torres Novas, que refez, ennobreceo depois da destroição que nella fizeram os Mouros, e deu a cidade da Idanha primeiramente á Ordem do Templo, e assi deu foral a Bragança, e povorou [...]” (PINA, 1906b, p. 106). A imagem de um regente que adotou medidas para que diversas regiões de Portugal fossem ocupadas já era bem difundida no século XVI, mas não aparece no épico de Camões. Em vez de mencioná-la, o autor preferiu ressaltar apenas sua índole guerreira, sua inclinação cavaleiresca. Essa redução do multifacetado Sancho I à sua natureza bélica parece estar em consonância com o retrato camoniano de Afonso Henriques, seu pai. Uma vez que a regência de D. Sancho é apresentada como uma extensão do reinado de Afonso, o poeta privilegiou o espírito cavaleiresco que já tinha perpassado a administração anterior. Logo, as políticas de povoamento, as concessões de forais e as reformas de antigas vilas deram lugar à incursão pela Andaluzia e à sangrenta batalha nas margens do rio Guadalquivir.

5.3 O fiel e o mandado

As relações estabelecidas entre um regente e seus privados eram, necessariamente, bilaterais. Os privados que cercavam o rei dependiam da boa vontade régia para se manterem nos cargos que ocupavam. Em contrapartida, o monarca precisava do auxílio desses cortesãos para ter uma percepção aguçada dos problemas reinóis. Como mencionado no segundo capítulo desta tese, sob a alçada de um privado régio, havia uma rede administrativa que seguia o mesmo padrão estabelecido entre esse cortesão e o rei. Assim, a monarquia tratava-se de um tecido social no qual o poder não era exercido somente de cima para baixo, mas também se encontrava descentralizado, pois um cortesão dependia dos bons serviços de seus subordinados para manter seu prestígio diante do regente. Relações desgastadas podiam romper esse tecido, originando conflitos internos e prejudicando o *bem comum*.

Nesse arranjo, o rei, mesmo que ocupasse uma posição privilegiada, devia ser cauteloso para impedir relações entre os seus subalternos que pusessem sua autoridade em risco. Às vezes, os conflitos entre os vassallos acabavam originando desgastes à superioridade régia. Outras vezes, a harmonia desses mesmos vassallos é que tinha potencial para ameaçar sua soberania.

Veja-se um exemplo: D. Sebastião, quando assumiu a coroa portuguesa, continuou bastante próximo de Luís Gonçalves da Câmara e Martim Gonçalves da Câmara, jesuítas responsáveis por sua formação. A intimidade excessiva do jovem rei com os irmãos Câmara não era benquista no reino, despertando a irritação de muitos nobres. A princípio, direcionada somente aos jesuítas, a hostilidade da nobreza passou a abranger também o rei. O autor anônimo de uma carta remetida a Luís Gonçalves da Câmara observava que a antipatia de muitos fidalgos se propagava a D. Sebastião:

[...] gente que nunca viveu senão da afabilidade de seu rei, como pode amar a um rei montesinho, que não vê nem conversa a gente de que mais se deve seguir? O que dizem que, ainda que em parte venha de ele naturalmente ser corrido, todavia dizem todos, ou a maior parte, que nasce de Vossa Reverência e o Senhor seu irmão recearem que, se el-rei conversar muito a gente nobre, se afeiçoará a outrem mais que a eles, o que confirmam os que algũa hora falam mais devagar com ele, porque certificam que acham nele tanta afabilidade e tanto gosto de tratar com os homens que não pode ser maior [...] (CARTA..., 2015, p. 358-359).

Nesse caso específico, é possível observar que a disputa entre os irmãos Gonçalves Câmara e os nobres acabava prejudicando a imagem régia. Em outras ocasiões, porém, ocorria exatamente o contrário. No século XVI, por exemplo, as casas de Aveiro e Bragança, duas das mais poderosas famílias de Portugal, não possuíam boas relações. As sucessivas intrigas entre as duas facções impediam casamentos entre seus membros, consequentemente, inviabilizavam o surgimento de uma força política capaz de se igualar com o rei. Nessa conjuntura, por ser benéfico para a manutenção do poder régio, o confronto entre os dois grupos era aceito:

Des[de] o tempo dos Reis Dom Manuel, e Dom João o terceiro, seu filho [e] avô de El-Rei Dom Sebastião, até a Rainha governar, houve sempre, entre as Casas de Bragança e de Aveiro, pouca ou nenhuma amizade por causa das suas precedências [...]. E, ainda fora daí, trabalhava cada um o que lhe era possível por se desviar do outro, atalhando nisso cumprimentos fingidos e dano a seus estômagos. A qual desavença, *se os Reis quiseram suavemente, se pudera remediar por aliança de casamentos que lhes nunca aprouve por se estas duas casas não juntarem e [se] fazerem mais poderosas.* (PEREIRA, 2018, p. 65, grifo nosso)

A sinuosidade das relações cortesãs obrigava os reis a darem bastante atenção a esse tópico. Tratava-se, efetivamente, da forma de sociabilidade básica das monarquias e, caso não fosse tratada com as precauções adequadas, o edifício monárquico poderia sucumbir a qualquer abalo. Por isso, D. Jerônimo Osório, no seu tratado *Da ensinança e educação do Rei* (1571), dedicou algumas páginas ao assunto. Osório recomendava cautela com os privados lisonjeiros, pois, ainda que aparentassem querer o bem do monarca, eles, acima de tudo, visavam os próprios interesses. Os lisonjeiros, segundo o bispo de Silves, sofriam do mesmo mal dos

amantes, os quais, demonstrando amor à amada, almejavam a satisfação de seus próprios desejos: “Portanto, da mesma maneira que os amantes não se propõem outra coisa senão unicamente o seu prazer, assim eles desejam ver, não o aumento da dignidade do rei, mas acrescentadas e ampliadas as suas riquezas particulares.” (OSÓRIO, 2005, p. 116). Além de originarem toda sorte de intrigas na corte, os bajuladores privavam o regente daqueles que efetivamente buscavam o bem do reino: “Com estas e outras palavras do mesmo gênero impedem o rei de se rodear da ajuda dos bons e de fortificar a sua posição com amizades leais e conselhos salutares.” (OSÓRIO, 2005, p. 117). Baldassare Castiglione apresentava opinião semelhante sobre os bajuladores no seu tratado *O Cortesão* (1528):

Enganai-vos completamente, – respondeu dom Federico – porque os adulares não amam os senhores nem os amigos, o que vos digo ser a principal característica de nosso cortesão, e agradar e atender aos desejos daquele a quem se serve pode ser feito sem adulação, pois falo de vontades que sejam razoáveis e honestas, ou daquelas que em si não são boas nem más [...] (CASTIGLIONE, 1997, p. 103)

A recorrência desse tópico nos tratados renascentistas era um dos indícios da importância de se ter bons privados. Loureço de Cáceres, mestre do infante D. Duarte – um tio-avô de D. Sebastião –, no texto que dedicou à educação de seu aluno, ressaltava: “Mas porque nem fôo por fy pode o Principe despachar a moor parte dos negocios, nem sempre acertar em todos, prometi tambem de dizer a neccffidade que tem do saber alheyo, o qual pela mayor he dos Privados, e dos Amigos; que taes foem fer os Confelheiros.” (CÁCERES, 1786, p. 26). Esse tratadista, além de salientar a importância dos privados, também sugeria precaução com os lisonjeiros, uma vez que eles impediam que o governante possuísse uma imagem verdadeira de si próprio: “Mas o lizongeiro tranftorna, enlea, e qualí encanta os Princeses e faz-lhe que nam conheçam em fy mefmo, o que todos os outros conhecem nelles.” (CÁCERES, 1786, p. 28).

No epílogo de *Os Lusíadas* (1572), Camões examinou a questão dos privados régios, sugerindo a D. Sebastião que escutasse os conselhos dos *experimentados*, isto é, daqueles que efetivamente já tinham vivenciado os assuntos sobre os quais opinavam:

152. Tomai conselho só de esprimentados,
Que viram largos anos, largos meses,
Que, posto que em cientes muito cabe,
Mais em particular o experto sabe.
(CAMÕES, 2003, c. III, p. 355)

No canto III, a importância dos conselheiros vem à tona, a partir das imagens de algumas regências. Afonso Henriques, ainda antes de ascender ao posto de rei, foi auxiliado por Egas

Moniz que se ofereceu, juntamente com sua família, para ser castigado por Afonso VII de Castela, no lugar do príncipe lusitano. A passagem é bastante conhecida:

38. E com seus filhos e mulher se parte
 A alevantar co eles a fiança,
 Descalços e despidos, de tal arte
 Que mais move a piedade que a vingança.
 «Se pretendes, Rei alto, de vingar-te
 De minha temerária confiança
 (Dizia) eis aqui venho oferecido
 A te pagar co a vida o prometido.

[...]

40. Qual diante do algoz o condenado,
 Que já na vida a morte tem bebido,
 Põe no cepo a garganta e, já entregueado,
 Espera pelo golpe tão temido:
 Tal diante do Príncipe indinado
 Egas estava, a tudo oferecido.
 Mas o Rei vendo a estranha lealdade,
 Mais pôde, enfim que a ira, a piedade.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 138-139)

A partir desse episódio, pode-se observar, inclusive, que, n' *Os Lusíadas* (1572), Egas Moniz teve sua função de conselheiro posta em destaque. Na *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques* (1505?), sua imagem ultrapassava tal aspecto, possuindo um providencialismo ausente no poema camoniano. No texto de Duarte Galvão, por exemplo, ao nascer, Afonso não movia as pernas. Somente após uma aparição miraculosa de Nossa Senhora a D. Egas, esse mal foi sanado. No épico camoniano, entretanto, o privado, com sua sabedoria e lealdade, constitui, predominantemente, um fator de estabilidade para a regência afonsina, não tendo seu nome ligado a façanhas miraculosas. O retrato consolidado de D. Egas é, sobretudo, o de um vassalo dedicado e fiel:

41. Ó grão fidelidade Portuguesa
 De vassalo, que a tanto se obrigava!
 Que mais o Persa fez naquela empresa
 Onde rostos e narizes se cortava?
 Do que ao grande Dario tanto pesa,
 Que, mil vezes dizendo, suspirava
 Que mais o seu Zopyro são prezara
 Que vinte Babilónias que tomara.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 139)

Na estrofe, trazendo à tona o exemplo de Zópiro, – militar persa que se mutilou para entrar na Babilônia como fugitivo e dar acesso a Dario I – Camões realçou o sacrifício feito por Egas

Moniz que, em nome de Afonso Henriques, pôs a sua própria vida e a de seus familiares em risco.

O bom cortesão era um componente essencial para o adequado funcionamento da monarquia. Os maus conselheiros, entretanto, constituíam um risco em potencial para essa organização política. Na apresentação camoniana da dinastia de Borgonha, a regência de Sancho II – quarto rei de Portugal – foi retratada como um período no qual os privados, adquirindo controle sobre a percepção régia, influenciaram suas deliberações e impediram-no de ter uma adequada visão das demandas lusitanas:

91. Morto depois Afonso, lhe sucede
 Sancho segundo, manso e descuidado;
 Que tanto em seus descuidos de desmede
 Que de outrem *quem mandava era mandado*.
 De governar o Reino, que outro pede,
Por causa dos privados foi privado,
 Porque, como por eles se regia,
 Em todos os seus vícios consentia.
 (CAMÕES, 2003, c. 3, p. 151, grifo nosso)

Sancho II, guiando-se pelos posicionamentos de seus conselheiros bajuladores, tornou-se complacente com seus próprios defeitos. Além disso, passou a ter uma percepção desfocada das necessidades do reino. Observa-se que Camões, ao tratar da regência do *manso e descuidado* Sancho, adequou o estilo à matéria, empregando o curioso chiste *Por causa dos privados foi privado* para descrever o alheamento no qual o rei estava imerso. Baldassare Castiglione, no segundo livro de *O Cortesão* (1528), destacava a agudeza daqueles que exploravam a ambiguidade das palavras e criavam sentenças breves capazes de fascinar, ou ferir, os interlocutores. O autor italiano observava que esse jogo de palavras e conceitos, às vezes, era tão engenhoso que, em vez de provocar o riso, originava o maravilhamento dos presentes: “Das facécias curtas, que cabem num dito breve, algumas são agudíssimas e nascem da ambiguidade, embora nem sempre façam rir, por que são antes elogiadas como engenhosas do que como engraçadas [...]” (CASTIGLIONE, 1997, p. 146-147). No caso do verso camoniano, ainda que não provocasse o riso, a manutenção do vocábulo (*privado*), juntamente com a variação do conceito, originava uma ironia com os descuidos de D. Sancho.

Dessa forma, percebe-se que o retrato de Sancho II delineado pelo poeta, no canto III d’*Os Lusíadas* (1572), é o de um rei que se tornou refém dos seus próprios conselheiros. Esse monarca, desatento com os múltiplos interesses dos privados régios, não soube conduzir as relações de corte, sendo, no final das contas, conduzido por elas. A distração custou-lhe caro, já que o levou à perda gradativa de contato com as demandas do reino. Essa alienação

proveniente do mau assessoramento dos conselheiros – por ter potencial para destruir o *bem comum* – era um dos males que os regentes deviam evitar a qualquer custo. Logo, o arcebispo de Braga, em carta dirigida à rainha D. Catarina no ano de 1557, apontava que espécies de conselheiros deveriam acompanhar D. Sebastião: “os principes da Persya erão invytisimos porque quatro omens que de comtynu estão junto com elles, huñ era o mais prudente e tememte aos deoses que se achava em todo o rreino da Persya e outro o mais justo e outro o mais cavaleiro, e outro o mais temperado contra os vicios.” (CARTA... apud CRUZ, M. R., 1992, v. II, p. 350). Camões, expondo a D. Sebastião a negligência de D. Sancho II com os fidalgos da corte, endossava uma imagem desse rei, que já estava difundida no século XVI. O poeta, porém, reproduziu-a, a fim de que D. Sebastião tivesse consciência da razão do fracasso de seu antepassado e evitasse cometer o mesmo equívoco. No polo oposto, o equilíbrio de um vassalo como D. Egas Moniz constituía um fator de estabilidade para o reino, um dos motivos responsáveis pelo sucesso de Afonso Henriques.

5.4 As políticas de casamento e as tiranias do Amor

Frei António de Guevara na sua obra *Relej de Príncipes* (1529) observava que um dos benefícios do casamento era estabelecer amizade entre famílias inimigas: “El quinto beneficio que se sigue del matrimonio es la paz y reconciliación que se haze con los enemigos mediante los casamientos.” (GUEVARA, 2021, livro II, capítulo II, s/p). As núpcias, dessa forma, podiam ser usadas para modificar tanto o panorama interno de uma monarquia quanto o xadrez político externo, já que, através delas, era possível superar atritos. D. Sebastião, ao longo de sua curta vida, possuiu alguns projetos matrimoniais. A princípio, imaginou-se a infanta francesa Margarida de Valois como pretendente ideal para o jovem Rei, já que a união possuía potencial para estreitar laços com o reino da França, estreitamento que implicava novos caminhos para a política externa portuguesa, então, bastante dependente de Castela. Os nomes de Isabel e Ana de Áustria também vieram à tona e agradaram os partidários de D. Catarina, pois eram Habsburgos do ramo austríaco, possuindo ligações com a seção castelhana da família. Camões, na sua exposição da dinastia de Avis, apresentou exemplos da importância de um casamento adequado. Ao apresentar a regência de D. Afonso III, quinto rei português, o poeta mencionou a expansão territorial proveniente do enlace desse Rei com Beatriz de Castela:

95. Da terra dos Algarves, *que lhe fora*
Em casamento dada, grande parte
 Recupera co braço, e deita fora

O Mouro, mal querido já de Marte.
 Este de todo fez livre e senhora
 Lusitânia, com força e bélica arte,
 E acabou de oprimir a nação forte
 Na terra que aos de Luso coube em sorte.
 (CAMÕES, 2003, c. III, p. 152, grifo nosso)

Na estrofe, ainda que os conflitos entre D. Afonso III e os mouros sejam mencionados, ressalta-se que a refrega foi apenas um processo complementar à concessão territorial – concessão decisiva para o estabelecimento das fronteiras portuguesas e para a reconstituição territorial da antiga Lusitânia romana. Esse casamento de D. Afonso III, então, foi exemplar para os padrões monárquicos, visto que houve um ganho político e territorial proveniente do enlace.

Se a união entre D. Afonso III e Beatriz de Castela foi benéfica a Portugal, não se pode dizer a mesma coisa do matrimônio de D. Fernando, último rei da dinastia de Borgonha, com Leonor Telles, nobre portuguesa. As bodas de um infante com uma mulher casada e sem vínculos com famílias régias não foi benquista pelo povo lusitano. Fora a antipatia popular pela nova rainha, Leonor mostrou astúcia para criar linhagens de súditos mais fiéis a si própria do que a seu esposo. Por fim, ela foi a responsável pelo enlace de sua filha Beatriz de Portugal com D. João I de Castela, o que comprometeu a autonomia portuguesa na Península Ibérica. No canto III, Camões apresenta a imagem de um D. Fernando negligente e desprecaído com a preservação do reino:

138. [...] Fernando
 Que todo o Reino pôs em muito aperto;
 Que, vindo o Castelhana devastando
 As terras sem defesa, esteve perto
 De destruir-se o Reino totalmente,
 Que um fraco Rei faz fraca a forte gente.

139. Ou foi castigo claro do pecado
 De tirar *Lianor* a seu marido
 E casar-se *co* ela de enlevado
 Num falso parecer mal entendido;
 Ou foi que o coração, sujeito e dado
 Ao vício vil, de quem se viu rendido,
 Mole se fez e fraco, e bem parece
 Que um *baxo* amor os fortes enfraquece.
 (CAMÕES, 2003, c. III, p. 163, grifo do autor)

Observa-se, na última estrofe, uma ressonância do conceito de estado como *corpo místico do rei*, pois a moléstia do monarca perpassa toda a monarquia (*Que um fraco Rei faz fraca a forte gente*), comprometendo-a. Na passagem, o mal-estar de D. Fernando ainda é apresentado como uma consequência direta de sua união com D. Leonor. Há, porém, uma novidade na exposição

camoniana da regência desse Rei. Ao passo que, na crônica de Fernão Lopes, ele é caracterizado como naturalmente inconstante e fraco, n' *Os Lusíadas* (1572), sua culpa é atenuada pela influência exercida pelo amor sobre a sua psique. Camões chega a desculpá-lo de seus erros, reconhecendo o poder do sentimento amoroso sobre os homens:

142. Mas quem pode livrar-se, porventura,
 Dos laços que Amor arma brandamente
 Entre as rosas e a neve humana pura,
 O ouro e o alabastro transparente?
 Quem, de *hũa* peregrina *fermosura*,
 De um vulto de Medusa propriamente,
 Que o coração converte que tem preso,
 Em pedra, não, mas em desejo aceso?

143. Quem viu um olhar seguro, um gesto brando,
Hũa suave e angélica excelência,
 Que em si está sempre as almas transformando,
 Que tivesse contra ela resistência?
 Desculpado, por certo, está Fernando,
Pera quem tem de amor experiência;
 Mas antes, tendo livre a fantasia,
 Por muito mais culpado o jugaria.
 (CAMÕES, 2003, c. III, p. 164, grifo do autor)

A visão camoniana da regência de D. Fernando, dessa forma, é marcada pela potência do Amor nos corações e nas decisões humanas. Difícil é afirmar se essa presença do sentimento como atenuador para os equívocos do monarca proveio da experiência pessoal do autor ou de sua filiação a uma corrente filosófica como o neoplatonismo, onde o amor figurava como força motriz do universo. Independentemente da procedência, sua relevância na lírica camoniana é notável, atravessando também alguns trechos d' *Os Lusíadas* (1572). Nas estrofes citadas, a visão da pessoa amada – tal qual a aparição da Medusa – é capaz de transformar a alma do amante, prendendo-lhe a fantasia. Na passagem, ainda se destaca a empatia entre o sujeito ilocutório e a figura histórica de D. Fernando, ocorrendo uma absolvição do Rei pelo poeta, expediente impensável para a prosa histórica de Fernão Lopes.

Outra passagem do canto III em que o amor influi decisivamente nas regências é o episódio de Inês de Castro. Esse evento, conforme demonstrado no capítulo anterior, já havia aparecido na *Chronica de ElRey Dom Afonso O Quarto* de Rui de Pina e na tragédia *Castro* (1598) de António Ferreira. Eugenio Asensio (1974) também destacou sua presença ostensiva na poesia palaciana do século XVI e chamou atenção para a existência de uma carta enviada por Anrique da Mota ao Rei D. João III, na qual esse poeta apresentava uma curiosa visão associada à narrativa. A apresentação camoniana do episódio distingue-se tanto do relato de Rui de Pina quanto da tragédia de António Ferreira porque o apresenta como uma fatalidade

proveniente dos caprichos do amor. Enquanto a crônica de Rui de Pina atribui a responsabilidade aos privados de D. Afonso IV – expediente também presente na tragédia de António Ferreira – Camões ressaltou a tirania do sentimento amoroso sobre os homens como fator decisivo para o desfecho trágico:

119. Tu, só tu, *puro amor, com força crua,*
 Que os corações humanos tanto obriga,
 Deste causa à molesta morte sua,
 Como se fora pérfida inimiga.
 Se dizem, *fero Amor, que a sede tua*
Nem com lágrimas tristes se mitiga,
 É porque queres, *áspero e tirano,*
Tuas aras banhar em sangue humano.

122. O velho pai sesudo, que respeita
 O murmurar do povo e a fantasia
 Do filho, que casar-se não queria,

123. Tirar Inês ao mundo determina,
 Por lhe tirar o filho que tem preso,
 Crendo co sangue só da morte indina
 Matar do firme amor o fogo aceso.
 (CAMÕES, 2003, c. III, p. 158-159, grifo nosso)

Nas estrofes, ainda que a reprovação popular com Inês de Castro tenha influído na decisão de D. Afonso IV, o responsável por todo o infortúnio foi o amor que *os corações humanos tanto obriga*, restando a D. Afonso IV somente a opção de matar Inês para *matar do firme amor o fogo aceso*. O sentimento amoroso, no episódio, tal qual ocorre em muitas passagens da lírica camoniana, “[...] é um conotador extremamente disfórico – aparece obsidianamente associado com a Fortuna, o Fado, o Destino – obscura entidade mítica que o poeta caracteriza invariavelmente em termos negativos e hostis [...]” (AGUIAR E SILVA, 1994, p. 172).

Tais episódios presentes no canto III tentavam projetar, no imaginário de D. Sebastião, a importância de um casamento adequado e a força do amor sobre os corações humanos. Essa exposição buscava levá-lo a refletir sobre os usos que se poderia dar ao matrimônio, possibilidades que extrapolavam a fruição sentimental, envolvendo também ganhos práticos. Os exemplos das mazelas experimentadas por D. Fernando e Inês de Castro ainda serviam de alerta para as armadilhas que o amor poderia pôr no caminho do jovem Rei, alertando-o para as tiranias desse sentimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quase quatro séculos e meio, *Os Lusíadas* (1572) vêm sendo submetidos a variados tipos de leitura. A princípio, o épico foi lido – e louvado – como a obra que consumava as expectativas por uma epopeia dos feitos ultramarinos portugueses. Pouco depois, adquiriu *status* de texto modelar, tornando-se o paradigma para diversas imitações produzidas em Portugal e nas suas colônias ultramarinas. Com o romantismo, o poema de Camões tornou-se o símbolo máximo da nacionalidade e da identidade portuguesa. Paralelamente à essa condição de epítome do lusitanismo, ainda durante o século XIX, o texto adentrou nos manuais escolares como a realização mais expressiva da língua portuguesa. Nessa época, as construções sintáticas da obra, os camonismos decalcados do latim e as figuras de linguagem passaram a figurar nos livros didáticos. No século XX, as teorias pós-colonialistas encararam o poema como o símbolo do processo de colonização portuguesa na Ásia e na América. Os críticos filiados a essa corrente de pensamento analisaram-no para enxergar o que nele havia de projeção da hegemonia cultural lusitana. Recentemente, um autor contemporâneo, Gonçalo M. Tavares, recorreu ao épico para apresentar a jornada de um taciturno que vaga pela Europa e pelo Oriente em busca de conhecimento prático e de sentido para sua vida.

Em meio a tantas propostas de leitura, é difícil enxergar no poema os recursos retóricos e as nuances políticas que, vigentes durante o período de sua composição, acabaram reverberando na sua trama e nas suas oitavas-rimas. Geralmente, o texto de Camões é lido, ou como o ponto de partida para formas e temas literários que tiveram um desenvolvimento posterior, ou como o registro ficcional de um evento específico – a viagem às Índias em 1497. Por conseguinte, se esquece de vê-lo como a desembocadura de tradições antigas e medievais e também se negligencia sua condição de concha acústica capaz de repercutir vozes quinhentistas que há muito se calaram. Esta tese, para abrandar tais dificuldades, associou o texto com outras produções do século XVI, vendo, a partir desse pareamento, como um traço pouco notado pela crítica camoniana contemporânea (o teor exemplar) era expressivo naquela época. Dito de outro modo, pôs-se o poema ao lado de outros poemas, de cartas, de tratados políticos, de documentos e de crônicas históricas – todos produzidos nos anos 1500 – para ver de que modo esses discursos auxiliavam na identificação da natureza paradigmática do canto III. O método – se for possível nomear assim o caminho percorrido nesta pesquisa – foi o *new historicism* de Grennblatt com seu interesse pelos rumores coevos que ainda ressoam nos textos antigos:

Por ressonância entendo o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocar em quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque. (GREENBLATT, 1991, p. 250)

Ultrapassar os limites formais *d'Os Lusíadas* (1572) – para utilizar a expressão de Greenblatt – foi enxergá-lo não apenas como uma obra acabada, dobrada sobre si própria. Considerá-lo uma sinédoque foi averiguar que, para além do encantamento sensorial oriundo de sua leitura, havia um *universo político* e uma *instituição retórica* que não foram negligenciados por Camões. Pelo contrário, no interior da constelação monárquica, havia atritos aos quais o autor não pôde ser indiferente. O poeta também não negligenciou as categorias retóricas. A ambiência cortesã na qual o poema circulou e sua forma de transmissão inicial – as declamações em voz alta – reforçavam ainda mais o vínculo de sua obra com essas duas esferas.

A associação de *Os Lusíadas* (1572) com outros discursos quinhentistas demonstrou que a expectativa para que D. Sebastião passasse à África não era uma postura específica de Camões, tratando-se de um verdadeiro lugar-comum da produção letrada do período. Poetas como António Ferreira, Diogo Bernardes, Pero de Andrade Caminha, além de um tratadista como D. Jerônimo Osório, projetaram, em seus escritos, uma imagem messiânica do jovem rei. Também se tornou frequente, na produção poética e nas crônicas quinhentistas, a ênfase no exemplo, ou seja, a ênfase no potencial que tais textos possuíam para modelar condutas. Propor paradigmas de ação, aliás, era considerado o método mais eficiente para induzir alguém a um determinado comportamento. “[...] o exortaremos a trazer à memória os seus antepassados e lembrar-lhe-emos as insignes façanhas dos seus maiores e recordar-lhe-emos quão grande será o seu desdouro se não seguir as pegadas deles;” dizia D. Jerônimo Osório (2005, p. 263) no seu tratado para a formação de D. Sebastião. Por ser tão recorrente nas letras portuguesas do século XVI e por conta da eficácia desse recurso, Camões não se furtou a apresentar paradigmas de conduta ao jovem Rei.

No curso da tese, para que o teor exemplar *d'Os Lusíadas* (1572) – mais especificamente do canto III – fosse delineado, seguiu-se o seguinte caminho: a princípio, as tensões e as expectativas que atravessaram a menoridade de D. Sebastião foram investigadas. Nessa investigação, viu-se que dois grupos, com orientações políticas distintas, batalharam para o educar e buscaram levá-lo a adotar posicionamentos diferentes quanto à autonomia portuguesa diante de Castela. Além desse conflito de interesses, os mestres jesuítas concederam-lhe uma educação onde certa inflexibilidade sobressaía. Por seu turno, a nobreza de Portugal nutria expectativas de que, em pouco tempo, o jovem monarca passaria ao norte africano, obtendo

expressivas vitórias. Pode-se dizer que, de tão recorrente, essa esperança, inclusive, tornou-se motivo poético.

No centro de tantos interesses, a ideia de que os feitos antigos deviam servir de modelo a D. Sebastião foi muito comum. Os próprios jesuítas responsáveis por sua educação forneceram-lhe paradigmas de ação e vários tratadistas sugeriram-lhe observar as condutas dos antigos reis portugueses a fim de cumprir uma missão para a qual ele estava predestinado. Nesse ínterim, o exemplo de Carlos V dividia espaço com os dos monarcas lusitanos. O primeiro era proposto pelos partidários de D. Catarina. Os segundos, pelo grupo de D. Henrique. Esta tese também vinculou a pertinência dos exemplos com a relevância que esse artifício possuía na retórica deliberativa, observando que propor paradigmas com o intuito de induzir alguém a fazer alguma coisa não se tratava de um movimento específico do Portugal quinhentista, pois já havia sido um expediente muito presente na tradição antiga, principalmente entre os oradores.

Após demonstrar que tanto a visão messiânica de D. Sebastião quanto a proposição de modelos ao rei eram frequentes no século XVI, passou-se ao estudo mais específico das relações entre Camões e D. Sebastião. Viu-se que o poeta português mencionou o jovem rei em três momentos distintos de sua produção poética e da vida do monarca, escrevendo-lhe textos desde a época de seu nascimento até os anos que antecederam a jornada de Alcácer Quibir. Na écloga que tematizava o nascimento do Rei, era perceptível a expectativa sobre seus futuros feitos. Ânسيا semelhante estava presente no poema composto por ocasião do recebimento de uma das setas que atravessara o corpo de São Sebastião. Contudo, as esperanças de grandes realizações bélicas estavam configuradas com mais força n' *Os Lusíadas* (1572). Tanto a dedicatória quanto o epílogo do texto continham estímulos claros para o prosseguimento das campanhas militares ultramarinas. Neste primeiro capítulo, viu-se ainda que D. Sebastião era uma presença recorrente no interior do poema épico. Ele estava presente em trechos que claramente o tinham como alvo, mas também estava projetado, de modo velado, em passagens que eram acessíveis aos quinhentistas, mas de compreensão difícil para os leitores de outras épocas. Para além desses fragmentos, o rei era uma presença intuída nos excursos do poema. Por fim, mencionou-se que, no relato histórico de Vasco da Gama, o expectador era, na verdade, uma ficção do leitor que era D. Sebastião. O rei de Melinde compreendia uma narração repleta de referências culturais e de imagens herméticas sem fazer um questionamento sequer, condição improvável para um interlocutor de outra cultura. Percebeu-se, então, a partir dessa incongruência, que a personagem se tratava de uma projeção intratextual dos leitores quinhentistas, não de qualquer leitor, mas daqueles que possuíam uma formação adequada para a compreensão das referências eruditas. Cruzando-se essa constatação com o fato de o poema ser direcionado a D. Sebastião,

observou-se que o Rei africano era uma projeção ficcional do próprio monarca português. Acresceu-se a isso o fato de as passagens dos antigos reinados projetadas no canto III possuírem natureza exemplar e, justamente a educação pelo exemplo constituir um importante método de formação no século XVI.

No capítulo seguinte, os poemas épicos foram apresentados como catálogos de exemplos e mitos. Não somente *Os Lusíadas* (1572), mas os épicos provenientes da antiguidade clássica e do Renascimento continham uma matéria – histórica ou não – que integrava os leitores à cultura da qual faziam parte. A narrativa épica, dessa forma, tratava-se de um catálogo de referências culturais. Referências essas que serviam de modelo para os integrantes de um grupo. A epopeia tornava-se, então, um território onde “[...] a conduta do espírito nessa pátria é [era] o acolhimento passivo-visionário de um sentido prontamente existente.” (LUKÁCS, 2012, p. 29). Ainda nesse capítulo, relacionaram-se os exemplos aos mitos, demonstrando que um exemplo, à medida que consolidava um modelo de ação, adquiria conotação mítica, já que era capaz de instituir uma forma de enxergar o mundo, uma cosmovisão. Por outro lado, o mito podia alcançar uma conotação exemplar, pois tais narrativas forneciam paradigmas de atuação para os homens. Portanto, os modelos apresentados a D. Sebastião não apenas lhe guiavam as ações, mas também moldavam a sua mentalidade.

No terceiro capítulo, refletiu-se sobre a imagem que o século XVI possuía dos reis da dinastia de Borgonha. Viu-se como os quinhentistas enxergaram esses reis da primeira linhagem portuguesa a partir da leitura das crônicas de Duarte Galvão, Fernão Lopes e Rui de Pina. A imagem popularizada por essas crônicas fixou-se no imaginário do reino e foi reproduzida pelos mais diversos letrados do período, tanto poetas, quanto cronistas, ou cortesãos. A apresentação dos retratos quinhentistas de cada regente da casa de Borgonha, além de definir a percepção que o século XVI possuía deles, buscava estabelecer um parâmetro para que fosse possível saber que alterações Camões impôs a tais silhuetas. Fez-se ainda uma apresentação da importância das crônicas para o período. Esse gênero, na passagem do século XV para o século XVI, recebeu um grande estímulo da corte portuguesa, fazendo parte de um esforço para delinear uma imagem do passado lusitano. Durante a exposição, ressaltou-se que as crônicas, à proporção que estabeleciam um panorama dos primórdios de Portugal, também adquiriam natureza exemplar e mítica, já que eram capazes de instituir paradigmas de ação e de enformar cosmovisões.

Por fim, fez-se uma análise de como Camões apropriou-se das imagens dos dirigentes de Borgonha n’*Os Lusíadas* (1572). Alguns reis como D. Afonso Henriques tiveram suas ações expostas em configurações retóricas grandiosas que acentuavam a relevância de suas atitudes.

Processo semelhante ocorreu com as atitudes de D. Sancho I e D. Afonso IV. Por sua vez, as passagens históricas referentes aos conflitos internos do reino, às guerras civis – tais quais aquelas que ocorreram nos reinados de D. Afonso II e D. Dinis – não foram retratadas no épico. A ausência justificava-se não apenas por uma questão de gênero, mas também para evitar trazer, à tona, conflitos análogos àqueles que tinham lugar na corte sebástica. A apresentação da dinastia de Borgonha n' *Os Lusíadas* (1572) também ressaltou a importância dos bons cortesãos. Esses tipos eram essenciais para o êxito de uma regência, pois podiam beneficiar, ou prejudicar, a hierarquia monárquica. Sancho II, rei negligente com a escolha de seus privados, teve sua compreensão dos problemas do reino prejudicada por causa do mau assessoramento de seus conselheiros, tornando-se, no final das contas, um autômato nas mãos deles. Observou-se, nesta análise, que a maneira pela qual Camões retratou as administrações da casa de Borgonha estava em sintonia com as demandas da corte sebástica. Um tema era ressaltado, uma imagem era endossada, à medida que ilustrava um aspecto tido como imprescindível para a administração de D. Sebastião: a guerra aos mouros e o cuidado com seus validos. Quando o assunto era considerado secundário ou prejudicial – por exemplo, as políticas de povoamento e os conflitos internos – ele não figurava no texto.

O final da história é conhecido. Às dez horas da manhã de 04 de agosto de 1578, o exército português finalmente encontrou as tropas de Mawlay Abd al-Malik, nas planícies do leste marroquino. D. Sebastião estava prestes a se entregar ao evento para o qual acreditava estar, há muito, predestinado. Antes do encontro, não faltaram conselhos e avisos. Nos meses anteriores, fidalgos que viam o ânimo com que o rei preparava a jornada sugeriram-lhe enviar tropas capitaneadas por capitães experientes, em vez de ir pessoalmente. Desiludidos com a persistência e a determinação do rei, posteriormente, lhe aconselharam dar combate aos mouros no litoral, e não que fosse ao interior do continente africano. Nova recusa. Já nas adjacências do Marrocos, D. Sebastião lhes enviaria uma carta na qual expunha o intento de adentrar o território marroquino e ir dar combate ao inimigo. Agora, ele estava ali. Cara a cara com o mouro. Alguns poucos quilômetros separavam-nos. Algumas décadas antes, seu avô Carlos V dominara Tunes com uma poderosa armada náutica. Na sua campanha pela Alemanha, o chefe da casa dos Habsburgo também recorrera a estratégias arrojadas que lhe pudessem garantir a vitória. Agora, D. Sebastião estava cara a cara com muçulmanos tal qual um dia estiveram D. Afonso Henriques nos campos de Ourique e D. Afonso IV à beira do Salado...

REFERÊNCIAS

- ACENHEIRO, Christovão Rodrigues. *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. In: **Collecção de Ineditos de Historia Portuguesa**. Edição: Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936. 5 v.
- AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**. Tradução: Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2012. 2 v.
- AGUIAR E SILVA, Vítor. **A lira dourada e a tuba canora: novos ensaios camonianos**. Lisboa: Cotovia, 2008.
- _____. Camões e D. Sebastião. In: AGUIAR E SILVA, Vítor (Org.). **Dicionário de Luís de Camões**. São Paulo: Leya, 2011.
- _____. **Camões: labirintos e fascínios**. Lisboa: Cotovia, 1994.
- ALIGHIERI, Dante. **Monarquia**. Estudio preliminar, traducción y notas de Laureano Robles Carcedo y Luis Frayle Delgado. Madrid: Tecnos, 1992.
- ALVAREZ, João. **Tratado da vida & martyrio dos cinco martires de Marrocos enviados per São Francisco**. Coimbra: 1538.
- ALVES, Hélio J. S. Em Torno da Recepção da Poesia Camoniana no Século XVI: as oitavas de um estudante, fidalgo e pobre à sua miséria. **Revista Camoniana**, São Paulo, série 2, v. 10, 1997.
- _____. **O sistema da poesia épica quinhentista: Camões, Corte-Real e os contemporâneos**. Tese (Doutoramento em Literatura Portuguesa)-Departamento de linguística e literatura, Universidade de Évora, Évora, 1999.
- ANDRADA, Miguel Leitão de. **Miscellanea**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.
- APONTAMENTOS que foraõ pedidos em cortes o anno de 1562 estão os povos todos juntos em Portugal. 1562? 227r-233v. In: Papéis relativos ao reinado de Dom Sebastião, rei de Portugal. [1501-1700]. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?showYearItems=&field=todos&advanced=false&exact=on&textH=&completeText=&text=Dom+Sebasti%c3%a3o&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=2>.
- ARIOSTO, Ludovico. **Orlando Furioso**. Milão: Einaudi, 1964. 2 v.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- _____. **Poética**. Tradução, prefácio e introdução: Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- _____. **Política**. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

_____. **Retórica**. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ARRAIZ, Amador de. **Dialogos**. Coimbra: Antonio de Mariz, 1589.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1862.

BARROS, João de. **Chronica do Emperador Clarimundo**: donde os Reis de Portugal descendem. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1843. 3 v.

BAIÃO, José Pereira. **Portugal cuidadoso e lastimado com a vida, e perda do senhor rei Dom Sebastião...** Lisboa Occidental: Oficina de António de Sousa da Sylva, 1737.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Tradução: Mario Laranjeira. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BERARDINELLI, Cleonice. **Os excursos do poeta n'Os Lusíadas**. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/livropub/camoes02.html>.

BERNARDES, Diogo. **Obras Completas**. Prefácio e notas: Marques Braga. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1946. 3 v.

BÍBLIA sagrada: edição ecumênica. Tradução: Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1977.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio. Tradução: Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

BRANDÃO, Antonio. **Terceira Parte da Monarchia Lusitana**. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1632.

BRITO, Bernardo de. **Elogios dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderão achar**. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1602.

BUESCU, Ana Isabel. A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII). 2º CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES: D. Afonso Henriques e a sua época, 1996, Guimarães. **Actas...** Guimarães: Câmara Municipal e Universidade do Minho, 1997.

CACERES, Lourenço de. Doutrina de Lourenço de Caceres ao infante D. Luiz. In: FARINHA, Bento José de Souza (Org.). **Filozofia de principes apanhada das obras de nossos portugueses**. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1786.

CAMÕES, Luís de. **Los Lusíadas**: traduzidos en octava rima Castellana por Benito Caldera, residente en corte. Alcalá de Henares: Iuan Gracian, 1580. Disponível em: <https://purl.pt/23629>.

_____. **Obra Completa**. Organização, introdução, comentários e anotações de Antônio Salgado Junior. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. (Biblioteca Luso-Brasileira. Série Portuguesa).

_____. **Os Lusíadas**. 3. ed. Porto: Porto Editora, 2003.

CARTA do Cruzado Inglês. In: **Fontes Medievais da História De Portugal**: anais e crônicas. Seleção: Alfredo Pimenta. Lisboa: Sá da Costa, 1948.

CARTA para o padre Luís Gonçalves da Câmara. In: OSÓRIO, D. Jerónimo. **Opera omnia**: epistolografia. Introdução, tradução e notas: António Guimarães Pinto. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. Trad: Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

CASTRO, João de. **Discurso da vida de el-Rei D. Sebastião**. Edição e notas: Isabel Maria Bravo Caldeira. [S.l.]: Vercial, 1602.

CASTIGLIONE, Baldassare. **O cortesão**. Tradução: Carlos Nilson Martins Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHRONICAS Breves e Memorias Avulsas de S. Cruz de Coimbra. In: **Portugaliae Monumenta Historica**: volumen I. Olisipone: Typis Academicis, 1856.

CINTRA, L. F. Lindley. Introdução. In: **Crónica Geral de Espanha de 1344**: I. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

CHRONICAS breves e memorias avulsas de S. Cruz de Coimbra. In: **Portugaliae Monumenta Historica**. Olisipone: Typis Academicis, 1856. fasc. 1.

CORREIA, Gaspar. **Lendas da Índia**. Lisboa: Academia Real das sciencias, 1862.

CREMADES, Fernando Checa. **Carlos V y la imagen del héroe en el Renacimiento**. Madrid: Taurus, 1987.

CRONICA da fundaçam do mosteyro de Sam Vicente dos conegos regrantes: da hordem do aurelio doctor sctõ Augustinho en a cidade de Lisboa. Coimbra: Mosteyro de Sancta Cruz, 1538.

CRÓNICA de Cinco Reis de Portugal. Edição: A. de Magalhães Bastos. Porto: Civilização, 1945.

CRÓNICA Geral de Espanha de 1344: I. Edição: L. F. Lindley Cintra. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009a.

CRÓNICA Geral de Espanha de 1344: II. Edição: L. F. Lindley Cintra. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009b.

CRÓNICA Geral de Espanha de 1344: III. Edição: L. F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1961.

CRÓNICA Geral de Espanha de 1344: IV. Edição: L. F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

CRUZ, Frei Bernardo da. **Chronica D’El Rei D. Sebastião**. Lisboa: Escritorio, 1903. 2 v.

CRUZ, Maria Augusta Lima. **D. Sebastião**. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

CRUZ, Maria do Rosário de Azevedo. **As regências na menoridade de D. Sebastião: elementos para uma história estrutural**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

D. DUARTE. **Leal Conselheiro**. Pariz: Officina Typographica de Fain e Thunot, 1842.

DUMÉZIL, George. **Mito y Epopeya: historias romanas**. Tradução: Sergio René Madero. 2. ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016. 3 v.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Tradução: Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ÉVORA, A. R. de. **Sentenças para a ensinança e doutrina de D. Sebastião**. Fac-Símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval. Lisboa: Banco Pinto & Sotto Mayor, 1983.

FERREIRA, António. **Poemas lusitanos**. Prefácio e notas: Marques Braga. Lisboa: Sá da Costa, 1940. 2 v.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica: quatro ensaios**. Tradução: Marco de Martini. São Paulo: É Realizações, 2014.

GALVÃO, Duarte. **Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques**. Lisboa: Escritorio, 1906.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GENETTE, Gérard. **Discurso da Narrativa**. Tradução: Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1995.

GOMES, S. A.; NASCIMENTO, A. A. S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais. **Didaskalia**, Lisboa, XV, 1985.

GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: ressonância e encantamento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

GUEVARA, Antonio de. **Reloj de Príncipes**. Disponível em:
<https://www.filosofia.org/cla/gue/guerp.htm>.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2. ed. São Paulo: Ateliê; Campinas: Unicamp, 2004.

_____. Categorias Metafísicas e teológico-políticas em Vieira. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 187-202, 2º sem. 2007.

_____. Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). **Épicos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado**: a construção do Sebastianismo em Portugal (séculos XV-XVII). São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOMERO. **Íliada**. Tradução: Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das letras, 2014.

HUE, Sheila Moura. Em Busca do Cânone Perdido. Manuscritos e Impressos Quinhentistas: das variantes textuais e das atribuições autorais. **REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários**, Vitória, a. 5, n. 5, 2009.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. Tradução: Johannes Kretschmer. São Paulo: 34, 1996. 2 v.

JOLLES, André. **Formas Simples**: Legenda, saga, mito, Adivinha, Ditado, Caso Memorável, Conto, Chiste. São Paulo: Cultrix, 1976.

JORNADA del-rei dom Sebastião – Crónica de dom Henrique. Prefácio: Francisco de Sales Loureiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1978.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os Dois corpos do Rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: _____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Ferreira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RIO, 2015a.

_____. “Modernidade” – Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Ferreira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RIO, 2015b.

_____. O futuro passado dos tempos modernos. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Ferreira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RIO, 2015c.

Leon, Duarte Nunez. **Genealogia Verdadera de Los Reyes de Portugal**: com sus elogios y summarios de sus vidas. Lisboa: Antonio Alvarez, 1590.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini. 3. ed. Campinas: Papirus, 1989.

LISBOA, Marcos de. **Primeira Parte das Chronicas da ordem dos frades menores do Seraphico Sam Francisco**, seu instituidor & primeiro ministro geral. Lisboa: Ioannes Bluio, 1557.

LIVRO das Linhagens do Conde D. Pedro. In: **Portugaliae Monumenta Historica**. Olisipone: Typis Academicis, 1860-1861. fasc. 2-3.

LONGINO. **Do sublime**. Tradução: Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. Fernando**. Lisboa: Escriptorio, 1895-1896. 3 v.

_____. **Crónica de D. João I**. Lisboa: Livraria Civilização, 1990. 2 v.

_____. **Crónica de D. Pedro I**. Barcelos: Portucalense, 1932.

LOS LUSIADAS de Luys de Camoes traduzidos de Portugues em Castellano por Henrique Garces. Madrid: Guillermo Drouy, 1591. Disponível em: <https://purl.pt/23641/1/index.html#/5/html>.

LOUREIRO, Francisco de Sales. **Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve**. Lisboa: Livros horizonte, 1984.

LOURENÇO, Eduardo. **Portugal como Destino** seguido de Mitologia da Saudade. Lisboa: Gradiva, 1999.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2012.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. Sebastião**. Lisboa: Oficina de Joseph António da Sylva, 1736-1751. 4 t.

MATTOSO, José. A crise de 1245. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, n. 6, p. 7-23, 1984.

_____. As Três Faces de Afonso Henriques. **Penélope**: fazer e desfazer a história, Lisboa, n. 8, p. 25-42, 1992.

MEDINA, Juan A. Ortega y. La idea imperial de Carlos V. In: **Obras de Juan A. Ortega y Medina**. Ciudad de México: UNAM, 2013.

MENDONÇA, Jeronymo de. **Jornada de África**. Lisboa: Escriptorio, 1904. 2 v.

MISCELÂNEA Pereira de Foios. Edição crítica e notas: José Miguel Martínez Torrejón. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017.

MOREIRA, Filipe Alves. **A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade**. 2010. Dissertação (Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010.

_____. A Tradição Manuscrita das Crônicas de D. Sancho I a Afonso IV da Autoria de Rui de Pina. **Romance Philology**, [S.l.], v. 68, n. 1, 2014.

NARRATIVAS da Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição: Elisa Esteves. Lisboa: Vega, 1998.

NASCIMENTO, Ausgusto Aires. O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos mouros. X Congrès Internacional de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval, 2003, Alacant. **Actés...** Alacant: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2005.

OSÓRIO, D. Jerônimo. **Da ensinança e educação do Rei**. Tradução: A. Guimarães Pinto. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

_____. **Tratados da nobreza civil e cristã**. Tradução: A. Guimarães Pinto. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

OVÍDIO. **Metamorfoses**. Tradução, introdução e notas: Domingos Lucas Dias. São Paulo: 34, 2017.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Tradução: Ari Roitman & Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PEDROSA, Marta. **Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344** (1ª parte). 2012. Tese (Mestrado em Crítica Textual)-Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

PEREIRA, Armando de Sousa. Guerra e Santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa. **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2º série, n. 17, 2005.

PEREIRA, Miguel. **Crónica de El-Rei D. Sebastião**. Comentários e notas: António Brehm, Rui Carita e Christina Trindade. Funchal: Imprensa acadêmica, 2018.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei D. Affonso II**. Lisboa: Escriptorio, 1906a.

_____. **Chronica de El-Rei D. Sancho I**. Lisboa: Escriptorio, 1906b.

_____. **Chronica d'el-Rei D. Affonso III**. Lisboa: Escriptorio, 1907a.

_____. **Chronica d'el-Rei D. Afonso IV**. Lisboa: Biblion, 1936.

_____. **Chronica de El-Rei D. Sancho II**. Lisboa: Escriptorio, 1906c.

_____. **Chronica d'el-Rei D. Diniz**. Lisboa: Escriptorio, 1907b. 2 v.

PLATÃO. **A República**. Organização e tradução: J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

POEMA de Mio Cid. Prologo y version moderna: Amancio Bolaño e Isla. 21. ed. Ciudad de México: Porrúa, 1996.

QUEBEDO, Vasco Mouzinho de. **Afonso Africano**. Lisboa: Antonio Alvarez, 1611.

QUINTILIANO. **Instituição Oratória**: Tomo I. Tradução e notas: Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Unicamp, 2015a.

_____. **Instituição Oratória**: Tomo II. Tradução e notas: Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Unicamp, 2015b.

_____. **Instituição Oratória**: Tomo III. Tradução e notas: Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Unicamp, 2016a.

_____. **Instituição Oratória**: Tomo IV. Tradução e notas: Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Unicamp, 2016b.

RAMALHO, Américo da Costa. **Estudos Camonianos**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1975.

REBELO, Luís de Sousa. As crónicas portuguesas do século XVI. **História e Antologia da Literatura Portuguesa** (século XVI). Lisboa, n. 14, 1998. (Série HALP).

REBELLO, Amador. Apontamentos sobre a vida del Rei dom Sebastião o primeiro deste nome e decimo sexto dos Reis de Portugal [...]. 1616?.fl. 260r-287v. In: **Documentos de várias tipologias, relativos à história portuguesa, sobretudo do reinado de D. Sebastião**. [1501-1560]. Disponível em: <https://purl.pt/26880>.

REEVES, Marjorie. **The influence of prophecy in the later middle ages: a study in Joachinism**. Oxford: Clarendon press, 1969.

SÁ DE MIRANDA, Francisco. **Poesias**. Coimbra: Angelus Novus, 2011.

SANTOS, Manoel dos. **Historia Sebastica**. Lisboa Occidental: Officina de António Pedrozo Galram, 1735.

SARAIVA, António José. **A Épica Medieval Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação, 1991.

_____. **Estudos sobre a Arte D'Os Lusíadas**. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Fernão Lopes. **História e Antologia da Literatura Portuguesa** (século XV). Lisboa, n. 5, 1998. (Série HALP).

_____. **Luís de Camões**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1972a.

_____. Os tempos verbais e a estrutura d' *Os Lusíadas*. **Colóquio-Letras**. Lisboa, n. 8, p. 32-48, 1972b.

_____. **Para a história da cultura em Portugal**. 5. ed. Amadora: Bertrand, 1980-1982. 2 v.

SENA, Jorge de. **A estrutura de «Os Lusíadas» e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI**. Lisboa: Portugália, 1970.

SÉNECA, Lúcio Aneu. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas: J. A. Segurado e Campos. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

SÉRGIO, António. Camões Panfletário (Camões e D. Sebastião). In: _____. **Ensaio**. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

_____. **O desejado**: depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África. Paris: Aillaud; Lisboa: Bertrand, 1924.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História breve da Historiografia Portuguesa**. Lisboa: verbo, 1962.

SILVA, Luís de Oliveira e. Autor e narrador n' *Os Lusíadas*. In: AGUIAR E SILVA, Vítor (Org.). **Dicionário de Luís de Camões**. São Paulo: Leya, 2011.

SOARES, Nair de Castro. A literatura de sentenças no humanismo português: res et uerba. **Humanitas**. n. 43-44, 1991-1992.

TAVARES, Gonçalo M. **Uma viagem à Índia**: melancolia contemporânea. São Paulo: Leya, 2010.

TEIVE, Diogo de. Regras para a educação de el rei D. Sebastião. In: TEIVE, Diogo de. **Epódos que contem sentenças uteis a todos os homens**. Lisboa: Imprensa Régia, 1803.

THOMAZ, L. F. F. R. A lenda de S. Tomé apóstolo e a expansão portuguesa. **Lusitania sacra**, n. 3, p. 349-418, 1991.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda Áurea**: vida de santos. Tradução: Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

VELLOSO, J. M. de Queiroz. **D. Sebastião**: 1554-1578. Lisboa: Empresa nacional de publicidade, 1935.

VERNANT, Jean Pierre. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. Tradução: Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VEYNE, Paul. **Os gregos acreditavam em seus mitos?** Ensaio sobre a imaginação constituinte. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo, Unesp, 2014.

VICENTE, Gil. **Autos**. Organização: Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

VIDA, Marco Girolamo. Arte poética. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. (Org.). **Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários**. Chapecó: Argos 2014. p. 191-223.

VIEIRA, Antônio. **Essencial**. Organização e introdução: Alfredo Bosi. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. São Paulo: 34, 2014.

VITA Tellowis Archidiaconi: notitiaque foundationis coenobi S. Crucis Conimbricensis. In: **Portugaliae Monumenta Historica**. Olisipone: Typis Academicis, 1856. fasc. 1.

ZÚÑIGA, Luís de Ávila y. **Comentário de la guerra de Alemania hecha por Carlos V, máximo emperador romano, rey de España, em el año de 1546 y 1547**. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/bib/historia/CarlosV/7_2_avila.shtml.